

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS, HISTÓRIA, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DOUTORADO

O PODER NOS MUROS DO SILÊNCIO: abuso sexual, segredo e família.



ELIZABETH DA SILVA ALCOFORADO RONDON

João Pessoa
2016

O PODER NOS MUROS DO SILÊNCIO: abuso sexual, segredo e família.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em Sociologia.

ELIZABETH DA SILVA ALCOFORADO RONDON

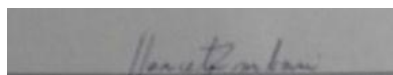
Profa. Dra. MARCELA ZAMBONI LUCENA
(Orientadora)

João Pessoa
2016

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Tese intitulada **O PODER NOS MUROS DO SILÊNCIO**: abuso sexual, segredo e família, de autoria de Elizabeth da Silva Alcoforado Rondon, sob orientação da Profa. Dra. Marcela Zamboni Lucena, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia foi aprovada em 01/12/2016, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. MARCELA ZAMBONI LUCENA
(Orientadora - PPGS - UFPB)

Profa. Dra. SIMONE MAGALHÃES BRITTO
(Membro Interno – PPGS - UFPB)

Prof. Dr. MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY
(Membro Externo – PPGA - UFPB)



Profa. Dra. LOURDES MARIA BANDEIRA
(Membro Externo – UNB)



Prof. Dr. VICENTE DE PAULA FALEIROS
(Membro Externo – Universidade Católica de Brasília)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R771p Rondon, Elizabeth da Silva Alcoforado.

O poder nos muros do silêncio : abuso sexual, segredo e família / Elizabeth da Silva Alcoforado Rondon. - João Pessoa, 2016.

240 f. : il.

Orientação: Marcela Zamboni Lucena.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Abuso sexual - Crianças e adolescentes. 2. Abuso sexual intrafamiliar. I. Lucena, Marcela Zamboni. II. Título.

UFPB/BC

RESUMO

Objetivou-se, com este trabalho, analisar como o pacto do silêncio se constitui em dispositivo de poder, nos casos de abuso sexual intrafamiliar, gerador de uma vergonha social como emoção individual de repercussão social. Partiu-se do pressuposto de que o abuso sexual destitui a família de sua aura de equilíbrio, demonstrando haver uma fratura no contexto interno, causada por dois elementos: o incesto e o silêncio. Assim, buscou-se compreender a triangulação entre os elementos estruturantes do abuso sexual intrafamiliar recorrente: o incesto; o silêncio/segreto e a quebra destes. Direcionando-se metodologicamente por uma abordagem qualitativa, utilizou-se de entrevista estruturada como instrumento de coleta de dados, aplicada entre profissionais atuantes na proteção/assistência às vítimas, no âmbito da saúde e assistência social, e entre algumas vítimas participantes da pesquisa. Teoricamente, o fenômeno foi analisado à luz de estudos de Psicologia, Antropologia e Sociologia, a partir da leitura de autores diferenciados, como Boltanski (2012), Simmel (2009, 2011 e 2013), Veena Das (1999; 2007; 2011), Pollak (1989), Scheff (2016) e Foucault (1999). A pesquisa apontou para a compreensão do abuso sexual como fenômeno social que agrega elementos estruturadores como o poder, nos espaços domésticos. Neste sentido, a mediação de profissionais atuantes no atendimento é necessária para a quebra do pacto do silêncio. Esperamos promover uma reflexão mais ampla sobre as práticas formativas e interventivas desses profissionais, a partir da compreensão das categorias segredo e silêncio, esclarecendo vítimas e familiares que tal fenômeno consiste numa questão de saúde pública, cabendo sérias intervenções estatais.

Palavras-chave: Abuso sexual. Família. Pacto de silêncio. Segredo.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze how the silence pact is constituted as a power device in cases of intrafamily sexual abuse, generating a social shame as an individual emotion of social repercussion. It was assumed that sexual abuse removes the family from its equilibrium aura, showing a fracture in the internal context, caused by two elements: incest and silence. Thus, we sought to understand the triangulation between the structuring elements of recurrent intrafamily sexual abuse: incest; the silence / secret and the break of these. It was based methodologically by a qualitative approach, and a structured interview was used as a data collection instrument, applied among professionals working in the protection / assistance to the victims, in the scope of health and social assistance, and among some victims participating in the research. Studies of Psychology, Anthropology and Sociology based the phenomenon comprehension and its analysis theoretically, through the reading of different authors such as Boltanski (2012), Simmel (2009, 2011 and 2013), Veena Das (1999; Pollak (1989), Scheff (2016) and Foucault (1999). The research pointed to the understanding of sexual abuse as a social phenomenon that aggregates structuring elements like power, in the domestic spaces. In this sense, the mediation of professionals working in social and health assistance is necessary to break the silence pact. We hope to promote a broader reflection on the training and intervention practices of these professionals, starting from the understanding of the categories secrecy and silence, clarifying victims and relatives that this phenomenon represents a public health issue, demanding serious state interventions.

Key words: Sexual abuse. Family. Silence pact. Secret.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue analizar cómo el pacto del silencio se constituye en dispositivo de poder, en los casos de abuso sexual intrafamiliar, generador de una vergüenza social como emoción individual de repercusión social. Se partió del supuesto de que el abuso sexual destituye a la familia de su aura de equilibrio, demostrando haber una fractura en el contexto interno, causada por dos elementos: el incesto y el silencio. Así, se buscó comprender la triangulación entre los elementos estructurantes del abuso sexual intrafamiliar recurrente: el incesto; el silencio / secreto y la quiebra de éstos. En el ámbito de la salud y la asistencia social, entre las víctimas participantes de la investigación, se utilizó una entrevista estructurada como instrumento de recolección de datos, aplicada entre profesionales actuantes en la protección / asistencia a las víctimas, en el ámbito de la salud y asistencia social. Como soporte teórico, el fenómeno fue analizado a la luz de los estudios de la Psicología, Antropología y Sociología. La comprensión de las categorías secreto y vergüenza fue posible a partir de la lectura de diferentes autores, entre los cuales se encuentran, Boltanski (2012), Simmel (2009, 2011 y 2013), Veena Das (1999; 2007; 2011), Pollak (1989), Scheff (2016) y Foucault (1999). La investigación apuntó a la comprensión del abuso sexual como fenómeno social que agrega elementos estructuradores como el poder, en los espacios domésticos. En este sentido, la mediación de profesionales actuantes en la atención es necesaria para la quiebra del pacto del silencio. Esperamos promover una reflexión más amplia sobre las prácticas formativas e intervenciones de estos profesionales, a partir de la comprensión de las categorías secreto y silencio, aclarando a víctimas y familiares que tal fenómeno es una cuestión de salud pública, cabiendo serias intervenciones estatales.

Palabras llave: Abuso sexual. Familia. Pacto de silencio. Secreto.

AGRADECIMENTOS

Nossa, chegar a este momento dá um misto de alívio e perplexidade. Afinal de contas, são 14 anos que separam a minha entrada no primeiro doutorado em sociologia pela UFPE e o término deste doutorado na UFPB. Enfim, cheguei. E como dizia Fernando Sabino, “No final tudo dá certo, e se não deu certo é porque não chegou ao fim”. Então, é hora de agradecer publicamente, sabendo que continuarei fazendo os agradecimentos nas caminhadas da vida.

Em primeiro lugar não poderia deixar de expressar meu agradecimento a Roberto Rondon (meu marido), que apostou em mim em todos os momentos, garantindo as condições objetivas para que eu pudesse concluir a tese e galgar tantos degraus na minha vida. Muito obrigada mesmo por tudo, e você sabe o que representa esta tese para mim. Enfim, fechamos esse ciclo.

A Bia, minha filha, que soube, a seu modo, compreender minhas ausências.

A minha orientadora, Profa. Dra. Marcela Zamboni, que aceitou o desafio de me orientar, diante das adversidades acadêmicas apresentadas. Seu traço de leveza conduziu-me em meio a tanta turbulência, para que eu conseguisse concluir este processo. Espero contar com a sua companhia em novas investidas intelectuais.

Ao Prof. Dr. Mauro Koury que, pela leitura cuidadosa e ética do material apresentando à qualificação, apontou a necessidade de novos investimentos e direcionamentos da tese, dicas preciosíssimas que me levaram à construção de um trabalho interessante teoricamente.

Aos demais membros da banca examinadora, Profa. Dra. Simone Britto, Profa. Dra. Lourdes Bandeira e Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros, pelo aceite na composição da banca, o que garantirá contribuições valiosíssimas.

Aos profissionais que compartilharam o processo de construção desta tese, socializando comigo seu cotidiano de trabalho, marcado pelo testemunho de relatos tão doloridos. Realmente, o cotidiano de escuta sobre o abuso sexual não é tarefa das mais fáceis, e vocês demonstraram quais as estratégias utilizadas para amenizar tanto sofrimento. Obrigada imensamente pela contribuição.

À Profa. Dra. Anita Aline (in memorian), pela dedicação efetiva a minha formação profissional.

Aos Professores, equipe administrativa e alunos do Curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco, Unidade Palmares, pela colaboração efetiva na condução do curso neste momento de tese.

A Sandra Simone, pela parceria cotidiana junto à UPE e pelas dicas apresentadas para que eu focasse na produção da tese diante de tempos e conjunturas conflituosas e contraditórias.

Aos professores da FPB pelo tempo que ficamos juntos.

A Jandira Guerra, pela transcrição fiel do material coletado e pelo profissionalismo na escuta de relatos tão sofridos.

A Diva Helena Frazão pela correção do material apresentado e pelo seu companheirismo de sempre. Meu grande presente de João Pessoa.

E, não poderia deixar de agradecer a Rosana, Joana, Mariana e Soraia, personagens fictícios neste trabalho, mas com depoimentos tão reais. Obrigada por partilhar comigo toda a violência sofrida, levando-me a crescer intelectualmente e como pessoa

LISTA DE SIGLAS

ABRANET	Associação Brasileira de Provedores de Internet
ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência
BO	Boletim de Ocorrência
CBIA	Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
CEAS-PB	Conselho Estadual da Assistência Social
CEARAS	Centro de Estudos e Atendimento Relativos aos Abusos Sexual
CEDCA-PB	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNS/CONEP	Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância
CREAS	Centro de Referência Especial da Assistência Social
DNC	Departamento Nacional de Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT	End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes
EUA	Estados Unidos da América
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
ICVio	Centro de Referência de Atendimento a Violência Doméstica do Instituto Cândida Varga
ICV	Instituto Cândida Vargas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IML	Instituto de Medicina Legal
LACRI	Laboratório de Estudos da Criança da Clínica de Psicologia da USP
LBA	Legião Brasileira da Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MBES	Ministério do Bem-Estar Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Medida Provisória
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
OG	Organização Governamental
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNEVS	Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual
PPCAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
PSE	Proteção Social Especial
REDEXI	Rede de Enfrentamento ao Abuso Sexual e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado da Paraíba
REMAR	Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba
RGA	Regiões Geoadministrativas
RM	Região Metropolitana
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SAS	Secretaria de Assistência Social
SEAS	Secretaria Especial de Assistência Social
SDHS/PB	Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social da PB
SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SMAS	Secretaria Municipal da Assistência Social
SNDH	Secretaria Nacional de Direitos Humanos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNIPÊ	Centro Universitário de João Pessoa
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo
VSCA	Violência Sexual Contra Criança e Adolescente

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Disque 100 - Faixa etária de vítimas 2014	46
Tabela 2	Quadro de incidência – Pesquisa Lacri 2007	70
Tabela 3	Quadro de prevalência do abuso sexual por sexo da vítima	71
Tabela 4	Distribuição dos casos de violência sexual por modalidade	131
Tabela 5	Relação dos municípios paraibanos com maior número de violações	131
Tabela	Ações para ambos os níveis de complexidade presente na Proteção Social Especial (PSE)	205

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
1.1 Cenários de informações (Centros de Referências Municipais e Centro de Referências Polos Regionais, Instituto Cândida Vargas)	24
1.2 Atores envolvidos nos cenários de intervenção	25
1.3 Instrumento de coleta de dados – a entrevista estruturada	27
1.4 Enfoque analítico	32
1.5 Enfoque ético	33
2 SURGIMENTO E DESLOCAMENTO DA LITERATURA SOBRE O ABUSO SEXUAL	35
2.1 A família violenta ou abusiva	36
2.2 O olhar socioantropológico sobre família e violência intrafamiliar no Brasil	41
2.3 Marcadores que compõem o abuso sexual	56
2.4 A violência sexual doméstica: invisibilidade ou permissividade da violência	68
3 O SEGREDO COMO MECANISMO DE PODER: DA CONSTRUÇÃO À QUEBRA DO PACTO DE SILÊNCIO	78
4 O MARCO LEGAL AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: DO PAPEL À PRÁTICA	110
4.1 O Programa Sentinela como marco da intervenção estatal à VSCA	119
4.2 O panorama teórico sobre o conceito de Redes	124
4.3 Proteção social na Paraíba e o enfrentamento Da violência sexual doméstica	129
5 COMPREENDENDO O PACTO DO SILÊNCIO	134
5.1 – Pacto do Silêncio: medo e vergonha	134
5.2 – O segredo revelado: reação da família, das vítimas e	173

dos técnicos

5.3 A equipe Interdisciplinar: responsabilidade na dor da vítima e da equipe 185

5.4 – A atuação estatal e a quebra do silêncio 197

5.4.1 A formação universitária: silenciamento formativo nas questões de gênero e violência 197

5.4.2 O enfrentamento da violência sexual intrafamiliar e a ação em rede: intencionalidade ou ação? 204

CONCLUSÃO 221

REFERÊNCIAS 227

APÊNDICE 238

ANEXOS 241

INTRODUÇÃO

A violência doméstica ou intrafamiliar caracteriza-se pela manifestação das violências física, sexual e psicológica; a negligência dos cuidados e o trabalho infantil. Historicamente a violência física tem sido privilegiada nos estudos socioantropológicos, como a forma característica da violência, embora travestida de medida educativa. No caso da violência intrafamiliar, existe uma condição *sine qua non* para sua realização, a consanguinidade ou parentesco entre agressor e vítima.

A violência doméstica apresenta-se dentro de uma dinâmica de poder que se espalha numa velocidade incomensurável, do espaço social comum à realidade concreta dos corpos. Sendo assim, podemos considerar a violência doméstica como uma prática que é, ao mesmo tempo, legítima e legitimada pelas expressões de poder instituído ou instituinte na realidade concreta das famílias.

A violência doméstica, sob a égide do componente sexual, pode ser subdividida em abuso sexual¹ e exploração sexual². Para essa pesquisa focaremos nossa atenção na violência sexual a partir da modalidade denominada abuso sexual.

A violência doméstica, expressa no abuso sexual, nos coloca num duplo complexo: violência intrafamiliar e o incesto. Neste último componente, as famílias são levadas a calar, considerando-o um segredo de família. A categoria incesto vai de encontro a todo ideário de família, visto que foi socialmente construído para o interdito e o limite dos corpos para a construção de uma família “regular” ou “estruturada”, e a manutenção do tabu do incesto atuaria como elemento de sociabilidade e definição de laços de parentescos.

Apesar dos avanços apontados em nível das produções científicas, a violência doméstica, de acordo com Guerra (2008), apresentam-se como estudos marginais, rarefeitos, dispersos, periféricos, clandestinos, desinteressados e lacunares. Quando se referem à violência doméstica, na sua modalidade sexual, as produções baseiam-se em aspectos subnotificados, uma vez que existe uma

¹ Abuso sexual – violência sexual sem fins lucrativos

² Exploração sexual – violência sexual com fins lucrativos

barreira de silêncio que permeia as vítimas e, sem dúvida, os profissionais que atuam no eixo da atenção e enfrentamento.

Destaco que um dos elementos impulsionadores dessa pesquisa ancora-se na minha prática de pesquisa do mestrado, cujo foco, na época, eram as mulheres que viviam da prostituição. As discussões realizadas no mestrado, no PPGS/UFPE, versando sobre a construção da(s) identidade(s) prostitucional(ais), em Recife, me fizeram entrar em contato com os elementos da gênese do processo vivenciado pelas mulheres da pesquisa: a violência doméstica em sua modalidade sexual. Mais uma vez, voltava-me a uma discussão que envolveria gênero, poder, família, dor, silêncio, sexualidade e saber. Senti a necessidade de me aprofundar sobre o fenômeno, de modo diferente dos diagnósticos com que tive contato, fugindo um pouco de uma abordagem quantitativa dessa realidade e procurando incursionar pelo que está submerso – o pacto do silêncio –, apresentando uma nova modalidade de leitura teórica sobre o fenômeno, de modo a desvendar o lado sombrio do abuso sexual que, embora se apresente de maneira estereotipada nos enfoques jornalísticos, é parcamente tratado no que diz respeito a uma escuta mais atenta dessas falas que ousam romper esse silêncio. Além do recorte acadêmico, minha inserção como assistente social em dois momentos, em 2001 à frente da Coordenação do Olinda Alerta, Centro de Referência, destinado ao atendimento de abusos sexuais na cidade de Olinda/PE, ação vinculada ao Programa Sentinela, na época; e, a partir de 2010, no Instituto Cândida Vargas (ICV), no município de João Pessoa (PB), junto com a equipe de atendimento às vítimas de violência sexual, colocou-me mais uma vez frente a frente com o problema empírico.

Revelar esses aspectos sombrios das famílias, num estado com traços conservadores como é a Paraíba, apresenta muitas dificuldades, porém se faz necessário. Contudo, não é possível negar: a própria estatística quebra a aura da família protetora e apresenta seu lado perverso.

Compreender a manifestação da violência doméstica em seu atributo sexual nos leva necessariamente a trilhar a linha histórica em que a violência toma assento na nossa sociedade. A cidade de João Pessoa apresenta-se nas estatísticas nacionais entre as cinco capitais de maior violência urbana no país, refletindo a face da violência estrutural em que está explícita a dominação de

classes e a desigualdade na distribuição de riqueza. Associada a este tipo de violência estrutural, que colabora na produção de vítimas infantis, percebemos o aumento num outro nível de violência, este denominado interpessoal, o qual encontra como locus privilegiado o espaço doméstico e sua expressão enquanto violência doméstica. Nessa violência interpessoal, o domínio sobre os corpos infanto-juvenis revela a destrutividade contida nos laços familiares que deveriam fundamentar a família como instituição cuidadora de seus membros e reprodutora da sociabilidade.

Os estudos sobre abuso sexual, geralmente, adotam as perspectivas social, cultural, psicológica e jurídica e trazem uma abordagem quantitativa desse fenômeno. Nesse enquadramento, ficam restritos a uma classificação das condições das vítimas e abusadores as formas comportamentais, as consequências psicossociais das vítimas, a atuação e conhecimento dos órgãos de defesa e responsabilidades. Nossa pretensão com esse estudo é ir além desse enquadramento apresentado nos dados estatísticos. Buscou-se penetrar e compreender o *muro do silêncio* a fim de se poder atravessar para o lado sombrio, esquecido, submerso do fenômeno para, então, enxergar o pacto do silêncio, uma paisagem construída e fortalecida na malha do poder que envolve o abusador, o abusado e demais familiares. Nesse sentido, os conceitos de poder, contrapoder, segredo, gênero e família estão irremediavelmente articulados para o entendimento das relações estabelecidas entre vítima/abusador, família/abusador, vítima/família. Tal investida irá colaborar sobremaneira para o fortalecimento da prática de pesquisadores e da equipe multidisciplinar que atua diretamente com a temática.

Nesse horizonte compreensivo, o percurso teórico pelas ciências sociais será bastante frutífero para essa pesquisa, visto que sustentará a discussão em torno do conceito de família e seu contexto socioantropológico. Para isso, lançaremos mão das contribuições teóricas, tais como as de Levi-Strauss (1976), Scott (2001, 1997, 1990), Goldani (1993), Correa (1984), Saffioti (1997) e Freire (1987), no sentido de compreender a organização social da instituição familiar, assim como analisar os processos de mudanças e seus novos modelos de configuração e papéis. No tocante à discussão sobre o abuso sexual, trabalhou-se com estudiosos de envergadura teórica local e internacional.

Nessa pesquisa, privilegiamos, como recorte metodológico, a abordagem qualitativa dos dados de modo a promover a aproximação do fenômeno, com vista a compreender o que existe subjacente a ele. Analisar o segredo familiar expresso pelo silenciamento das vítimas de abuso sexual intrafamiliar, mas que tiveram seus segredos revelados por intervenção de terceiros ou da eclosão de uma gravidez não desejada, é descobrir o ideário de família de sua áurea de harmonia, perfeição e estrutura e apresentar uma dinâmica familiar não compatível com os ideais de socialização. Para tanto, a pesquisa, classificada como estudo de caso, contou com o mapeamento dos órgãos governamentais que atuam no atendimento às vítimas de violência sexual: unidades de CREAS municipal e regional (no campo da assistência social) e o Instituto Cândida Vargas (no campo da saúde). Por se tratar de pesquisa com seres humanos, o estudo foi submetido ao CNS/CONEP, de acordo com a resolução 466/2012, sendo aprovada sob o número do CAEE 40738715.4.000.5183. Foram selecionados para compor o segmento a ser entrevistado um total de 11 profissionais e 4 vítimas, totalizando 15 respondentes. A pesquisa privilegiou, como instrumento de tratamento dos dados, a análise qualitativa dos coletados. Tomando as entrevistas como o momento em que experiências anteriores são resignificadas, tal instrumental metodológico melhor se aplica para a compreensão das palavras, dos silêncios, das lacunas e da resignificação do vivido.

Como enfoque teórico o trabalho fundamentou-se nos estudos de Foucault (1999), na busca de se compreender como o silêncio/muro do silêncio/pacto do silêncio se apresenta como um dispositivo de poder, utilizado pelo abusador e pela vítima, na garantia de manutenção, a partir do segredo, da estrutura familiar. Para isto, contamos com o depoimento de profissionais que atuam no atendimento direto às vítimas; das usuárias dos serviços de assistência; de profissionais vítimas de abuso sexual que, no momento da pesquisa, de modo espontâneo, apresentaram seus relatos, e de uma depoente que denominamos de vítima/discente, visto que, na busca por orientação de como proceder para denunciar o abuso que a enteada de seu pai estava sofrendo, revelou a violência por ela própria vivida na infância. Vale destacar que, mesmo essa depoente sendo minha aluna na época, a entrevista demandou 12 meses para ser realizada

e incorporada à pesquisa. Ainda, como suporte teórico, trabalhou-se o conceito de segredo, analisado por autores diferenciados: Boltanski (2012), Simmel (2009, 2011 e 2013), Veena Das (1999, 2007, 2011), Pollak (1989) e Scheff (2016). A compreensão do segredo apresentada por Simmel (2009) remete à compreensão de como ocorre o elemento estruturador da relação abusador x vítima, em que a realidade de vivência de um dado segredo – o abuso sexual – favorece uma nova dinâmica das relações sociais. A força diretamente proporcional que existe na manutenção desse segredo está associada a um desejo imenso de sua revelação por parte da vítima. Neste sentido, compreender como esse ocultamento se apresenta, muitas vezes como um segredo de polichinelo, como bem pontua Boltanski (2012), como estratégia de permanência da estrutura e dinâmica familiar, leva os demais membros da família a entrarem como copartícipes na manutenção e a acreditarem que tal violência não esteja ocorrendo no âmbito doméstico. A contribuição de Veena Das (2011) nos leva a compreender que a não revelação de dado segredo aparece como estratégia da vítima de não visitação de seu trauma, cabendo, no caso, a atuação de um profissional qualificado que possa garantir uma escuta sábia de um segredo que é mantido a sete chaves. Um elemento importante de Veena Das (2011) refere-se ao conceito de tempo e a sua existência como elemento de resolução de conflitos anteriores, a partir do processo de esquecimento/distanciamento do fato vivido. O conceito de vergonha, como categoria sociológica que orienta silenciamento, tomou-se como estudo a proposição teórica de Thomas Scheff (2016).

Como estrutura de acompanhamento da pesquisa, apresentamos, no capítulo 1 os Aspectos Metodológicos – o enfoque metodológico que a subsidia, apontando para a definição do cenário de informações; os atores envolvidos na intervenção – os profissionais que atuam no atendimento direto de vítimas de violência sexual e as vítimas que se colocaram disponíveis à efetivação das entrevistas; o instrumento de coleta de dados – a entrevista estruturada; o enfoque analítico pautado na análise qualitativa dos dados e, por fim, o enfoque ético da pesquisa.

O capítulo 2 – Surgimento e deslocamento da literatura sobre o abuso sexual - foi dedicado a traçar o percurso socioantropológico da família, a partir do recorte da violência doméstica intrafamiliar. Abordam-se os temas: a constituição

do abuso sexual intrafamiliar; o incesto; o papel da família/mãe diante do abuso sexual e como essa violência ocorre num campo real e simbólico. Incursionamos, ainda, pela leitura teórica acerca da violência no cenário social brasileiro e das medidas disciplinares corpóreas, apresentando o espaço doméstico como também de construções de relações pautadas na violência, finalizando-se com a violência doméstica intrafamiliar, sob a modalidade sexual, apontando os marcadores que compõem o abuso sexual, a ponto de deixar o fenômeno do segredo como algo invisibilizado ou permissível, no âmbito familiar.

O capítulo 3 – O segredo como mecanismo de poder: da construção à quebra do pacto de silêncio - foi dedicado à compreensão do segredo e sua manutenção pelo silêncio enquanto elemento de poder. A partir dessa compreensão foi possível aproximar-se do modo como ocorre a construção do pacto do silêncio, assim como quais os condicionantes necessários para sua ruptura.

O capítulo 4 - O marco legal ao enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente: do papel à prática - constitui-se como um recorte do marco legal de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e explica como as unidades de gestão estruturaram suas intervenções pontuais e em rede. Há uma análise do panorama legal que subsidiou a implantação de políticas públicas de proteção social para esse contingente populacional (crianças e adolescentes). Abordaram-se as estratégias em rede para o enfrentamento da violência sexual e, por fim, apresentou-se a proteção social na Paraíba para atuar no enfrentamento da violência sexual, no âmbito da política pública, apresentando a estrutura e impactos no enfrentamento do fenômeno social estudado.

Por fim, o capítulo 5 – Compreendendo o pacto do silêncio - é dedicado à análise dos dados da pesquisa em si, subdividida em quatro subseções: 5.1 **Pacto do Silêncio**: medo e vergonha, em que trazemos o silêncio como elemento de manutenção das relações familiares e retroalimentador do abuso sexual recorrente. Nessa subseção, trabalhou-se o conceito de segredo na perspectiva sociológica; 5.2 **O Segredo Revelado**: reação da família, das vítimas e dos técnicos – nesse tópico, ocorreu a exposição da percepção dos técnicos sobre como as vítimas e a família se deparam com a revelação; discutiu-se como as vítimas entrevistadas se deparam com o momento de construção do segredo

e de sua revelação. O item 5.3 – **A equipe interdisciplinar**: responsabilidade na dor da vítima, apresenta as condições sociais relatadas para os técnicos e como a revelação e o tratar com a dor do outro apresenta-se como elemento de fragilização do profissional, assim como quais as estratégias utilizadas pela equipe interdisciplinar para a condução de seu trabalho cotidiano. A subseção 5.4 - **Atuação estatal e a quebra do silêncio**, aponta para a gestão e intervenção das práticas do Estado como estratégia de intervenção num problema social e de saúde pública. Também foram explorados os déficits de formação universitária no que tange à não inclusão, nos componentes curriculares, conteúdos que abordem a realidade em tela e, por fim, foi apontada a necessidade de revisitação da atuação em rede como promotora de melhor atendimento às vítimas de violência sexual.

Como último tópico da pesquisa, apresentam-se as conclusões desse estudo, expondo-se e analisando-se as contribuições das leituras sociológicas para compreender o fenômeno estudado; os resultados que os referidos subsídios teóricos conduziram para a análise do silêncio como instrumento de poder a partir da construção do pacto de segredo; as contribuições do referido estudo para o repensar das práticas formativas e interventivas dos profissionais que atuam no enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar e o aporte para novas pesquisas.

I ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de base qualitativa vem tomando um papel de destaque nas ciências sociais. O não enquadramento de determinados dados em aspectos quantitativos, como sentimentos, sentidos, representações, vivências traumáticas, vem conduzindo os cientistas a optarem pela qualificação dos dados. Neste sentido, lançamos mão de uma análise qualitativa dos dados, enquanto “um instrumento importante para o estudo da interação entre os indivíduos” (Richardson, 1985:175), procurando utilizar as técnicas básicas para esse tipo específico de investigação científica, no sentido de apreendermos aspectos que não estão na superficialidade do fenômeno.

A opção pela pesquisa qualitativa na investigação do pacto do silêncio/segreto, em casos de abuso sexual intrafamiliar recorrente, buscou, como estratégia de acessibilidade do objeto de estudo, as atividades da equipe interdisciplinar que atua no atendimento ao abuso sexual, seja no campo da saúde ou da assistência social, além da escuta dos usuários e familiares atendidos pelos serviços especializados, quando da possibilidade de acesso. Tal metodologia consegue melhor associar “a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 2010, p. 22-23). A partir das vozes que atuam no atendimento do abuso sexual (profissionais de atendimento especializado) e da própria fala dos usuários envolvidos nesse cenário, algumas vítimas, pôde-se compreender a forma em que o pacto do silêncio se constitui ou não como mecanismo de poder utilizado pelo abusador, visando à manutenção do segredo enquanto elemento de estruturação da relação de poder.

Para tanto, lançamos mão dessa perspectiva metodológica, no sentido de compreender os significados e intencionalidades do fenômeno em questão – o abuso sexual intrafamiliar e seu desdobramento no pacto do silêncio - numa perspectiva de totalidade, em estreita relação com o real concreto. Como bem pontua Minayo (2010),

Com relação aos significados, ela os considera como parte integrante da totalidade, devendo ser compreendidos e

interpretados tanto no nível das representações sociais como das determinações essenciais. Sob esse enfoque, não se entende a ação humana independente do significado que lhe é atribuído pelo autor, mas também não se identifica essa ação com a interpretação que o ator social lhe reserva (MINAYO, 2010, p. 25)

A compreensão dos conceitos de historicidade e totalidade dos fenômenos garante ao pesquisador ampliar sua capacidade de interpretação do real a partir do empírico, compreendendo que as relações e as etapas de um dado fenômeno se inserem num todo complexo e diferenciado. Embora a abordagem dialética não seja a vertente hegemônica de análise e interpretação das ciências sociais, apresenta-se como alternativa mais plausível para o desvelamento do fenômeno enquanto expressão da realidade social.

Para esse estudo específico, focalizaram-se a compreensão da violência, a integralidade das ações por parte dos profissionais que atuam no atendimento no âmbito da assistência (saúde e assistência social) com os profissionais que atuam em rede para o seu enfrentamento, assim como a análise da dinâmica da violência no espaço microcosmo – a casa – e a construção do pacto do silêncio gerado neste espaço.

Nesse sentido, foi realizada uma incursão na pesquisa, a partir das informações prestadas pelos profissionais que atuam no atendimento direto às vítimas de abuso sexual, nos âmbitos da assistência e da saúde. A partir dessa aproximação, se estabeleceu um contato direto com as vítimas de abuso e familiares, construindo-se um *rappor*t e contexto de confiabilidade que possibilitou a passagem para a coleta de informações com os principais sujeitos da pesquisa: vítimas e familiares. Contudo, deixamos claro que, de acordo com os critérios éticos, todos os depoimentos foram coletados a partir da disponibilidade dos envolvidos, evitando qualquer movimento de revitimização dos usuários do serviço especializado.

Sendo assim, o primeiro passo metodológico da pesquisa foi mapear os cenários de possíveis informantes que levariam ao contato com as vítimas de abusos sexuais e, no caso específico da pesquisa, as vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Logo após, passou-se a compreender os cenários de informantes, os atores envolvidos nos cenários de intervenção, o instrumento de coleta de dados (entrevista estruturada), o enfoque analítico que subsidiou a pesquisa (estudo de

caso), o enfoque ético, baseado no suporte da resolução 466/2012 do CNS/CONEP, como também a metodologia de abordagem às vítimas de abuso sexual, no sentido de não revitimizá-las, nem submetê-las à exposição e, por fim, construiu-se o roteiro de entrevista adequado a cada público informante: profissionais, vítimas e familiares.

Contudo, apesar de toda a intencionalidade inicial da pesquisa em compreender o pacto do silêncio, a partir das narrativas das vítimas de abuso sexual recorrente, o contato com as unidades de atendimento demonstrou que o enfrentamento desse fenômeno – o abuso sexual intrafamiliar - se apresenta, ainda muito incipiente. Isso não significa nem implica uma redução do fenômeno, mas reflete a dificuldade que as vítimas e familiares têm em revelar a violência vivenciada. Durante todo o processo de contato com as unidades de atendimento, no âmbito da assistência e saúde, na qualidade de pesquisadora, percebi a dificuldade das vítimas em dar prosseguimento às escutas qualificadas e aos passos necessários para buscar soluções e proteção judiciais.

Sendo assim, embora tenham sido revelados os arquivos com depoimentos, relatórios, acompanhamento de um número considerável de vítimas, a busca ativa para seu retorno à unidade de atendimento foi inúmeras vezes recusada ou resultou em fracasso. Tais recusas se moldavam pela negativa direta de retomar ao processo, a partir de uma vertente de pesquisa ou, quando aceita tal prerrogativa, a mesma não se efetivava. Diante de um cenário de inviabilidade das entrevistas, redirecionamos o público-alvo para os profissionais e para quatro vítimas atendidas, que se prestaram, voluntariamente, a participar da pesquisa.

1.1 Cenários de informações - Centros de Referência Municipais, Centro de Referência dos Polos Regionais e Instituto Cândida Vargas

Pela proximidade com a temática e minha vinculação à unidade de saúde – Instituto Cândida Vargas³ -, procurei identificar quais os principais órgãos

³ Desde 2010, atuo como assistente social no Instituto Cândida Vargas, especificamente no Centro de Referência ao Atendimento às Vítimas de Violência Sexual e Doméstica (ICVio), unidade que funciona desde 2006 e serve como referência para o atendimento às vítimas de João Pessoa e Grande João Pessoa. A partir de minha vinculação nessa unidade de saúde, tive contato com várias adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual, porém, o que me chamou a atenção foram os casos de violência sexual intrafamiliar,

que fazem interface de referência e contrarreferência com a área de saúde, a partir dos encaminhamentos necessários. Dentre as instituições que fazem parte da Rede de atendimento destacam-se o Centro de Referência da Mulher, o Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS), o Instituto de Medicina Legal (IML); Delegacia da Mulher, Delegacia de Proteção da Infância e Juventude; REDEXI; Comitê de Prevenção e Controle de Acidentes e Violências; Instituto Cândida Vargas; Conselho Tutelar e Promotoria da Infância e Juventude

A partir desse levantamento, procurou-se identificar os órgãos de maior acessibilidade para a pesquisa e quais atuavam diretamente com o atendimento às vítimas de violência sexual. Nesse sentido e pelo princípio da proteção social especial, os CREAS serviram de base para o início da pesquisa, uma vez que atuam diretamente com violação de direitos e, entre esses, a questão da violência sexual. No mapeamento das unidades de gestão, foram identificados, no âmbito municipal, quatro unidades de assistência social especializadas, e, no estadual, dez Polos Regionais. No tocante aos CREAS municipais, apenas três prestavam atendimento às vítimas de violência sexual. Uma quarta unidade incorporou tal serviço a partir do ano de 2015, não apresentando, no período da pesquisa, qualquer atendimento à população, alvo desse estudo. Quanto aos Polos Regionais, priorizamos a unidade do CREAS situada no município de Lucena, em função da proximidade com o município de João Pessoa. No âmbito da saúde, o Instituto Cândida Vargas apresentou condições exequíveis para essa pesquisa, pelo fato de atuar com a problemática através de uma equipe interdisciplinar.

1.2 Atores envolvidos nos cenários de intervenção

Para a operacionalização da pesquisa, definiu-se metodologicamente como estudo de caso, compreendendo-o como uma

avaliação qualitativa, pois seu objetivo é o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente. Trata-se

levando-me, com isso, a enveredar pela pesquisa, uma vez que esses casos específicos foram notificados por terceiros ou pela genitora, quando a vítima apresentava gravidez. O silêncio, como elemento do segredo familiar, no que diz respeito a revelar o incesto, serviu de inquietação acadêmica para mergulhar no referido estudo. Porém, mesmo havendo a constatação de um número significativo de vítimas de abuso sexual recorrente, a busca ativa por essas jovens atendidas não logrou êxito. Os endereços e telefones fornecidos não correspondiam ao que era apresentado na ficha de notificação compulsória, e os poucos números de telefone correspondentes, os usuários recusaram-se a participar da pesquisa.

de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística, onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto (MARTINS & THEÓPHILOS, 2009, p. 61-62).

Como unidades de análise, tomaram-se os profissionais que atuam na assistência às vítimas de abuso sexual nas unidades especializadas, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social e Instituto Cândida Vargas, como também as vítimas atendidas nessas unidades a que tivemos acesso.

Foi realizado um levantamento e mapeamento das instituições que atuam no enfrentamento do fenômeno na capital do estado da Paraíba, com participação na REDEXI-PB e/ou Comitê de Prevenção e Controle de Acidentes e Violências. Como a maioria das instituições não têm caráter de intervenção e atendimento direto às vítimas de abuso sexual, optou-se pelas unidades especializadas citadas acima.

Também, no decorrer da pesquisa, por se perceber a dificuldade em realizar entrevistas com as vítimas e familiares nas dependências dos CREAS e Instituto Cândida Vargas, fez-se a opção por entrevistar crianças e adolescentes em regime de abrigo público, visto que, nesses espaços de acolhimento provisório, encontramos o público recorte para essa pesquisa, ou seja, crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar recorrente. Vale destacar que, embora essas unidades de gestão apresentem um número significativo de atendimento às vítimas de abuso sexual, havia um número reduzido de casos que se enquadravam no perfil da pesquisa ou seja, abuso sexual intrafamiliar recorrente, cujo pacto de silêncio/segredo perdurou por algum tempo. Outra dificuldade identificada na operacionalização da pesquisa foram as constantes ausências das vítimas, após o primeiro atendimento, às unidades, para continuidade da assistência e acompanhamento pela equipe interdisciplinar.

Nesse sentido, algumas buscas ativas foram realizadas em colaboração com a equipe de atendimento, porém a possibilidade de se depararem com situações de dores emocionais levou à resistência em falar sobre as experiências vivenciadas, inviabilizando a realização da pesquisa num número ampliado. Outros fatos apresentados durante as entrevistas foram a desistência

da vítima pela entrevista durante o curso da mesma ou, ao final, a solicitação ao pesquisador para desprezar todo material coletado. Percebeu-se que essas entrevistas surtiram mais efeitos de catarse na vítima em relação ao ocorrido, proporcionando às mesmas um alívio, porém, não permitindo a permanência da gravação da entrevista. Por fim, durante o processo de entrevista, houve vários momentos de silêncio das vítimas, fato analisado pela pesquisadora como bastante significativo para essa pesquisa. A resistência ao falar após a vivência da violação demonstra o quanto o silêncio é um elemento que permeia as vítimas, mesmo em situação de amparo legal ou institucional.

Antecipando o critério ético dessa pesquisa, utilizaram-se pseudônimos para os profissionais de saúde e assistência social, também não se identificaram as unidades dos CREAS do município de João Pessoa nem os polos regionais, a fim de respeitar a privacidade dos entrevistados, preservando suas identidades. Da mesma forma, foram usados pseudônimos para as vítimas participantes da pesquisa, para garantir seu anonimato e o sigilo acordado, prescrito na legislação. Neste sentido, as quatro vítimas foram nomeadas como Rosana (15 anos); Joana (11 anos) e Mariana (17 anos). Além dessas depoentes, houve uma vítima, que participou voluntariamente e foi denominada Soraia (28 anos).

1.3 Instrumento de coleta de dados: a entrevista estruturada

A garantia da consecução dos objetivos da pesquisa qualitativa, através da coleta de informações sobre o fenômeno estudado, de difícil abordagem, junto aos profissionais da assistência e saúde e às próprias vítimas, foi dada pela entrevista estruturada, enriquecida pela observação do comportamento dos participantes. A inclinação pela associação dessas técnicas de coleta de dados garantiu a complementariedade das informações sobre o fenômeno. A resistência à exposição dos fatos de grande impacto psicológico foi revelada durante a observação da realidade pela pesquisadora nos processos de busca ativa.

Entre os profissionais que prestam atendimento especializado, as entrevistas ocorreram em seus espaços sócio-ocupacionais, de acordo com a disponibilidade apresentada pelos mesmos. Esses espaços de atendimento

serviram também de base para as entrevistas junto às vítimas de abuso sexual intrafamiliar, uma vez que, em atendimento, os mesmos já os identificavam como espaços de acolhimento para resolutividade do problema no qual estavam inseridas.

Foram então estruturados roteiros que serviram de protocolo da pesquisa para públicos específicos (roteiro em anexo), contendo, para os participantes governamentais vinculados ao CREAS, 12 perguntas; Instituto Cândida Vargas, representando o segmento da saúde, 13 perguntas e, para as vítimas às quais tivemos acesso, 11 perguntas. Tal protocolo de pesquisa nos ajudou na condução de aspectos que deram condições de analisarmos mediante um processo de triangulação dos dados: incesto, pacto do silêncio e sua quebra.

A partir da compreensão do fenômeno trabalhado como de abordagem delicada, e estando o estudo pautado na pesquisa qualitativa, tomou-se como critério para saturação do número de depoentes profissionais a serem entrevistados, o momento em que as compreensões por parte destes comesçassem a se apresentar repetitivas. Embora o número de abusos sexuais seja significativo, a identificação do fenômeno e sua abordagem, dentro de uma perspectiva de pesquisa, não foram tarefa fácil. No tocante às vítimas, utilizou-se o estudo de casos, abordado mediante a acessibilidade, entre três vítimas de abuso sexual, em atendimento. Dessa forma, trabalhou-se com a realidade apresentada por elas, que se enquadravam nos critérios de seleção e que se colocaram disponíveis a revelar suas experiências. Além destas, houve um depoimento espontâneo de uma vítima que, voluntariamente, se apresentou para colaborar com a pesquisa, totalizando quatro depoimentos de vítimas.

As entrevistas estruturadas seguiram um roteiro em que foi pontuada a percepção dos informantes acerca de três aspectos:

- grau de formação e inserção deste profissional no atendimento às vítimas de abuso sexual; o suporte institucional para o atendimento às vítimas de abuso sexual;
- a efetivação do atendimento a partir de uma abordagem multidisciplinar, uma vez que as equipes dos CREAS e do Instituto Cândida Vargas são constituídas, em sua maioria, de profissionais de diversas áreas (assistente social, psicólogo, advogado, educador social); a abordagem

junto à família compreendendo a gênese da violência sexual; a interface e o fluxo de comunicação no que diz respeito à referência e contrarreferência dos serviços sócio assistenciais de atendimento e enfrentamento ao abuso sexual; assim como a efetivação das ações dentro de uma lógica de integralidade na seara da saúde coletiva; a percepção do agressor por parte dos profissionais; a leitura da violência e da construção do silêncio como instrumento de poder e a compreensão deste silêncio que envolve a vítima em sua dinâmica familiar secretada;

- memória de algum caso que foi emblemático para a vivência do profissional nesta área específica de violação de direitos.

A abordagem às vítimas foi inicialmente pensada, tomando-se, como critério, os casos atendidos nas unidades dos CREAS e do Instituto Cândida Vargas, unidades que prestam atendimento às vítimas e o definem sistematicamente em sua rotina. Neste sentido, o contato ocorre por encaminhamento de um dos órgãos de atendimento que compõem a rede de assistência, e há um acompanhamento posterior, que poderá demandar um período considerável de meses. Isso facilita a construção do vínculo junto aos profissionais dessas unidades de gestão e tornou mais exequível minha entrada nessa dinâmica de atendimento, favorecendo a realização da pesquisa.

Visando obter a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo, definiu-se, como critério de entrevista, a acessibilidade aos entrevistados, tendo o número de entrevistados, entre profissionais e vítimas, atingido um total de 16 participantes. Como o foco da pesquisa direcionou-se pela abordagem qualitativa, a maior preocupação foi o aprofundamento, a amplitude e apreensão do fenômeno, a partir da compreensão dos informantes, garantido, com seu resultado, um suporte para novas investigações (MINAYO, 2010, p. 197-198).

Vale destacar que, das unidades dos CREAS regionais⁴, apenas a unidade de Lucena foi contemplada dentro da área metropolitana de João Pessoa, pelo número significativo de atendimento às vítimas de abuso sexual e

⁴ Vale destacar que outros municípios apresentaram um aumento no atendimento de casos de abuso sexual, a saber: Itabaiana e Campina Grande. Porém, a dificuldade de reencontrar as vítimas atendidas e a distância entre o período de atendimento e o cômputo das notificações dificultaram o retorno da vítima à unidade, bem como de sua participação na pesquisa.

pela disponibilidade dos profissionais em participar da pesquisa. No que se refere aos CREAS municipais, em João Pessoa, no total de quatro unidades, uma não havia implantado o atendimento às vítimas de abuso sexual, em 2015 e, das três restantes, apenas duas colocaram-se à disposição da pesquisa, com maior acessibilidade.

No que se refere ao quantitativo de entrevistas das vítimas, as recusas em revelar a violência vivenciada foram constantes. Inicialmente, a proposta da pesquisa era extremamente receptiva, porém, no desenvolvimento e estabelecimento dos contatos para a efetivação das entrevistas, situações de atraso, falta injustificada e recusa direta foram configurando a realidade de coleta de dados e a inviabilidade dos depoimentos por parte das vítimas e familiares. Tal realidade levou à opção pelo estudo de caso a partir do depoimento de quatro vítimas⁵. Ressalte-se que os resultados dessa pesquisa contemplaram a realidade apresentada pelas quatro depoentes, não cabendo generalizações para os casos de abuso sexual intrafamiliar recorrente como um todo, mas ao que foi plausível e exequível para essa pesquisa.

No caso específico da técnica de entrevista voltada para a população vítima de abuso sexual, definiu-se, como critério de inclusão na pesquisa, o fato de o abuso sexual ser intrafamiliar e recorrente. Como recorte temporal, selecionamos os casos atendidos em 2014 e 2015 que estavam recebendo atendimento nas unidades especializadas. O recrutamento dos sujeitos que compuseram esse segundo grupo tomou como premissa a participação do moderador (profissional que estabeleceria o vínculo anteriormente com esta população) nas reuniões e atendimentos. No caso específico, a equipe era constituída por assistentes sociais, psicólogos e educadores.

Nestes encontros, o mediador apresentava a proposição da pesquisa, seus objetivos e metodologia, visando identificar os sujeitos que comporiam a base de dados para as entrevistas. No entanto, pelo fato de o público-alvo - crianças e adolescentes - necessitar de prévia autorização de seus responsáveis, houve muita recusa para a participação nas entrevistas por parte dos familiares.

⁵ Durante o decorrer da pesquisa, foram identificadas um número significativo de vítimas de abuso, porém, dado o recorte relativo à relação de parentesco (abuso sexual intrafamiliar) e à recorrência, o contato com as vítimas atendidas pelo Instituto Cândida Vargas, após atendimento clínico, foi dificultado. Assim, recorreremos às usuárias atendidas pelos CREAS, visto que estas, após a primeira escuta, passam algumas sessões de atendimento com a equipe multidisciplinar.

Algumas, inclusive, foram realizadas sem a gravação das falas. Foram obtidas apenas seis entrevistas, das quais três vítimas, logo após a entrevista, solicitaram a não utilização de seus relatos pela pesquisadora, inclusive, que os relatos fossem apagados. Como o respondente pode a qualquer momento da entrevista tê-la suspensa, prontamente os referidos relatos foram apagados. Utilizamos como suporte de apoio dos entrevistados o termo de consentimento e o termo de assentimento, ambos instrumentos que davam liberdade para os respondentes interromperem a entrevista no momento que se sentiam incomodados.

Porém, nesse processo de entrevistas, três casos chamaram a atenção durante o processo de coleta de dados: dois casos de abuso sexual vividos por duas profissionais que prestavam atendimento às vítimas e que se colocaram favoráveis à pesquisa, concedendo seus depoimentos livremente. Além dessas, houve a procura espontânea de uma aluna de Serviço Social que, na intenção de tratar de um caso de abuso sexual que envolvia seu pai e a enteada dele, revelou o abuso sofrido por ela própria, denominada, nesse trabalho de Soraya.

A fim de reconstituir as situações de violência vivenciadas pelas vítimas, procurou-se utilizar, como estratégia metodológica, a partir da compreensão da origem do abuso, a efetivação da violência, construção do pacto e sua quebra. Essas histórias, embora permeadas por particularidades, indicam uma dinâmica que está presente para a além da experiência particular e individual. A remontagem dessas histórias revelava um percurso de gênese da violência, o contexto familiar, a percepção das vítimas quanto ao abusador e sua prisão à trama da violência, assim como a construção e manutenção do segredo que só foi revelado por um terceiro, demonstrando que a fala particular configura realidades de uma coletividade contada a partir de um indivíduo.

Diante da recusa de algumas vítimas em depor acerca de violência e seus familiares, buscaram-se informações em fontes secundárias, a exemplo de documentos que foram registrados pelos CREAS, para garantir o aprofundamento da pesquisa e sua realização satisfatória.

1.4 Enfoque analítico: análise qualitativa dos dados

A análise das entrevistas realizadas com os profissionais que atuam diretamente com as vítimas de abuso sexual (assistência e saúde) e com as vítimas tomou como suporte analítico a abordagem qualitativa dos dados coletados. Considerou-se, para esse estudo, a qualificação dos dados por compreender que o tema abordado trata de fenômenos de ordem subjetiva e comportamental, sem possibilidades de mensuração. Nesse sentido, compreender o abuso sexual, a partir da ótica da construção e quebra do pacto do silêncio, só foi possível mediante a descrição, compreensão e interpretação dos dados levantados pelas depoentes. (MARTINS & THEÓPHILO, 2009, p. 61)

Para garantir a confiabilidade dos resultados buscou-se a convergência de resultados, tanto no que diz respeito aos fatos, como às teorias que embasam o estudo. Para tanto, fez uso do processo de triangulação dos dados coletados, a partir dos enunciados das depoentes, e a confrontação com as teorias serviu de fio condutor para o processo analítico da pesquisa apresentada.

A literatura apresenta e discute quatro tipos de triangulação: (1) de fontes de dados – triangulação de dados – alternativa mais utilizada pelos investigadores; (2) de pesquisadores – avaliadores distintos colocam suas posições sobre os achados do estudo; (3) de teorias – leituras dos dados pelas lentes de diferentes teorias; (4) metodológica – abordagens metodológicas diferentes para a condução de uma mesma pesquisa. Quando há convergência de diversas fontes de evidências, tem-se um fato que poderá ser tratado como uma descoberta e devida conclusão, ou considerado como uma evidência que será juntada a outras, visando a melhor compreensão e interpretação do de um fenômeno (MARTINS & THEÓPHILO, 2009, p. 68).

Para subsidiar coleta de dados secundários, utilizaram-se documentos oficiais pertencentes às unidades de assistência e saúde, bem como aqueles vinculados à esfera judicial. A pesquisa documental permitiu acompanhar e analisar o conteúdo expresso em documentos oficiais como o Plano de Enfrentamento; relatórios da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano; do Disque 100; relatórios das entidades que atuam diretamente com a assistência às vítimas de violência como os dos CREAS, encaminhados à promotoria da infância e juventude, assim como os relatos registrados nessa promotoria, em

abertura de inquéritos judiciais. Estes esclareceram acerca da efetivação das ações em Rede em suas diversas etapas - planejamento, monitoramento e avaliação - e do resultado dessas ações, como a prevenção e redução do abuso sexual no município de João Pessoa, no estado da Paraíba. O uso de material “(...) que não foi editado, como cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, avisos, agendas, propostas, relatórios, (...), etc.” são de grande utilidade para ampliar a compreensão do problema de pesquisa (MARTINS & THEOPHILO, 2009, p. 88).

Destacamos que, devido à delicadeza pertinente ao objeto dessas entrevistas com as vítimas – falar do seu segredo, do abuso sexual intrafamiliar recorrente – dedicou-se atenção especial aos momentos em que o desenrolar da pesquisa poderia levar à vivência de situações traumáticas, em que vítimas e familiares estavam envolvidos. Assim, o amparo legal para a pesquisa e sensibilidade diante de uma situação em que sentimentos dúbios foram colocados em cena - dores, medo, culpas, impotência, baixa autoestima, fizeram parte da conduta da pesquisadora.

Por isso, dentro de um critério ético e no respeito aos depoentes que compuseram este segundo bloco – as vítimas – procurou-se, a todo momento, não revitimizá-las a partir da rememoração das ações traumáticas sofridas, interrompendo e suspendendo as entrevistas em momentos de solicitação das mesmas e retomando quando as depoentes encontravam-se mais confortáveis para continuar suas exposições.

1.5 Enfoque ético

Como critério ético-profissional, os depoentes apresentados nessa pesquisa tiveram suas identidades preservadas, sendo a referida pesquisa realizada a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento e do Termo de Assentimento, visto se estar trabalhando com vítimas de abuso sexual que estão sob tutela de um responsável. Por tratar-se de pesquisa com seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo aprovado pelo número CAEE 40738715.4.0000.5183. Após aprovação, a solicitação para a realização das entrevistas foi encaminhada à

Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social do município de João Pessoa e para a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano e Social, a seus respectivos comitês de ética para liberação e encaminhamento da pesquisadora às unidades especializadas, para início das entrevistas. Também foi apresentado o protocolo de aprovação da pesquisa junto ao Ministério Público e demais órgãos que colaboraram com esse trabalho científico.

As entrevistas seguiram roteiros distintos, nos quais se procurou identificar a efetivação da ação dos profissionais que atuam de modo interdisciplinar e em rede, junto aos profissionais que assistem diretamente as vítimas de abuso sexual intrafamiliar (assistência e saúde) e que fazem parte ou não de organismos constituídos como a REDEXI e o Comitê de Prevenção e Controle de Acidentes e Violências. Para as vítimas, o roteiro priorizou a compreensão do Pacto do Silêncio/Segredo propriamente dito, assim como a gênese, processo de construção da violência doméstica intrafamiliar, a percepção do abusado e, por fim, a construção e manutenção do segredo até o seu rompimento.

II SURGIMENTO E DESLOCAMENTO DA LITERATURA SOBRE O ABUSO SEXUAL

2.1 A FAMÍLIA VIOLENTA OU ABUSIVA

Passando a compreender a relação entre família e violência, faz-se necessário incursionar pela ideia de que a família, enquanto segmento social, não se atrela a uma naturalidade harmônica e sem contradições. Como formação histórica, a família apresenta sua dinamicidade, refletindo as mudanças macrossociais em seu espaço microssocial. A violência estrutural⁶, contudo, não se apresenta como único eixo de violações da sociedade, pois coligada a ela tem-se a violência apresentada nas relações interpessoais entre adultos e crianças. A violência, como uma forma de relação social, expressa como os indivíduos constroem a produção e a reprodução da vida em sociedade, demonstrando as formas de sociabilidade, modos de vida e comportamento, indicando o tempo histórico em que dada sociedade se situa. No caso da violência interpessoal⁷, esta traz, como traço peculiar, a capacidade de converter o sujeito em objeto, coisificando-o, retirando deste toda capacidade de liberdade e igualdade.

A violência no espaço social da casa é compreendida como violência interpessoal, tem imbricações com a violência estrutural, mas sua consolidação ocorre por outros determinantes que vão além dos estruturais. Dentre as características que dão contorno à violência doméstica, pode-se considerá-la uma transgressão do poder disciplinador do adulto sobre crianças e adolescentes, demonstrando a desigualdade imposta pelo poder intergeracional. Consiste numa recusa do valor da liberdade, na construção de relações de vitimização, transformando as vítimas em objetos de desejos, sejam estes vinculados ao prazer, domínio físico, psicológico, econômico ou sexual.

A violência doméstica deve então ser compreendida como um problema social e de saúde pública, visto que se configura como um fenômeno que viola os direitos humanos, incorrendo em consequências desastrosas no

⁶ A violência estrutural atrela-se a questão econômica, ou seja, o não acesso a riqueza socialmente produzida, criando um processo de vitimação. Já a relação assimétrica, ocorrida nas relações interpessoais, no caso em estudo – criança x adulto – gera um processo de vitimização, segundo Saffioti (1977).

⁷ Violência interpessoal – geradora de processo de vitimização. Ocorre na relação de domínio entre adultos x crianças; mulheres x homens, no espaço doméstico.

campo físico, mental e social para suas vítimas, sem falar no investimento que o Estado necessita fazer para prevenir e assistir as vítimas de violência doméstica.

Estas violências não são um problema circunstancial ou estritamente privado, mas devemos considerá-las um problema social que envolve todos e todas, dados os efeitos e as consequências entre os membros de uma família e da sociedade. É por isso que estas violências não devem ser pensadas como naturais, esperáveis nem lógicas, nem podemos subestimá-las ou justificá-las porque ocorrem na privacidade do lar e na intimidade dos vínculos, mas é necessário dar-lhes uma existência social, real e sancioná-las. (VELÁZQUEZ, 2012, p. 56)⁸. (Livre tradução da pesquisadora)

Como bem pontuou Velázquez (2012), a violência doméstica relaciona dois termos que socialmente se encontram em oposição: violência e convivência. No momento que o ideário social que amalgama o conceito de família como espaço de proteção, de ternura, de afeto, de harmonia, de segurança se transfigura em espaço de violência, visibiliza-se uma situação e um mal-estar para a sociedade, uma vez que se afasta de práticas tomadas como normais para o imaginário social circunscrito e atrelado ao conceito de família.

Então, a estratégia é camuflar a violência, ora colocando-a como situação particular e circunstancial, ora como algo que ocorre em famílias ditas irregulares, visto que o ideário de harmonia e consenso não se fazem presentes. Nestes casos, há uma dupla violência por parte da sociedade com as famílias envolvidas em situação de violência.

Esta diferença entre o que "deveria ser" uma família e o que realmente ocorre quando aparecem violências que ameaçam a uniformidade e a expectativas, e tem como consequência o não reconhecimento de certos atos como violentos. E isto é assim porque, em geral, se tende a rejeitar ou dissimular o reconhecimento desta realidade que afeta a vida de tantas famílias, realidade que põe em questão a ideia de harmonia e equilíbrio que se deseja que exista nos vínculos. Se expulsa, então, a violência da consciência social, considerando algo alheio

⁸ Estas violencias no son un problema circunstancial ni estrictamente privado, sino que debemos considerarlas un problema social que compromete a todos y a todas, dados los efectos y las consecuencias que tienen en los miembros de una familia y la sociedad. Es por esto que estas violencias no deben ser pensadas como naturales, esperables ni lógicas, ni podemos subestimarlas o justificarlas porque ocurren la privacidad del hogar y en intimidad de los vínculos, sino que es necesario darles una existencia social real y sancionarlas. (VELÁZQUEZ, 2012, p. 57).

e estranho às suas próprias vivências. Por outra parte e em consequência, se culpabiliza e se discrimina aquelas famílias em que se tem evidencia que existem problemas de violência. (VELÁZQUEZ, 2012, p. 57)⁹. (Livre tradução da pesquisadora)

Para escapar de toda censura social, os membros da família, no caso, as vítimas e seus algozes, tomam de forma trivial e rotineira a violência exercida, naturalizando e construindo um ciclo de violência como dinâmica interna dessas famílias. Trazer à discussão as diferenças entre as famílias, não no sentido de inculcar a ideia de melhor ou de pior, a estruturada ou a desestruturada, a boa e a má família, mas de compreender que existem dinâmicas diferentes entre elas, como também de visibilizar a violência como uma realidade social a ser combatida dentro e fora do contexto familiar, colaborará para desocultar as camadas invisíveis da violência no contexto doméstico.

Nomear o invisível apresenta-se como estratégia de desnaturalização de comportamentos que são consolidados ao longo das relações sociais intrafamiliares pautadas na dinâmica da violência. Nomear, na perspectiva de Bourdieu (1999), seria dar concretude ao que é rotineiro, invisível, oculto, indizível e “natural”. Então, encobre-se o que não se permite aceitar como real, como existente. (Grifo da pesquisadora)

Este desocultamento desses “invisíveis”, que atuam através de silenciamentos, omissões e descrença, ajudará a pôr em questão as estratégias sociais, também violentas, que tornam impossível sua visualização. (...) Algo invisível, neste contexto, refere-se aos comportamentos que parecem óbvios, comuns, que se mostram como inquestionáveis, porém, apresentam dificuldade para ser reconhecidos como violentos, mesmo com o peso da realidade. (VELÁZQUEZ, 2012, p. 59)¹⁰. (Livre tradução da pesquisadora)

⁹Esta diferencia entre lo que “debería ser” una familia y lo que realmente es cuando aparecen violencias amenaza la uniformidad y lo esperado, y tiene como consecuencia que no se reconozcan ciertos actos como violentos. Y esto suele ser así porque, en general, se tiende a rechazar o encubrir el reconocimiento de esa realidad que afecta la vida de tantas familias, realidad que pone en cuestión la idea de armonía y equilibrio que se desea que exista en los vínculos. Se expulsa, entonces, la violencia de la conciencia social, considerándola algo ajeno y extraño a las propias vivencias. Por otra parte y en consecuencia, se culpaniza y discrimina aquella familias en que se hace evidente que existen problemas de violencia. (VELÁZQUEZ, 2012, p. 57)

¹⁰ Este desocultamiento de eso “ invisibles”, que actúan a través de silenciamientos, omisiones y descreimiento, ayudará a poner en cuestión las estrategias sociales, también violentas, que hacen imposible su visibilización.

Tais processos de ocultamento conduzem para a produção e reprodução da própria violência. Sendo assim, um dos recursos para compreendermos este processo de invisibilidade da violência doméstica, no sentido de naturalizá-la, é trazer-se à discussão a categoria de gênero, como condição de analisarmos como as diferenças e hierarquias, no interior da família ocorrem, tomando como eixo estruturante as diferenças de gênero e o exercício de poder que os homens exercem sobre as mulheres, em suas diferentes fases de vida - criança, adolescente e adulta.

A violência doméstica, expressa no abuso sexual, gera um duplo complexo: violência intrafamiliar e o incesto. Por esse último componente as famílias são levadas a calar como um segredo de família. A categoria incesto vai de encontro a todo o ideário de família, visto que foi socialmente construída para o interdito e o limite dos corpos, para a construção de uma família “regular” ou “estruturada”.

A associação do incesto a algo proibido, de acordo com Cohen e Gobbetti (2015), se estende na proibição de se falar sobre o fato, colocando-o entre os tabus sociais. É a partir desta proibição das falas que se constituem os “segredos de família”.

O silenciamento de algumas histórias é condição para a construção de categorias a-críticas, a-históricas, que são oferecidas como objetivas, e pela simplificação contribuem para a construção de um quadro de ordem contra o qual, o presente com todas as suas vozes se apresenta como desordenado ou caótico (CRUZ, 2002, p. 124).

Dando respaldo à proibição do incesto, teorias no campo da biologia, sociologia e psicologia foram elaboradas, no sentido de justificar o interdito em tal ato, visto que este pode estar associado a problemas no campo físico-biológico, gerando má formação genética aos bebês, frutos de relações incestogênicas; na

(...)

Un invisible, en este contexto, se refiere a aquellas conductas que parecen obvias, habituales, que se muestran como incuestionables, pero que, sin embargo, presentan dificultades para ser reconocidas como violentas, aun desde el peso do real. (VELÁZQUEZ, 2012, p 59)

questão da demarcação e constituição da sociedade e da cultura e, por fim, na constituição da psique do indivíduo, a partir da simbolização de funções dentro da família, na constituição e definição dos papéis de pai, mãe e filho. Como pontuou Freud, em *O Mal-Estar na Civilização* (1930), a proibição do incesto atua como organizador e estruturador do aparelho mental em suas instâncias: id, ego e superego. O id, enquanto estrutura instintiva e de impulso, estaria relacionada às pulsões naturais de sobrevivência e de satisfação; o superego funcionaria como internalizador das leis externas a partir da criação da censura e internalização dos limites sociais, das leis; e o ego faria esta mediação entre as leis internas e as externas. Sendo assim, o incesto circula entre dois sentimentos contraditórios: desejo e proibição.

É diante desta proibição dos desejos edípicos que se constitui, segundo Freud, o limiar entre realidade e desejo. Nesta composição que o indivíduo sai de seu estado de animalidade (natureza) e entra para o estado civilizatório. Considerado por Freud como antissocial, deve-se exercer sobre o incesto uma força tamanha para conter o desejo que, por si só, já apresenta uma força também intensa.

No campo da sociologia, a colaboração de Lévi-Strauss (2012) aponta para a ambivalência na constituição do indivíduo, sendo este composto de duas esferas: animal e social. O interdito aos desejos incestuosos favorecerá para a passagem do indivíduo de seu estágio instintivo/natural para a seara do cultural e da civilização.

A lógica nos diz que a proibição do incesto, como uma expressão cultural, bem como outras restrições nas alianças, responde a necessidades sociais determinadas. Quer dizer, longe de ter capacidade de explicar o parentesco, a proibição do incesto deve ser, em si mesma, explicada e compreendida a partir do social, - e apenas desde uma perspectiva histórica -, as razões do parentesco. (BRODSKY, 2011, p. 41)¹¹. (Livre tradução da pesquisadora)

¹¹ La lógica nos indica que la prohibición del incesto, como expresión cultural, así como otras restricciones en las alianzas, responde a necesidades sociales determinadas. Es decir, lejos de tener capacidad de explicar el parentesco, la prohibición del incesto debe ser, en sí misma, explicada a partir de lo social, para poder entender desde lo social – y sólo desde una perspectiva histórica -, las razones del parentesco (BRODSKY, 2011, p. 41)

Porém, os dados empíricos nos revelam que, apesar de todo aparato social, jurídico e policial, o incesto ocorre nos espaços domésticos, e a família sai do patamar de unidade de proteção, harmônica e feliz, própria dos comerciais de margarinas, para se constituir em espaço de risco. Tais famílias são duplamente condenadas, por visibilizar uma realidade que recebe uma força para o silenciamento e negação e por fugir de um padrão que se considerou como ideal. Diante da ocorrência de incesto, “a primeira reação é de se tomar essa família como “patológica”, “desestruturada”, “insensível”, espaço onde convivem pais “monstros”, e mães “ausentes”, etc. (MATIAS, 2006, p. 298).

O silenciamento ao incesto e seu interdito existem porque há um desejo a ser reprimido (COHEN, GOBETTII, 2015). Como bem pontuou Foucault (1979), sobre a questão da sexualidade moderna, enquanto a sexualidade do século XIX se estruturava sob o signo do regime vitoriano, “A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita” (FOUCAULT, 1979, p. 9). Sendo assim, o puritanismo moderno impõe à sexualidade seu tríplice decreto: a interdição, a inexistência e o mutismo. E no caso do abuso sexual intrafamiliar todas as significações e ressignificações do sexo são revistos, uma vez que conceitos variados como família, sexo, normatização, lei, correção e transgressão se entrelaçam.

Vale destacar que a dinâmica familiar não ocorre numa única direção e que o contexto familiar é permeado por violências que vão desde os aspectos mais visíveis, no campo físico, passando por violações no caso psicológico e as práticas de violência cujo silenciamento é sua base, pelo fato de esta ocorrer dentro de uma seara de interdição social – o prazer sexual ou vivência sexual entre parentes de linhagem direta.

2.2 O olhar socioantropológico sobre família e violência intrafamiliar no Brasil

Um olhar social acerca da violência doméstico-sexual nos leva necessariamente a revisitarmos a tríade das relações sociais estruturantes em que estão as bases da formação social brasileira: o patriarcado, o racismo, o

capitalismo e, no seu centro, a concepção adultocêntrica das relações sociais. (GUIMARAES, 2003).

A formação brasileira, com base no patriarcado, conduziu, durante séculos, a configuração familiar, centrando-se no poder do pai sobre as decisões políticas, econômicas, religiosas, assumindo domínio sobre todos os corpos tidos como inferiores, a saber: as mulheres, as crianças e os escravos. Essa relação de domínio encontrou, nas instituições religiosas, escolares e familiares, campo fértil para sua reprodução. A extrema dominação do patriarcado se sustentava em dois pilares correlatos: a divisão do trabalho por sexo e a “posse” da sexualidade feminina, submetendo as mulheres à total condição de submissão aos desejos do patriarca, afastando-as, por completo, dos benefícios e das decisões de poder.

O racismo, como fenômeno de imposição de superioridade da raça branca sobre a negra, também reforçou o poder do patriarca, visto que encontrava nele atributos que reforçavam seu domínio como ser homem, branco e senhor. As relações raciais estabelecidas no Brasil davam-se muito mais além da exploração da mão-de-obra escrava, pelo domínio do senhor branco: estendiam-se ao domínio dos corpos dos negros e negras para suas lascívias sexuais.¹²

Na outra ponta dos princípios estruturadores das relações sociais, encontramos o capitalismo que se expressa pela propriedade privada, o assalariamento e a industrialização, produzindo, no sujeito (trabalhador livre), o processo estrutural de alienação capitalista. O ter (ou ser proprietário) representa e demarca o poder de um sobre outros, seja no campo social, econômico, político, cultural e de gênero. Destaca-se, ainda, que a implantação do sistema capitalista, no mundo e, especificamente, no Brasil, traz em seu bojo o aparecimento da questão social e suas diversas expressões: violência, miséria, exploração, exclusão, abuso de poder, etc.

Além desses princípios que estruturaram o Brasil socialmente, encontram-se as relações adultocêntricas, que têm como base a superioridade da visão do adulto e se reflete na relação interpessoal hierárquica entre adultos e crianças, visando-se à socialização e à transformação destas a sua imagem e semelhança (SAFFIOTI, 1994). Nessa ótica, as relações estruturantes sociais

¹² Ver Casa Grande e Senzala – Gilberto Freire (1987)

brasileiras foram todas pautadas num clima de violência, expressando o domínio de acordo com o contexto social e econômico da época.

Na nossa perspectiva, as concepções culturalmente impregnadas que formam conceitos sexistas e adultocêntricos têm grande influência na forma como o abuso é concebido e aceito no seio da família, ainda que somados ao isolamento social, que poderia ser um outro fator relevante para a ocorrência e recorrência do abuso. A forma como a criança ou adolescentes vítima o percebe, os motivos que a levam a manter esse segredo, a dinâmica dos relacionamentos familiares que autorizam sua recorrência, importam na existência de um diferencial de poder entre a vítima e o agressor, que não pode ser desconsiderado. (RANGEL, 2011, p. 71).

Na verdade, a família patriarcal não representou o único modelo de família no Brasil colonial. As configurações apresentadas nas relações entre os escravos e seus senhores demonstram a coexistência de matrizes familiares diversificadas. Vale destacar que a família patriarcal, longe de se constituir com base em laços afetivos, embasava-se nas condições político-econômicas associadas à pureza de sangue que favoreciam a consolidação dos arranjos maritais (CORREA, 1993). Eram frequentes, como destaca Samara (1983), as relações incestuosas com o propósito de aumentar a fortuna. Evidencia-se, desse modo, que o código de violência intrafamiliar, especificamente a sexual, se encontra na base da formação da família brasileira.

Como pontua Saffioti (1997), a família atua não apenas como grupo de reprodução biológica, mas também como núcleo de reprodução social, a partir da construção de regras e limites, estando estes focados nos campos simbólico-culturais ou da imposição física. Por isso, segundo essa autora, para melhor entender o contexto da violência intrafamiliar, se faz premente estudar as sociedades humanas e o Brasil especificamente, mediante a leitura dos seus territórios simbólicos. As sociedades humanas são regidas não por um único eixo de hierarquização, como no mundo dos galináceos que impera a “ordem das bicadas”, mas, sobretudo, por várias gramáticas que regem “o comportamento de homens e mulheres, de brancos e negros, de ricos e pobres, de crianças, adultos e velhos (...)” (SAFFIOTI, 1994, p. 41). No entendimento da autora, as gramáticas do gênero, raça/etnia e classe social ajudam a compreender o processo de violência nas sociedades contemporâneas. A contribuição de Saffioti mostra-se

extremamente significativa ao associar a violência não só às condições objetivas, mas também às categorias de raça e de gênero.

Ainda segundo Saffiotti (1997), o poder é alcançado, no contexto cotidiano, mediante as contradições existentes entre as classes sociais, entre as raças/etnias e diante dos interesses opostos entre homens e mulheres consubstanciados na organização social de gênero.

A imposição de regras que beneficiam uns em detrimento de outros surge das articulações entre essas categorias sociais, que o exercício do poder permite e sua manutenção exige. Assim é que as regras sociais atendem aos interesses masculinos, em contraposição aos femininos, às classes dominantes, em contraposição às menos favorecidas, aos brancos em relação às raças e aos adultos, em contraposição aos interesses das crianças. São construídas nas relações e em defesa desses interesses, concepções sexistas, racistas, adultocêntricas, enfim, que legitimam o poder de uns sobre os outros, e se apresentam como poder simbólico em toda relação humana, sempre na tentativa de sobrepor os interesses de quem detém um maior diferencial de recursos perante o outro. (RANGEL, 2011, p. 62).

Quando se trata da violência sexual intrafamiliar (abuso sexual) uma condição se apresenta inibindo a denúncia ou mascarando a ocorrência: é o que chamamos o “pacto do silêncio”. Quase sempre a vítima oculta o estupro praticado pelo pai, ou a própria mãe nega a figura do companheiro como abusador. Essa é talvez, uma das variáveis que acabam resultando na impunidade ou na reincidência, anulando, em grande parte, o espaço empreendido pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) ou pelo governo, no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

Os estudos realizados na década de 1970, segundo Rangel (2011), apontam para o papel que a mãe exerce na dinâmica familiar em casos de abuso. Esses estudos definem essa omissão como sendo uma postura da mãe na coparticipação desse evento traumático. Forquard & Buck (1978) citado por Rangel (2011) denominam a mãe com essa postura de “cúmplice silenciosa”. Essa definição coloca-a como partícipe dessa violência de modo consciente ou inconsciente, uma vez que não atuou no interdito da violação, abandonando emocionalmente a família.

A percepção de alguns peritos pesquisados nos dá pista da leitura que realizam acerca dessa omissão materna, encarando-a como cúmplice do processo abusivo. Tal perspectiva é encontrada na visão do advogado da unidade do CREAS.

Quando existe essa “não fala” é extremamente relevante que façamos uma reflexão enquanto órgão. E esse debate que é extremamente essencial para todos os profissionais do Centro, esse debate é imprescindível também para o advogado. Por quê? Porque o outro profissional, o assistente social, o psicólogo eles mostram, demonstram, convencem o porquê que aquela pessoa, que aquela mãe, que aquele pai se silenciou. Não dizendo que o jurídico se omite em levar adiante essa omissão, porque muitas vezes, pode ser dolosa também, não só algo psicológico daquela mãe ou social no caso, pode não ser algo só por esse fato. Pode ser algo doloso, realmente pode ser que ela queria aquilo, queria que tivesse acontecendo aquilo, então que fosse partícipe. Porque quando a pessoa se omite muitas vezes ela é partícipe. Não são todas as vezes que ela é omissiva só para não penalizar o companheiro ou resguardar sua família. Não só. Existem casos também que ela é partícipe dessa exploração, principalmente exploração que requer recurso financeiro. Ela é partícipe disso aí. Então a gente tem a sensibilidade do caso concreto. Obviamente que a gente não vai pegar só uma visita ou só uma escuta e dizer que ela é omissa dolosamente ou simplesmente dizer que ela só queria proteger a família. Isso não tem condições de acontecer só com a escuta, só com a fala, só com a visita. A gente tem que conhecer a pessoa, tem que conhecer a família. Então essa parte aí é algo complexo realmente e de extrema relevância, o consentimento de todos, da fala de todos da equipe para podermos chegar ao consenso enquanto CREAS. (André - advogado) (Sic)

Contrapondo tal perspectiva de omissão da mãe perante a prática abusiva, encontramos Butles (1979), que desloca a visão dos especialistas que apontam para a convivência materna para outra lógica, visto que a violência ocorre em função de uma relação assimétrica no espaço doméstico, reforçada por ideologias machistas que tomam o gênero masculino com superioridade. Ao invés de questionar o espaço aberto pela mulher na relação marital, ao ponto de o parceiro buscar sua filha como objeto de satisfação sexual, a autora ressalta que “seria mais oportuno perguntar por que um homem, com uma relação sexual insatisfatória com sua mulher, faz a escolha destrutiva da própria filha como uma substituta sexual” (BUTLES, 1979, p. 78 apud RANGEL, 2011, p. 70)

Porém, faz-se necessário compreender a mulher e sua posição diante de uma relação assimétrica de poder que, no Nordeste, conta com uma formação sócio-histórica patriarcal que reforça as desigualdades entre homens e mulheres. Esta relação de dominação inviabiliza as mulheres de reagir às violências cotidianas e, quando esta se apresenta na modalidade sexual, um misto de medo, vergonha e conservadorismo se faz presente. Como bem apresenta Saffioti (1989, p. 21) “quanto mais dominada for a mulher, mais difícil lhe será reunir forças necessárias para proteger sua ninhada dos ataques do macho”.

O afastamento da concepção patriarcal, dificulta, contudo, o entendimento da dificuldade que existe por parte das mães que vivenciam o abuso intrafamiliar. Há duas grandes questões a serem analisadas: uma é a dificuldade em elaborar o incesto no espaço doméstico, elemento sócio e culturalmente interditado, em grande parte das sociedades; outra, encarar que não é mais objeto de desejo do seu companheiro. Neste sentido, é premente trazermos para compreensão do fenômeno duas categorias essenciais: gênero e patriarcado.

Nas relações entre os gêneros, na família, o poder simbólico, legitimado é o do homem perante a mulher. Por ser a relação assimétrica entre gêneros, um dos pilares da organização patriarcal, a construção cultural da masculinidade e feminilidade se dá de modo diferenciado e voltado para os interesses do homem. Por isso, é muito comum denominarmos de “machistas” concepções patriarcais que se fazem muito presentes nas relações conjugais e, conseqüentemente, na família. (RANGEL, 2011, p. 67).

O debate que antes era restrito ao âmbito familiar, hoje requer ações de dimensões sociais, principalmente na esfera jurídica. O abuso sexual deixa o espaço eminentemente doméstico e se insere no âmbito da mídia, das políticas públicas nacionais, das discussões teóricas. O mal familiar agora se revela social, percebe-se uma mudança no comportamento sexual e social no que diz respeito à informação, à prevenção e à própria erotização, sem que haja um acompanhamento do processo formativo. Desta forma, a sexualidade, ao invés de se revelar libertadora e libertária, é tratada na dicotomia entre o perverso e o banal.

No entanto, as instituições de atendimento a criança e ao adolescente (sistema educacional e saúde) ainda não estão preparadas para discutir a sexualidade dentro de uma lógica integral. A sexualidade é centrada apenas nas questões reprodutivas e de prevenção das doenças. Enquanto prazer, sensibilidade, desejo, paixão, medo, curiosidade e amor, é descartada das discussões de sala de aula e consultórios médicos. Sendo assim, sem esses espaços preparados para debates, cabe à família, igreja e à mídia tal investida, que oscila na mesma negação ou na sua banalização/erotização.

Ainda, em nossa cultura, temos observado uma liberalização de costumes e a luta por novos valores que afirmam direitos à individualidade e ao exercício da sexualidade, à busca do prazer e de relações igualitárias. Porém, padrões de relação autoritários e discriminatórios continuam presentes. O desenvolvimento da sexualidade, que é atingida a princípio no nível da identidade genital (corporal) e de gênero (ser homem e ser mulher) e, posteriormente, orienta-se para uma busca de complementação afetiva/sexual, continua dando-se de forma diferente para o homem e para a mulher. (FERRARI; VECINA, 2002, p. 119).

A sexualidade, no âmbito familiar e religioso, é reforçada como tabu e possui uma moralidade incompatível com o estímulo da mídia. A mídia, por outro lado, contextualiza a sexualidade numa perspectiva erotizante e padronizada, em um discurso que não leva em conta a diversidade cultural. Portanto, muito se informa, mas pouco se educa sobre sexualidade e menos ainda se debate nos espaços privilegiados de formação como a família, a escola e a mídia.

No tocante ao abuso sexual, este deverá fazer parte da agenda médica e escolar, uma vez que a incidência do abuso sexual está representado em 6,56% dos casos, na faixa etária de 0 a 3 anos; 13,30% dos casos, entre 4 a 7 anos, e em 20,10% deles, entre 8 a 11 anos, segundo levantamento do Disque 100, no ano de 2014. Nessas faixas etárias a dificuldade para defender-se, falar e expressar o que ocorre em sua volta é maior, devendo a criança contar com profissionais que façam a leitura simbólica da violência em que está submersa, mas que é revelada no comportamento da vítima.

Tabela 1 - DISQUE 100 - Brasília – Faixa Etária da Vítima - 2014

Disque 100 - Ano 2014 - Criança e Adolescente - Perfil das Vítimas - Faixa Etária														
Faixa etária	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	%
Não informado	226	170	262	232	266	357	327	262	210	189	176	149	2826	11,02%
Nascituro						1		1					2	0,01%
Recém-nascido	1	6	5	3	6	4	2	4	1	5	1	3	41	0,16%
0 a 3 anos	132	140	134	166	153	175	182	152	100	147	101	100	1682	6,56%
4 a 7 anos	268	257	309	301	349	378	381	280	248	249	211	180	3411	13,30%
8 a 11 anos	434	382	384	449	524	633	609	399	388	355	321	276	5154	20,10%
12 a 14 anos	638	468	585	598	747	934	905	586	493	544	474	399	7371	28,75%
15 a 17 anos	450	355	393	422	479	739	666	448	333	329	255	285	5154	20,10%
Total	2149	1778	2072	2171	2524	3221	3072	2132	1773	1818	1539	1392	25641	100,00%

FONTE: Coord. Geral do Disque Direitos Humanos - Brasília

Sabemos o quanto é difícil para as vítimas expressar o abuso sofrido quando o mesmo ocorre no âmbito intrafamiliar, pois

[...] incesto ativo ou atuante é, portanto, inicialmente, uma palavra que vem de uma criança sobre aquilo que é proibido designar, nomear - as pulsões sexuais do adulto com respeito à criança. As mudanças de comportamento desta são imediatas, seus desenhos, fobias e pesadelos confirmarão a primeira palavra quando ela tiver coragem de proferi-la. Mas a credibilidade dessa primeira palavra deverá ser estabelecida rapidamente, senão a criança não falará mais (SABOURIN, 1997, p 166, apud GABEL, 1997).

É justamente esse interdito, colocado frente ao incesto, que dificulta as ações e a revelação do fenômeno. Falar do incesto é aceitar para a sociedade a ideia de que a família pode ser destrutiva e não representativa de um ambiente seguro, equilibrado e harmônico. Diante do fato, o “melhor” a fazer é calar, em vez de ter de assumir a família-perversa. (Grifo da pesquisadora)

Nos estudos de Levi-Strauss sobre sistema de parentesco, a proibição do incesto, representada através dos mitos, religiões e códigos, é uma regra universal, garantindo com isso a formação estruturante da família. “Desta forma, a proibição do incesto situa-se no limiar entre a natureza e a cultura. Entendemos que, por detrás da necessidade de tamanha proibição, só possa existir um desejo universal equivalente” (COHEN e GOBBETI, 2015 p.1).

Teorias as mais diversas possíveis abordam a questão a partir do prisma específicos: biológico, social e psicológico. As teorias biologistas se apoiam nas complicações fisiomentalis que tal investida possa trazer ao indivíduo, fruto de uma relação incestuosa, visto que as relações endogâmicas produzem uma diminuição na variedade de genes e maior chance de traços de recessividade.

Porém percebemos que, se a explicação biologistas fosse a única base para o interdito das relações incestuosas, não se faria necessária a criação de um contexto de regras para conter o incesto. Visto dessa forma, o incesto também tem explicações em bases socioculturais (COHEN e GOBBETI, 2015, p.1). As teorias sociais justificam, então, o interdito ao incesto pelo fato de as relações exogâmicas possibilitarem uma ampliação da família,

demonstrando novas formas de socialização e sociabilidade entre os indivíduos.

Já as explicações psicológicas percebem a proibição do incesto como estratégia de construção da família, a partir da diferenciação e simbolização dos papéis sociais estruturadores do indivíduo e da família. Sua proibição confluirá como elemento organizador e demarcador de limites sociopsicológicos aos membros que constituem uma família.

No entanto, a violência sexual intrafamiliar é um fenômeno recorrente e se apoia nas especificidades de ser: universal, por se apresentar em todas as sociedades; democrático, pelo fato de não se restringir a uma classe social; de alta incidência, revelado pelos aumentos de denúncias que se avolumam a cada ano; de longo alcance, visto que, nos casos intrafamiliares, o mesmo atua sobre várias gerações e de longa duração, sendo reforçado pelo pacto do silêncio. Nos casos de abuso sexual intrafamiliar, em que a duração perdurou por mais de três anos, encontramos a convivência familiar, isto demonstrando casos de não apenas um abusador, mas de toda uma família abusiva, pela cumplicidade. Ou como pontuamos anteriormente, a relação assimétrica de gênero interfere e dificulta o interdito materno frente ao abuso.

Em seus estudos, Furniss (1993) não desloca a leitura da mãe conivente com o abuso, para a concepção de “cúmplice silenciosa”. O autor trabalha com a perspectiva de que, em alguns casos de abuso sexual, o que ocorre é a falha na relação mãe e filha, que não foi construída dentro de uma relação de proteção. Assim, “nos casos em que o segredo é mantido, há uma falha na função protetora do progenitor não abusivo” (FURNISS, 1993 Apud RANGEL, 2011, p. 71).

A estrutura de poder construída socialmente sobre a figura paterna, revela, mesmo numa situação de abuso, o reverso, ou seja, a vítima se culpabiliza, demonstrando a dificuldade em dissociar o pai perverso do pai referência. Percebemos que o abuso sexual não é um privilégio da classe popular, apenas as pesquisas¹³ revelam que há uma maior visibilidade, devido

¹³ ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência e a **Pesquisa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco** – Relatório de pesquisa de campo. Recife: Cendhec, 2002.

às denúncias, nessa classe social. Cogitamos que esse índice pode ser consequência da soma de diversos problemas econômicos, sociais e emocionais, mais graves na classe popular, tendo, portanto, maior peso.

A realidade do abuso sexual coloca a criança e o adolescente numa situação contraditória e de conflito, em que sentimentos os mais diversos possíveis estão em jogo: raiva, medo, traição, desproteção. Em situação de violência sexual, as vítimas não conseguem reconhecer o próprio abusador no ato abusivo como uma pessoa de referência. Ou seja, a figura paterna é deslocada para assumir outro perfil, distante daquela de pai, padrasto ou familiar, referência de quem cuida e protege.

O próprio Furniss (1993) citado por Hoffmeister (2013) aponta para o estado de transformação que o abusador apresenta, em seu ato abusivo, para as vítimas, ou seja, "a transformação da pessoa que abusa em "outra pessoa", referindo-se ser esta segunda "camada" da anulação do abuso na própria interação abusiva o que cria uma confusão ainda maior na mente da vítima" .(HOFFMEISTER, 2013, p. 20). (Grifo do autor)

Para Furniss, este ato de anulação do abuso pela vítima apresenta-se como estratégia de negar a ocorrência, ou seja, de encarar a quebra do interdito ao incesto socialmente construído.

Anulação através da dissociação da realidade externa do abuso sexual durante o ato sexual não permite à criança perceber a realidade como realidade e nomear a experiência de abuso como abuso. É como se a pessoa que abusa estivesse falando ao rosto da criança. (FURNISS, 1993, p. 32)

Percebemos, com isso, que a gênese do pacto do silêncio, nos casos de abuso sexual intrafamiliar, pode ser compreendida a partir da ideia da manutenção da família como núcleo estruturador dos indivíduos. Sendo assim, revelar seria apresentar uma quebra do imaginário social do conceito de família. Por outro lado, o pacto de silêncio se estabelece como um dispositivo de poder e será retroalimentado na família como estratégia de manter o ciclo abusivo familiar, representando nitidamente um poder de gênero, visto que a incidência da violência sexual/abuso sexual encontra como lócus privilegiado os corpos femininos. Destacamos que este silêncio se constitui como um segredo de família que deve ser guardado, ocultado e negado. Apenas os

integrantes do pacto podem ter acesso, o que favorece a percepção do poder que tal investida revela entre o abusador e sua vítima, de modo que o mesmo se proteja quanto as acusações e represálias externas.

É importante que os casos de abuso sexual intrafamiliar sejam compreendidos dentro da sua condição de fenômeno multifacetado, que é afetado pelas condições socioeconômicas, mas, também se atrela às relações de poder exercidas pelas relações assimétricas de gênero no espaço familiar em que a dinâmica interna impõe e inflexiona o poder do adulto macho sobre crianças, adolescentes e mulheres (HOFFMEISTER, 2013, p. 18)

Ancorando-nos na construção simbólica do poder masculino discutido por Pierre Bourdieu, percebemos que

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes de percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. (BOURDIEU, 1999, p. 45).

De acordo com o levantamento do Disque 100 (Tabela 1, p. 47, Dados sobre faixa etária de Vítimas de Abuso Sexual de 2014), o abuso sexual ocorre em maior incidência na faixa etária entre 12 a 14 e de 15 a 17 anos, perfazendo um total de 48,85% dos casos registrados; centra-se na figura paterna a prática, representando 11,83% dos casos; o local preferido para os crimes é a residência da vítima (42,09%), seguido pela casa apenas do suspeito 29,79%. Vale destacar que no que tange ao sexo do agressor, a figura masculina predomina nesse levantamento computando 69,58% de homens, 15,38% de mulheres e 15,24% não informado.¹⁴

¹⁴ Ver dados Disque 100 referente a dados de 2014 sobre Abuso Sexual - Coord, Geral do Disque Direitos Humanos Tabelas anexas.

Diante disso, como enfrentar uma situação em que vários fatores estão presentes: laços afetivos, dependência econômica, referência estrutural centrada na figura paterna ou materna? A consequência desses fatores é os dominados ou vítimas sexuais assimilarem categorias do opressor/dominante tomando-as naturais, impedindo-os, com isso, de reagir à ordem instituída de opressão e abuso. O seu corpo passa então a ser lido como objeto natural do desejo do outro, cabendo aceitar sua condição, não contrariando a ordem de poder estabelecida, uma vez que, por traz de toda a lógica de dominação, ainda se ancora a simbologia do pai referência. Dito de outra forma, ocorre a construção dicotômica de amor e ódio pelo ícone de representação natural de referência que é a figura “paterna”.

Conforme acentua Pierre Bourdieu,

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar a relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU, 1999, p. 47).

O abuso sexual possibilita uma ruptura biográfica que será revelada mais tarde, com a composição de indivíduos comprometidos emocionalmente, configurando-se, para além da morte física, uma morte e/ou bloqueio psíquico. A não revelação da violência que tem como respaldo a criação de um segredo de família e a vivência da síndrome da adaptação ou identificação da vítima com seu agressor poderão repercutir em traços de violência futuros. Momento em que o indivíduo vitimizado reproduz no contexto social as assimilações de desrespeito e desvalor pelo outro, reproduzindo a violação sofrida.

Os reflexos podem ser notados tanto no presente como no futuro. As vítimas acabam assimilando valores desfigurados de respeito humano. A vulnerabilidade e a fraqueza temporárias da criança, enquanto vítima, podem dar lugar à formação de pessoas que exerçam o papel de agressoras dentro e fora do contexto familiar, mediante mecanismos de introjeção e identificação com o que a vitimiza. É a violência dentro da família gerando a violência social. (SILVA, 2002, p. 77; apud FERRARI; VECINA, 2002).

Podemos admitir que o abuso sexual provoca uma prisão e uma morte simbólica nos sujeitos, destituindo-se de sua posição de sujeitos para simples assujeitados, invadidos pelo desejo e poder do outro. Contudo, podemos identificar que a construção dessa posição de dominado é dada pela relação de aceitação simbólica da ação impetrada, de modo a não romper com o que lhe é imposto, criando uma fronteira mágica e intransponível, num primeiro momento, entre o dominado e o dominante.

Dessa forma,

os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa -ou de paixões e de sentimentos - amor, admiração, respeito -; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vez, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva [...]. (BOURDIEU, 1999, p. 51).

Não é possível pensar o *abuso sexual* como um fenômeno situado apenas no campo cultural. Sua leitura perpassa a estrutura de poder em que a sociedade está organizada, tendo como ícone o poder do macho, mostrando que as relações de gênero, presentes nos casos de abuso sexual intrafamiliar, reforçam a imagem construída socialmente sobre o homem como forte, caçador, herói, racional, cujo alvo de suas investidas será sempre a mulher, “não importando o espaço, as relações de parentesco, nem a classe social”. (VAZ, 2005, p. 2)

A menina e o menino que sofrem o abuso não expressam a dor individual, particular, singular. A menina e o menino que, só a partir dos enfoques jornalísticos, ou pelas estatísticas dos órgãos de proteção e responsabilização, são visualizados, representam apenas a ponta desse *iceberg* em que está inserida nossa infância e adolescência.

As palavras-chave, segundo o psicoterapeuta Furniss, da situação de abuso sexual são: lei do silêncio, culpa, sedução, além de participação, poder interacional e acusação. Desta forma verificamos que além dos componentes jurídicos e sociológicos, temos que considerar os componentes

psicológicos, pois o abuso sexual refere-se a crianças e adolescentes dependentes, imaturos no desenvolvimento, envolvidos em atividades sexuais que não compreendem totalmente, às quais não estão capacitados para dar consentimento. E complementando, o abuso sexual ao gratificar os desejos sexuais do abusador familiar, viola os tabus sociais dos papéis familiares. (VAZ, 2005, p.3).

Sendo assim, o poder simbólico, nos casos de abuso sexual, se inscreve como crédito, ou seja, na relação de conhecimento e reconhecimento entre os sujeitos, favorecendo a sustentação dos símbolos como instrumentos legítimos de poder, no lócus doméstico (BOURDIEU, 1999, p. 51).

Neste sentido, um olhar para a violência doméstica – especificamente para o abuso sexual –, a partir da teoria crítica, nos dará subsídio para compreender a teia de relações e imbricações em que se inserem as vítimas, favorecendo um desvelar e distanciamento da violência em seu aspecto naturalizante, para entender a produção e reprodução do poder no microcosmo social – a casa - e como se efetivam as ações de enfrentamento por parte dos órgãos públicos e privados de defesa e responsabilização da violência sexual intrafamiliar, atuando na seara do espaço familiar, que diante de tamanha violação de direitos à criança e ao adolescente, no contexto de violência sexual requer intervenção imediata.

2.3 Marcadores que compõem o abuso sexual

A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno antigo.

Relatos de filicídios, de maus-tratos, de negligência, de abandonos [*roda dos expostos*], de abusos sexuais, são encontrados na mitologia ocidental, em passagens bíblicas, em rituais de iniciação ou de passagem para a idade adulta, fazendo parte da história cultural da humanidade. (RASCOVSKY, 1974; AZEVEDO, 1988 apud FERREIRA, 2002, p. 27).¹⁵ (Grifo da pesquisadora)

Esse tipo de violência, ocorrida e originada no âmbito dos espaços familiares, é denominado violência doméstica, diferindo, pelas suas peculiaridades, da violência urbana identificada por ocorrer no espaço extramuro doméstico. Abrindo um espaço para compreendermos a distinção da violência doméstica da violência extramuro, esta última se constitui em prática de aviltamento da integridade do indivíduo mediante causas externas.

Entende-se por violência doméstica todo ato de violência praticado no espaço doméstico. Por outro lado, a violência doméstica intrafamiliar, especificamente, é a modalidade da violência doméstica praticada por parentes cuja consanguinidade se faz presente e cujo cenário de prática é predominantemente o espaço doméstico.

Nesse sentido,

[...] a violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato de omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever

¹⁵ - O sistema de roda dos expostos tem origem na Europa medieval. O mesmo servia de estratégia para sanar o abandono de crianças nas ruas que ficavam sob o risco de morte por frio, fome e ataques de animais, e por outro, garantia o anonimato do expositor, estimulando com isto sua entrega à instituição de caridade, sem falar que tal ação servia como medida de manutenção da moral sexual da época em caso de gravidez fora do casamento. A roda dos expostos representou uma das primeiras instituições, no Brasil, a atender crianças que eram rejeitadas por seus progenitores. Segundo Marcílio (2003) essas instituições sobreviveram por três períodos distintos, tendo início no Brasil colônia, expandindo-se no Brasil República e chegando a seu declínio nos idos dos anos 50, do século XX. “Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados”. (MARCILIO apud FREITAS, 2003, p. 53)

de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (GUERRA; AZEVEDO, 1998, p.32-33).

Ao mesmo tempo em que a violência doméstica configura-se como um problema familiar e circunscrito ao espaço privado, consubstanciado na esfera micropolítica, apresenta-se, também, como um problema de relações sociais de gênero e de geração, neste caso, próprios da esfera macropolítica. Tais dimensões nos ajudam a sair de uma visão reducionista, próprias da teoria sistêmica, que foca a família e sua dinâmica como explicativa dos fenômenos da violência, para compreendermos sua relação entre a micro e a macropolítica social.

Confluem, nesse sentido, vários grupos de fatores que interagem entre si e que dão a dimensão da violência doméstica como explicação multicausal, incorporando aspectos socioeconômicos, culturais e psicológicos das pessoas envolvidas.

A compreensão da violência doméstica é possível a partir do modelo explicativo que privilegia os aspectos interativos multicausais e histórico-críticos, ou seja, o modelo sociopsíquico interacionista. Este modelo considera, numa perspectiva histórico-crítica, que a (re)produção da violência doméstica enfoca as condutas humanas decorrentes da interação indivíduo-sociedade. Dito de outra forma, “(...) o psicológico (individual) é condicionado pelo social e esse (condicionamento) se produz historicamente” (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p.19).

A violência doméstica, como forma de violência subjetiva e interpessoal, na qual o adulto extrapola seu poder disciplinador, violando os direitos da criança, transformada em mero objeto do desejo do adulto, poderá ser mais bem compreendida a partir da Teoria das Relações de Gênero, que

[...] defende a ideia de que a violência doméstica, em vez de ser simplesmente produto de famílias disfuncionais ou psicopatológicas, como apregoam as teorias sistêmicas ou unidimensionais, é devido à própria estrutura patriarcal que vige nas sociedades contemporâneas, nas quais a mulher e a criança se encontram em condição social de total inferioridade perante os homens. (PINTO JUNIOR, 2005, p. 26).

Na Teoria Familiar Sistêmica, a criança participa da dinâmica da violência como corresponsável. Diferentemente, na perspectiva denunciada pela Teoria das Relações Sociais de Gênero, em casos de violência doméstica, a criança, encontrando-se em situação de vitimização, não é culpada nem corresponsável pela violência cometida por seus pais sobre ela.

Contudo, o aprofundamento dos estudos sobre violência doméstica intrafamiliar traz à tona a concepção de infância (geração) como categoria estrutural, que poderá ser associada às outras categorias como gênero, raça, etnia e classe, para a análise do fenômeno. Outro aspecto que merece destaque, na análise dos processos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, é a necessidade de separar a categoria infância da relação simbiótica com a categoria gênero. Como ressalta Furniss (1993), “entre a violência contra a mulher e a violência contra a criança, existem diferenças cruciais que a colocação de ambas numa só perspectiva de gênero oculta” (RANGEL, 2011, p. 42).

Faz-se necessário, nesse repertório de análise da violência doméstica intrafamiliar, analisar a categoria intergeracional, visto que esta pode esconder nuances próprias da dinâmica de violência ocorrida no espaço doméstico. Sendo assim,

A perda da perspectiva intergeracional pode esconder questões muito comuns na esfera familiar, como ciúmes, o desapontamento da mulher com a maternidade, a rivalidade entre mães e filhas, a eventual cumplicidade da mulher com o agressor, que dificultam ou impedem uma visão mais clara da dinâmica familiar, quando analisada, e podem conduzir ao insucesso terapêutico quando é este o caso. Também dificulta a busca de alternativas para a criança, que têm que ser diferenciadas das da mulher. (RANGEL, 2011, p. 43).

A violência doméstica assume, ainda, algumas características que a distingue de outros tipos específicos de violência, pois, caracteriza-se por ser “universal e endêmica; nenhuma etnia, classe social ou religião está imune; não é característica da pobreza; é estatisticamente significativa e não marginal; pode envolver de formas cíclicas várias gerações em sua reprodução (...)” (PINTO JUNIOR, 2005, p. 26).

A violência doméstica intrafamiliar caracteriza-se pela manifestação da violência física, sexual, psicológica, pela negligência e trabalho infantil. Historicamente, a violência física tem sido privilegiada, nos estudos socioantropológicos, como a forma característica da violência, embora travestida de medida educativa. Existe nela uma condição *sine qua non* para sua realização, a consanguinidade ou parentesco entre agressor e vítima.

Saffioti (1997) pontua uma distinção entre violência doméstica e a violência intrafamiliar. Para esta autora, a violência doméstica ocorre e se instala entre pessoas que não possuem vínculos de consanguinidade e afetivos. Diferentemente, a violência familiar tem como requisito primordial a consanguinidade e afetividade entre o agressor e a vítima. Porém, o que existe de comum entre as duas modalidades de violência é o fato de ambas serem perpetradas no espaço doméstico.

A violência doméstica apresenta-se dentro de uma dinâmica de poder que se espalha numa velocidade incomensurável, do espaço social comum à realidade concreta dos corpos. Sendo assim, podemos considerar a violência doméstica como uma prática que é, ao mesmo tempo, legítima e legitimada pelas expressões de poder instituído ou instituinte da realidade concreta.

Na literatura científica, o conceito de violência doméstica esteve inicialmente atrelado ao campo da medicina. Os estudos de Kempe e Silverman, realizados nos EUA em 1962, analisam tal fenômeno a partir da concepção da Síndrome da Criança Espancada. O referido conceito se atém às crianças de baixa idade, secundarizando, desta forma, as adolescentes vítimas. Outro fato importante associado a este conceito é a noção de dano, ou seja, a necessidade de identificação de ferimentos.

Se, por um lado, o conceito, no âmbito médico, influenciou para um processo de medicalização da violência, por outro, elevou o status da classe médica,

(...) proporcionando um aumento de prestígio dos radiologistas, uma expansão do papel do médico, a formação de uma coalizão entre psiquiatras, pediatras e radiologista, bem como a destinação de uma grande soma de recursos para as pesquisas e o atendimento na área médica em torno da problemática. (PFONHL, 1977 apud GUERRA, 2011, p. 36).

Além disso, trouxe à tona a evidência do comportamento agressivo dos pais e suas estratégias para dissuadir sua responsabilidade no evento, possibilitando, dentro de uma linha de epidemiologia, identificá-lo como população de risco a partir da caracterização repetitiva de comportamentos (GUERRA, 2011, p. 36).

Os estudos de Kempe e Silverman, citados por Guerra (2011) contribuíram para a motivação do processo de revisão da legislação nacional, no sentido de notificar os casos de violência, fato que representou uma medida importante de proteção à vida e ao direito da criança, nos Estados Unidos. Tais estudos chegaram ao Brasil e possibilitaram uma revisão do trato com a infância, no sentido de ressignificar a violência, tida até então como medida disciplinar, comumente utilizada.

Em 1971, Fontana amplia o conceito de Kempe e Silverman para Síndrome do Maltrato. Neste conceito, o espancamento aparecia como última fase do maltrato, podendo a criança apresentar outros sinais de violência como privação emocional, nutricional, negligência e abuso.

Atualmente, sabe-se que os maus-tratos à infância referem-se não só à violência física, mas também a todo ato que cause dano à integridade moral, física, mental, emocional ou social da criança. Nesses termos, consideram-se maus-tratos ou abuso: negligência, tortura, pressão psicológica, coação, humilhação, punição cruel, privação de liberdade, trabalho infantil perigoso, ilegal ou insalubre, estimulação sexual, exploração sexual (prostituição infantil), realização ou tentativa de penetração sexual (oral, anal ou genital). (AMARO, 2011, p. 26)

Em consonância com os estudos na área da medicina, a sociologia apresenta novas definições, demonstrando que a questão da violência não se consubstancia no campo clínico ou a ele se restringe, passando também a ser identificada como problema de ordem social.

O estudo de David Gil (1969), de caráter nacional (EUA), buscou analisar

O conhecimento do público, suas atitudes e opiniões sobre o abuso físico de crianças; a incidência deste tipo de abuso em termos da população global dos EUA e em termos de subsegmentos selecionados desta mesma população; as características da vítima, dos agressores e das famílias envolvidas nos incidentes de abuso; as circunstâncias que cercaram os incidentes e a natureza dos ferimentos provocados nas vítimas; as medidas de saúde, legais e de bem-estar tomadas pelas autoridades para os quais foram notificados tais casos. (GIL, 1978, Apud GUERRA, 2011, p. 34).

O conceito de violência física, em GIL (1978), parte da concepção de que tal abuso físico, não acidental, é advindo do uso intencional da força. O próprio autor, em seu trabalho, chama a atenção para a dificuldade em definir o tema, atrelando-o ao caráter de intencionalidade visto que em casos de violência elementos de intencionalidade e acidentalidade podem conjugar-se.

Em colaboração ao conceito apontado por Gil (1978), Gelles (1979) recorta a definição e resgata o conceito de intencionalidade, associando a violência física ao dano que esta pode causar à vítima.

Como pode ser percebido, a variação nas definições da violência doméstica como síndrome, abuso físico, maltrato físico e violência física demonstra a heterogeneidade com que o tema é abordado, demonstrando que o fenômeno é multifacetado e multicausal.

A literatura mais moderna sobre a questão, especialmente a do final dos anos 1980, vem enfatizando com veemência que toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal, representa um só *continuum* de violência (Newell, 1989 apud Guerra, 2011, p. 37).

No entanto, os diferentes estudos, tanto na área médica, quanto na área social, vêm favorecendo a mudança, elaboração e discussão acerca de uma legislação que venha garantir a proteção de crianças e adolescentes, frente ao fenômeno da violência doméstica.

A experiência da legislação sueca (1979) expandiu-se para outros países europeus e da América Latina, evidenciando que a questão da violência doméstica é universal, chamando, desta forma, as autoridades governamentais para inserirem, em sua agenda política, o enfrentamento da violência doméstica.

Em 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Convenção sobre Direitos da Criança, reforça a preocupação quanto à violência, estabelecendo, em seu artigo 19, que

A criança deve ser protegida contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela. (ONU, 1989).¹⁶

No Brasil, como pontua Guerra (2011), as definições associam à noção de síndrome, dano, maltrato, não havendo uma unicidade conceitual para o fenômeno, explicitando, muitas vezes, no domínio do conhecimento no qual a definição foi elaborada. No entanto, identificam-se na definição cunhada sob a perspectiva de Guerra (2011), que o fenômeno da violência doméstica, expressa através da violência física, é pautado sob os seguintes aspectos:

- 1) quanto à natureza, a relação do agressor com a vítima é de objetivação, cabendo aos filhos atenderem aos desejos e determinação de seus agressores. O uso da violência é pautado como método de educação;
- 2) quanto à direção, a violência abrange crianças e adolescentes de ambos os sexos;
- 3) quanto às consequências, estas podem ser orgânicas (lesões diversas) e fatal (morte); psicológicas (sentimentos de raiva, dificuldade de aprendizagem escolar; dificuldade de confiar no outro, autoritarismo, delinquência, violência doméstica ou repetição desta em fase adulta; parricídio/matricídio).

No Brasil, a violência física representava um instrumento de disciplinamento, com caráter valorativo e educativo. O bater, como medida educativa de cunho moral, reproduzia o poder hierárquico e autoritário da sociedade patriarcal. Em nossa realidade, esse poder de disciplinar pela violência ganhou o espaço eminentemente educacional (escolas), garantindo a

¹⁶ UNICEF. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. 1989. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

submissão dos indivíduos aos ditames da força física. O uso da palmatória, na realidade brasileira, exemplifica a herança das relações escravocratas, destituindo o indivíduo de sua subjetividade e colocando-o sob o desejo e poder do outro (condição de vitimização).

A violência imposta às crianças e adolescentes teve como suporte o exercício de medidas de disciplina e obediência, não havendo qualquer interferência ou sanção às práticas familiares realizadas no espaço privado. A violência seria sinônimo de educar e de disciplinar (ALMEIDA, 1984).

Michael Foucault (2001) destaca o poder disciplinador para subtrair e adestrar o outro aos ditames de quem o exerce: “[...] o poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’, ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor [...]” (FOUCAULT, 2001, p.143). (Grifo do autor)

A disciplina imposta pela violência corporal, desde o início da humanidade, objetivava enquadrar os corpos dentro de uma lógica de harmonia, submetendo os indivíduos ao respeito, através de comportamentos dóceis e ordeiros, sendo utilizada no início do capitalismo, contribuindo para atender aos ditames de produção (FOUCAULT, 2001).

No Brasil, as ações de disciplinamento, utilizando a violência como estratégia, seguiram uma ordem de evolução histórica e, partindo “do Brasil-colônia (1500-1822), passou pelo Brasil-Império (1822-1889) e chegou ao Brasil-República (1889), estendendo-se até os dias atuais” (MENDONÇA, 2002, p. 44).

O lugar da criança e do adolescente como sujeito de direito é fato recente na sociedade brasileira, tomando-se como marco legal a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O atendimento à infância e adolescência seguia a mesma linha de compreensão europeia e norte-americana, sendo secundarizada desde o início da colonização até a década de 80 do século XX. Com o processo de ampliação da produção econômica agroexportadora, essa população passou a ser pensada como potencial de mão-de-obra técnica e, nesse sentido, começaram os investimentos no processo formativo. Neste período, as famílias, em consonância com as escolas, passaram a se responsabilizar pelo processo de formação/educação e socialização das crianças a partir de uma lógica disciplinarizante.

Com os problemas oriundos do processo de urbanização, impulsionados pelo incremento capitalista que promoveu mudanças significativas na lógica produtiva e social, alguns sinais de “desajustes sociais” começaram a ser evidenciados com o aparecimento de crianças e adolescentes em situação de delinquência. (Grifo da pesquisadora)

Para estes, as medidas fornecidas pelo Estado foram consubstanciadas no Código de Menores, possuindo um direcionamento com forte cariz militarista. A própria distinção entre criança que era assistida por seus pais e responsáveis e aquelas em situação de risco social era cunhada pela denominação de menor. Então, o menor não representava a criança sob os cuidados dos pais e responsáveis no espaço doméstico e sim aquele em situação de delinquência, exposto à rua ou assistidas por órgãos públicos de amparo a infância.

No entanto, o fato de as crianças e adolescentes estarem resguardados em seus espaços domésticos não garantiria a isenção de situação de violência. Sendo assim, a discussão sobre violência doméstica intrafamiliar deverá ser contextualizada, “considerando-se o ambiente sociopolítico e cultural como formulador das condições facilitadoras de sua expressão, em interação dinâmica com a família” (SILVA, 2002, p. 25).

A identificação por profissionais de saúde dos casos de violência, no Brasil, despertou o interesse acadêmico para o tema, sendo seguido por profissionais das áreas de humanas, sociais e jurídicas, evidenciando que a problemática deve ser analisada dentro de um contexto sociocultural amplo e que não representava uma questão de foro íntimo, reservada a sua efetivação e resolução ao espaço doméstico.

No início da década de 1970, outras áreas vão se apropriando da preponderância da vitimização infantil, enquanto questão, e um modelo de atenção multidisciplinar passa a se configurar; rompendo com a hegemonia médica e a cultura eminentemente curativa e psicopatológica de abordagem. Áreas como psicologia, serviço social, direitos, antropologia e sociologia protagonizam essa transição e alicerçam novas bases, fundadas em modelos terapêuticos alternativos e enfoques preventivos da violência doméstica. (AMARO, 2011, p. 45)

Porém, o enfoque dado aos casos de violência de pais contra filhos recebe uma atenção médico-psicologizante, refletindo a dissociação dos processos de vitimação do processo de vitimização. A compreensão de que os pais sofrem de severos distúrbios emocionais tem investido na atenção de modo focalizado, individualizado e terapêutico.

Embora a evidência da violência tenha se apresentado durante diferentes espaços de tempo, seu trato no mundo acadêmico não seguiu a mesma velocidade. As primeiras publicações, ainda dentro de uma linha clínica, tiveram registros em 1973, em São Paulo, a partir de um caso clínico de violência doméstica cometida contra uma criança com um ano e meio de idade. Outros relatos apareceram em 1975, levando os estudiosos a pensarem “sobre o diagnóstico clínico, as dificuldades a ele inerente, o prognóstico e as implicações sociais e psicológicas do fenômeno” (GUERRA, 2011, p. 81).

Na área social o assunto foi tratado a partir de meados da década de 1980, com a pesquisa de mestrado que resultou na publicação do primeiro livro brasileiro: “Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas,” de Viviane Guerra (2011). Podemos inferir que os momentos político-sociais e econômicos vivenciados no país, com uma forte limitação das produções críticas podem ter servido de pano de fundo para as esparsas produções acerca da violência doméstica.

As produções científicas tomaram maior vulto e expressividade na década de 1980 refletindo o momento de abertura política, cultural e ideológica no Brasil. Além da publicação pioneira de Guerra, “Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas” (1984),

(...) outros livros foram publicados, como: “As crianças maltratadas” (KRINSKI, 1985); “Quando a criança não tem vez – violência e desamor” (STEINER, 1986); “Crianças espancadas” (SANTOS, 1987), obras que caracterizaram o fenômeno na sociedade brasileira e que continuam sendo seguidas de muitas outras, o que revela a preocupação e a necessidade dos autores de, cada vez mais, conhecerem a realidade da vitimização que sofrem nossas crianças e adolescentes, propondo também forma de abordar o problema, de preveni-lo, de tratá-lo, responsabilizando e tratando os abusadores e orientando as famílias (FERREIRA, 2002, p 29).

No campo político legal, os embriões para se discutir sobre a situação da infância e adolescência começam a dar sinais no final dos anos 1970 e início do processo de redemocratização da sociedade brasileira. No âmbito da infância e adolescência, abre-se um amplo debate sobre a Política Nacional de Bem-Estar do Menor e da necessidade de revisão do Código de Menores. Um evento internacional, a celebração em 1979 do Ano Internacional da Criança, colaborou para o processo de efervescência e a percepção da criança como sujeito de direito, retirando-lhe, inclusive, a alcunha de menor e levando vários países a assinarem a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, no qual o Brasil entrou como signatário.

Espaços institucionais foram criados na década de 1980, objetivando atender às denúncias, como também encaminhar os casos para tratamento da vítima sob os aspectos clínicos e psicológicos¹⁷, além de serviços de denúncias, a exemplo do Disque-Crianças e SOS Criança.

Seguindo a vanguarda dos movimentos sociais, a cidade de João Pessoa também se mobiliza para a defesa da criança e do adolescente em fins da década de 1980 e início da década de 1990, seguindo os mesmos percursos da Cidade de Recife.

Um grande movimento foi iniciado, a partir da preocupação com o crescimento de denúncias de violências praticadas contra crianças e adolescentes nas ruas, pelas polícias, pelos grupos de extermínio e por suas famílias. Esse movimento reuniu entidades governamentais, e não governamentais (...) Polícia Militar, Polícia Civil, FEBEM, Mutirão contra a Violência, Comissão de Justiça e Paz-CJP, Movimento Nacional de Direitos Humanos- MNDH, gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, Movimento Nacional de Meninos de Meninas de Rua, Grupo ruas e Praças, entre outros. (FERREIRA, 2002, p. 30)¹⁸

Tal mobilização resultou na instalação de órgãos públicos para denúncia, na cidade de João Pessoa e Região Metropolitana (RM), na ampliação e criação de organizações não governamentais que, de acordo com a especificidade ou não de gênero, vieram atender aos casos de violação de direitos da criança e do adolescente; a criação da Rede de Enfrentamento ao

¹⁷ Criação em São Paulo, ligado a Pontifícia Universidade Católica de Campinas do CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância

¹⁸ Mobilização ocorrida em Recife, em 1989.

Abuso Sexual e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado da Paraíba (REDEXI). Esta se constitui numa articulação em rede que agrega entidades públicas e civis que buscam discutir e enfrentar a questão do abuso e exploração sexual no estado. Surgiu a partir da evidência de que, na Paraíba, o problema da exploração sexual carecia de um investimento mais sistemático dentro da seara jurídica e de segurança. Em 1995, as entidades sociais e públicas apoiaram a Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa ação foi reforçada pela implantação, em 1993, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de âmbito federal, que veio apurar as denúncias de leilões de crianças para fins sexuais ocorridos nas fazendas do Sertão paraibano. Ainda na década de 1990, precisamente em 1997, foi instaurada a CPI na Assembleia Legislativa no Estado da Paraíba para investigar as denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes, envolvendo pessoas de renome da sociedade paraibana.

No plano político, o processo constituinte que resultou na elaboração da Constituição Cidadã, trouxe, em seu artigo 227, a explicitação dos direitos da criança e do adolescente e da necessidade de elaboração de uma lei ordinária, culminando com a efetivação do ECA, em 1990.

Resgatada a infância e adolescência no plano jurídico legal, com ela foram evidenciados seus problemas e a necessidade de intervenção dentro de um caráter integral e multiprofissional, para atender os males oriundos da produção social do espaço doméstico.

Com a evolução da sociedade e da efetivação do Estado como regulador, a violência doméstica contra crianças e adolescentes passa ser reprovada em nível mundial e local. Em âmbito nacional, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por grandes mudanças no cenário político. O fluxo dos movimentos sociais retidos pelo regime militar coloca suas demandas como prioridade e entre suas reivindicações estavam o reconhecimento da criança e adolescente como sujeito de direito e não como miniaturas de adultos. O ECA, as ONGs, a formulação de políticas públicas de âmbito nacional passam a tomar esses sujeitos como partícipes do cenário social, e as expressões de violência cometidas contra os mesmos, como questão a ser vencida no campo político-jurídico.

Vale ressaltar que,

Na década de 90, multiplicaram-se, pelo Brasil, organizações governamentais e não governamentais que se dedicam ao combate sistemático da violência infringido a criança e a adolescente por aqueles que deveriam cuidá-los e protegê-los, realizando denúncias, pesquisas, publicações, programas de atendimento, com o objetivo maior de contribuir para a redução da incidência de tão desastroso problema, apoiando e orientando as famílias e responsabilizando e tratando o abusador (FERREIRA, 2002, p. 31).

A mobilização contra os casos de violência cometidos contra crianças e adolescentes tomou relevo nacional, impulsionando a revisão das políticas públicas, assim como do aparato legal. Tal investimento por parte da sociedade civil organizada e dos órgãos governamentais passou a imprimir em suas agendas ações no âmbito da assistência e proteção, a partir da necessidade de efetivação e de um trabalho em rede que articulasse os diversos órgãos públicos, privados (ONGs) e os Conselhos de defesa de direito e tutelares. A questão da violência em suas diferentes expressões passa a fazer parte da agenda política e de intervenção social.

2.4 A violência doméstica sexual: invisibilidade ou permissividade da violência

Apesar dos avanços apontados em nível de produção científica, a violência doméstica, de acordo com Guerra (2011), apresenta-se como uma produção marginal, rarefeita, dispersa, periférica, clandestina, desinteressada e lacunar. Quando esta se refere à violência doméstica na sua modalidade sexual, as expressões baseiam-se em aspectos subnotificados, uma vez que existe uma barreira de silêncio que permeia as vítimas e, sem dúvida, os profissionais que atuam no eixo da atenção e enfrentamento.

Com relação à violência sexual, esta se manifesta através da exploração e do abuso sexual. Recortou-se, para este estudo, o aspecto relacionado ao abuso sexual intrafamiliar, a partir da representação da relação de poder exercida pela figura masculina. Para tanto, trabalhou-se a

compreensão de que o abuso sexual é todo ato praticado por uma pessoa mais velha sobre uma vítima menor de idade, visando à sua gratificação sexual. As estratégias para o alcance de tal ação poderão ser realizadas pelo emprego da força física, persuasão, indução, coerção. O abuso sexual, enquanto crime, pode ser exercido, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), através de ligações telefônicas obscenas, ofensa ao pudor e voyeurismo, imagens pornográficas, relações ou tentativas de relações sexuais, incestos ou prostituição de menores.

A exploração sexual se substancia numa forma de violência sexual cujo objetivo maior é a lucratividade de terceiro sobre os corpos infantis, ou seja, na prostituição infantil.

As vítimas de abuso sexual têm sobre si a culpabilização da ação investida pelo adulto, verificando-se, com isso, seu aprisionamento no desejo do outro, visto que as pressões sofridas e a instalação do medo da revelação, que é mantido pela ameaça do adulto, evidenciam a relação perversa constituída na relação intrafamiliar (GABEL, 1997).

A violência sexual intrafamiliar, embora encontre respaldo para sua visibilidade na produção literária e cinematográfica, ainda é um fenômeno timidamente abordado no meio acadêmico. Fica, muitas vezes, discutida dentro de uma lógica quantitativista, que não atingem o poder de denúncia ou de desvendamento da realidade, levando os acadêmicos a tratarem, frequentemente, da enumeração de casos, tipos de práticas, idade do agressor e da vítima, condições socioeconômicas e a relação da vítima com o abusador, entre outras variáveis, conferindo um recorte panorâmico a uma questão que, embora gritante, permanece submersa em todas as sociedades (SILVA, 2007).

Parece, aliás, que o pacto do silêncio sobre a questão não é só prerrogativa da família vitimizada, mas também dos pesquisadores que se aproximam do problema. Afinal, por que o abuso sexual vem ocorrendo com tanta frequência ou notificação nos dias atuais? Que condições contribuem para a reprodução do abuso sexual intrafamiliar? Como os profissionais atuam e compreendem o abuso sexual? Como as políticas sociais garantem a efetividade do enfrentamento desta problemática social? Como o trabalho em rede garantirá o processo de enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar? Esses questionamentos permeiam todo o processo de investigação ora

apresentado, no sentido de desvelar essas nuances objetivando melhor contribuir com a compreensão e o enfrentamento desta realidade social, que apesar de se expressar na realidade brasileira desde a época da colonização, ainda encontra-se numa situação residual de enfrentamento e estudo. Tais prerrogativas nos estimulam a enveredarmos nessa pesquisa.

Os primeiros estudos sobre a violência contra criança e adolescente, no Brasil, na ambiente acadêmico, contaram com as evidências trazidas pelos pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) que observaram o decréscimo das notificações na violência doméstica, em sua modalidade física, a partir de meados dos anos de 1990. Um estudo que teve um recorte temporal de 12 anos apresentou tal mudança. Podemos inferir que a criação de entidades de apoio a crianças, a instalação de aparatos formais como Conselhos Tutelares e discussão da criança e adolescente sob o ângulo de sujeito de direito têm contribuído para a redução da violência física ou para o aumento de denúncia. Porém, os mecanismos de poder que permeiam a violência sexual não favoreceram a redução de sua notificação. Quanto ao aumento da notificação dos casos de violência sexual, este pode estar associado às constantes capacitações que profissionais das áreas da educação, jurídica e médica receberam, favorecendo para captar tal realidade em suas mediações com as vítimas da violência sexual.

O quadro de incidência da violência doméstica, no Brasil, analisado pelo Laboratório de Estudos da Criança da Clínica de Psicologia (LACRI), vinculado a USP, no período de 1996 a 2007, revela um paradoxo com relação à violência doméstica, apresentando, por um lado, um decréscimo da violência física impetrada contra crianças e adolescentes e, por outro, um aumento da violência em sua modalidade sexual.

Tabela 2- Quadro de Incidência Pesquisa – LACRI – 2007 – No Brasil

Ano	Modalidade de VDCA - Incidência Pesquisada											
	Violência Física		Violência Sexual		Violência Psicológica		Negligência		Violência Fatal		Total de casos notificados	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
1996	525	44,0	95	8,0	0	0,0	572	48,0	0	0,0	1.192	100,0
1997	1.240	60,1	315	15,3	53	2,6	456	22,1	0	0,0	2.064	100,0
1998	2.804	22,2	578	4,6	2.105	16,7	7.148	56,6	0	0,0	12.635	100,0
1999	2.620	39,3	649	9,7	893	13,4	2.512	37,6	0	0,0	6.674	100,0
2000	4.330	38,9	978	8,8	1.493	13,4	4.205	37,7	135	1,2	11.141	100,0
2001	6.675	32,9	1.723	8,5	3.893	19,2	7.713	38,1	257	1,3	20.261	100,0
2002	5.721	35,8	1.728	10,8	2.685	16,8	5.798	36,3	42	0,3	15.974	100,0
2003	6.497	31,3	2.599	12,5	2.952	14,2	8.687	41,9	22	0,1	20.757	100,0
2004	6.066	31,0	2.573	13,2	3.097	15,8	7.799	39,9	17	0,1	19.552	100,0
2005	5.109	26,5	2.731	14,2	3.633	18,9	7.740	40,2	32	0,2	19.245	100,0
2006	4.954	26,7	2.456	13,2	3.501	18,9	7.617	41,1	17	0,1	18.545	100,0
2007	2.940	25,1	1.057	9,0	2.285	19,5	5.422	46,3	10	0,1	11.714	100,0
Total	49.481	31,0	17.482	10,9	26.590	16,6	65.669	41,1	532	0,3	159.754	100,0

Fonte: LACRI (2007)

Tal evidência pode implicar um deslocamento do campo da violência física para a sexual e sua consequente denúncia, ora pelo fortalecimento do aparato de defesa e responsabilização, ora pelo rompimento das vítimas, quando esta chega em nível de insuportável crueldade. Se forem observados os dados catalogados por ONGs e órgãos oficiais sobre o fenômeno da violência sexual, pode-se identificar oscilações no crescimento e decréscimo desses dados. Tal resultado pode, supostamente, ocorrer por uma subnotificação ou, por outro lado, pelas condições de enfrentamento apresentadas após o ECA.

Os dados da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA)¹⁹, apresentado pelo Observatório da Criança, apontam que, nos anos de 2000 a 2003, das 1.547 denúncias registradas, 378 foram da região Nordeste, apontando os estados de Pernambuco e Paraíba com os detentores dos maiores índices de denúncias. Entre as denúncias, considerando-se o gênero, 76,29% foram do sexo

¹⁹ O fechamento da ABRAPIA tem impedido a atualização dos dados que eram apresentados pelos órgãos que compunham o trabalho em Rede.

feminino. Ainda sob esse critério, 90,05% dos abusadores eram do sexo masculino. Dos 418 casos confirmados de abuso sexual, 54,55% foram manifestações da violência intrafamiliar, demonstrando uma forte incidência dessa prática no locus privilegiado que é a casa, e por pessoas que deveriam cuidar das crianças e adolescentes e protegê-los. Destaca-se, ainda, que a incidência maior de vítimas se concentra na faixa etária de 12 a 15 anos (92,3%).

Os dados apresentados pelo LACRI revelam uma maior atualização desta realidade, uma vez que estrutura num panorama um período que vai de 1996 a 2007., Tomando-se como parâmetro o sexo da vítima, quanto à prevalência, nos casos de abuso sexual, em 1996, 71,6% dos casos foram vítimas o sexo feminino, chegando a 2007 com o índice de 76,3%. Contudo, percebemos que a falta de uma política de monitoramento da violência doméstica e da sexual especificamente, gera uma subnotificação dessa realidade, uma vez que esses dados foram coletados a partir das denúncias em espaços de atendimento especializados, a saber: delegacia de atendimento à criança e adolescentes, Instituto Médico-Legal (IML), organizações não governamentais, etc.

**Tabela 3 - Quadro de prevalência do abuso sexual por sexo da vítima – LACRI-
Brasil**

Ano	Violência Sexual						Total	
	Masculina		Feminina		Sem Info			
1996	8	8,4	68	71,6	19	20,0	95	100,0
1997	7	2,2	80	25,4	228	72,4	315	100,0
1998	18	3,1	174	30,1	386	66,8	578	100,0
1999	113	17,4	536	82,6	0	0,0	649	100,0
2000	192	19,6	786	80,4	0	0,0	978	100,0
2001	350	20,3	1.373	79,7	0	0,0	1.723	100,0
2002	326	18,9	1.402	81,1	0	0,0	1.728	100,0
2003	522	20,1	2.077	79,9	0	0,0	2.599	100,0
2004	589	22,9	1.984	77,1	0	0,0	2.573	100,0
2005	602	22,0	2.129	78,0	0	0,0	2.731	100,0
2006	677	27,6	1.779	72,4	0	0,0	2.456	100,0
2007	251	23,7	806	76,3	0	0,0	1.057	100,0
Total	3.655	20,9	13.194	75,5	633	3,6	17.482	100,0

Fonte: Lacri, 2007

Concentrando-se nos dados levantados pela equipe de pesquisa do LACRI, percebemos que, em 2007, dos 1.057 casos notificados, nos 23 estados pesquisados, 76,3% eram do sexo feminino, e 23,7% do sexo masculino. Tal resultado não demonstra que os meninos estão em situação de vantagem e proteção em comparação às vítimas do sexo feminino. O que ocorre, na maioria das vezes, é a ampliação do pacto de silêncio e a secundarização da realidade do abuso sexual na figura masculina, colocando tal fenômeno no circuito da banalização das descobertas infanto-juvenis.²⁰

Esses dados são alarmantes. Mas são apenas os dados conhecidos. Muito provavelmente, a incidência de maus-tratos seja bem maior do que os registros disponíveis revelam. Uma razão decisiva para essa subcontagem nunca inferior a 20% (...) residiria no fato de que os próprios familiares das vítimas são os abusadores, contra os quais raramente são feitas denúncias (BRITO; LARAMÃO, 1994 apud AMARO, 2011, p. 29)

Além desses dados que estão registrados pelo LACRI e ABRAPIA observaram-se outros oficiais, computados pelo Programa Disque 100, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH). Esse programa é vinculado à Secretaria e possibilitou o trabalho com os dados mais recentes, de 2011 a 2015. Tal programa funciona através de denúncias anônimas, subsidiando as ações dos Conselhos Tutelares e de direitos, como as entidades assistenciais que atuam na proteção social especial, a exemplo dos CREAS, em âmbito municipal, com subsídios das prefeituras, e regional, subsidiados pelos governos estaduais.

A realidade trazida pelos dados revela o panorama do abuso sexual no contexto nacional e local. Dos casos notificados, de 2011 até 2015, percebe-se uma oscilação no quantitativo absoluto do número de denúncias. Em 2011, 22.022 ocorrências; 2012, 31.551; 2013, 26.613; 2014, 19.165 e, em 2015, até o mês de junho, 7.798 denúncias. O estado da Paraíba participa desse quadro com os seguintes dados e percentuais por ano de denúncia, considerando o total, no Brasil, de 2011 a 2015: 625 casos ou 2,81%, em 2011; 708 casos, 2,24%, em 2012; 797 casos, 2,99%, em 2013; 517 casos,

²⁰ Ver PINTO JUNIOR (2005)

2,70%, em 2014 e, finalmente, em 2015, até o mês de junho, 264 casos, representando 3,39% do total nacional (SNDH, 2016).²¹

A comparação do quantitativo de denúncias, por ano, nos mostra que houve uma oscilação no que diz respeito às denúncias. Entre o ano de 2011 e 2012, houve um aumento de 13,28% do número de denúncias, contudo, o quantitativo registrado nos anos seguintes mostra uma tendência a diminuição entre os anos de 2012 e 2013, passando a figurar em 12,57% o número de denúncias e, de 2013 e 2014, este passa para 35,31%, indicando um aumento no registro de ocorrências. Contudo, tal redução entre os anos de 2011 e 2012 não quer dizer que o problema esteja realmente diminuindo, pois, quando se trata do abuso sexual, devemos ponderar os dados, já que estes são permeados de subnotificações e a resolução da problemática é transferida para o âmbito familiar, não chegando a fazer parte dos dados registrados por órgão de proteção, defesa e responsabilização.

Dados catalogados pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social/PB totalizaram um número de 3.438 violações de direito contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, ocorridas no ano de 2014. Os dados foram computados pelos 91 CREAS, 20 polos regionais e 71 municipais, entre os quais, 360 referiram-se a casos de abuso sexual, representando a quarta causa de maior violação de direitos contra esse segmento populacional.

O fato de a violência doméstica sexual apresentar um caráter incestuoso dificulta sua revelação, ora pelas estratégias e simulacros apresentados pela família, ora pela dificuldade dos profissionais em se deparar com o indesejável, visto que tal fenômeno apresenta um papel incompatível com as expectativas sociais criadas sob a figura e o papel dos pais na relação com seus filhos.

Nos casos de abuso sexual, são frequentes atitudes e posturas manipulatórias dos adultos diante das crianças e adolescentes, destacando-se, em muitos casos, a possibilidade de atribuir às vítimas posturas fantasiosas diante das ações dos seus agressores. Tal estratégia possibilita um

²¹ PARAÍBA. Relatório do abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no estado da Paraíba, registrado no RMA dos CREAS Regionais e Municipais, contemplando as 14 Regiões geoadministrativas. Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – 2016.

desacreditar na fala e denúncia das crianças e adolescentes, criando um obstáculo em revelar o abuso atuante.

Na prática sexual intrafamiliar há uma estimulação sexual intencional do adulto em relação à criança/adolescente. Muitas vezes, os papéis e as funções familiares são alterados: o pai passa a ser marido, a mulher aceita perder a função de esposa e mãe, a filha exerce função de esposa e mãe de suas irmãs. Estas seriam práticas transgressoras inseridas num contexto de impedimento cultural e/ou legal (PINTO JUNIOR, 2005, p. 37).

Se, por um lado, o tabu do incesto atua na estrutura das normas civilizatórias da sociedade ocidental, atribuindo lugar e modelos sociais às figuras parentais e fornecendo modelos sociais de família, a evidência do incesto implica a transgressão sociocultural e psíquica da criança e do adolescente.

A criança e o adolescente, numa situação incestuosa, tem sua integridade física e psíquica fragilizada, incorrendo em problemas e “consequências para a vítima, implicando a perturbação da noção de identidade ou outros distúrbios de personalidade e de adaptação social” (PINTO JUNIOR, 2005, p. 38).

Nos casos de violência sexual doméstica e intrafamiliar, as pesquisas já anunciadas revelam uma incidência maior nas vítimas do sexo feminino, revelando, com base na teoria social de gênero, que, em uma cultura de poder como a nossa, recai na figura feminina a maior investida. A prisão do sexo feminino aos desejos do seu agressor aparece em alguns casos nas relações incestuosas de pai x filha, como um ritual de domínio sobre o corpo feminino a partir de uma perspectiva do poder do macho sobre o que lhe é tido socialmente como inferior (mulher, criança, empregados), traço que fundamenta a família patriarcal.

As relações incestuosas contra as vítimas do sexo feminino são denunciadas por vários órgãos (CEARAS e CRAMI)²² e revelaram que tal violação tem uma duração bastante prolongada, ocorrendo casos em que tal

²² CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância(SP) e CEARAS – Centro de Estudos e Atendimento relativos aos Abusos Sexual.

ato ocorre por um período de anos, sendo revelado já na fase da adolescência, quando ocorre gravidez, ou na fase adulta, quando a vítima se sente fortalecida para romper com a barreira do silêncio.

O prolongamento deste processo de vitimização pode promover um maior risco à criança levando-a, em alguns casos, à morte. Segundo a OMS, a maior causa de mortes entre crianças ocorre por fatores externos. “Afora isso, a morbi-mortalidade de crianças está associada a tentativas de suicídio. Sobretudo em casos de vitimização sexual, o suicídio é a causa mortis de muitas crianças e adolescentes” (STUBBE, s.d apud AMARO, 2011, p. 30).

Percebemos que o suicídio entre crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual intrafamiliar, aparece como estratégia de livrar-se ou sair do ciclo abusivo, na falta de respaldo das vítimas por parte de familiares ou mesmo do poder público. Em alguns casos, o abuso é descoberto quando, em tentativas de suicídio, a vítima não logra êxito, necessitando, a partir daí, de apoio terapêutico para pode sair dessa dinâmica da violência, sem atentar contra a própria vida.

A vergonha, a culpa, o silêncio, a incredulidade dos adultos, o aniquilamento da autoestima, o medo, o sentimento de inferioridade, a depressão acabam condicionando, no plano simbólico ou concreto, um desejo de morte: a agressão letal acaba por significar a única liberdade possível, num contexto de extrema tensão. (SAFFIOTTI, 1997, p. 194).

Por outro lado, o fato de ocorrer uma maior incidência sobre as meninas não descarta a evidência em vítimas do sexo masculino. Como pontua PINTO JUNIOR (2005), há uma naturalização no imaginário social de que meninos e homens não são vitimizados sexualmente, dificultando não só o trato no enfrentamento desta realidade, como também a estruturação de serviços e profissionais especializados para o atendimento às vítimas do sexo masculino.

Os dados apresentados pelo Disque 100, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos²³ apontam para a evidência dos casos de abuso sexual perpetrados contra crianças e adolescentes do sexo masculino, porém, vale

²³ Disque 100 dados relativo a violência sexual no Brasil contra criança e adolescentes 2011-2015 (Secretaria Nacional de Direitos Humanos).

destacar que há uma prevalência do sexo feminino entre as vítimas, nos casos de violência sexual.

Tais dados nos mostram os seguintes percentuais referentes à realidade nacional, comparando a variável sexo da vítima: 2011 - 75,72% feminino, 19,98% masculino, 4,30% não informado; 2012 - 75,85% feminino, 17,50% masculino, 9,65% não informado; 2013 - 72,12% feminino, 17,56% masculino, 10,32% não informado; 2014 - 68,76% feminino, 18,80% masculino, 12,44% não informado e, em 2015, até junho, - 69,06% feminino, 17,97% masculino, 12,97% não informado. A realidade da Paraíba não difere dos dados apresentados pela realidade nacional.

A falta de estudos sobre a vitimização sexual de meninos, no Brasil, levou o teórico PINTO JUNIOR (2005) a realizar uma pesquisa bibliográfica, com base em dados anglo-saxônicos, delineando um quadro de caracterização apresentado pelos autores das diversas pesquisas, indicador de que a violência sexual intrafamiliar contra meninos aponta para uma maior durabilidade temporal e um maior contato físico. Dentre outras características, é demonstrado, no estudo desse autor, a evidência do abuso sexual em meninos, em casos de famílias com traços homossexuais, famílias promíscuas e famílias violentas. Embora a incidência do agressor recaia sobre a figura paterna, foram identificados casos da mãe e outros familiares como avós, avós e irmãos mais velhos (PINTO JUNIOR (2005).

Nesse sentido, se faz necessário pensar a violência sexual a partir de uma visão não focalista, mas identificá-la como um problema social e de saúde pública que requer ações intersetoriais e integrais no que tange à equipe de atuação direta com o fenômeno, para um enfrentamento mais eficaz e efetivo.

3 O segredo como mecanismo de poder: da construção a quebra do pacto de silêncio

O abuso sexual intrafamiliar recorrente, embora pouco notificado pelos órgãos nacionais, é um fenômeno presente em todas as classes sociais, etnia e vinculação religiosa. Teremos que descartar a tendência em colocar tal fenômeno como próprio das classes menos abastadas. Os diversos estudos que orientam essa pesquisa já comprovam que não existe essa especificidade apenas nas classes populares e apontam ou identificam as causas como oriundas de condições internas e externas. Dentre essas condições podemos elencar a dependência estrutural entre violador e vítimas (crianças, adolescentes e mães), questões de poder e assimetrias de gênero nos contextos familiares e a construção do pacto de silêncio que se elabora e que nutre a manutenção da violação tornando o abuso recorrente.

Ferrari e Vecina (2002) trazem o fenômeno a partir de um entendimento de que a violência intrafamiliar aparece como uma repetição de experiências traumáticas anteriores, cuja forma de socialização se sustenta ou foi configurada tomando como base episódios de violência. A partir dessa leitura, um padrão abusivo no contexto intrafamiliar poderá ser compreendido como externalização de violências anteriores. “Desse modo, quando uma família apresenta padrão abusivo de relacionamento interpessoal, a mesma está revelando as cicatrizes de sua história pessoal de um contexto histórico-cultural de determinada sociedade, (...)” (FERRARI; VECINA, 2002, p.75).

Em seu estudo, Lamour (1997) descreve o comportamento de crianças e adolescentes que não conseguem elaborar a situação abusiva de modo a denunciá-la. Tais comportamentos foram denominados por Smmit, citado por Lamour (1997) de Síndrome de Adaptação da Criança Vítima de Abuso Sexual (Child Sexual Abuse Accommodation Syndrome), dando condições de melhor se avaliar a construção do que denominamos, nesse estudo, de pacto do silêncio, ou seja, a cumplicidade que se estabelece entre vítima e violador, de modo a paralisar as vítimas e mantê-las presas à situação abusiva, não encontrando respaldo interno ou externo para a quebra deste silêncio e, muitas vezes, necessitando de intervenção de parentes, vizinhos, professores, etc. Dentre as características dessa Síndrome, temos:

- a) A manutenção do segredo, por medo das consequências da revelação. A criança teme a punição ou a incapacidade do adulto de protegê-la da violência de seu agressor, e, além disso, sente que sua palavra é desvalorizada, que corre o risco de não ser acreditada no que diz, e, por isso, mantém-se em silêncio sobre o abuso;
- b) A vulnerabilidade da criança, fruto de sua relação submissa diante de autoridade do adulto. As crianças são educadas para obedecerem e confiarem nos adultos que cuidam dela.
- c) A adaptação a essa situação, como única alternativa possível, uma vez que não se pode desvencilhar dos abusos, o que lhe traz as consequências traumáticas apontadas pelas pesquisas. (RANGEL, 2011, p 52)

Ratificando essas concepções, Smmit apud Lamour (1997, p. 55) assinala que “os adultos que procuram crianças pequenas como parceiros sexuais descobrem rapidamente” que estas são indefesas, “não se queixam nem resistem”.

Pesquisar acerca do segredo contido nas falas das vítimas de abuso sexual, nos levou à construção e compreensão teórica de alguns autores no âmbito das ciências sociais, subsidiando sua aproximação com elementos como silêncio, segredo, memória, dor e negação. Para tanto, apoiaram a pesquisa, além dos autores que tratam do abuso sexual em suas mais vertentes e searas de conhecimento, como Pollak (1989), Veena Das (1999; 2007; 2011, 2016), Simmel (2009; 2011; 2016) e Boltanski (2012). A partir desses estudos, traçou-se um panorama teórico do fenômeno, dando suporte para a compreensão dos relatos de técnicos que atuam com o atendimento de vítimas de violência sexual, testemunhas indiretas do ato abusivo, pela aproximação e revelação das usuárias dos serviços de saúde e assistência social. Os estudos de Pollak (1989), traduzindo a percepção de Halbwachs (1968) sobre a força da memória coletiva sobre indivíduos e sociedades, mostram que, ao contrário da tradição durkheimiana, na qual a consciência coletiva (expressão da memória coletiva) exerce um poder coercitivo na estruturação da sociedade, esta pode não apenas exercer esta função e mas passar a promover uma adesão afetiva ao grupo (comunidade afetiva).

Se existe uma seletividade de todo e qualquer episódio que deve e pode ser lembrado, revivido, exposto, tal pressuposto foge da força impositiva

com que os fatos sociais são tomados em Durkheim, como coisa, e passa a mostrar um outro lado da situação, como aponta Pollak (1989). Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como estes se tornaram coisas, como e por que se solidificaram, sendo detentores de duração e estabilidade. Em seu estudo sobre memória de exilados de guerra e sobreviventes do nazismo, Pollak (1989, p. 5) colabora com a identificação de que o “silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Por outro lado, o “silêncio tem razão bastante complexa. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p.6).

Por isso, a compreensão sociológica do silêncio como elemento de linguagem e comunicação, através do não-dito, ajuda a compreensão e aproximação do processo vivido pelas vítimas de abuso sexual, mesmo captando essa realidade por testemunho indireto (os técnicos/peritos).

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” como esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. No plano coletivo, esses processos não são tão diferentes dos mecanismos psíquicos ressaltados por Claude Olievenstein: “A linguagem e apenas a vigia da angustia... Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior. (POLLAK, 1989, p. 9).

Embora a análise e reflexão sobre o silêncio, o segredo e a memória das vítimas de violência sexual estejam baseadas em situações diferenciadas dos sobreviventes de guerra, do nazismo e de violência externa, percebe-se um elo entre tais experiências: a realidade de vivências traumáticas que foram silenciadas e que, num dado momento, se apresenta com uma força eruptiva.

Diante de sentimentos tão antagônicos, em função da violação sofrida, as vítimas de violência sexual poderão demorar no processo de revelação, ainda mais, nos casos de abuso recorrente, em que a revelação ocorre num período bastante tardio, isto, quando revelado. Ainda segundo Rangel (2011), a síndrome da adaptação poderá desembocar em duas outras características: a revelação tardia e sua não confiabilidade por parte dos familiares, em função do tempo decorrido desde a violação. Nesse caso, há uma revitimização e culpabilização da vítima, colocando-a como cúmplice do abusador; e, por outro lado, a retração, fenômeno estudado por Alvin (1997) apud Rangel (2011). A retração apresenta-se como estratégia utilizada pela vítima na manutenção do pacto do silêncio, quando dimensiona as consequências que tal revelação poderá trazer para ela ou para a família (ação judicial, perda do poder familiar por parte do violador, afastamento da vítima do convívio familiar, etc.).

No relato da assistente social Laura, revelando, durante a entrevista, que sofrera abuso sexual na infância, a noção de que tal ato possa ter ocorrido pelo fato de a mesma colocar-se “disponível” ao violador surge como fator impulsionador do medo da revelação e, quando esta ocorre, espera-se por um comportamento reprovável por parte dos familiares.

Eu tinha 12, 13 no máximo, eu já tinha corpo. E quando eu contei minha mãe ficou chocada, minha avó parou de comer e eu já estava esperando apanhar “minha mãe vai me bater porque eu fiz um negócio errado, eu fui lá fora e me ofereci”, na minha cabeça a culpa tinha sido minha. (Laura – Assistente Social)(Sic)

A retração surge como estratégia de manutenção do ideário de família feliz e sem conflitos, visto que na construção social do gênero foi ensinado às crianças e às mulheres a calar. Sendo assim, “a retração, na maior parte dos casos, visa, portanto, a restabelecer a aparente coesão familiar que precedia a descoberta. Neste sentido, é um verdadeiro sintoma de adaptação (...)” (ALVIN, 1997, apud GABEL, 1997, p.74),

Tal silêncio é permeado por fatores de âmbito interno, na relação da vítima com seu abusador, e por fatores externos, estes, atribuídos às consequências que tal revelação poderá ocasionar para a dinâmica familiar,

requerendo intervenção externa e judicial, como também para os estigmas que serão formados socialmente sobre a família e a vítima.

É na dinâmica da adaptação e retração que as vítimas de abuso sexual constroem seu segredo. E, mais ainda, na perspectiva de não romper com o ideário de família perfeita, de constituição familiar que as vítimas transformam seus corpos em linguagem de violência. Se o segredo se sustenta numa memória afetiva e ideal de família e o fato de sua revelação “destruir” esse ideário, tal leitura tem levado as vítimas ao processo de construção de seus segredos, retroalimentando o ciclo abusivo. (Grifo da pesquisadora)

No estudo *Life and Words*, Veena Das (2007) traz a discussão da violência a partir da linguagem do sofrimento expressando experiências traumáticas, esboçando “uma teoria da violência que identifica na linguagem do rumor, do corpo, do sofrimento, da lamentação, do luto, do testemunho e do silêncio tentativas de dar expressão apreensível à violência” (VIEIRA, 2010, p. 517). As vítimas de abuso sexual que prestaram seus depoimentos junto aos peritos entrevistados revelavam que esse silêncio possuía uma dupla face: proteção da vítima em seu campo físico (medo de represálias em função da revelação do fenômeno) e a construção de um segredo sobre um fenômeno que não entra com naturalidade na ordem do dia.

Por outro lado, autores que trabalham com a violação sexual, como Furniss (1993), apontam que esse silêncio e a constituição do que denominamos de pacto do silêncio ocorrem numa relação entre a síndrome de segredo (vítima e família) com a síndrome da adição (pessoa que comete o abuso).

Dessa forma,

A natureza específica do abuso sexual da criança como síndrome de segredo para a criança e a família, e como síndrome de adição para a pessoa que comete o abuso, esclarece a diferença entre o abuso sexual da criança e outras formas de abuso na infância (...). O abuso sexual da criança como síndrome de segredo para a criança é determinado por fatores externos, por aspectos específicos de segredo na própria interação abusiva e por fatores psicológicos internos. (FURNISS, 1993, p. 29)

No relato da profissional Laura, é possível identificar a relação entre a síndrome do segredo e a síndrome da adição:

Agora, é preciso que ninguém fale e aí se torna um elo da família, uma coisa obscura que a família tem, vamos dizer assim, como se fosse um pacto familiar que ele usa “olha, como é que eu vou fazer para continuar abusando do meu filho. Então eu vou falar porque se falar vai sofrer as consequências”, que não pode falar. Aí vem a pressão psicológica “não, papai faz isso por amor, não é para falar pra ninguém. Papai lhe ama”. E se falar eu vou lhe bater, você vai ver, eu vou bater no seu irmão, agredir pessoas que ele ama, até um cachorrinho que tenha. Enfim, é tanta a pressão psicológica quanto física para obter esse silêncio. (Laura – Assistente Social)(Sic)

Entendemos, portanto, que a complexidade do fenômeno sobre o abuso sexual não depende de um único eixo de explicação, passível de realização. Fatores estruturais atrelados à dinâmica interna das famílias é que poderão dar pistas de como o fenômeno se organiza e se perpetua no âmbito familiar, causando o que se chama de abuso recorrente, sempre sustentado por esse pacto do silêncio, que não está apenas restrito ao âmbito familiar, mas se espalha para outras dimensões, como a incapacidade de profissionais como educadores, médicos, professores de não identificarem as mudanças comportamentais que as vítimas apresentam em seu cotidiano, fora de casa. Assim se faz necessário compreender a família para além de sua função biológica, socializadora e econômica, e repensar sua construção ideológica enquanto locus dessexualizado das relações parentais, o que tem contribuído enormemente para a manutenção do pacto de silêncio.

A releitura do abuso e de sua incidência, num contexto incestuoso, colaborará para a resignificação da família em sua matriz conceitual, deslocando o ideário de espaço privilegiado de harmonia, não violência e garantidora da manutenção do interdito sexual como critério de equilíbrio familiar e social. Esse mal-estar familiar agora assume forma de mal-estar social e vem sendo gradativamente estudado, levando a compreender dois elementos significativos para a recorrência do abuso sexual:

a assimetria nos relacionamentos familiares, tanto entre os pais, fruto do sexismo, quanto entre estes e seus filhos, ainda originária daquela concepção da criança como um objeto, e não como um sujeito; bem como a vergonha que permeia o

abuso e o torna tabu de revelação, um segredo. (RANGEL, 2011, p. 73).

Neste sentido, trazer o conceito de família de Foucault (1979) ajudará a compreender o poder que a mesma exerce e como se estrutura a passagem do poder soberano, próprio da família, para a incorporação do poder disciplina, que a família agrega de outras instituições.

Taylor (2012) pontua exemplarmente essa compreensão que Foucault (1979) traz da família, no sentido de perceber que seu poder soberano foi gradativamente sendo dissolvido ao longo da história, uma vez que, permeada por instituições disciplinares, a mesma foi cooptada pelo biopoder.

Em Poder Psiquiátrico, Foucault argumenta que, apesar das maneiras pelas quais a família tem sido invadida por novas tecnologias de poder, seu poder soberano continua a desempenhar um papel crucialmente colaborativo dentro de uma sociedade disciplinadora. Por um aspecto, o poder soberano da família é essencial para inserir seus membros nas instituições disciplinadoras. (TAYLOR, 2012, p. 205)²⁴ (Livre tradução da pesquisadora)

Para Foucault, a soberania da família e das demais instituições disciplinares com as quais interage, estabelece, atualmente, uma relação simbiótica,

Na família moderna, o poder do pai tem sido mais e mais diminuído. O poder soberano do pai de punir em maneiras espetaculares tem virtualmente desaparecido nas sociedades ocidentais, e, se exercido, pode também sofrer intervenções de instituições disciplinares. Proibida pela maioria, como o estado, de punir corporalmente, a família recorre a técnicas como isolamento e privação, [...] e às retiradas de privilégios e liberdades, portanto, mais de perto reproduzindo as estratégias punitivas da prisão do que as dos reis do Renascimento. (TAYLOR, 2012, p. 205).²⁵ (Livre tradução da pesquisadora)

²⁴ In Psychiatric Power, Foucault argues that despite the manners in which the family has been invaded by new technologies of power, the sovereign power of the family continues to play a crucial collaborative role within a disciplinary society. For one thing, the family's sovereign power is essential for inserting family members into disciplinary institutions..(Taylor, 2012, p. 205)

²⁵ In the modern family, the power of the father has moreover been greatly diminished. The father's sovereign power to punish in spectacular ways has virtually disappeared in Western societies, and, if exercised, may also lead to interventions by disciplinary institutions. For the most part forbidden, like the state, to punish corporally, the family resorts to techniques such as isolation and privation, "grounding,"

Na medida em que Foucault está argumentando, em *A história da sexualidade*, que a família moderna é o local em que se encontra tanto um dispositivo de aliança como um dispositivo de sexualidade, ele está caracterizando-a como uma instituição que agrega o poder soberano e o poder disciplinar.

Na medida em que Foucault argumenta, em *The History of Sexuality*, que a família moderna é o local de implantação da aliança e da sexualidade, ele a caracteriza como uma instituição de poder soberano e disciplinar. Na verdade, Foucault argumenta que a análise do sexo e do simbolismo do sangue e da aliança, embora "dois regimes de poder muito distintos" são caracterizados por "sobreposições, interações e ecos", e a família e o casamento são vistos como dois dos lados de interação entre essas formas de poder (FOUCAULT 1976/1978, 149). Simplificando, o poder soberano é sobre o sangue, o biopoder é sobre sexo, e hoje a família tem poder sobre ambos. (TAYLOR, 2012, p. 207)²⁶ (Livre tradução da pesquisadora)

Numa outra passagem é possível compreender como a família vai assumindo outro contexto de controle dos corpos dos indivíduos no espaço familiar.

A nova família é uma entidade medicalizada, panóptica e normalizadora, e os pais funcionam como médicos dentro dela - ou, mais exatamente, como disfarces, clones e instrumentos de médicos, terapeutas e interesses estatais biopolíticos. Os pais cederam seu direito soberano sobre seus filhos através de sua submissão ao biopoder, em troca de um controle incestuoso sobre a sexualidade de seus filhos que eles perderam. Para Foucault, nesta leitura, o poder aparentemente soberano que os pais exercem sobre seus filhos é, de fato, uma mera "ficção". As práticas de normalização são descritas

“time-out,” and the withdrawals of privileges and freedoms, thus more closely reproducing the punitive strategies of the prison than those of Renaissance kings. (Taylor, 2012, p. 205)

²⁶ Insofar as Foucault is arguing in *The History of Sexuality* that the modern family is the site of both a deployment of alliance and a deployment of sexuality, he is characterizing it as an institution of both sovereign and disciplinary power. Indeed, Foucault argues that the analytics of sex and the symbolics of blood and alliance, although “two very distinct regimes of power,” are characterized by “overlappings, interactions, and echoes,” and the family and marriage are noted as two of the sites of interaction between these forms of power (Foucault 1976/1978, 149). Put simply, sovereign power is about blood, biopower is about sex, and today the family is about both. (Taylor, 2012, p 207)

como "constituintes" de nova família em vez de ser meramente "enxertado" em uma instituição mais antiga (Taylor, 2012, p. 208). (Grifos do autor) (Livre tradução da pesquisadora)²⁷

A passagem do poder soberano para o poder disciplinar nas famílias modernas garante o que Foucault denominou de biopoder e de biopolítica. O controle dos corpos passou a determinar o exercício deste poder por meio do incesto. Tal passagem foi perfeitamente analisada por Foucault em seus estudos. A sexualidade das crianças dizia mais respeito aos pais do que às próprias crianças. Na perspectiva e visão de Foucault, a família começa a exercer um poder sobre a sexualidade das crianças, um poder e controle que se apresenta e se justifica nas práticas higiênicas.

Enquanto a família soberana proíbe o incesto, a família moderna é produzida por uma sexualidade "incestuosa". Um dos caminhos que a família produz desejo "incestuoso" é através do acompanhamento da sexualidade dos filhos. No século XIX, isso ocorreu por meio de uma guerra travada pelos pais — por ordem de médicos — contra a masturbação. Nessa guerra, foi necessária atenção constante sobre os filhos, cheirando os lençóis e as mãos, ficando atento a ereções, verificando as roupas íntimas, acompanhando as crianças enquanto se banhavam, iam para cama, acordavam e dormiam, e até mesmo no toque de corpos ou compartilhamento de camas. (Taylor, 2012, p. 209)²⁸

Para Feder (1997), o poder disciplinar, ao invés de ser imposto de fora para dentro da família, é exercido dentro da própria família e sobre dela, embora exerça esse poder disciplinar diferente das demais instituições disciplinares estudadas por Foucault.

²⁷ The new family is a medicalized, panoptic, and normalizing entity, and parents function as doctors within it—or, to be exact, as the dupes, clones, and instruments of doctors, therapists, and biopolitical state interests. Parents have ceded their sovereign right over their children through their submission to biopower in return for an incestuous control over their children's sexuality that they have since lost. For Foucault, in this lecture, the apparently sovereign power that parents exercise over their children is in fact a mere "fiction." Practices of normalization are described as "constituting" the newly-born family rather than being merely "grafted" onto an older institution (Taylor, 2012, p 208)

²⁸ Whereas the sovereign Family forbade incest, the modern Family is produced by "incestuous" sexuality. One of the ways that the Family produces "incestuous" desire is through parental monitoring of children's sexuality. In the nineteenth century this occurred through a war waged by parents—at the behest of doctors—against masturbation. This war required constant attentiveness to one's children, a smelling of sheets and hands, an alertness to erections, an examination of undergarments, a surveillance of children as they washed, went to bed, woke up, and slept, and even a binding of bodies and a sharing of beds. (Taylor, 2012 2009)

Mesmo quando ela argumenta que a família é, no seu funcionamento interno, uma instituição disciplinar, Feder reconhece que a família é diferente das instituições disciplinares que Foucault descreve na medida que suas funções são mais fixas e individualizadas, menos reversível e recíprocas. Apesar de um guarda prisional poder ser substituído por outro sem perturbar o bom funcionamento da prisão, e apesar de guardas e prisioneiros serem monitorados da mesma forma, uma mãe não é tão facilmente substituída por outra mãe, e os papéis de pai e filho não são tão facilmente intercambiáveis. (Taylor, 2012, p. 212)²⁹

A leitura de Bell (1993) sobre o controle dos corpos infantis a partir do incesto demonstra como há uma relação do poder patriarcal com a prática do incesto.

Embora, em casos de incesto, esta autoridade paternal seja levada ao extremo, Bell insiste que isso não é diferente do tipo de poder que nós aceitamos em uma relação normal entre pais e filhos. Bell, segue assim, outras escritas de feministas sobre incesto, argumentando que abuso sexual não é o sinal de uma família anormal, mas é um resultado de uma estrutura da família patriarcal tradicional: o poder soberano em um pai incestuoso não é diferente do poder de outros pais, mas é a exploração do poder familiar que nós rotineiramente cultivamos e aceitamos. Apesar desta identificação do elemento da família soberana, Bell passa a discutir o poder senhorial do pai sobre os filhos, como a educação simultânea, argumentando que ele monitora os filhos e assim garante sua submissão de uma forma quase panóptica. (Taylor, 2012 p. 213).³⁰

Tais releituras sobre o incesto, o papel da família e acerca da violência familiar sexual facilitam o enfrentamento e ações de âmbito global que estão sendo organizadas no sentido de combater esta realidade, tendo sido

²⁹ Even as she argues that the family is, in its internal workings, a disciplinary institution, Feder acknowledges that the family is different from the disciplinary institutions that Foucault describes insofar as its roles are more fixed and individuated, less reversible and reciprocal. Although one prison guard may be replaced by another without disrupting the smooth functioning of the prison, and although guards and prisoners are monitored alike, a mother is not so easily replaced by another mother, and the parent's and child's roles are not so easily interchanged (Taylor, 2012, p 212).

³⁰ Although in cases of incest this paternal authority is taken to an extreme and abused, Bell insists that it is not different in kind from the power that we accept in normal parent-child relations. Bell thus follows other feminists writing on incest by arguing that sexual abuse is not the sign of an abnormal family, but is a result of the traditional patriarchal family structure: the sovereign power an incestuous father wields is not of a different order from the power of other fathers, but is the exploitation of the kind of familial power that we routinely cultivate and accept. Despite this identification of the family's sovereign element, Bell goes on to discuss the father's lordly power over his children as simultaneously disciplinary, arguing that he monitors them and thus ensures their submission in a quasi-panoptic manner. (Taylor, p 213)

incorporadas no âmbito das políticas públicas, há mais de uma década. O governo federal, através do Ministério da Previdência Social³¹, hoje Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial de Assistência Social (SEAS), implantou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que contou com o Programa Sentinela³² como espaço de efetivação da ação. Essas medidas efetivadas pelos órgãos públicos juntamente com a sociedade civil organizada demonstram que a violência doméstica - e especificamente a sexual - não corresponde a uma realidade de âmbito privado, cuja resolução deverá estar restrita ao espaço familiar. As ações impetradas contra a criança e o adolescente deverão ser solucionadas dentro de um aparato jurídico-legal, favorecendo uma esperança no que diz respeito aos gritos silenciosos das vítimas.

No caso do abuso sexual, este se apresenta como uma variação das práticas de violência e encontra, no espaço doméstico, respaldo histórico e cultural de poder. Sendo assim, pode-se considerar o espaço doméstico como um prolongamento, numa dimensão micro, do poder exercido pela sociedade maior. O poder apresentado pelas sociedades não são pontos cristalizados, fossilizados, mas uma rede em permanente mutação e transformação: “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1999, p. 89). A ocorrência da violência intrafamiliar em qualquer modalidade (física, econômica, emocional ou sexual) reproduz e desloca a relação de poder da esfera macro para a micro, mediante o exercício do biopoder, ou seja, poder de controlar, de dominar, de submeter os corpos a um poder maior que se reveste de legitimidade própria.

A sociedade adota uma noção de gênero, na qual a imagem do homem é a do caçador, forte e herói; e a mulher é a presa, a conquista. Os papéis sexuais estereotipados colocam as meninas em desvantagens para se protegerem, sendo muitas vezes responsabilizadas pela agressão. O comportamento esperado é que a mocinha deva ser dócil, meiga e boazinha, comportar-se como caça e presa, ao mesmo tempo em que deve impedir a agressão sob pena de ser vista como culpada. (GARCIA, 2005, p 12)

³¹ - A partir de 2003 esse Ministério passou a ser denominado de Ministério do Desenvolvimento Social.

³² Hoje o Programa Sentinela foi substituído pelos atendimentos realizados nos CREAS.

A violência expressa a não autonomia e a assimetria nas relações interpessoais. Nessa perspectiva de negação da autonomia, a violência sexual, no contexto intrafamiliar, nega a liberdade, o desejo do outro, o próprio outro. A relação entre o eu e o tu, nas configurações de autonomia das relações sociais, passa a ser encarada, em casos de violação sexual, na relação eu x isso. Há uma objetivação do sujeito violado no modo quando é aprisionado no desejo do outro que se utiliza de estratégias as mais diversas possíveis para dominar.

Fato relevante a ser ressaltado é o quanto tal construção histórico-cultural da sexualidade está interligada ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. Sabe-se que esse tipo de violência cria vítimas, sobretudo entre as mulheres e os mais indefesos (crianças e adolescentes), aponta para um comportamento por parte do agente da agressão (geralmente do sexo masculino) com a presença de um duplo componente: a violência e a sexualidade (FERRARI; VECINA, 2002, p. 118).

Nesse sentido, a leitura sobre a violência sexual contra meninas e mulheres atrela-se à visão misógina que se tem sobre as mulheres e que, em sociedades patriarcais, apresenta uma relevância significativa, no sentido de tais atos serem legitimados e incorporados como próprios da dinâmica cultural (GARCIA, 2005).

Os estudos realizados por Ferrari e Vecina (2002); Gabel (1997) e Azevedo (1988), dentre outros, apontam para o decréscimo da recorrência da violência de acordo com a idade da vítima e com o gênero. Nos casos de abuso sexual cometidos contra o gênero masculino, estes tendem a ocorrer em menor proporção com a idade, em função da similaridade da força física dos adolescentes em comparação do agressor. No caso das vítimas do sexo feminino, ao tempo que aumenta a faixa etária e sua socialização com outros grupos, implicando na possibilidade de revelação, esta deixa de ser objeto de desejo, sendo tal ato redirecionado para novas vítimas menores.

No entendimento de Guerra (1998), a violência doméstica, enquanto ato de omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, conduz a vítima a uma situação de objeto, de coisa, afastando-a de qualquer possibilidade de exercício de direitos (GUERRA, 1998, p32-33).

Em famílias cuja dinâmica da violência intrafamiliar, em sua modalidade sexual, foi implantada, a comunicação, estabelecida entre os

membros agressores e suas vítimas, é o aprisionamento das vítimas ao desejo do outro, estabelecendo uma relação em que elementos como amor, sexo, carinho, humilhação e vergonha estão presentes em condições antagônicas e conflituosas.

Ainda de acordo com Guerra (1998), o processo de violência doméstica intrafamiliar possibilita a fabricação de processos de vitimação e vitimização,³³ nos sujeitos que sofrem tal violência, não sendo, contudo, esses processos excludentes.

No processo de vitimização, a criança e o adolescente tomam para si a culpa do ato incestuoso. Em muitos dos casos, há dificuldade de processar a relação no episódio violento da diferença do eu x tu, uma vez que a criança ou o adolescente encontram-se em condição de objeto (isso). Nesses casos, elementos constituidores da identidade do sujeito como o id, o ego e o superego, numa situação de violação sexual, não atuam com suas funções específicas. O superego, que deveria atuar como condição de censor, de árbitro e juiz no interdito não foi elaborado. Diante da violação sexual e da não possibilidade de comunicar algo que se encontra na seara da interdição – o incesto –, a vítima assimila a violência, ora vivenciando a síndrome da adaptação, ora se identificando com o agressor e retroalimentando o ciclo vicioso da violência. Portanto, se faz necessário compreender os mecanismos que produzem as sedução incestuosas, a dinâmica da sexualidade familiar, a dinâmica da estrutura de poder e gênero nos espaços domésticos são elementos necessários para a leitura do pacto do silêncio.

Porém, vale destacar que as consequências colocadas para as vítimas vão além da violação física. A própria culpa, numa dimensão consciente ou inconsciente, não cessa com o fim do abuso ou seu interdito, mas é uma condição basilar para o processo de reestruturação das vítimas.

A intervenção da lei pode livrá-la somente em parte dessa culpa; pode, igualmente, ajudar a criança a estruturar-se, dando outro significado à proibição do incesto e mostrando que o corpo social assume a responsabilidade de aplicar a lei. (LAMOUR, 1997, p. 60)

³³Vitimação – resultado das situações de desigualdade sociais e econômicas.

Vitimização – resultado das relações interpessoais abusivas do adulto contra criança. (Azevedo, 1997)

Essa percepção permite compreender os estudos de Das (2007) sobre o silêncio ou a memória silenciada pela violência manifesta nas relações sociais, e como a mesma interfere diretamente nas relações de parentesco.

Das efetuou uma paciente aproximação etnográfica, na qual os relatos de violação, as reestruturações familiares, os testemunhos de violência se encontraram também com uma memória que, simultaneamente, se silenciava sobre o acontecido e se manifestava nas relações sociais, transformando as relações de parentesco. (PEREIRA, 2010. p 358).

Embora tenham sido estudo específico para a realidade da Índia, as análises de Das (2007) colaboram para a análise da nossa realidade, no sentido de compreender esses corpos e sua violação, muitas vezes envolvida num segredo social, como signo de comunicação, inclusão e exclusão.

A violência infligida às mulheres não se referia apenas ao silenciamento de suas vozes, mas à transformação das mulheres em testemunhas da violência brutal, testemunhas silenciadas, mas que tinham em seus corpos os signos da violência – corpos apropriados numa disputa pela soberania que operava por uma gramática de gênero. (PEREIRA, 2010, p. 360).

Assim, a funcionalidade do tempo, personagem principal das histórias trabalhadas por Das (2007, p. 519), e o “trabalho do tempo” aparecem como categorias e elementos de mudança, resolução de conflitos ou de esquecimento ou perdão das ações traumáticas. O tempo é visto como elemento que poderá colocar fim a tal situação, ora favorecendo a um esquecimento, ou ao que se denomina de fortalecimento e empoderamento da vítima para enfrentar seu conflito e falar.

Se o fator tempo favorece as vítimas a perceberem que tal investida não condiz com a prática socialmente aceita entre pai e filha, o abusador passa a ser visto como um violador de direitos. Dessa forma, o crescimento da vítima e sua ação de não domínio contribuem para o abusador se afastar de sua “presa”. Isso é revelado na fala de Soraia, 28 anos.

Com o tempo isso foi... isso parou com o tempo, né? Nessa faixa... como eu falei a você, dos 12 anos em diante ele não

chegava mais, até porque eu já era muito rebelde, tudo que ele falava eu respondia, já não tinha mais carinho. Então eu tipo que me afastei mesmo dele, e aí ele também não chegava mais próximo de mim. Eu não tratava ele como meu pai mais. (Soraia, 28 anos – vítima discente) (Sic)

Por outro lado, a distância (tempo) de vivências traumáticas e a percepção dessa memória, na realidade atual da vítima, faz com que a mesma perceba e assuma outra rota de condução desta história. Esta passagem é emblemática quando Soraia (28 anos) nos revela quando contou de sua experiência ao seu atual marido.

Ele não... não reagiu assim, tipo que como quem quer se vingar ou... Não, ele só ficou do meu lado, ele não teve nenhuma reação assim boa ou ruim. Ele ficou do meu lado, mas não quis reagir, não quis ir atrás. Até porque por muito tempo ter passado, foram o quê? Quase 20 anos depois já, eu acho que também se eu fosse procurar a justiça... já não... Eu acho que não teria mais como resolver. (Soraia, 28 anos – vítima discente)(Sic)

Tal afirmação demonstra que, se no campo jurídico alguns atos de violência podem ser prescritos, as marcas deixadas na memória individual não são apagadas com maior facilidade. Estratégias são forjadas, na condução da vida sob outro prisma, outra rota levará a vítima a conviver, no tempo presente, com uma realidade em que a memória de fatos traumáticos, embora presentes sejam ressignificados. Isto é bastante reforçado em sua busca por uma religião, como escape e forma de compreender a necessidade de sair da teia invisível e convulsa do abuso sexual recorrente, em que elementos como medo, culpa, revolta e segredo fazem parte e compõem esse cenário.

Sim, eu... eu sigo muito assim o que a palavra de Deus diz, a Bíblia, né? A Bíblia fala sobre o perdão, sobre o que Deus pode fazer na vida do homem, o homem dando lugar para Deus trabalhar e realmente libertar e fazer algo novo na vida de uma pessoa. E eu acredito nisso, se realmente a pessoa quiser se libertar, quiser se tratar... Porque existe também a parte... a parte material. Você pode procurar um tratamento e você se arrepender, Deus cura, Deus faz também e eu acredito nisso. E eu acredito também que se eu for levar isso para o resto da minha vida e vou ficar com esse sentimento de ódio, isso vai fazer mal pra mim, isso vai fazer mal pra mim. A partir do

momento que eu perdoei e que eu peço a Deus para tirar todo o sentimento ruim de dentro de mim que eu tinha por ele ou nenhum sentimento que eu não tinha. (Soraia, 28 anos – vítima discente)(Sic)

Estratégias como aporte no mundo criado paralelo ao mundo real, seja por busca no campo religioso, ou da transgressão e uso de drogas, ou ainda envolvimento com grupo/coletivos tidos como marginais, são utilizadas pelas vítimas de abuso sexual. Tais estratégias são utilizadas como suporte para manter um segredo que só cabe a elas e aos seus algozes. Sendo assim, a compreensão do poder estabelecida na construção desse segredo que se expressa pelo indizível, pelo silêncio/segredo pode nos desvendar a chave do poder que o abusador exerce sobre suas vítimas. Simmel (2013), trabalhando o conceito de segredo, no domínio da sociologia, nos mostra que há uma relação direta entre segredo e revelação do mesmo, estando esta associada ao movimento do conhecimento que um determinado indivíduo tem sobre o outro, revelando-se como princípio de respeito. Como pontua Maldonato (2013, p.1) citando Simmel (2013), “aquilo que é intencional ou não intencionalmente ocultado é intencional ou não intencionalmente respeitado”.

Há um embate de forças diretamente proporcionais entre a ocultação e a revelação. A força em guardar/secretar algo é diretamente proporcional à capacidade de esse fato de ser revelado. Neste sentido, tal “situação dá lugar à ocultação e ao mascaramento muitas vezes agressivos e defensivo, por assim dizer, contra uma pessoa, o que em si é designado como segredo” (SIMMEL, 2016. p.1).

O segredo constrói e possibilita a criação de um mundo paralelo ao mundo manifesto, estando este influenciado por aquele. Então, comportamentos são forjados socialmente de modo a ocultar o segredo, deixando-o velado, visto que tais comportamentos não são compatíveis com o comportamento socialmente aprovado. Nos casos de abuso sexual, o fato de esse estudo ser direcionado à recorrência no espaço familiar, a surpresa por parte dos técnicos ao comportamento do abusador, quando este tem relação direta com a vítima, é impressionante. Sendo estes os pais, padrastos, avós, tios, pessoas que transitam no cotidiano das vítimas, que se relacionam com outros parentes e vizinhos e que apresentam comportamentos que estão livres

de qualquer suspeita. Esse fato é descrito na fala de alguns peritos (técnicos que atuam na área de atendimento às vítimas de abuso sexual entrevistados nessa pesquisa) sobre o comportamento do agressor.

Teve um caso que me chamou muito atenção, inclusive se tratava de uma família de uma violação. O abuso sexual foi com uma filha, causada pelo próprio genitor, foi pelo próprio pai o causador do abuso, sendo que a família era composta por três irmãos, três filhos, eram três filhos. Inclusive essa adolescente ela vinha, ela sofria abuso durante um tempo, foi abusada em criança ainda. E quando foi... à medida que foi crescendo foi se tornando adolescente que o indício maior é quando se torna adolescente a criança. É o abuso silencioso, é velado porque a criança tem toda uma questão de medo – não é? De falar. E na fase da adolescência quando a menina resolveu abrir-se, falar sobre o que aconteceu chocou por conta de que havia... o pai era uma figura machista extremamente autoritário, moralista, então assim, acima de qualquer suspeita em relação àquela atrocidade que vinha acontecendo dentro daquele âmbito familiar (Adriana - Psicóloga)(Sic)

Tal colocação demonstra que a produção de um mundo paralelo ao abuso, mediante comportamento racionalizado (moralista), aponta para as estratégias que os abusadores desempenham para o exercício de uma vida pautada em regras sociais e uma vida intrafamiliar construída e mantida por um segredo que é silenciado, ocultado, omitido ou não acreditado.

O segredo, na teoria simmeliana, assume um sentido social e tem um papel para o processo de socialização e de vida em sociedade entre os indivíduos. A concepção de transparência não cabe para a estruturação da sociedade, certo grau do conhecido deverá estar ocultado e essa ocultação dará o tom dos comportamentos sociais.

A existência de um segredo entre dois indivíduos ou dois grupos e a sua medida, são questões que caracterizam as relações entre eles. Pois enquanto uma das partes não se dá conta da existência de um segredo, o comportamento daquele que o oculta e assim toda a relação, são permeados por tal fato. (SIMMEL, 2016, p. 1).

Tal afirmação se revela na fala da perita, quando descreve a forma como o abusador buscou os recursos da assistência social para solucionar problemas de relacionamento com seus filhos. A revelação de um

comportamento de pai protetor, preocupado com o nível de agressividade dos filhos, foi a estratégia utilizada por este pai para afastar qualquer suspeita sobre seu comportamento abusivo.

Nós não atendemos agressores, mas na época ele se colocava como vítima porque a demanda veio com uma situação de filhos que não obedeciam aos pais, filhos que não tinham o respeito à autoridade paterna. E nos chegou primeiramente, nem chegou como uma suspeita de uma questão de abuso. Chegou em relação a um conflito familiar e sendo que era uma forma... que as crianças – entre aspas – começaram a se rebelar né? dando sinais eu acho que um pedido de socorro para sair daquela situação de violação intrafamiliar. E parecia para a equipe uma questão de conflito por conta da fase da transição da adolescência daqueles meninos. Enfim, quando a gente foi juntamente com os outros órgãos que eu citei, quando foi se aprofundar, a gente viu que a situação era muito mais séria do que se mostrava porque envolvia sim vítimas de violações das mais diversas: psicológicas, físicas e sexuais. Então esse foi um caso que me marcou muito. Marcou muito porque nós não atendemos o agressor, mas como eu disse chegou pra nós como conflito familiar, a gente tentou fazer a mediação, ouvir daquele pai e ele se mostrava, como ele tem todo uma figura, uma capa de dissimulador mesmo, dissimulado, então ele demonstrava uma coisa, mas no fundo foi bem diferente, muito grave, uma situação muito grave que realmente me chamou atenção.(Adriana - Psicóloga)(Sic)

Definido o alvo de sua investida, o abusador passa então a nutrir um comportamento diante dos familiares e vizinhos de modo que sua ação secretada não seja visibilizada, não despertando em quem convive com o mesmo qualquer suspeita.

É. Fica velado, fica silenciado, e na classe menos privilegiada é... não, o índice é maior e eu acredito que pesquisas mostrem isso, que o índice ele é bem maior. Geralmente as pessoas são mesmo dentro de casa, são pessoas que desenvolvem uma relação de afeto com a vítima, talvez uma relação de confiança para justamente ter o alvo fácil e não levantar suspeita. Muitos casos que chegam pra gente, a gente realmente quando vai analisar envolve padrasto, envolve relações conjugais que já foram repetidas. (Adriana - Psicóloga)(Sic)

Numa outra passagem é possível identificar que, para a manutenção do segredo, um mundo e um comportamento paralelo se faz premente. São estratégias utilizadas para guardar o que apenas cabe ao abusador e sua vítima.

Pessoas que se escondem nessa capa, nessa máscara pra não... cometem atrocidades, mas no fundo não sabe como isso reforça a história da família que foi assistida pela proteção não é? O pai ele era altamente moralista. A filha que ele abusava sexualmente não podia andar de short. Para a vizinhança ele falava que filha dele não ia mostrar... andar de short curto, de saia. E para a vizinhança ele era o homem íntegro, com a postura rígida de um pai que zela pela segurança na questão da integridade da filha e ele era violador. Então assim, existem pessoas que se escondem nesse papel de autoritarista para se esconder. É uma estratégia. Eu não sei, como eu disse eu não tenho... eu posso até estar falando sem propriedade assim porque eu estou caminhando, eu digo que eu estou engatinhando, eu não tenho preparo para uma demanda dessa. A gente vai vendo postura, vai ouvindo históricos de família quando está relacionado a figura do pai ou padrasto, esse perfil do homem que protegia – sabe? Que era cuidador, mas... (Adriana – Psicóloga)(Sic)

Em todo momento da procura pela ajuda técnica, revelava a preocupação do pai na forma conturbada em que os filhos se revelavam, violência, contatos com pessoas da rua que usavam drogas, enfim, todo discurso representava a preocupação de um pai presente e que queria o retorno da tranquilidade e equilíbrio do lar. Embora o segredo não tenha, na percepção de Simmel, uma ligação direta com o mal, este tem uma conexão estreita com o segredo. Como pontua Simmel (2016), “aquilo que é imoral se esconde por razões óbvias, mesmo quando o seu conteúdo não carrega estigma social, como é o caso de certas distorções de natureza sexual não perceptíveis ao olhar coletivo”. E continua, “(...) O efeito intrinsecamente isolante da imoralidade como tal, não importando toda a repulsa social explícita e direta, é real e importante, indo além dos membros de tipo ético e social. (Simmel, 2016, p.1). Por fim, podemos encontrar, nos estudos simmelianos, a correlação entre segredo e a expressão sociológica da ruindade moral. Tais implicações são perceptíveis no nível de crueldade em que o abusador encurrala suas presas submetendo-as física e psicologicamente a seu domínio.

A imagem construída do abusador pelos técnicos não se associava ao comportamento apresentado pelo violador. Neste sentido, quando questionamos aos peritos quem era esse abusador, para elas as respostas

foram as mais diversas possíveis, demonstrando que esse comportamento oscila entre o pai mais cuidadoso, machista, moralista até chegar a uma ideia de psicopatia.

É uma pessoa comum na maioria dos casos, eu não sei, é como eu disse a você eu não tenho uma ampla experiência nesses... mas eu gosto de ler, de saber um pouco mais. Então assim eu entendo que não é uma pessoa com a mente doentia, pode haver sim pessoas com comprometimentos porque a... Existem casos de violadores que um dia foram violados, abusadores que um dia foram abusados sexualmente. Então existem casos de reproduzir algo que não foi elaborado, que não foi tratado no tempo em que ocorreram. Mas pra mim a maioria dos casos de abusadores sexuais, de agressores são pessoas comuns, são pessoas que trabalham, são pessoas que...(Adriana – Psicóloga)(Sic)

Nessa outra passagem, encontramos que a compulsão é o elemento que nutre a prática do abusador. Essa visão o coloca no patamar de pessoa que também requer investimento na assistência emocional.

Pra mim é alguém que... porque não tem o que fazer porque tanta gente assim escondido na vida né? Eu sempre falava: meu Deus – quando eu era criança. Tanta mulher da vida... Aí vai pegar uma criança indefesa, (INAUDÍVEL) Sempre pensei assim e ainda penso principalmente criança que é inocente, não tem formação, o corpo está ali... sabe? Tanta mulher que você pode chegar namorar e tudo mais e eles preferem pegar uma criança inocente. Ou seja, é tipo um fetiche mesmo. Então eu não aguento, é problema mental, é problema de personalidade de... é uma pessoa... Eu não sei nem se eu posso dizer que é uma pessoa ruim, porque às vezes é, por exemplo, se for dizer que é o que o pessoal diz: é, é compulsão (...)(Carmen – Psicóloga)(Sic)

Em outros depoimentos, a visão de que o abusador é uma pessoa com transtornos psicológicos foi explicitada. Diante destas leituras há uma tendência a psicopatologizar a violência, dificultando a sua leitura numa perspectiva sociológica e, conseqüentemente, a compreensão de que esse pacto não parte de um apelo social.

Pra mim o abusador – a visão que eu tenho do abusador – é uma doença. Porque tem tanta mulher e tanto homem para eles fazerem isso que ele quer fazer com a criança que não

precisaria eles terem um olhar maldoso para uma criança. Quem faz maldade são os adultos. E os adultos tem que saber pra quem fazem(?). Porque todos nós temos uma criação, o entendimento do que é certo e do que é errado, eles sabem que é errado, mas eles não conseguem se controlar. Então pra mim é uma doença de fundo psicológico que precisa ser tratada. (Laura – Assistente Social)(Sic)

Por fim, a visão do médico reforça a prática no patamar da doença psíquica, como bem explicitado pelo perito da área de saúde.

Eu vou te dar uma. Psicopatia familiar, psicopata dentro da família. Só pode ser explicado dessa forma.

(...)

Não se classifica como outra coisa. Não tem outra classificação para um homem desse. Então se a casa se torna o lugar ideal para a família, se for o caso de parentes, é porque esse parente não tem juízo psicopaticamente (?) a psicopatia dele leva a esse caso, não sei talvez o neto, as taxas de testosterona ou doença mental mesmo. Não tem explicação lógica.

(...)

Então essa psicopatia ocorre no seio familiar de alguma pessoa dentro dela ou o pai mesmo um doido, um maluco que faz isso acontecer. Não acho que seja a oportunidade faz o ladrão. Não se inclui nisso aí. Não é necessário que você esteja de biquíni, que esse cara vá querer lhe estuprar. (Dr. Wilson – Médico) (Sic)

Então, práticas de perversão, de crueldade podem ser exemplarmente apresentadas por parte do abusador, visto que guarda um segredo o qual, ao mesmo tempo, que teme ser descoberto, produz todas as condições para mantê-lo secreto.

Na percepção dos técnicos, há a identificação do segredo com a crueldade, há entre o segredo e o mal uma relação, embora nem todo segredo seja negativo, na concepção simmeliana.

Não sei, acredito como eu disse pessoas comuns é porque não necessariamente quem abusa tem alguma questão mental, algum transtorno. Existem pessoas que convivem com nós, tem uma relação familiar que não levanta suspeita, mas são pessoas que são cruéis, que são perversas que tem essa prática mesmo do abuso. (Adriana – Psicóloga)(Sic)

Neste outro depoimento do perito é possível ver como o nível de crueldade/ruindade é demonstrado nos atos abusivos, demonstrando a capacidade de imprimir um nível de violência que garante a manutenção do segredo.

Eu tive um caso que me chamou muita atenção, em que o pai que era o violador dos quatro filhos, ele era muito dissimulado. E durante as primeiras visitas que eu fiz realmente ele conseguiu me convencer de que ele jamais faria mal a qualquer um dos filhos enquanto figura de protetor. E eu até tentei articular o EJA para eles voltarem a estudar porque ele colocava os dois filhos mais velhos para trabalhar. Tentei conversar com ele e tirar o paradigma a questão cultural dele de preconceito contra a opção sexual do filho que era homossexual... (INAUDÍVEL) Enfim, no decorrer da estória, observou-se que tanto ele como a mãe que não tinha força pra nada, era super dependente do marido, muito magra, até sem forças físicas, era conivente. Isso descobrimos no decorrer do processo, o Ministério Público está atuando e acabou que se criou, psicologicamente falando, um ciclo de submissão dela para ele. Todos os quatro filhos foram abusados. Tinha um de colo, quando eu fui era de colo, uma de 4, 5 anos que tinha um comprometimento mental, já tinha feito cirurgia no cérebro, tinha um de 8, 9 anos, tinha um de 15... 14, 15 que era homossexual e tinha a mais velha, 16 anos, que era a mais rebelde, a que mais ele escondia a situação, a que não aceitava de jeito nenhum. Todos foram abusados. (Laura – Assistente Social)(Sic)

Outro aspecto relativo ao segredo que vale ser destacado é o fascínio que o mesmo produz para aquele que o possui. Nesse sentido, deter um segredo diante da sociedade, da família, dos vizinhos sobre um conteúdo tomado como “imoral” reproduz no abusador um sentimento de posse e de poder incomensurável.

O segredo situa a pessoa numa posição de exceção; opera como uma atração pura e socialmente determinada. É basicamente independente do conteúdo que guarda, mas naturalmente torna-se cada vez mais efetivo na medida em que a sua posse exclusiva ganha em plenitude e em significado” (SIMMEL, 2016, p. 2)

Por outro lado, se existe o fascínio no ato de manter o segredo existe um fascínio e um pavor pela sua possível revelação. Revelar o segredo é trair, é quebrar um pacto que estava tacitamente estruturado entre vítima e

abusador. O encanto do segredo associa-se ao seu oposto: revelação/traição. Nos casos de abuso sexual recorrente, inseridos num pacto de silêncio/segredo, a força com que este pacto é mantido também revela o fascínio ao seu exercício, visto que a revelação também possui igual força na dualidade segredo/revelação. Sendo assim, estratégias de poder são lançadas no sentido de neutralizar e aprisionar a vítima na manutenção do segredo. Nos casos relatados pelos peritos, foi identificada a revelação ocorrendo por parte das vítimas e por terceiros. “O segredo contém uma tensão que se dissolve no momento da revelação.” (SIMMEL, 2016, p. 3)

Na dificuldade de revelar o seu segredo, as vítimas deixam pistas de modo que parentes e vizinhos percebam a mudança de seu comportamento, assumindo, com isso, a defesa da vítima. Situações como essas não reveladas nos atendimentos diários nos centros de referência.

Às vezes, a denúncia de abuso sexual não aparece como a principal da busca pelos órgãos de defesa e responsabilização. No relato abaixo, a revelação do abuso sexual ocorre posteriormente à denúncia principal de dificuldade escolar. É na percepção de que tem alguém qualificado que possa escutar o seu segredo, que memórias vêm à tona (VEENA DAS, 2011).

(...). E por questões de situação de uma outra situação, de outra violação do direito dessa criança a qual essa mãe passou a também praticar de violência física, psicológica, essa criança a avó paterna procurou o Conselho Tutelar mas diante dessa situação e quando chegou aqui essa criança em nossas escutas qualificada ela relatou essa questão do suposto abuso sexual praticado pelo tio. Então assim, já houve audiência, hoje a avó tem a guarda legal dessa criança. Essa criança não quis permanecer aos cuidados da mãe, que pra compreensão dessa criança a mãe não a protege. (...). (Cibele - Psicóloga)(Sic)

O significado sociológico do segredo está em sua manutenção, por isso, existe a tensão constante entre mantê-lo a sete chaves e a consciência de que ele poderá ser revelado, caso estratégias e recursos de manutenção não sejam suficientemente poderosos para secretá-lo. É diante dessa perspectiva sociológica que o segredo e sua manutenção na criação de um pacto de silêncio favorecem as vivências de abusos sexuais recorrentes, sendo muitas vezes revelados em fases da vida adulta da vítima e por profissionais

especializados (consultórios terapêuticos ou médicos), a partir dos depoimentos dos técnicos e das vítimas que se colocaram à disposição da pesquisa.

Essa relação entre segredo e revelação é exposta por Simmel (2016) na denominação de fascínios, porém sob aspectos extremos, e é na tensão de suas forças que vão se estruturando um dos lados dos extremos de acordo com o repertório de poder que cada polo dessa tensão, abusador e vítima contém.

Também o segredo contém a consciência de que pode ser rompido: de que alguém detém o poder das surpresas, das mudanças de destino, da alegria, da destruição - e até da autodestruição. Por tal razão, o segredo está sempre envolvido na possibilidade e na tentação da traição; e o perigo externo de ser descoberto se entretém com o perigo interno, que é como o fascínio de um abismo, a vertigem de a ele nos entregarmos. O segredo cria barreiras entre os homens, mas ao mesmo tempo traz à baila o desafio tentador de rompê-lo por boataria ou por confissão - e esse desafio o acompanha todo o tempo. A significação sociológica do segredo então, tem sua medida prática, seu modo de realização só na capacidade, na inclinação individual de mantê-lo, assim como na sua resistência ou fragilidade em face da tentação da traição, da revelação. (SIMMEL, 2016, p.3)

Simmel (2016) aponta para a condição de individualização que o segredo produz visto que, embora o segredo ocorra entre indivíduos, é na base da estrutura social que é mantido ou revelado. “O ponto decisivo a esse respeito é que o segredo é um elemento de primeira linha de individualização” (SIMMEL, 2016, p. 3). Se, por um lado, as condições de elevada diferenciação são condições adequadas para um alto grau de segredo, por outro, o segredo incorpora e intensifica essas diferenças. Se, em círculos sociais, o segredo é mais fortalecido e mantido, o mesmo não pode ocorrer em sociedades menores, visto que os contatos diretos e as trocas de comunicação dificultam a manutenção do segredo. No entanto, um aspecto nos estudos de abuso sexual intrafamiliar nos chama a atenção: como, em situações de família com reduzido número de membros, o abuso sexual pode se fazer invisível e indizível? Nesse aspecto, Simmel nos socorre na compreensão de que, em sociedades modernas, a publicidade ganha certo valor em detrimento do segredo, da ocultação. É a partir da leitura das diferenciações culturais que o binômio

segredo/publicidade poderá ser mais bem compreendido, visto que o público tende a se fazer aparecer mais público e o que é de âmbito individual se mantém em segredo. Como descreve Simmel:

Por outro lado, o esquema geral da diferenciação cultural mostra-se de novo aqui: o que é público se torna ainda mais público e o que é privado se torna ainda mais privado. E este encaminhamento histórico é a expressão de uma significação mais profunda e mais objetiva: o que é essencialmente público e o que, por seu conteúdo é do interesse de todos, também se torna ainda mais público externamente, na sua forma sociológica, assim como aquilo que no seu sentido interior for autônomo - as questões centrípetas do indivíduo - ganha um caráter ainda mais privado mesmo na sua posição sociológica, numa possibilidade também mais distinta de permanecer secreto. (SIMMEL, 2013, p.5)

Por outro lado, Veena Das (2011) demonstra como o silêncio de vítimas de situações brutais tem o propósito de manter as violações no âmbito do indizível, como forma de resguardar a ideia de família. Revelar o abuso seria a forma de distanciar, pela prática abusiva/violenta, o ideário de família protetora. Então, sentimentos como vergonha ocupam a cena e garantem a manutenção do segredo, agora silenciado.

A partir desta compreensão sociológica podemos nos aproximar de como o pacto do silêncio se constrói entre famílias pequenas, cuja rede de socialização também é reduzida e cujos olhares comunitários e os laços de solidariedade comunal podem servir como elementos para a publicização do segredo – abuso sexual. Tal força centrípeta torna esse segredo restrito ao âmbito doméstico, muitas vezes mantido entre a vítima, seu violador e familiares. Porém, estratégias para manter a própria família no ciclo abusivo concorrem para a manutenção desse segredo restrito à família.

O medo... o medo, às vezes as ameaças de morte que elas recebem. Eu já atendi outros casos que não foi aqui em João Pessoa, mas em Santa Rita também eu já atendi um caso que teve repercussão na mídia e tudo. Eram três filhos, um homem e duas meninas. E esse pai abusava das duas filhas. Segundo a mãe ela era inocente, ela só havia pego uma vez a situação. Mas ele ia pra lá e tinha relação com todas duas várias noites na semana, com frequência. Só que não me dei por satisfeito

em saber que ela não sabia da história. Mas ela sabia, ela era conivente com a história. Mas ela dizia que sofria ameaça dele. Ela se separou dele por causa da situação e depois voltou a conviver com ele. Só deixou mesmo porque foi denunciada, não sei como foi que chegou a justiça. Mas a polícia foi lá pegou ele, ele está no presídio, ele foi direto para o presídio. Quando ela se separou saiu da casa, ia pra casa da mãe, foi que aconteceu. Mas eu achava que era convivência dela, não sei se por ela gostar dele, mas ela tinha uma certa convivência. Dava para perceber isso aí. (Márcio – Assistente Social – Coordenador da Unidade de atendimento)(Sic)

Outro relato reforça essa “cegueira” familiar diante de um ato secreto, cuja imoralidade domina o contexto social. A dificuldade de associar um comportamento socialmente reprovável, quando este ocorre no espaço doméstico e por pessoas que deveriam ter outra postura, leva a um processo de negação. Nos casos de abuso sexual, a revelação aos familiares, por exemplo, à mãe, muitas vezes reverte-se em comportamento de descrédito por quem fala.

E minha mãe é separada e ela teve um relacionamento com um rapaz. E ele apresentou comportamentos estranhos, queria assistir filmes pornôos quando minha mãe não estava em casa, aí um dia minha irmã percebeu, ficava com olhares que a minha irmã percebia que não eram olhares normais. Certa vez ela viu até ele brechando pela porta. Então ela comunicou à mainha, mas ela não acreditou porque ela estava naquele encantamento, naquele processo de paixão, ela não acreditou nela e até hoje ainda duvida se isso realmente aconteceu. Hoje ela não convive mais com ele. Quer dizer, é muito difícil essas pessoas aceitarem. É muito complicado mesmo quando a violência é dentro da família, desses familiares aceitarem. Alguns casos que a gente atende a gente consegue perceber isso “não, ele não fez isso não”, então é a menina que é enxerida, que é danada, que tipo assim, como se culpasse mesmo a criança. (Helena - psicóloga)(Sic)

Estratégias de proteção são erguidas de modo que se neutralize a violação no âmbito da família. Quando a descoberta ocorre pela mãe, as estratégias são imensas de negar o fenômeno.

Ela vai sustentar justamente pra não enfrentar que esse homem que ela convive é o homem que está violando. Então pra ela não vai ser muito legal. E enfrentar especificamente pra ela vai ser muito conflituoso porque ela vai ter que gerar vários

conceitos internos, então ela não vai conseguir de fato dizer “realmente o homem que eu decidi entregar a minha vida foi ele que abusou da minha filha”. Então pra ela manter essa negação é justamente para que ela possa manter a estrutura psíquica e consentimento, só que é de forma inconsciente. Antes ela aceitava “eu vou aceitar porque eu quero manter as minhas faculdades mentais, minha estrutura...” não, inconscientemente ela de certa forma ela “vou aumentar essa parede, eu vou proteger o meu ego porque eu não quero ver isso, eu não quero de fato aceitar isso”. Isso realmente acontece de forma inconscientemente. (Helena - psicóloga)(Sic)

A dificuldade em lidar com tal situação, de verbalizar algo que está no campo do não dito, do interdito, principalmente por estar associado à sexualidade, faz com que haja uma dificuldade de verbalização da própria palavra e seu signo. Segundo Veena Das (2011), compreender o “comportamento venenoso” é conseguir se aproximar dos fatos pela leitura das metáforas, das entrelinhas, de modo a captar a violação de modo indireto, seja esses por comportamento das vítimas, seja pela verbalização fragmentada. Num dos depoimentos de vítima, encontramos essa realidade bem delineada, na forma como se reportava a sua genitália.

*Como te falei eu devia ter uns 8 anos e sempre nas madrugadas ele vinha deitar na minha cama. E tinha um toque diferente, com a mão... **tocava em lugares assim que não era para tocar.** (Soraia, 28 anos – Vítima Discente)(Sic) (Grifo da pesquisadora)*

Para Simmel (2009), os segredos, nas sociedades e círculos pequenos, não se estabelecem, em virtude do contato direto e do partilhar coletivo das ações. Como o abuso sexual intrafamiliar se estrutura em segredo na família, cujo grau de diferenciação não se faz presente como nas sociedades maiores? Como esta força centrípeta se estrutura de modo a garantir, num núcleo familiar, a não identificação do fenômeno ou a negação do fenômeno, dada que sua revelação assume um caráter de desmonte familiar? Que repercussões tal revelação desencadeará para a sociedade maior com implicações jurídicas e sociais numa dimensão centrípeta? Como as relações sociais são permeadas por clareza ou sombreamento em certa medida, tais atos são colocados numa nebulosa, mascarando comportamentos.

Mas no interior da esfera do conhecimento objetivo onde há lugar para a verdade e para a ilusão, pode assumir um caráter em nenhum outro lugar observado. Os fatos subjetivos interiores da pessoa com quem estamos em contato se inserem nessa área do conhecimento. O nosso próximo tanto pode voluntariamente revelar a verdade sobre si mesmo como por dissimulação pode nos enganar. (SIMMEL, 2009, p. 222).

Assim, o binômio verdade e mentira é construído e acionado de acordo com o grau de relações sociais estabelecidas. A verdade da violação fica circunscrita na relação vítima e violador. Essa é uma verdade percebida por ambos os polos desta relação e se constitui num segredo deles para com os demais membros familiares e sociais. A mentira sobre o fato abusivo é forjada para garantir as relações extramuros e manter a microsociedade – a casa, a família – harmônica.

Em muitos aspectos, no entanto, a situação é diferente e o nosso próximo, de moto próprio, apresenta-se verdadeiro ou falso em referencia a si mesmo. Cada mentira, qualquer que seja o seu conteúdo, é essencialmente uma promoção do erro no que diz respeito ao mentiroso: pois a mentira consiste no fato de que o mentiroso oculta da pessoa a quem é passada a ideia, a verdade que detém. A natureza específica da mentira não se exaure no fato de que a pessoa a quem é dita a mentira tenha uma concepção falsa do fato malversado. Este é um detalhe em comum com o simples erro. Some-se a isso o fato de que a pessoa enganada fica com uma concepção errada sobre a verdadeira intenção do mentiroso. A veracidade e a mendacidade são da maior relevância para as relações das pessoas umas com as outras. As estruturas sociológicas se diferenciam pela medida de mendacidade que é operativa para elas. Para começar, em relações muito simples, a mentira é muito menos prejudicial para a persistência do grupo do que em associações complexas. (SIMMEL, 2011, p. 113)

A mentira ou engano, nos casos de abuso sexual intrafamiliar, apresenta-se como um dispositivo de dominação dos mais fortes sobre a mente do mais fraco. O exercício do poder sobre os tipos mais fracos é apresentado como utilidade do mesmo, na manutenção do segredo. Como aponta Simmel (2011), o exercício do poder do mais forte sobre o identificado como mais fraco permite que determinado conhecimento se encerre numa muralha de silêncio, e a prática de violação possa ocorrer sem grandes questionamentos e resistências.

Em casos em que a organização, a estruturação e a centralização do grupo estejam em questão, o processo se realiza através da sujeição do mais fraco ao que lhe é superior física e mentalmente. A mentira que daí decorre é sem dúvida um meio de trazer à expressão a superioridade mental e permitir-lhe que oriente e subordine mentes menos capazes. (SIMMEL, 2011, p. 115)

Nas relações sociais complexas, o conhecer o outro, muitas vezes, se situa no contexto de saber da existência de alguém e não necessariamente “o que” e “como” é este alguém. A parte apresentada, que não é proibida, deve ser mostrada, exibida, conhecida e o que é proibido deve manter-se oculto. “Neste caso, um só conhece do outro as características externas. E estas podem ser as que se deixam ver no social como as que a pessoa deseja mostrar aos outros” (SIMMEL, 2011, p. 121).

Diante disto as formas de surpresas com que a revelação, em caso de abuso sexual familiar acontecem, quando este é impetrado pelo genitor, quando este não apresenta nenhum traço de suspeição para tal ato, vem, muitas vezes, revelado na fala dos profissionais que não se sentem qualificados para compreender as entrelinhas das ações abusivas. Tal simulação e dissimulação de comportamento foram demonstradas na pesquisa, quando os profissionais da assistência se depararam com duas imagens dicotômicas: o pai preocupado e que recorre ao serviço pedindo ajuda para manter o relacionamento com a família; e, por outro lado, o pai, no caso o mesmo, que se apresenta como um violador com maior requinte de violência e violações. Como demonstra o estudo sobre segredo de Simmel (2011, p.121), “o *conhecimento* nesse sentido polido e social é o lugar dileto da *discrição*”. (Grifos do autor)

Dito isto, percebe-se que honra e o corpo são um espaço que não deve ser violado e, quando isso acontece, o segredo se instala com o objetivo de dissuadir sua violação. Nos corpos violados pelo abuso sexual, há uma invasão de propriedade individual, embora, nos casos apresentados pelos relatos dos profissionais, exista uma dificuldade em demarcar esta fronteira que delineia até onde o estranho ou conhecido deveria chegar. Há, portanto, a invasão ou violação do ego, tão bem pontuada por Simmel (2011).

Assim como a propriedade material é uma extensão do ego – a propriedade é precisamente aquilo que obedece à vontade do possuidor, assim como o corpo é nossa primeira “propriedade” – com base nisso, toda invasão dessa posse é uma violação da personalidade; existe então uma propriedade privada espiritual cuja invasão significa uma violação do ego que está no seu centro. A discricção nada mais é do que o senso de justiça com respeito à esfera dos conteúdos íntimos da vida. (SIMMEL, 2011, p. 122)

Para fechar esta discussão sobre o binômio segredo/revelação, podemos perceber que a revelação apresenta-se como uma traição para algo que estava sendo ocultado e que havia um sentido para sua ocultação (real ou simbólico). Neste estudo, procurou-se identificar se o segredo se constitui como elemento de poder por parte do abusador. No entanto, foi percebido que este – o segredo do abuso sexual – também se reflete como um elemento de proteção, utilizado pelo perpetrador da violência, ao menos no que foi demonstrado pela fala da educadora social entrevistada. Já com relação aos casos de revelação por parte das vítimas, encontramos situações díspares, entre a vítima discente e a vítima Mariana, que revelaram o abuso num tempo relativamente curto. A relação apresentada, entre a vítima que revela e seu violador, apresenta-se como um estado de superioridade latente e de ruptura, revelando-se, como pontua Simmel (2011), como forma “perversa” e “negativa” de sensação de poder.

O segredo também se faz acompanhar do sentimento de que não o podemos atraiçoar, o que nos põe na mão o poder de produzir mudanças e surpresas, de causar alegrias e promover destruições, ainda que seja a nossa própria ruína. Por isso, o segredo ocorre envolto na possibilidade e na tentação da revelação; e com o risco externo de que seja descoberto se combina este intento de desvela-lo que se assemelha à atração do abismo. O segredo levanta uma barreira entre os homens; mas, ao mesmo tempo, a tentação de romper essa barreira, por indiscrição ou por confissão, acompanha a vida psíquica do que é secreto, como os acordes aos sons fundamentais. (SIMMEL, 2011, p. 136)

Essa passagem é compreensível na fala da vítima de abuso sexual (Mariana), quando se percebeu encorajada a falar, a não guardar um segredo que apenas beneficiaria o violador, embora as estratégias de intimidação se

fizeram presentes durante o período de abuso, como elemento para conseguir seu objetivo (abuso) e para a manutenção do segredo.

Ameaça demais. Porque eles ficam dizendo: esse é o nosso segredo. Se você contar pra alguma pessoa, eu mato você. Ou se você denunciar eu mando alguém matar você. Aí eu fiquei com medo dele falar isso, aí tem o quê? Tantos caras que são tudo mole fala isso, mas não... ele fala mas não cumpre o que ele falou. Aí eu peguei fiquei dizendo: isso é tudo mentira. Butei na minha cabeça que era tudo mentira e fui denunciar. Mas eu fiquei lembrando, lembrando, lembrando que ele falou, aí quando cheguei na delegacia, fiquei com medo de novo, bateu aquele medo em mim. Quando Rênia conversô comigo tudinho, aí peguei, tomei coragem e denunciei. Depois que eu denunciei eu me senti aliviada. (Vítima Mariana – 17 anos)(Sic)

A compreensão da dinâmica da relação de confiança das famílias em contexto de abuso e as sociedades secretas estudadas por Simmel (2011), está na condição da manutenção de um segredo. A proteção deste fato e sua invisibilidade tornam a situação circunscrita aos envolvidos, e as estratégias utilizadas para sua perpetuação como ameaças, medos, fragilização da vítima diante de seu agressor favorecem a proteção consciente ou inconsciente do abuso, protegendo-o pelo silêncio. O silêncio estabelecido nas sociedades secretas, garantindo sua discrição, é baseado em ameaças e castigos. Analisando como se estrutura e se mantém o abuso sexual, tornando-se recorrente e favorecendo um ciclo abusivo de anos, encontram-se a ameaça de morte e destruição da família como fatores principais estabelecidos pelo agressor.

Eu não... não teve como entender não. Porque eu fiquei tão com medo naquela hora, com tanto medo que fiquei me tremendo nervosa, eu pensei que eu ia desmaiar naquela hora. Então o negócio que eu tava era me tremendo, chorando muito. Aí ele ficou dizendo: você é o meu presente hoje. Ele ficou dizendo isso por quê? Porque tava completando ano nesse dia, aí ficou dizendo que eu era o presente dele, que ele tinha feito muitas boa pra mim e não sei o que. Aí eu disse “não tio, não faz isso não comigo não”. Ele disse: cale sua boca. Você é o meu presente hoje e ponto final. Você é meu presentinho. Ficou dizendo isso assim com malícia, que eu era o presente dele, que eu ia fazer tudo que ele mandasse senão ele ia me matar. Ele ficou dizendo assim. (Vítima Mariana – 17 anos)(Sic)

E continua...

Aí eu abri, era um tapete, quando eu abri ele me puxou, aí ele pegou ficou dizendo que eu era o presente dele, que ele tinha feito um monte de coisa pra mim boa, que tinha me ajudado em tudo – foi na sexta-feira, dia 6 que era aniversário dele. Aí ele ficou dizendo que eu era o presente dele, que se eu não fizesse nada do que ele queria, ele ia me matar. Eu comecei a chorar, fiquei nervosa lá, tal. Aí ele pegou o facão e disse: ou você tira a roupa ou lhe mato agora. Aí fiquei fazendo tudo que ele mandou. Aí quando ele fez as coisa lá que ele fez comigo, aí eu peguei e disse: eu vou-me embora, eu vou pegar o ônibus. Ele pegou disse: vai não. Você vai de carro, eu vou levar você lá e pare de história senão eu levo você lá pra baixo de novo e aí vai ser pior. (Vítima Mariana – 17 anos)(Sic)

Entre morrer simbolicamente com a investida da violação sexual e morrer no plano real, as vítimas se fecham em silêncio, colaborando para a construção de uma confiança com o violador de que tal segredo será mantido. Porém, a tensão que a revelação do segredo comporta e o grau de amadurecimento dessa vítima, associado ao apoio externo, poderão contribuir para a quebra desse pacto de silêncio e consequente revelação do segredo.

4 O MARCO LEGAL PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: do papel à prática

É a partir da inscrição na Constituição Federal de 1988 (CF/88) que a criança e o adolescente, no Brasil, se constituem como sujeitos sociais de direito. O compromisso explicitado pelo Estado, a necessidade de articulação com a família e a comunidade para uma atenção integral a esta população específica, expressa no art. 227 da CF/88, dão a esses sujeitos status de cidadania.

Segundo o art. 227 da CF/88, in verbis:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Anterior ao advento da CF/88, havia uma distinção no trato com a infância e a adolescência, sendo inclusive diferenciados por nomenclaturas próprias, ou seja, criança era aquela restrita e protegida no espaço doméstico (intramuros) e menores aqueles expostos a toda sorte de abandono e delinquência. Neste sentido, o olhar e o direcionamento dados aos que estavam em situação de violência (extramuros) eram pautados numa dimensão de tutela e coerção.

O amparo legal à criança e ao adolescente reflete a posição de objeto de mando e submissão à família e ao Estado. O primeiro Código de Menores seguia os postulados liberais de coerção, como estratégia de prevenir os comportamentos desviantes.

Em 12.10.1927, no período da Primeira República, emite-se o Decreto 17.943-A, criando o Primeiro Código de Menores, buscando sistematizar a ação da tutela e a coerção (para reeducação) que o estado passa adotar. “criança não é um sujeito de direito mas extensão do patriarca. Não aborda a causa do problema, somente o efeito” (PEREIRA, 1992, p.18 apud RIBEIRO, MARTINS, 2008. p. 58)

Em 1940, é instituído o Departamento Nacional de Criança (DNC), ampliando a lei (Código de Menores) da irresponsabilidade penal para 18 anos. No ano seguinte, foi implantado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), desvinculado do DNC, sendo o primeiro aparelho do Estado, na área de assistência social, a oferecer atendimento a essa população,

seguindo a lógica do sistema penitenciário: assistencialismo e punição (do pão e da palmatória). As características são as mesmas do Estado Novo: assistencialismo, paternalismo, autoritarismo e clientelismo. O menor é visto como uma ameaça à sociedade. (RIBEIRO, MARTINS, 2008, p. 56)

Com a queda do Estado Novo (1940-1960), surge a Declaração Universal da Criança, havendo fortes críticas à política implementada pelo SAM. Com o advento do golpe militar de 1964, surge a Política Nacional do Bem-Estar ao Menor, inscrita na Lei 4.513 de 01.12.1964³⁴, com o propósito de dar um atendimento diferenciado e corrigir as falhas do antigo serviço de atendimento ao menor, executado pelo SAM. O menor passa, então, a ser visto como carente e abandonado, mas continua sendo atendido pela filosofia e práticas carcerárias.

Em 1979, teve início outro atendimento ao menor, com o advento do Segundo Código de Menores, instituído pela Lei 6.697 de 10.10.1979³⁵. O enfoque dado foi sustentado pelo tripé da assistência, proteção e vigilância. O menor passa a ser visto sob o ângulo da situação irregular, cabendo ao Estado, na figura da autoridade do Juiz de Menores, decidir pelos encaminhamentos. A tutela do Estado sobre esses menores cumpriria o papel de controle social. Nesse período ocorreu a criação da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM), instituição de correção vinculada aos Juizados de Menores.

O rompimento com essa forma de visão e tratamento ocorreu apenas no final dos anos de 1980, com a promulgação da CF/88. Com essa base legal é resgatada a infância e a adolescência a partir de uma perspectiva de seres em desenvolvimento, cabendo ao Estado, à família e à sociedade zelar pelo seu crescimento saudável.

³⁴ A Lei 4.513/64 foi revogada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

³⁵ Idem.

O reforço aos preceitos constitucionais ocorre em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A efetivação da política de proteção à criança e adolescente tem no ECA a indicação de unidades de gestão a serem implantadas em todo território nacional para fazer valer o que está garantido no campo legal. Sendo assim, o próprio ECA propõe a criação de instâncias jurídicas como os Conselhos de Direito e os Conselhos Tutelares com atribuições específicas que deverão colocar em funcionamento as atividades de proteção, assistência, fiscalização e responsabilização voltadas a proteção integral da infância e adolescência no Brasil.

Com a descentralização das políticas públicas, coube aos Municípios a gestão das políticas de atenção à criança e/ou adolescente (ECA, art. 88,I). Foram criados os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, que possuem representantes governamentais (OGs) e não-governamentais (ONGs), com representação paritária, que trata das questões de direitos difusos, com o intuito de desburocratizar os serviços de atendimento à criança e/ou adolescente e que têm por função o planejamento, a decisão e execução dos programas públicos. E os Conselhos Tutelares, eleitos por representantes de OGs e ONGs, atuam no caso de violação dos direitos individuais das crianças e/ou adolescentes. Dessa forma, com a municipalização, a União não interfere na formulação, no planejamento e na execução dos programas de proteção à cidadania. (RIBEIRO, MARTINS, 2008, p. 58).

Percebemos que está existindo uma tendência no aumento das denúncias, evidenciando a quebra deste pacto de silêncio. Este fato pode ser devido à implantação, em toda Região Metropolitana do país, dos Conselhos Tutelares, que visam à aplicação de medidas de proteção contidas no ECA; dos Centros de Referências Contra o Abuso e Exploração Sexual, dentro da proteção social especial do Ministério de Desenvolvimento Social, vinculado às ações do Ministério da Justiça, bem como à definição e implantação de Programas de Assistência às pessoas em situação de violência. Contudo, percebe-se que essas denúncias apresentam-se apenas como a ponta do iceberg da violência sexual contra crianças e adolescentes, fazendo-se necessário um enfrentamento crítico dessa realidade, no sentido de

transformar e operacionalizar as políticas públicas que visam enfrentar tal situação.

Não, representa que é a minoria. Tem muito caso, muitos mais casos acontecem que não chegam nem aqui, nem no Conselho Tutelar, nem em rede de proteção nenhuma. E isso nos preocupa porque, no nosso serviço, que deveria ser o maior número de atendimento, eu diria que ele é bem menor ao número de violações que ocorre de denúncia relacionada ao idoso. Nosso maior atendimento no CREAS é o idoso. Hoje, com esse reordenamento que está ocorrendo das medidas socioeducativas, nós estamos com um número bem insignificante de adolescentes e jovens em cumprimento das suas medidas de LA e PSC³⁶. Mas, desde que eu cheguei aqui, eu atendo um caso de abuso para 5, 6, 7 de idoso, do idoso por maus tratos, pela questão da violência psicológica, física, financeira, é quase a sua maioria. Do abuso, quando a gente, às vezes, vem o encaminhamento e que a gente vai fazer toda uma escuta e aí faz um relato do suposto abuso. Porque essa adolescente de 13 anos ela veio encaminhada pra cá por estar ameaçada de morte. Não foi pelo abuso. O abuso pra ela já tinha sido algo passado, mas, no entanto, ao fazer a escuta qualificada, ela traz, por quê? Porque isso não estava, não tinha sido trabalhado nela. (Cibele – Psicóloga)(Sic)

Os próprios técnicos que atuam no atendimento têm a dimensão de que atuam com uma realidade pontual, visto que os casos que lhes chegam são apenas um percentual residual do fenômeno.

Outro aspecto a ser pensado é que, sendo um fenômeno multifocal, seu enfrentamento deverá ocorrer a partir da articulação de ações em Rede, garantindo um trabalho em que a integralidade das ações e a tessitura entre diversos órgãos favoreçam o enfrentamento/assistência do fenômeno.

Porém, em se tratando de políticas públicas para o atendimento, a demanda que permeia o universo das crianças e dos adolescentes, quadros sinóticos³⁷ nos revelam a posição do discurso legal ao enfrentamento das questões relacionadas a essa faixa etária e tudo que a acompanha.

Suas linhas de ação, destinatários, serviços e programas procuram associar necessidades primárias a políticas que sintonizam o atendimento específico a suas características e problemáticas.

³⁶ LA – Liberdade Assistida; PSC – Prestação de Serviço Comunitário

³⁷ Ver o quadro das políticas sociais no Ribeiro, Martins, 2008, p. 59

Suas políticas sociais básicas refletem, dentro de seus serviços e programas, a proposição de direitos inalienáveis do ser humano, mas em confronto direto com a realidade social e econômica do Brasil.

O país mudou em relação à situação existente de subdesenvolvimento social, econômico, cultural e até de mentalidade, afirmando a cidadania e a justiça social. Sobre aspectos, como o econômico, houve e estão ocorrendo avanços consideráveis, embora não estendidos a toda população, pois uma grande parcela continua deserdada das mais primárias necessidades, como as tocantes à alimentação, trabalho e saúde. Tomando por base a análise da articulação entre as políticas sociais apresentadas por Ribeiro; Martins (2008, p. 59), identifica-se a dificuldade na operacionalização das políticas sociais na totalidade dos municípios, a partir da integralidade das ações, pelos diferenciados setores da gestão municipal.

Dessa forma, esses quadros de boas intenções adquirem cores dramáticas em confronto com a realidade. As políticas de assistência social evidenciam essa realidade, mas seu atendimento esbarra na burocracia, na falta de vontade política e na ausência de programas para o enfrentamento das inúmeras problemáticas em sua origem.

A proteção a ser dada à criança e ao adolescente requer uma articulação de ações entre as diversas políticas, criando uma rede de atendimento com vista a sua integralidade, de modo a garantir um atendimento sem interposições de projetos/programas.

No contexto do marco legal, com a CF/88, a Convenção das Nações Unidas em 1989 e o ECA em 1990, crianças e adolescentes passam a fazer parte da agenda da política social no Brasil, e a discussão sobre a violência contra essa população, em suas diversas modalidades (física, psicológica e sexual), começa a ser descortinada. O campo jurídico deu vez e voz às vítimas de violência e a seus responsáveis.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, embora tenha raízes culturais históricas na sociedade brasileira, se visibiliza a partir do aparato legal, começando a ruir o muro do silêncio por parte das vítimas e famílias e, conseqüentemente, instala-se o processo de mobilização para tal temática.

Na década de 90, foi implantada, no Brasil, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) direcionada a diagnosticar a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, no território nacional. O relatório da CPI de 1993, sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, se por um lado aponta um mapeamento do problema em nível nacional, por outro, provocou e promoveu um repensar da questão da violência sexual intra e extrafamiliar, do espaço da naturalidade e restrito à família, para ser pensada como um problema de saúde pública e social, exigindo intervenções por parte do Estado.

Os dados estarrecedores trazidos pela CPI de 1993 revelaram o lado sombrio da violência sexual, impulsionando a mobilização e conscientização de diferentes setores da sociedade, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, da mídia e dos organismos internacionais. O país que se lançava para o mundo do crescimento econômico escondia sob seu tapete sua pior face: a perversão sexual contra uma população que, legalmente, deveria ser investida com ações articuladas entre Estado, família e sociedade com o prevê o ECA.

Essa intensa mobilização resultou numa maior visibilidade do fenômeno, na definição de estratégias, na implantação de programas e na realização de pesquisa, campanhas, notícias e reportagens na mídia, criação de Bancos de Dados, programas de atendimento, prevenção, defesa e responsabilização, formação de agentes sociais, atuação de policiais especializados na área de proteção ao segmento infanto-juvenil, e monitoramento legislativo. (PNEVS, 2000, p. 9).

O governo Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), com o objetivo de modernizar a máquina estatal e “enxugar sua estrutura do Estado e o quadro de funcionários e abolir as práticas clientelistas, corporativas, fisiológicas e corruptas dos órgãos do governo” (PEREIRA, 1996, p. 137), implementou a MP nº 813/95, a qual extinguiu LBA, o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA) e o Ministério do Bem-Estar Social (MBES).

A partir dessa reestruturação, a assistência social passa a ser administrada pela Secretaria de Assistência Social (SAS), vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, passando seu controle ao Conselho Nacional de Assistência Social.

Com essa mudança, houve um desmembramento da população da assistência social, passando as áreas da criança e adolescência e dos portadores de necessidades especiais para o Ministério da Justiça, sob o ângulo dos direitos humanos.

Se, por um lado, essa mudança sinalizou um enfraquecimento da assistência social, como pontua Couto (2008, p. 178-179), por outro, foi a partir da inscrição da área da criança e adolescência ao Ministério da Justiça que o enfrentamento da violência tomou novos contornos.

A inclusão da violência sexual na agenda política, fruto da mobilização da sociedade civil, expressa através de diferentes movimentos sociais, protagonizando a mobilização e efetivação de medidas no âmbito do executivo, legislativo e judiciário, colocou o problema sob o olhar, fiscalização e financiamento das ações das agências internacionais possibilitando, por parte do governo brasileiro, a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

O referido plano constituiu-se num instrumento legítimo de garantia e defesa de direitos da criança e do adolescente. Com ele, um conjunto articulado de ações e metas fundamentais foram criadas para assegurar a proteção integral dessa população em situação de vulnerabilidade ou risco de violência sexual.

No campo da política internacional, o Plano representa a efetivação do acordo assinado pelo Brasil na Declaração e Agenda para Ação, da qual o Brasil é signatário, aprovada no I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em Estocolmo, como também das recomendações do II Encontro ECPAT³⁸ – Brasil, ocorrido em Salvador.

O Plano Nacional passa então a ser referência para a elaboração de planos e políticas nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Referenciado pelo ECA, percebe a criança e adolescente como sujeito de direito, em processo de desenvolvimento e necessitado de proteção integral. O referido plano consolida seus princípios, estratégias e objetivos na proteção integral; condição de sujeitos de direitos; prioridade absoluta; condição peculiar de

³⁸ ECPAT-Brasil – A Rede ECPAT Brasil é uma coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, compreendendo as suas quatro dimensões: prostituição, pornografia, tráfico e turismo para fins de exploração sexual.(<http://ecpatbrasil.org.br/>)

peças em desenvolvimento; participação/solidariedade; mobilização/articulação; gestão paritária; descentralização; regionalização; sustentabilidade e responsabilização. Para tanto, se orienta pelo objetivo geral de estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O Plano é operacionalizado a partir de ações objetivadas pela realização de investigação científica, atendimento especializado, ações de prevenção, articulação e mobilização, fortalecimento do sistema de defesa e responsabilização e, por fim, pelo fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil (PNEVS, 2000).

Como eixos estratégicos, o Plano Nacional operacionaliza suas ações a partir de seis focos que, com a definição de objetivos, metas, ações, prazos e parcerias, demonstram sua dinâmica, facilitando o processo de avaliação do mesmo. Numa perspectiva de atenção integral, o Plano articula as ações dos seis eixos para a efetivação do enfrentamento da violência sexual no Brasil. Dentre os principais eixos elencados temos:

- a) Análise da Situação** – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, fazendo o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, indicando as condições e garantia de financiamento do Plano, garantindo seu monitoramento, avaliação e a divulgação de todos os dados e informações à sociedade civil brasileiros relativos a ele.
- b) Mobilização e Articulação** – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao turismo sexual e ao tráfico para fins sexuais e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização.
- c) Defesa e Responsabilização** – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e capacitar os profissionais da área jurídico-policial; implantar e implementar os Conselhos Tutelares, o SIPIA e as Delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes.

- d) Atendimento** – efetuar e garantir o atendimento especializado e em rede às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, por profissionais especializados e capacitados.
- e) Prevenção** – assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua autodefesa; atuar junto a Frente Parlamentar no sentido elaborar legislação referente a abuso sexual na internet.
- f) Protagonismo Infanto-Juvenil** – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional.

Para o processo de monitoramento e avaliação, o Plano sugere a criação do Fórum Nacional pelo Fim da Violência Sexual de Criança e Adolescente, composto por representantes de instituições governamentais (OGs) e não governamentais (ONGs). Como política de controle e acompanhamento do Plano Nacional, são instituídas, enquanto instâncias de deliberação, o CONANDA (em nível nacional) e os conselhos de direitos instalados nos estados e municípios. Posteriormente, o Fórum foi transformado em Rede Nacional e, conseqüentemente, em Comitês nacional e estaduais.

Sob o estímulo da primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007), foi implantado o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que tem desdobramento nos estados brasileiros, composto por representantes das 27 unidades federativas com representação paritária.

Em 2003, foi criada, no âmbito do governo federal, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, considerando o fenômeno como expressão da violação dos direitos humanos. Essa comissão toma, como principal tarefa, a elaboração de políticas públicas que visem à erradicação da violência, abuso e exploração sexual, tendo como proposição a articulação e integração das ações das diferentes esferas institucionais do governo federal, além de estabelecer a interlocução do governo federal com as entidades sociais.

Sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, desde 2005, a Comissão congrega poderes públicos

(executivo, legislativo e judiciário), o Ministério Público, CONANDA, Comitê Nacional, organismos internacionais e organizações da sociedade civil. Algumas atividades da Comissão Intersectorial revelam sua abrangência, no sentido de se ater ao fenômeno da violência, assim como a seu enfrentamento, a partir de uma lógica da integralidade e intersectorialidade das ações.

No desempenho de suas funções, a Comissão Intersectorial criou subcomissões temáticas, com destaque para o combate à pornografia infanto-juvenil (STPIN), que teve como resultado a elaboração do Programa Nacional para o enfrentamento do fenômeno e que conta com a participação de várias polícias, empresas e associações, como a Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet).

Outro trabalho importante desta Comissão, foi a criação do Programa Turismo Sustentável e Infância, no âmbito do Ministério do Turismo, voltado ao enfrentamento do turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes, e que conta com uma efetiva parceria do setor empresarial do turismo. Por fim, a Comissão Intersectorial, com apoio técnico financeiro do UNICEF e consultoria do Grupo de Pesquisa da Universidade de Brasília – VIOLES, elaborou uma matriz referencial em que mapeia o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no território brasileiro.

A Matriz Intersectorial é um levantamento de dados que tem o objetivo de subsidiar o planejamento, no âmbito do governo federal, das políticas públicas, para o país, no enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes. Dessa forma, pretende-se, com o estudo, colaborar para articular políticas públicas federais, enfrentar a impunidade e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros. (Relatório Monitoramento, 2007, p. 11)

4.1 O Programa Sentinela³⁹ como marco da intervenção estatal à VSCA

Em 2001, a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, no sentido de dar efetividade ao Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, buscou, para o seu eixo, estratégias de ações a partir da consulta técnica à rede de órgãos e instituições que atuaram no enfrentamento à

³⁹ Atualmente o Programa Sentinela foi incorporado às ações dos CREAS.

violência sexual, na efetivação de ações consideradas exitosas. Dessa consulta avaliativa, surgiu o Programa Sentinela, em 2002, que se apresentou como “proposta de atendimento especializado, multiprofissional e interdisciplinar, numa perspectiva de construção de redes, envolvendo a partir das crianças e dos adolescentes as famílias em situação de violência sexual”. (Relatório Monitoramento, 2007, p. 12)

O Programa Sentinela é uma resposta ao que está preconizado na CF/88, no ECA, na LOAS e no Plano Nacional de Enfretamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil, na esfera da assistência social e se constitui de um conjunto de ações sociais, especializadas e multiprofissionais, direcionadas ao atendimento da criança, do adolescente e famílias envolvidas na dinâmica da violência sexual.

O Programa Sentinela constitui-se numa ação de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, inserido no Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e, está atualmente presente em todos os estados da federação e no Distrito Federal. (Relatório Monitoramento, 2007, p. 12).⁴⁰

Hoje, o Programa Sentinela foi incorporado às ações do Ministério do Desenvolvimento Social, a partir da visão de Proteção Social Especial, sendo as ações de enfrentamento gestadas pelo Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS), que hoje incorpora, entre outras ações, o do atendimento, assistência e enfrentamento da violência Sexual, nos três níveis de gestão (nacional, estaduais e municipais).

Na composição dos objetivos que regem as ações de intervenção dos CREAS, destacamos três que, juntas, representam a imperiosidade das ações integrais, congregando, além das ações da assistência social, atividades de áreas específicas; a capacitação dos técnicos dos Centros e Serviços Sentinela e da Rede de Proteção e, por fim, a avaliação e monitoramento da política de assistência social para a questão da violência.⁴¹

⁴⁰ Em 2006 1.101 municípios implantaram o Programa Sentinela para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

⁴¹ Dentre os objetivos presentes no relatório de monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil constava as ações em rede como estratégia de atender de forma integral as vítimas.

As mudanças no plano legal, apontadas na CF/88 e pelo ECA/90, no atendimento integral à criança e ao adolescente, as mudanças no plano político e de gestão das políticas públicas, com foco na descentralização, garantindo sua efetividade, eficiência e eficácia, assim como a participação da sociedade civil no controle social, propiciaram uma nova lógica de estruturação das políticas sociais, dentro do que se denominou de trabalho em Rede. Esta nos traz uma nova possibilidade teórica de entendimento de questões sociais que se apresentam, na modernidade e concomitante, como uma prática igualitária democrática e reorganizadora nas relações de poder e na busca de operacionalização e soluções ao que se propõe entender e solucionar.

A evidência de que ações isoladas sejam por parte do Estado ou da sociedade civil se constituem em iniciativas sem grande poder de impacto social trouxe essa discussão para o campo do atendimento à infância e juventude. Isto se evidenciou na própria mobilização pró-constituente e resgatou, por parte da sociedade civil, sua capacidade de organização e de desenvolvimento de ações; a criação de conselhos, numa perspectiva paritária que vem demarcar que, para o enfrentamento de algumas agendas temáticas, devem sentar à mesa o governo e a sociedade civil.

As mudanças legais imprimiram transformações na dinâmica societária, a partir da compreensão de que, num estado de direito, o fio condutor deve ser o processo democrático. As ações em Rede representam, então, uma nova dinâmica para o trabalho coletivo, em que a eficiência será conseguida mediante ações conjuntas e compartilhadas.

A importância das ações em Rede é ressaltada no Relatório Monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, destacando a conceituação da proposta da Rede e sua dinâmica. Vejamos como o Relatório a conceitua:

A *Rede* é um padrão organizacional que prima pela descentralização na tomada de decisão e pela democracia, pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura, pelo alto grau de autonomia de seus membros e pela horizontalidade das relações entre os seus elementos. A rede opera por meio de um processo de radical desconcentração de poder, e segundo Manuel Castells (1999), sua morfologia é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder.

A *Rede de Proteção* não requer necessariamente um novo serviço, ou uma nova obra, mas sim uma concepção que dá ênfase à integração e intersectorialidade. A concepção de *Rede* permite que novos parceiros se agreguem, ampliando o espectro inicial de instituições e, portanto, de alternativas de intervenção. Ampliar parceiros, envolver instituições governamentais e não governamentais e a comunidade, são algumas diretrizes que norteiam a Rede de Proteção. Segundo o professor Vicente Faleiros, (2000) “As redes são uma aliança de atores/forças num bloco de ação político e operacional (...). O foco do trabalho em redes não é um problema imediato, isolado, mas a articulação de sujeitos/ atores/forças para propiciar poder, recursos e dispositivos para a ação, auto-organização e a autorreflexão do coletivo”. (Relatório Monitoramento, 2007, p.14-15)

A Rede de Proteção não só interfere para uma nova interlocução entre OGs e ONGs, como também permite, a partir de uma concepção não hierárquica de poderes, favorecer a troca de saberes, através da colaboração e cooperação, como também para um processo diferenciado de associação, mediante o compartilhamento de objetivos e projetos.

A composição da Rede é possível tanto direcionada para relações institucionais como interpessoais, orientando-se pelos seguintes objetivos:

promover a articulação dos atores sociais, governamentais e não-governamentais envolvidos na elaboração de estratégias de enfrentamento do fenômeno; capacitar profissionais para o atendimento especializado; ampliar e implantar serviços na área de atuação; otimizar recursos humanos e materiais na construção de um modelo de atenção eficiente, eficaz e efetivo. (Relatório Monitoramento, 2007, p.15)

A temática de violência contra crianças e adolescentes teve acento também no parlamento brasileiro, instituindo-se, em 2003, a Frente Parlamentar de Direito da Criança e do Adolescente, formada por representantes do Senado e da Câmara Federal. Essa mobilização impulsionou a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que percorreu 22 Estados traçando o desenho da violência no Brasil, mapeando locais de maior incidência, como também indiciando cerca de 250 pessoas envolvidas com a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Com o término da CPMI, foi instituída uma Comissão Mista para acompanhamento das propostas apresentadas pela Frente Parlamentar. Como resultado dessa investida do Parlamento Nacional, foi incentivado à criação de comissão nos estados e municípios, objetivando a efetivação de ações no poder legislativo.

Ainda no campo legal, encontramos, no ECA, a preocupação com a violência e a articulação dos aparelhos de Estado com a rede escolar e da saúde, que devem atuar no enfrentamento de tal fenômeno. O próprio ECA aponta as possíveis penalidades que devem sofrer os profissionais em caso de omissão ou conivência com os casos de violência.

O art. 245 do ECA/90 delinea a medida a ser tomada em caso de omissão por parte de profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes: Pena - multa de 03(três) a 20(vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro no caso de reincidência.

Tal dispositivo legal conflui para a identificação que os casos de violência doméstica e a sexual, especificamente, não poderão ser tomadas como casos particularizados no espaço familiar. A violência passa a ser compreendida como violação dos direitos humanos, e cabe ao poder público atuar no tocante a prevenção, assistência e responsabilização.

Instrumentos de gestão são elaborados de modo a impulsionar o registro dos casos de violência com vistas à implementação de ações no campo da saúde (epidemiologia), segurança/justiça/assistência social (Planos de âmbitos nacional, estaduais e municipais de enfrentamento à violência), assim como a notificação compulsória por parte dos profissionais em suas áreas específicas.⁴²

⁴² Sobre Notificação Compulsória: uma informação emitida pelo Setor Saúde ou por qualquer outro órgão ou pessoa, para o Conselho Tutelar, com a finalidade de promover cuidados socio sanitários voltados para a proteção da criança e do adolescente, vítimas de maus-tratos. O ato de notificar inicia um processo que visa a interromper as atitudes e comportamentos violentos no âmbito da família e por parte de

4.2 O panorama teórico sobre o conceito de Redes

Sob a conceituação de redes, vem se juntar a estratégia da descentralização que nada mais é do que as possibilidades que redefinem os vários níveis de intervenção governamental. Por isso, entende-se que o conceito e as possibilidades de operacionalização que as redes possuem vem ampliar o que a descentralização oferece.

Redes, segundo Carvalho são:

(...) uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária, estão presentes na vida cotidiana (nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações comunitárias), no mundo dos negócios, na vida pública e entre elas. O que explica a existência de múltiplas redes são as necessidades humanas-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mútuo, para empreendimentos etc. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação. (CARVALHO, 2003, p.1)

Mas o conceito não é novo, alerta a autora; nova é a forma como ele está sendo usado nas solicitações sociais modernas. Dentro delas, a gestão do social passa por um novo crivo em que as redes consolidam uma nascente visão, na qual o poder legal e instituído divide as mesas de operacionalização e a busca de solução para as questões sociais em igualdade de discussão democrática, frente aos fenômenos sociais. Não é o Estado abdicando de suas prerrogativas ou enfraquecido diante das reivindicações sociais; são possibilidades de parcerias que se abrem para governo e sociedade civil, numa gestão democrática, no enfrentamento de questões sociais, uma vez que as soluções unilaterais não atendem às necessidades nem atingem as origens dos problemas de ordem social.

Carvalho (2003) reforça essa tese:

qualquer agressor (Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde, 2002); Ver também A Lei 10.778, de 2003 e Portaria Nº 104 do Ministério da Saúde publicada em 26 de janeiro de 2011.

Há uma nova interdependência que fragiliza o conhecido modelo institucional que é o Estado-Nação, no campo da política econômica e social, tornando quase compulsório e consensual um movimento externo em direção à formação e integração em blocos econômicos e um movimento interno, de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade civil, para compor um novo pacto e condições de governabilidade. (CARVALHO, 2003, p. 2).

A mesma autora nos chama a atenção para a divisão que sempre norteou os agentes da ação pública e o fazer público, que tem em seus atores e instituições a demarcação própria, e as redes não lhes tiram o seu fazer específico, mas se associa para o enfrentamento e uma nova maneira de gestar o social. CARVALHO (2003) mostra estes fazeres:

1. O Estado é central no fazer público. Reconhecemos no Estado democrático um poder regulador central. Se o Estado é a mão da justiça social, toda ação pública precisa de sua regulação. Não se espera mais, e nem se deseja, que o Estado seja o único e exclusivo agente na condução das ações públicas, mas espera-se sua forte presença normativa, indutora e agregadora. O Estado é garantia e garantidor dos serviços de direito dos cidadãos. O Estado é a “intelligentia” do fazer público.
2. Sociedade civil e iniciativa privada são corresponsáveis pelo bem comum, pelo coletivo. Possuem deveres numa sociedade democrática e de direitos. Não é por acaso que se fala em terceiro setor para designar o conjunto de organizações societárias e comunitárias que operam na defesa ou prestação de serviços sociais com caráter público, porém não estatal.
3. As comunidades e os beneficiários das políticas públicas não são clientes, são cidadãos. No reconhecimento mais denso da cidadania compreende-se uma relação consciente e virtuosa entre direitos e deveres, assim como a garantia de interlocução política e de exercício do controle social. (CARVALHO, 2003, p. 3)

Advém disso uma necessidade de, em se atuando juntas, essas composições afiancem a legalidade, a coletividade e a afirmação da cidadania e de condições que permitam a durabilidade dos propósitos e o avanço de soluções para as questões sociais que primam pela urgência de resultados positivos. Por isso, Carvalho(2003) ratifica:

Parcerias e redes sugerem uma arquitetura de complementaridade na ação que implica:

- nova cultura no fazer social público (socializar o poder, negociar, trabalhar com autonomias, flexibilizar, compatibilizar tempos heterogêneos e múltiplos dos atores e processos de ação...).

- É condição para o desenvolvimento de parcerias a clara definição de objetivos e possibilidades de ganhos para todos os parceiros.

A experiência de ação em parceria, no seu sentido mais denso ainda não se realizou. Porém ela é condição para se navegar em rede.

- as redes precisam ser induzidas, considerando as vantagens em termos de articulação e atendimento mais integral e integrado. São especialmente relevantes as redes de base local, que dão novo sentido à dimensão territorial do atendimento e têm forte capacidade de mobilização social.

- o acesso e o uso de tecnologias de informação que assegurem velocidade, interatividade e pró-atividade dos agentes e organizações que se movem na rede. (CARVALHO, 2003, p. 4).

Elias (1994) nos brinda com a conceituação de indivíduo e sociedade e nos mostra como é possível compreender o poder e a força que as redes representam. Para tanto, o autor parte da compreensão da construção do indivíduo e de como este se constitui na sociedade e constitui a sociedade. Assim, a sociedade não é um simples somatório de indivíduos sem particularidades, mas as relações que os indivíduos exercem no contexto social é que dão a tessitura do que chamamos de social. Como a individualidade se forja a partir do contexto social e as relações de individualidades que possibilitam a construção da sociedade, o autor destaca a necessidade de nos afastarmos de uma visão purista e singular do indivíduo.

A relação entre as pessoas é comumente imaginada como a que existe entre as bolas de bilhar: elas se chocam e rolam em direções diferentes. Mas a interação entre as pessoas e os “fenômenos reticulares” que elas produzem são essencialmente diferentes das interações puramente somatórias das substâncias físicas. (ELIAS, 1994, p. 29).

A partir dessa interação entre indivíduos que é possível observar como esse fenômeno reticular se apresenta, modificando o outro e, no outro, concepções e preconceitos anteriores.

A característica especial desse tipo de processo, que podemos chamar de imagem reticular, é que, no decorrer dele, cada um dos interlocutores forma ideias que não existiam antes ou leva adiante ideias que já estavam presentes. Mas a direção e a ordem seguidas por essa formação e transformação das ideias não são explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro, e sim pela relação entre os dois. (ELIAS, 1994, p. 29).

Os conceitos trazidos por Elias (1994) nos levam a compreender que os movimentos em rede colaboram para a modificação dos indivíduos, contudo ele não quer expressar conceitualmente a sociedade. A compreensão das historicidades de cada indivíduo, o que o compõe e as interações deste com outros indivíduos vão moldar a sociedade e delinear algo que vai além do somatório dos indivíduos ou das consciências individuais.

Mas o que aqui chamamos “rede”, para denotar a totalidade da relação entre indivíduo e sociedade, nunca poderá ser entendido enquanto a “sociedade” for imaginada, como tantas vezes acontece, essencialmente como uma sociedade de indivíduos que nunca foram crianças e que nunca morrem. Só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se inclui o processo de individualização na teoria da sociedade. A historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a “sociedade”. A sociabilidade inerente aos seres humanos só se evidencia quando se tem presente o que significam as relações com outras pessoas para a criança pequena. (ELIAS, 1994, p. 30)

E continua,

Por mais certo que seja que toda pessoa é uma entidade completa em si mesma, um indivíduo que se controla e que não poderá ser controlado ou regulado por mais ninguém se ele próprio não o fizer, não menos certo é que toda a estrutura de seu autocontrole, consciente e inconsciente, constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamentos com outras pessoas, e que a forma individual do adulto é uma forma específica de cada sociedade. (ELIAS, 1994, p. 31)

No caso da sociedade e, especificamente, do enfrentamento da violência, para este estudo, buscou-se a compreensão de Elias (1994), através do seu conceito de Rede, para compreender como um fenômeno tão

multifacetado, provido por uma infinidade de causas e mantido por elementos distintos poderá ser enfrentado. A rede entra então como condição necessária para não só enfrentar, mas para compreender esse fenômeno e colabora com vítimas e possíveis vítimas no processo de libertação de uma prisão que, mesmo não sendo real, possui uma força simbólica incalculável – o silêncio.

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele. (ELIAS, 1994, p. 35)

No caso específico do abuso sexual intrafamiliar, hoje, em todo o Brasil e na Paraíba, especificamente, a atuação em rede apresenta-se como proposição basilar das políticas públicas, principalmente no eixo da proteção social especial. A identificação de que os direitos de crianças e adolescentes foram violados e a necessidade imperante em dar respostas às demandas que chegam aos centros de referência só garantem uma resposta minimamente condizente mediante o trabalho articulado em rede. Nesse sentido, a instalação de REDEXI, como espaço político de discussão e delineamento das ações, a formação de equipes interdisciplinares e a atuação intersetorial, no território de atendimento das vítimas de abuso sexual, são condições primordiais para que tamanha violência seja enfrentada. Vale destacar que hoje a REDEXI conta com o apoio de outra rede, no estado da Paraíba, a Rede Margaridas Pró Crianças e Adolescentes da Paraíba (REMAR), que atua em questões mais gerais de garantia de direitos e proteção de crianças e adolescentes, incorporando a questão do abuso sexual em sua pauta de discussão.

Como aludimos anteriormente, o silêncio apresentado no caso de abuso sexual não pertence apenas às vítimas do abuso. É um silêncio que se instala nos órgãos públicos, na formação dos profissionais que atuam em rede, e nos profissionais que buscam o serviço pela identificação e indignação da vítima ou por eles próprios terem vivenciado tal experiência. É com esta proposta de aprofundar os estudos sobre o silêncio e seu mecanismo de poder, no caso de abuso sexual, impetrado contra crianças e adolescentes, que procuraremos incursionar pela análise e resultados dessa pesquisa.

4.3 Proteção social na Paraíba e o enfrentamento a Violência Sexual Doméstica

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na Paraíba, na área de assistência social, os equipamentos de gestão garantem a cobertura de 249 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Nos municípios de maior concentração populacional, se faz necessário a implantação de mais de uma unidade de assistência social. Os Centros de Referência de Assistência Social garantem serviços de atenção básica à população, através dos três principais eixos de atuação: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que são quatro, organizados por faixa etária (crianças, adolescentes, jovens e idosos), e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas⁴³. No âmbito da proteção especializada, através dos CREAS, o atendimento aos indivíduos em risco social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, é realizado apenas por 91 unidades, não garantindo cobertura da totalidade dos municípios paraibanos, uma vez que suas unidades prestam serviço de média e alta complexidade.

Além deste serviço, o estado da Paraíba conta, no âmbito municipal, com os dois serviços de atenção às vítimas de violência doméstica e sexual, cuja porta de entrada são o Hospital Arlinda Marques e o Instituto Cândida

⁴³ Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos>. Acessado em 15/10/2010.

Vargas, destinados ao público infanto-juvenil e adolescentes e mulheres, respectivamente, além do Centro de Referência da Mulher, que apoia as mulheres na área sociojurídica.

Em 2006, foi elaborado o Plano Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, numa parceria entre governo e sociedade civil, levados pelo objetivo de apresentar ações conjuntas que garantam a intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O plano foi estruturado tendo, em seu quadro operativo, a articulação de ações em torno de seis eixos estruturantes: Análise da Situação; Mobilização e Articulação; Defesa e Responsabilização; Atendimento; Prevenção e Protagonismo Infanto-Juvenil. Desde 2010 que esforços coletivos, entre sociedade civil e governo, vêm inclinando-se no processo de reavaliação do plano e na proposição de novas ações.

No âmbito estadual a Paraíba conta com alguns aparelhos de gestão que visam proteger, assistir e prevenir a violência doméstico-familiar e, especificamente, o abuso sexual intrafamiliar. Podemos destacar a ação da Delegacia de Proteção à Infância e Juventude, Delegacia da Mulher, Secretaria Estadual da Mulher, Conselhos de Direito. Em 2012, foi apresentado à sociedade a revisão do Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado da Paraíba, elaborado em 2002. O propósito foi revisitar o referido plano no sentido de lhe dar maior amplitude a discussão, como também redirecionar ações e estratégias.

O referido Plano Estadual acompanha a mesma lógica do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, sendo pautado em seis eixos estratégicos, além do monitoramento e avaliação que ocorrem em consonância com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA-PB) e com o Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS-PB).

Vale destacar que os referidos planos, tanto em âmbito municipal quanto estadual, contam com o apoio e o monitoramento da Rede de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado da Paraíba. A REDEXI é constituída pela participação de entidades da sociedade civil, governo e pessoas afins, vinculadas à temática da violência

sexual contra crianças e adolescentes. Originou-se da necessidade de discutir a temática a partir das inúmeras denúncias sobre a exploração e violência sexual ocorridas na Paraíba e analisadas, tanto por Comissões Parlamentares de âmbito nacional (1993) quanto estadual (1997). As denúncias de leilões de meninas em fazendas paraibanas, que envolviam a classe média da Paraíba foram o pontapé inicial para tomar o assunto uma questão social de interesse público e que requeria ações governamentais imediatas.

Com relação aos dados da Paraíba, levantamento realizado pela Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano, coletando dados fornecidos pelos técnicos dos CREAS Polo Regional e dos CREAS municipais do Estado da Paraíba apontam que, em 2013, no período de janeiro a dezembro, dos 769 casos notificados de abuso sexual, 665 faziam referências à violação sexual de crianças e adolescentes (515 contra meninas e adolescentes e 150 contra meninos e adolescentes do sexo masculino). Vale destacar que a Paraíba notificou, no ano de 2013, um total de 9.847 casos de violência, nos 91 CREAS pertencentes ao estado. (SEDH/2016)

No ano de 2014 contabilizou-se um decréscimo desses números, registrados pelos CREAS do Estado da Paraíba, ou seja, nos CREAS regionais, 360 notificações de abuso sexual contra crianças e adolescentes, havendo a manutenção de um maior número de violações contra vítimas do sexo feminino, computando 269 casos, e 91 que envolviam vítimas do sexo masculino.

Os dados referentes ao ano 2015 e primeiro trimestre de 2016, revelam um total de 322 notificações de violações, incluindo abuso sexual e exploração sexual nas 14 Regiões Geoadministrativas (RGA) da Paraíba. A incidência sobre o sexo feminino é bastante representativa para ambas as modalidades de violação, numa maior repercussão na faixa etária de 0 a 12 anos para ambos os sexos como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 4 - Distribuição dos casos de violência sexual por modalidade.

➤ ESTADO DA PARAÍBA – 14 RGA

Abuso Sexual				Exploração Sexual			
Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
0 a 12 anos	13 a 17 anos	0 a 12 anos	13 a 17 anos	0 a 12 anos	13 a 17 anos	0 a 12 anos	13 a 17 anos
42	18	124	96	2	1	15	24

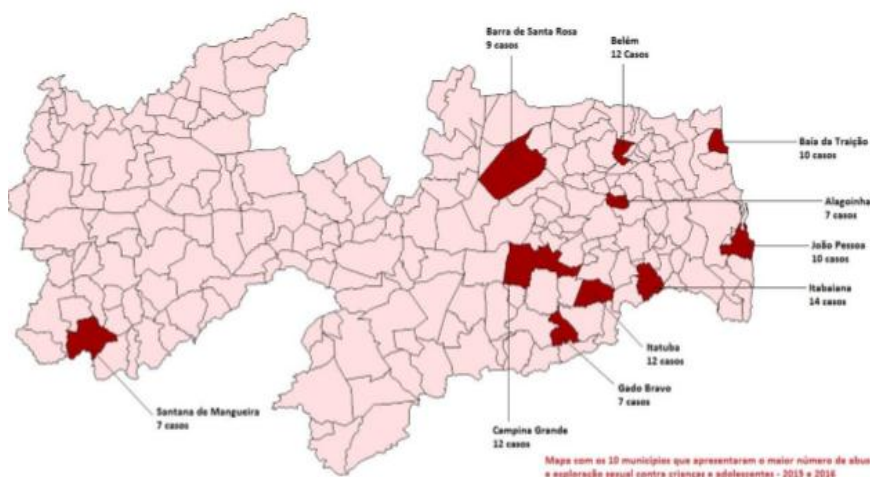
Fonte: SEDH/2016

Dentre os municípios paraibanos de maior incidência 10 apresentaram um número significativo de vítimas de violência sexual, dentre eles temos: Itabaiana, Belém, Itatuba, Campina Grande, Baía da Traição, João Pessoa, Barra de Santa Rosa, Alagoinha, Gado Bravo, Santana de Mangueira, distribuídos entre as 14 RGA, conforme informa a Tabela abaixo.

Tabela 5 – Relação dos municípios paraibanos com maior número de violações.Ta

Lista dos 10 Municípios que apresentaram o maior número de violações:

Município	Quantitativo
ITABAIANA	14
BELÉM	12
ITATUBA	12
CAMPINA GRANDE	12
BAÍA DA TRAIÇÃO	10
JOÃO PESSOA	10
BARRA DE SANTA ROSA	9
ALAGOINHA	7
GADO BRAVO	7
SANTANA DE MANGUEIRA	7



Fonte: SEDH/2016

Acreditamos que a diminuição esteja ocorrendo em detrimento das ações de enfrentamento em maior escala e a colocação de aparelhos de gestão que favoreçam a denúncia, a assistência e a própria prevenção deste tipo específico de violação no contexto estadual.

Por outro lado, não podemos nos afastar das evidências da violência sexual quando esta ocorre no espaço intrafamiliar. A conjuntura do silêncio que ronda os casos de incesto, a forma de solucionar o problema que é administrado muitas vezes dentro da própria família, a não percepção de profissionais de diversas áreas das sequelas do abuso sexual intrafamiliar e a falta de formação profissional, no âmbito das universidades colaboraram com uma possível subnotificação desta realidade. Sendo assim, os casos atendidos e notificados podem expressar apenas a ponta de iceberg da violência sexual intrafamiliar, visto que o silenciamento é um eficaz instrumento de ocultação desta realidade. A insuficiência de dados para compreender a dinâmica do abuso sexual em sua modalidade familiar motivou o estudo, no sentido de nos aproximarmos dessa realidade, colaborando, desse modo, para subsidiar técnicos, familiares e vítimas.

5 CAPÍTULO - PACTO DO SILÊNCIO: o segredo de polichinelo?

5.1 – PACTO DO SILÊNCIO: medo e vergonha

No caminhar da pesquisa, procuramos identificar se o silêncio se constituía num dispositivo de poder, tomando, como respaldo teórico, os estudos de Foucault (1999) sobre poder. Neste sentido, procuramos ouvir as vozes silenciosas e silenciadas durante um período considerável de tempo, constituindo-se o que denominou-se de pacto de silêncio, na busca de compreender a gestão desse poder nos espaços familiares, mediante o caracterizado como abuso sexual recorrente. Para tanto, contou-se com a colaboração direta dos profissionais que atuam na qualidade de testemunhas indiretas do processo incestuoso, peritos que, mediante uma escuta qualificada revelaram a triangulação entre abuso, pacto do silêncio e a quebra do segredo. A partir dessas falas, foi possível a aproximação da vivência da violência sexual, da gênese ou construção do silêncio/segredo impetrado pela prática abusiva, sua reprodução e recorrência e o processo de rompimento desse segredo. Também contamos com a visão das vítimas, de uma vítima discente e uma vítima profissional que se apresentaram, espontaneamente, ao processo de pesquisa. Vale destacar que, dada a dificuldade em se entrevistar vítimas e familiares que viveram esse processo de violação doméstica, foi necessário optar e redirecionar metodologicamente a pesquisa como pontuado no primeiro capítulo.

Então, compreender a gestão desse silêncio é imperativo para se entender a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, assim como perceber como a teia construída, na dinâmica do abuso sexual, em sua modalidade incestuosa, promove uma série de conflitos que envolvem seus personagens: vítimas, família, abusador e também, não muito distante, os profissionais que atuam diretamente com essa problemática, sendo, nessa pesquisa, objeto empírico de sua aproximação.

Vale destacar que a violência contra jovens menores de quinze anos de idade, no contexto sexual, é considerada como violência/crime. Violência considerada como “(...) presumida, considerando-se que *a priori* os jovens de

menos de quinze anos não têm o discernimento desejado para dar um consentimento livre e sério” (VUPRAS, 1981, p.12 apud Razon, 2007, p 17)⁴⁴

No campo jurídico a lei apresenta-se como um elemento de interdito, porém, embora exista legislação que pune o infrator de atuar contra crianças e adolescentes por atos sexuais (violência sexual), em alguns casos, a falta de constatação (prova cabal) inviabiliza a investigação. “Nos casos de incestos, e principalmente durante os atentados ao pudor, coloca-se com insistência a questão da prova. A justiça apoia suas petições e suas condenações apenas em fatos concretos, isto é, realmente demonstráveis” (RAZON, 2007, p 20). Sendo assim, os casos de incestos cujas provas não sejam demonstráveis dificultam condenação do autor da agressão pelo judiciário. A simples fala da vítima não é suficiente para comprovar a efetivação do abuso sexual, quando este não imprime marcas visíveis, como defloração, fissuras anais, rupturas vaginais, etc.

Isso foi colocado por uma profissional que demonstra que por mais que se levante as repercussões emocionais, no campo psíquico da vítima, a falta de prova expõe a vítima a um descrédito e em muitos casos, no recuo dos processos. O desencontro de dados relatados em depoimentos vem dificultar a constatação e a construção de provas. Não basta apenas o relato da vítima para se configurar e dá veracidade a violação sexual.

Esta, essa é situação na justiça, inclusive a gente tem sempre o contato com a equipe para saber qual é o desfecho, o que que andou, o que que ocorreu. Porque surgiu do encaminhamento da agressão desse agressor, porque provas constam. Provas que eu digo assim em relação a todo o relato dos filhos, embora que para a justiça seja uma questão que nos falaram em uma das reuniões sobre as datas em que os fatos ocorreram, como é que a família colocava esses fatos. E a gente muitas vezes não se atenta sobre esses dados sobre essa informação. Fala-se do tempo em que ocorreram, mas não precisamente a questão de datas. Foi colocado sobre isso. Mas a gente ainda aguarda a resposta judicial desse caso, do desfecho. (Adriana – Psicóloga)(Sic)

A fala da vítima é a ponte de contato do profissional com a realidade de violência sofrida por ela, porém, não bastam os relatos e a avaliação das

⁴⁴ No caso do Brasil a idade para considerar uma violência presumida recai para a faixa etária de até 14 anos de idade, segundo ECA e o Código Penal.

consequências psicológicas promovidas pela violência. Os fatos demonstráveis, por perícia legal, devem também ser indícios da violação.

Aí eles vem e encaminham só as vítimas e a gente vai atendendo as vítimas entendeu? Aí às vezes a gente não tem uma confirmação do que realmente aconteceu de maneira, vamos dizer assim, comprovada por exames, por essas coisas que a justiça faz. A justiça encaminha para Creas, ela faz, encaminha para ser feito. Mas a gente tem muito a fala da vítima. (Márcio – Coordenador CREAS).(Sic)

As estratégias utilizadas pelo abusador para praticar seus atos de violência nem sempre imprimem marcas visíveis que podem ser comprovadas em perícias técnicas. O encontro dos peritos da saúde e da assistência com a vítima ocorre mediante seu relato, a capacidade que a vítima tem em revelar um segredo para um técnico que desconhece, mas que, naquele momento, é a ponte que a tirará da clausura do segredo. É nesse momento de revelação e nesse encontro com um técnico que a vítima escolhe que ele poderá ser seu confidente, com quem tal segredo poderá ser compartilhado.

Os interditos jurídicos não bastam para a construção do interdito na realidade das vítimas de abuso sexual. No âmbito familiar, se faz necessário a construção de um interdito simbólico e o tabu do incesto, segundo Freud (1974) se configuraria como este mecanismo. Em *Totem e Tabu* (1974), Freud aponta a construção do tabu do incesto a partir de dois mecanismos: a eficácia que a punição promove no grupo, a partir de que ela serve para limitar a inveja dos demais membros pela transgressão, no caso o incesto; e o segundo, decorre do primeiro, se o incesto é tomado como tabu, é porque o mesmo é fundamentalmente desejado (RAZON, 2007). Cohen (2015) aponta para esta relação do interdito do incesto como mecanismo de conter um desejo que também lhe é maior.

Os dois tabus fundadores de toda sociedade seriam dali por diante o interdito do assassinato e o interdito do incesto. A articulação entre o mito e o complexo de Édipo reside na transmissão filogenética desses dois tabus. A concordância freudiana se explica assim: o que é *desejado* e *fantasiado* de modo inconsciente atualmente teria sido *perpetrado* outrora. (RAZON, 2007, p. 23).

No interdito ou tabu do incesto, embora não haja uma unanimidade em sua definição e construção, percebe-se que existe uma associação e relação entre incesto e morte. A construção social internalizada possibilita que o indivíduo saia de sua condição de animal natural e passe a incorporar e se comportar como animal social. A internalização do social compreenderia duas funções: a separadora e criadora do processo de individuação e a segunda função que cabe ao campo do interdito. “A lei, o interdito do incesto implicam a transmissão de geração em geração e a circulação entre membro de uma mesma família. A lei funda a troca” (RAZON, 2007, p. 25).

Durante a entrevista com uma das vítimas, pôde-se compreender que, se não existe um interdito simbólico, existe um interdito legal, e quando estes não funcionam, entra em cena o interdito social. Esta percepção foi identificada na explosão de emoção de uma das vítimas quando, ao relatar a violência, identificou as repercussões que sofrerá o abusador no espaço do cárcere.

Foi. Confessou. Aí o policial chegou dizendo pra delegada “eu perguntei a ele, ele disse que tinha pegado ela à força mesmo”. E eu peguei disse: tá vendo tia? Ele confessou. Eu pensei que ele não ia confessar não. E ele confessou, aí ele confessando já fica o quê? Pior pra ele, não é? E minha amiga Renia que é policial ficou falando, dizendo que quando ele chegá lá na delegacia ele vai vê o que é bom lá. Que os preso não admite estupro e você batê na mãe, ela falou pra mim, ela já trabalhou num presídio e viu o que acontecia lá. Minha raiva é tão grande contra ele, meu ódio é tão grande que eu espero isso mesmo que os presos faça isso com ele mesmo. (Mariana, 17 anos).(Sic)

A descrição da função da lei psíquica apresentada por Razon (2007) demonstra que a inexistência da mesma dá margem para a “perversão ou denegação da lei, ou para a psicose e a forclusão” (RAZON, 2007, p. 26). Manobras, então, são acionadas pelo abusador no sentido de fazer a sua própria lei, de tornar-se legítimo e legitimar seu ato. “O que o perverso recusa é a submissão à lei. Se o reconhecer, tenta contorná-la, até mesmo capturá-la. Com efeito, tal o pai incestuoso, ele se identifica com a lei, se toma pela lei, faz a lei, em resumo, ele é/odeia a lei” (RAZON, 2007, p. 26)

O perverso vive numa fala mentirosa a fim de evitar a submissão à lei e de evitar o sofrimento da castração. Essa mentira é incestuosa, ela implica a confusão entre o real e o imaginário. Ela é rejeição da alteridade. Disso é testemunha a problemática incestuosa na qual o abusador assimila e relega sua vítima a um estatuto de objeto.(RAZON, 2007, p 27).

Num processo incestogênico, o abusador cria suas próprias leis e regras e se fortalece quando consegue colocar, sob elas, todos da família - vítima, a mãe/esposa -, e os vizinhos. A psicanálise pode mostrar como o indivíduo em estágio de transgressão sexual pode atuar, compreendendo os corpos, tidos como inferiores, como de seu domínio.

As contribuições da teoria psicanalítica podem ser rastreadas até duas correntes; uma delas que remete à fixação da menina selecionada à mãe, e a outra a função paterna. Considera-se uma dupla legalidade: 1) o corpo dos filhos pertencem aos progenitores e não à cultura, seria direito privado que concerne aos pais; esta é uma legalidade dos corpos (circuncisão, por exemplo). E 2) uma relação com a cultura, ou seja, intramuros ("tenho minha própria lei que me autoriza a dispor do corpo de minha filha, porém, ao mesmo tempo, tenho uma relação com o mundo externo, devo atentar que se separa), o que sugere um perfil paranoide da situação.(GILBERTI, 2014, 82)⁴⁵. (Livre tradução da pesquisadora)

De acordo com Razon (2007), o supereu ou superego funcionará, então, como um herdeiro individual dos interditos coletivos. Se o supereu não atua como interdito, chegando o abusador ao ato, essa ação é considerada e associada a 'uma patologia social e individual, indo a pulsão saciar-se até na autoagressão. Ora, o perverso, em sua tentativa de dominar o objeto, na realidade está ele mesmo submetido às exigências pulsionais que o atormentam" (RAZON, 2007, p 28).

O presente estudo não objetiva incursionar pela leitura psicanalítica, mas não podemos desconsiderar a contribuição desse conhecimento para o desenho do processo de silenciamento que vivenciam as vítimas de abuso sexual. Se a palavra ou fala é um elemento construtor do sujeito, o calar, nos

⁴⁵ En los aportes de la teoría psicoanalítica pueden rastrearse dos corrientes; una de ella que remite a la fijación de la niña seleccionada a la madre y otra a la función paterna. Se plantea una doble legalidad: 1) el cuerpo del hijo le pertenece a los progenitores y no a la cultura, sería derecho privado que concierne a los padres; ésta es una legalidad de los cuerpos(circuncisión, por ejemplo). Y 2) una relación con la cultura, o sea, intramuros ("tengo mi propia ley que me autoriza a disponer del cuerpo de mi hija, pero como al vez tengo una relación con el mundo externo, debo cuidarme de que se sepa"), lo que sugiere el perfil paranoide de la situación . (GILBERTI, 2014, 82)

casos de abuso sexual, é um mecanismo acionado do não-existir, do morrer, ao menos psiquicamente. Assim, “o ato de falar é o limite constitutivo da relação entre os seres [...], limite entre o sujeito e os que o cercam, limite que só existe porque o eu [je] é distinto de um ‘tu’, distinção que só está ela mesma viva pela implícita referência um ‘ele’” (JARRY, 1988, p. 72 apud RAZON, 2007, p. 27) (Grifos do autor)

Nos estudos de Lacan, a separação da criança do objeto de desejo inicial, a mãe, possibilita o surgimento do indivíduo. Porém, se para o filho nascer da mãe este precisa escapar e sair do seu desejo, nos casos de abuso sexual, a problemática do desejo se incorpora numa situação diferente e de aprisionamento. “Com efeito, seria como se o abusador não prescrevesse à sua vítima o interdito de nascer, mas de gozar de seu desejo. Esse ataque feito ao outro enquanto sujeito desejante o remete à função e ao estatuto de objeto”. (RAZON, 2007, p 29).

A não interdição pelo pai retoma a morte do sujeito a partir da prisão deste ao desejo do pai/poder/perverso. Na constituição do sujeito, a relação entre o vínculo simbiótico deve dar espaço ao vínculo simbólico, do contrário, o indivíduo não nasce enquanto sujeito individual e social. Nesse caso, a função paterna deve ocorrer em concomitância com a função materna.

A função paterna se entende, portanto, numa dupla acepção: interdito e separação. Mediando o desejo de cada um, o pai injunge ao filho: “Não deitarás com a tua mãe”; e à mãe: “Não reintegrarás o teu produto”. A literatura psicanalítica costuma deixar de sublinhar que o pai também deve necessariamente proibir-se o desejo incestuoso. Cada um proíbe e se proíbe a posse do outro. (RAZON., 2007, p 34).

Se, no plano psíquico, a interdição do incesto cumpre sua função na estruturação do sujeito, como é exaustivamente apresentado pela psicologia; no plano social, o mesmo assume uma carga social imprescindível na estruturação das relações de troca e de sociabilidade. Para Lévi-Strauss (2012), o incesto assume uma conotação de regra no plano social, como substituição de um ordenamento que não é feito pela natureza.

O fato da regra, considerada de maneira inteiramente independente de suas modalidades, constitui, com efeito,

a própria essência da proibição do incesto. Porque se a natureza abandona a aliança ao acaso, e ao arbitrário. É impossível à cultura não introduzir uma ordem, de qualquer espécie que seja, onde não existe nenhuma. O papel primordial da cultura está em garantir a existência do grupo como grupo, e portanto em substituir, neste domínio como em todos os outros, a organização ao acaso. (LÉVI-STRAUSS, 2012, p.70).

Neste sentido, a regra social que garante a interdição do incesto, colocando-o como ação a não ser realizada no plano familiar, deveria definir os papéis sociais e garantir uma organização no espaço microssociológico, de modo a efetivar práticas não violadoras, garantindo a sobrevivência do grupo e exercendo o peso social sobre o arbitrário.

Considerada como interdição, a proibição do incesto limita-se a afirmar, em um terreno essencial à sobrevivência do grupo, a preeminência do social sobre o natural, do coletivo sobre o individual, da organização sobre o arbitrário. Mas, mesmo nesta altura da análise, a regra aparentemente negativa já engendrou sua inversa, porque toda proibição é ao mesmo tempo, e sob outra relação, uma prescrição. Ora, a proibição do incesto, desde que a consideremos deste ponto de vista, aparece de tal maneira carregada de modalidades positivas que esta superdeterminação levanta imediatamente um problema. (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 83).

No entanto, a função da regra do incesto, o proibindo no espaço doméstico, efetivaria a estruturação das relações familiares, no sentido de garantir a exogamia e ampliar as relações sociais de troca.

Desde o lançamento das Estruturas elementares do parentesco, de Claude Lévi-Strauss, a questão da filiação foi largamente subordinada à da aliança. A exigência de uma aliança realizada fora da família, concebida como uma unidade de ordem biológica (rejeição do incesto), está associada à necessidade da troca, da dádiva, da dependência mútua, da circulação. O que está em jogo aqui é a coesão de coletivos mais ou menos extensos de seres humanos que, devido à sua diferenciação relativa (inscrita nas estruturas de parentesco) e à sua dependência mútua, se encontram associados, de modo que as relações de concorrência violenta, pela guerra entre unidades de pequeno tamanho (que podem se transformar em uma guerra de todos contra todos), são substituídas por

relações mais pacíficas, que abrigam concorrência e cooperação. Portanto, seria a necessidade da aliança, ou seja, da constituição de coletivos de um tipo particular cuja coesão seria assegurada por meio da troca entre segmentos diferenciados, mas dependentes (o que os distinguiria nitidamente dos coletivos animais), a marca principal do “social”. (BOLTANSKI, 2012, p. 233).

Contudo, as ações invasivas do abuso sexual, a partir da quebra da regra do incesto, promove um reordenamento do contexto social e psíquico da vítima. Porém, a concretização do desejo em ato abusivo promove na vítima uma confusão, visto que os limites corporais e psíquicos (realidade e fantasias) foram atropelados. Os danos à personalidade desse sujeito são imensuráveis. Quando a vítima encontra, no plano social, alguma ponte de segurança que lhe garante falar sobre algo que socialmente foi lhe passado como proibido (o sexo intrafamiliar/incestuoso), há uma possibilidade de libertação, do contrário as teias que configuram essa trama incestuosa vão, a cada dia, prendendo-a, necessitando de um terceiro que lhe sirva como “salvador”.

Assim, falar de suas dores, das violações sofridas, possibilita uma resignificação do fenômeno para, numa busca de reconstrução de uma nova rotina, mudar o curso de sua história. Contar com profissionais qualificados e aptos a essa escuta é imprescindível. Podemos identificar isso no depoimento da psicóloga Cibele.

E hoje ela se encontra tendo o acompanhamento nesse serviço como também assim a gente já percebe o quanto, a partir do momento que ela foi ouvida, que ela foi trabalhada compreendendo o seu espaço, compreendendo a sua vontade, os seus desejos de permanecer com uma pessoa a qual ela tinha referência de cuidar, de proteção que seria essa avó paterna, ela antes de ser acompanhada, ela era uma criança que ela mesma verbalizou aqui que não sorria, que só chorava, que só queria morrer, que não tinha vontade de acordar. A partir do momento que ela foi acompanhada, que ela percebeu que ela tinha o direito de estar com uma referência a qual a protegia, a qual cuidava dela mesmo não sendo a mãe, ela está tendo um bom rendimento na escola, ela já me fez a fala que aí foi constado em relatório e foi para juízo onde ela: “Hoje eu sou uma criança”. E isso ficou uma frase assim muito forte no meu atendimento, então ela não se via como criança. (Cibele – Psicóloga)(Sic)

O segredo se sustenta, muitas vezes, no binômio medo e vergonha em que a vítima tem de encarar sua dor, sua situação de aprisionada no desejo do outro, a sociedade, a família e o próprio abusador. Os profissionais que atuam no atendimento às vítimas de abuso sexual na Paraíba, contam em sua história de atendimento como esse medo de revelar e revelar-se se apresenta. Podemos ver alguns argumentos que se apoiam num misto de culpa, medo do agressor e na não credibilidade na fala da vítima.

Primeiramente medo. Medo do agressor por algum tipo de ameaça porque a ameaça de prejudicar, de fazer mal geralmente à mãe, quando acontece a figura materna vem muito. Mas essencialmente eu acho que medo, a insegurança, a vergonha, constrangimento. Existem casos e eu já atendi casos do agressor inverter e a vítima se sentir culpada das agressões, daquelas agressões. Então assim por isso envolve a questão da vergonha, constrangimento, o sentimento de culpa, o medo extremo por situações de ameaça ou de algum tipo de questão colocada sobre a segurança da família, de algum membro da família. (Adriana – psicóloga).(Sic)

O medo é um catalisador da inércia, do enfrentamento da realidade. A paralisia posta pela quebra do ideário da figura masculina, seja esta representada pelo pai e padrasto, a mudança de papel de protetor para agressor, promove uma confusão na vítima e um deslocamento da realidade e fantasia para outro plano que implica um silenciamento.

Eu acho que é o medo. O medo sustenta esse silêncio, as ameaças. Mas eu acho que a palavra é o medo. Elas sentem medo, elas são ameaçadas pelos agressores, ela sente medo e sente vergonha de dizer às vezes, geralmente é o padrasto, ela sente vergonha de dizer à mãe. Quando a mãe vem saber já vai saber aqui que a criança estava, que a adolescente estava sofrendo abuso sexual. Ela sente bastante vergonha, não sei, eu acho que por ser assim o cônjuge da mãe, não é? Eu imagino isso. (Janice – Assistente Social).(Sic)

Podemos verificar, neste relato da profissional Sandra, que atendeu a vítima Mariana, que o medo foi um fator decisivo para a perpetuação do silêncio.

Eu acho que o principal, tem até vários, mas acho assim o principal mesmo para esse pacto ser perpetuado eu acho que é o medo. Eu acho que o medo é muito... Quando eu

digo o ser humano, eu digo ser humano em geral, independente de ser adulto ou criança, mas o medo ele trava as pessoas. Então é isso que eu acho que é um dos pontos chaves dessa questão. Porque a pessoa tem medo de falar, tem medo de se expor, tem medo de... de expor o outro. Porque, por exemplo, uma criança pode ter medo de expor o pai ou um avô ou uma pessoa que está muito próxima porque ela não sabe o que pode acontecer com ela, ela pode sofrer ameaça também. O adulto ele vai coagir a criança, então o adulto pode chegar para a criança e dizer: ó, se você falar para sua mãe que a gente está fazendo alguma coisa, o que a gente está fazendo, eu posso machucar a sua mãe, posso machucar o seu irmãozinho, posso machucar alguém ou senão eu posso lhe matar. Atentar contra a própria vida da criança. Então eu acho que esse é um dos pontos principais assim para que esse silêncio se perpetue, por não saber a quem recorrer também. Tem a questão do medo também de assim: será que eu devo falar isso pra minha mãe, será que minha mãe vai acreditar, será que minha mãe não vai achar que eu estou mentindo ou vai brigar comigo? Eu acho que o medo fica impregnado nessa situação. Não saber a quem buscar, a quem recorrer. (Sandra – Assistente Social).(Sic)

Um medo paralisante circunda o cotidiano da vítima, impedindo-a que revele a violação. Não existe uma explicação no nível racional. Sabe-se que as formas de reação vão depender de alguns fatores como confiança da mãe sobre as ações da filha, a idade, a escolaridade, a maturidade das mesmas. Porém, independente desses fatores, o medo se apresenta, em alguns casos, como estratégia de permanecer viva. Então, o que se denomina como síndrome de adaptação pode ser considerada como estratégia de se ver morta apenas no plano psíquico, procurando manter-se no plano físico viva ou vice-versa. “Ora, toda vítima permanece intimamente convencida de que o assassinato dela permanece possível. Podemos nos perguntar se, afinal, o incesto não é visto como um mal menor. Pois, se ele produz uma morte psíquica, o corpo, este, permanece vivo e inteiro” (RAZON, 2007, p. 80). Os depoimentos abaixo apontam para a estratégia de se proteger e se manter viva, confirmando o que RAZON (2007) apontou em seus estudos.

Sim, medo, medo e medo faz com que ocorra o silêncio. É só medo. Eu não sei medo de quê! Mas talvez pela imposição, medo da morte por todas são ameaçadas “se você contar eu

lhe mato, eu mato você, eu mato a sua mãe, eu mato...” e assim vai. Você bota isso na cabeça de uma menina de 14 anos de idade, de 12 anos, de 13 termina nisso. Faz o silêncio acontecer. (...) Poder não. Preservar a sua vida. (Dr. Wilson – médico).(Sic)

Nesse mundo de silenciamento, as vítimas buscam resolver-se, criando outro paralelo ao real, o silêncio serve como dispositivo de proteção, visto que a vítima não será mais exposta. O incesto e seu segredo são vividos como um sacrifício pela vítima. Esta construção de um mundo paralelo por parte da vítima e do abusador é bem descrita por Simmel (2011), quando aborda a categoria segredo, em seus escritos. A forma de comportamento criada pelo abusador, diante do social, configura-se como estratégia de colocá-lo acima de qualquer suspeita. Por isso, o estranhamento por parte dos profissionais que atendem vítimas violadas por parentes. O mundo paralelo criado pelo abusador também é vivido pela vítima, quando esta busca, a seu modo, enfrentar tal situação ou aderir ao desejo do outro, como estratégia se finalizar o mais rápido possível a violação.

Assim, as crianças elas demonstram muito a questão da insegurança, desprotegida. Nesse período que ela ficou só, é mais como se ela vivesse naquele mundo dela – sabe? Procurando realmente a solução daquele problema. Mas aí do jeito dela, do jeitinho criança de ser. (Helena – psicóloga).(Sic)

Outro aspecto que nos chamou a atenção e corrobora com os estudos sobre abuso sexual diz respeito a não identificação da vítima sobre a violência vivenciada, isto está atrelado muitas vezes a não saber distinguir o carinho do pai com o desejo erotizante despertado em seus carinhos.

Gabel (1997) coloca então a necessidade de confiar na fala da criança, quando esta, mesmo pequena, consegue pronunciar algo que é interdito pela socialização (vivências sexuais). O não acreditar na fala da criança pode levá-la a uma mudez muito mais violenta que o abuso sofrido.

Dependendo da idade da criança ela não sabe nem o que está acontecendo. Então é essa toda problemática que eu acho que essa cadeia de problemas é o medo, é de repente essa criança não ser informada. Porque a criança de repente... é muito difícil a gente trabalhar com criança de 8, 7 anos para falar isso. Mas se a gente começar aos pouquinhos de uma forma até didática,

de uma forma lúdica para ele poder entender né! Mas assim eu acho que seria bem. (Sandra – Assistente Social).(Sic)

Conseguimos identificar esta situação na fala de Soraia (vítima/discente) que voluntariamente quis prestar seu depoimento quando soube que estava fazendo a pesquisa e da dificuldade de perceber esse carinho de pai diferente. A diferença de carinho demarca a separação entre afeto e violação.

Isso começou, assim que eu me recordo né, eu tinha 8 anos de idade... é... morava com meus pais... e ele assim nas madrugadas, geralmente era nas madrugadas ele ia quando eu estava dormindo e ele passava a mão em cima do meu corpo e... muitas vezes deitava assim do meu lado quando eu estava dormindo e eu percebia que o negócio dele batia em mim.(...) E isso foi do... dos 8 acho que até os... os 11 anos, 12 anos mais ou menos.(Soraia, 28 anos – vítima discente)(Sic)

E continua

Até porque, na época, eu não entendia o que era aquilo, porque ele era meu pai e tava fazendo aquilo comigo. Na minha cabeça, eu não sabia assim ao certo se aquilo ali realmente era errado ou o que era. Eu não sabia. Aí comecei assimilar assim que realmente era uma coisa totalmente errada com o passar do tempo que eu fui crescendo. Mas na época, quando eu tinha entre 7 ou 8 anos, eu não tinha noção de que realmente do era aquilo. Eu não tinha noção. (Soraia, 28 anos – Vítima discente).(Sic)

Não se fala do corpo violado. Na realidade não se fala do corpo da mulher e, quando este é violado, uma mudez se estabelece, ora naturalizando o fato, ora não resignificando que tal ato está impregnado pela assimetria de gênero. Num depoimento do perito essa leitura é bem expressiva.

É exato. Quando as crianças conseguem botar pra fora é quando a gente consegue receber a denúncia, porque às vezes a criança não tem essa noção e quando tem é já como adulto, o adolescente aí já fala: Mãe, Fulano quando eu era pequena tocava em mim, eu não gostava mas não sabia falar, não entendia. E isso é complicado até pra criança falar, até adulto pra falar é ruim! É uma coisa angustiante, é constrangedora, talvez se o mundo não fosse tão machista talvez isso não fosse tão difícil verbalizar a questão de... Porque o homem ele é mais, não pelo fato do órgão genital dele ser pra fora, mas pelo fato de ninguém se incomodar com o que está falando,

verbalizando sobre o homem. Infelizmente tem essa questão também. (Carmen – Psicóloga).(Sic)

Pelos relatos dos profissionais, foi possível verificar que a denúncia, quando parte da vítima, esta se encontra numa faixa etária da adolescência, podendo então defender-se.

O outro que me chamou muita atenção, inclusive está no âmbito de justiça é de um pai, também o próprio pai provocando uma questão de abuso contra os filhos não só uma menina como também um menino que há indícios fortíssimos não é? Então nós tivemos durante um tempo o acompanhamento dessa família e a família foi retirada do âmbito familiar por conta de toda... envolvendo aquele histórico de abuso. Hoje estão na instituição também...

(...)

Hoje as crianças estão institucionalizadas. Infelizmente eu lembro da menina, a adolescente que pra nós era o caso que era mais sério, por toda uma questão de... intrafamiliar mesmo, seria mesmo envolvente nesse caso, acionamos vários órgãos, a Casa do Pequeno Davi foi um dos que encaminhou pra cá porque assistia um dos meninos, Padre Pio. (Adriana – psicóloga)(Sic)

Na passagem para a fase adolescente e ciente de que esses carinhos não denotavam “amor de pai”, a reação vem automaticamente. No caso da Soraia, se não houve a interdição da mãe, ou seja, se a mãe não cumpriu seu papel de interdição no espaço doméstico do ato abusivo, se não houve um estabelecimento na relação mãe e filha de elementos protetivos, cabe o que Rangel (2011) denominou de falha na relação de proteção por parte do elemento não abusivo, diante disso, cabe à vítima contar com outras estratégias para livrar-se da violência.

Ela... não foi bem um apoio. Eu acho que o maior apoio seria ela ter me tirado de perto dele, tirado ele de dentro de casa... não teve... não sei. Ter me afastado dele. Mas ela não teve... não sei, não teve força ou não sei o por que até hoje ela não fez isso. Não sei se também pela religião da gente, ela acreditava no poder do... que ele... que ele pudesse se arrepender, que Deus pudesse curá-lo, algo do tipo. (Soraia, 28 anos – Vítima discente).Sic

Se o interdito não foi construído pela figura não abusiva, no caso, a mãe, é com a idade e a construção de reação de repulsa que a vítima vai buscar livrar-se e quebrar esse segredo.

Mas ela... ela continuou casada com ele. E eu fiquei sofrendo esses abusos até mais ou menos essa idade, que também aí nessa idade eu sabia já... quando eu tava chegando nos 11, 12 anos que eu já tava ficando já adolescente né, eu já podia dizer: “Não. Saia daqui”, e pronto. Aí parou. Dessa época pra frente não teve mais. (Soraia, 28 anos – Vítima discente).(Sic)

O movimento incestuoso é complexo e envolve um trinômio entre desejo x traição x poder. O ato incestuoso inclui, contudo, a possibilidade de desejo (na perspectiva do perverso), a não construção do interdito e a transgressão do e no contexto familiar. Os papéis são diluídos e trocados. A criança e a adolescente vítima de abuso sexual incestuoso assume o papel sexual da mãe, o pai não consegue construir o interdito do incesto necessário para a manutenção do seu papel de pai e protetor, por outro lado, a mãe, muitas vezes, fica fora do processo. Quando o mesmo é revelado, há uma ferida narcísica constituída, colocando-a num papel de subqualificação na trama familiar. No caso da vítima, as implicações que tal violação acarreta promove uma ruptura de sua autonomia no campo social, afetivo e sexual. Agora ela é detentora de um segredo que vivencia movimentos dicotômicos entre relação familiar e guarda e construção de um segredo dentro do espaço familiar.

Se em vez de convocar as fantasias e o fantasma da paternidade, pensamos em termos de filiação, consanguinidade e a extensão do sobrenome, notamos que constituem três instâncias que alimentam o desejo paterno de reconhecer na menina um sujeito que deve transcendê-lo, mas se arrisca em permanece carente de autonomia sexual, devido à violação de que foi vítima. (GIBERTI, 2014, 78)⁴⁶. (Livre tradução da pesquisadora).

⁴⁶ Si en lugar de convocar a las fantasías y al fantasma de la paternidad pensamos en términos de filiación, de consanguinidad y de la extensión del apellido, advertiremos que constituyen tres instancias que alimentan el deseo paterno de reconocer en la niña a un sujeto que habrá de trascenderlo, pero que arriesga permanecer carente de autonomía sexual, debido a la violación de la que fue víctima.(GIBERTI, 2014, 78)

O silêncio não é só da vítima, apresenta-se como um silêncio social. E os mecanismos para sua perpetuação encontram-se fincados na negação ou na refutação do ato. A palavra incesto, pela sua carga semântica, não circula com facilidade nos meios sociais. Segundo Giberti (2014), quando apontada nos meios de comunicação ou jurídico, implica a transgressão e está sempre atrelada à necessidade de punição ao ato.

A linguagem fornece dimensão significativa, permitindo que os seres humanos se signifiquem a si mesmos como parte de seu ambiente, sua época, sua cultura, sua vida psíquica; daí a ausência de linguagem que nomeie o incesto seja colocado em evidência uma zona ambígua que o mascaramento torna mucilaginoso e turbio e impede transparecer a curiosidade, a tentação e desejo que alienam os seres humanos. Esses desejos, habitualmente restrito as fantasias inconscientes ou cercado por vozes intimidadoras da cultura, se dirigem na intimidade da vida psíquica, porém dificilmente se encontra o caminho para mencioná-lo socialmente. (GIBERTI, 2014, p. 79)⁴⁷.

Falar de incesto é expor uma vergonha social. É admitir que a família não é perfeita. É desconstruir um mito familiar em sua base, pois o interdito do incesto não foi capaz de estruturar psiquicamente e socialmente esta família. Ao sentimento ou emoção, traduzida em vergonha diante do contexto social, faz associar-se o medo e a perspectiva de se manter viva em alguma dimensão e garantir a recorrência do abuso sexual, retroalimentado o segredo.

Essa dificuldade a meu ver, não tenho uma formação de psicólogo nem de assistente social, falando como advogado, ao meu ver esse pacto do silêncio se refere muito à vergonha social que isso representa. Claro, vergonha social que eu falo, não sei se tem algo específico na seara do serviço social – certo? Com essa nomenclatura. Mas ao meu ver vergonha social é o maior problema e também o medo de perder a família, porque a

⁴⁷ La dimensión significativa del lenguaje permite que los seres humanos se signifiquen a sí mismos como parte de su entorno, de su época, de su cultura, de su vida psíquica; de allí que la ausencia de lenguaje que nombre lo que el incesto sea pone al descubierto una zona ambigua que el enmascaramiento torna mucilaginoso y turbio porque impide transparentar la curiosidad, la tentación y los deseos que alienan en los seres humanos. Esos deseos, habitualmente, constreñidos a las fantasías inconscientes o cercados por las voces intimidatorias de la cultura, se digieren en la intimidad de la vida psíquica, pero dificilmente se encuentra el camino para mencionarlos socialmente. (GIBERTI, 2014, P 79)

família sendo boa ou ruim é a base, ao meu ver é a base de tudo. (André – advogado).(Sic)

Numa outra passagem, aproximou-se da compreensão de como a vergonha inibe a exposição da agressão, mantendo a família a secretar a violência e construindo um mundo paralelo.

Sim, já, já atendemos. Por sinal eu tenho atendido. Agora vou citar um exemplo de um adolescente, aliás ela ainda é criança, ela tem 11 anos que ela foi abusada por um tio. Mas assim, não houve nenhuma denúncia. A família realmente por vergonha, por não querer exposição porque era um parente, uma pessoa ligada a família. E para não expor toda essa situação calou-se. E isso veio pra gente, a criança ela foi abusada quando ela tinha 9 anos, hoje ela tem 11. Então você veja todos os traumas o qual ela passou e teve que manter-se no silêncio porque era uma exigência da mãe para que isso não viesse à tona (Cibele – Psicóloga).(Sic)

A leitura acerca do incesto respalda-se em arcabouços que perpassam o campo da cultura, da psicologia e do jurídico. Estamos falando de um fenômeno que sua não existência sustenta-se em dois campos básicos de interdito: o legal (social) e o psíquico (individual/familiar). No entanto, e como analisou Freud (1974), o interdito ao desejo implica a sua existência. A passagem, então, do desejo ao ato e o aprisionamento da vítima e sua objeção ao desejo do pai implicam a quebra de barreiras no campo real e fantasmagórico.

A fala de Soraia demonstra essa dificuldade de compreender o pai num papel de agressor. Quando questionamos se havia ocorrido abuso por parte do pai para com as outras irmãs, ela falou que não, que foi só com ela. E quando questionada por que ela foi escolhida, sua resposta não encontra justificativa.

Eu não sei. Não consigo nem imaginar. Já é difícil imaginar um pai ter desejo pela própria filha, não é? Eu não consigo imaginar por que foi isso comigo. É tanto que hoje elas sabem, toda a família sabe do que ocorreu. E uma parte das irmãs dele também sabe, que eu me abri com uma das irmãs dele... Eu não sei por que, por que foi só comigo. Não sei te dizer (Soraia, 28 anos – Vítima discente)

(...)

Era. E... eu não tinha nem reação na hora, eu ficava dura, do jeito que eu tava lá eu ficava, me fazia que tava dormindo, só que eu não tava dormindo, e só queria que aquilo ali acabasse logo e que ele fosse embora. A sensação era essa. Também não sei por que eu não gritava ou não pedia ajuda de alguém. Isso aí eu não sei porque eu não fazia. (Soraia, 28 anos – vítima/discente)

(...)

Eu dividia com uma das minhas irmãs. Teve uma época também de eu dormir só num quarto só. Geralmente ele ia na madrugada, quando tava todo mundo dormindo. Aí ninguém acordava e ninguém via nada. Só que eu... eu não tinha essa iniciativa de gritar, pedir socorro, chamar minha mãe. E também não sei te dizer por quê. Eu só ficava ali, eu ficava sem ação nenhuma, ficava dura, quieta. E não conseguia ter... ter alguma reação, eu não conseguia. (Soraia, 28 anos – vítima/discente).(Sic)

O fato de conhecer o agressor e saber que o mesmo já praticou uma transgressão desta magnitude impede e amedronta a vítima, fazendo-a recuar de qualquer reação. Neste sentido, o silêncio estabelecido pela vítima sobre a agressão sofrida aparece, também, como estratégia de preservação de sua vida física.

Porque ela deve conhecer muito bem o agressor dela e sabe do que ele é capaz. Se ela não denuncia, é porque ela tem medo de acontecer algo mais grave e, ela ficando em silêncio, ela preserva a vida dela.(Wilson – médico).(Sic)

Num quadro de violência doméstico-familiar, estudada sob a égide do abuso sexual intrafamiliar, é comum a reação e questionamento do papel da mãe diante do quadro abusivo. “Lusting (1996) argumenta que estas famílias constituem uma unidade patológica e que os sintomas patológicos se refletem em desajuste que inclui todos os membros da família” (LUSTIG apud GIBETI, 2014, p 85)⁴⁸.

Alguns autores que estudam abuso sexual percebem a posição da mãe na teia incestogênia, sob ângulos diferentes: conivência, adaptação ao abuso/violência e cegueira materna. Não podemos negar que a reação e as falas das mães a que tivemos acesso, via depoimento dos peritos e das poucas

⁴⁸ Lustig (1996) sostiene que estas familias constituyen una unidad patológica y que los síntomas reflejan un desajuste que incluye a todos los miembros de la familia. (LUSTIG apud GIBETI, 2014, p 85)

vítimas que se submeteram à pesquisa, demonstra uma fragilidade desta mulher na hierarquia família e sutis traços de uma patologia social. Permanecer num processo abusivo é morrer junto com a filha. É adoecer. Os depoimentos dos profissionais que obtivemos revelam a reação de que algumas mães, demonstrando diferentes percepções que esta tem sobre a realidade vivida.

Algumas eu sei que é medo. Agora eu não entendo por que esse medo. Na época, quando eu tava estudando, eu tinha uma amiga que era casada e ela era, quer queira ou não era um estupro também que ela sofria do marido. Ela pesava acho que 40 quilos... 45 no máximo. Eu não sei dizer muito não, apesar que eu já tenho os dois meninos. Já devo estar com 50... 49, tudo bem. Mas ela era assim do meu tamanho, com 45 e meio... não 45 e meio fui eu que falei, ela tinha uns 40, 45, bem magrinha – o marido dela bem alto, forte, e pegava ela jogava ela na parede, jogava ela na cama, batia nela e não sei o que e violentava. Quer dizer, aquilo não era consensual. E a gente conversava muito com ela, eu era a mais revoltada da turma “isso é um absurdo. Vou denunciar e não sei que”. Eu sei que se acabou em meio ano. A gente conseguiu convencer ela a se separar, porque era realmente violência e não era brincadeira. Eu dizia assim: se você está no curso de psicologia, você está vendo tudo que a gente está vendo, a gente está vendo violência contra mulher direto, você está vendo tudo que você está sofrendo, é errado e você vai ficar calada? (Sandra- Assistente Social).(Sic)

A questão financeira entra como um obstáculo para a denúncia por parte da mãe. O aprisionamento da família sustenta-se no critério da dependência econômica e financeira, reforçando a visão patriarcal de que o homem figura como centro das decisões econômicas, muitas vezes impedindo as mulheres de buscarem alternativa de renda.

É um desespero que a gente percebe assim na... a gente lê na fisionomia, a gente aprende a lidar com essas questões e a gente via... O que eu observei principalmente nessa mãe era o medo. O medo... não era o medo – agora eu não estou falando do medo dessa conjuntura, que eu acabei o medo como se fosse o medo do companheiro. E esse caso que a gente recebeu não era nem o pai, ele não era pai, era o padrasto, o medo como se deixasse, se acusasse ia deixar e se deixasse ela não teria uma forma de sobreviver. Uma coisa meio louca pra gente que vê a coisa por outra perspectiva, da impotência que a mulher se sente num caso como esse. Como se ela não tivesse condição de sobreviver se saísse desse... desse relacionamento. O medo eu entendi dessa forma quando a

gente recebeu esse caso. Hoje essa criatura não vive mais com esse companheiro. E aí eu gostaria muito de saber qual era a visão que ela tem hoje – entendeu? Porque naquele tempo a gente percebia isso. E hoje ela não vive mais com esse companheiro. Eu não sei até que ponto...(Mazé - educadora social)(Sic)

Outro relato do profissional das unidades de atendimento reforça essa dependência econômica como elemento impulsionador do silêncio e da cegueira materna.

Às vezes a questão financeira pesa porque às vezes a gente vê uma mãe dessa que tem 2, 3, 4, 5 filhos. E de repente é o pai que está abusando de uma criança dessa ou de todas as crianças da casa. Por exemplo, uma mãe que tem cinco filhos e sabe que o pai está abusando de uma criança e aí eu vou denunciar meu marido. Meu marido é provedor da casa e, conseqüentemente, ele vai ser preso. Deveria, é o que deveria acontecer, tem de ser preso. “E aí? Como é que eu faço, como é que eu vou viver, eu não trabalho, eu trabalho em casa para cuidar das cinco crianças. Como é que eu vou alimentar essas crianças?” Às vezes tem o Bolsa Família “ah, mas tem o Bolsa Família. Mas a Bolsa Família a gente sabe que é um valor bem – como é que posso dizer – ajuda mas é um valor insignificante em muitos casos. Porque criança não só mama, criança não só toma leite, criança come, criança se veste, criança se diverte, criança adocece, então tem que pensar nisso. Eu acho que muitas vezes pode ser isso essa causa também, pode ser também a questão... pode ser até – eu posso até estar enganada – mas pode ser a questão de que “eu amo o meu marido independente de qualquer coisa e não vou sujar a barra dele. Eu prefiro ficar calada, conter essa violência intrafamiliar dentro de casa e não contar a ninguém”. (Sandra – Assistente Social).(Sic)

Nos casos de abuso sexual, pelo fato de acontecer no âmbito familiar e ter a dimensão de violação, favorece a manutenção do segredo, e aquilo que é proibido não deve ser revelado, como apresentou Simmel (2011). Porém, não dá para compreender esse segredo como algo que não esteja ao alcance dos demais parentes. Os comportamentos são modificados, os olhares, as falas e a estratégia para manter algo que, embora universal, democrático, recorrente não dever ser revelado aponta para o que Boltanski (2012) denominou de segredo de polichinelo, ou seja, é sabido, mas é negado. As condições que são montadas para colocá-lo como invisível e indizível são as mais diferentes possíveis. O grau de desaprovação dada pela regra social e

jurídica faz com que, mesmo no âmbito microsociológico, como é a casa, tal ato seja secretado e invisibilizado para o social. Boltanski (2012) traz o conceito de segredo de polichinelo para apresentar as impressões e justificativa do aborto por sociedades estudadas. Em seus estudos, argumenta como tal prática é conhecida ou efetivada, porém, dentro de uma condição de segredo diante das reprovações sociais.

Enfim, o grau de desaprovação expresso parece variar não somente conforme as sociedades, mas também em uma mesma sociedade, conforme as circunstâncias, em função de uma casuística que depende das características da cultura considerada. Por exemplo, geralmente, quando se suspeita de um incesto ou uma cópula com um animal (entre os índios navajos) ou, particularmente nas sociedades patrilineares, quando se presume que a mãe dará à luz a um bastardo, sobretudo – salvo nas sociedades que admitem a multipaternidade – quando a multiplicidade dos pais em potencial não permite identificar o verdadeiro pai e obrigá-lo a casar com a mulher grávida, ou ainda (entre os jívaros, como de resto em numerosas sociedades), quando se pensa que a mulher foi fecundada por um demônio e que ela dará à luz um monstro etc. A referência a essas circunstâncias atenuantes baseadas nas características do feto que, antes do aparecimento das técnicas modernas de imagens era uma incógnita, não deve, de resto, ser tomada de modo muito literal, como se estivesse ligada a provas específicas e controladas, mas, antes, porque delineia os contornos de um registro argumentativo mobilizável cada vez que se busca atenuar a reprovação ao aborto. Assim, o argumento de que uma mulher abortou porque a criança que traria ao mundo seria ilegítima (isto é, em muitas sociedades tradicionais, não teria tido nem nome nem parentesco) sempre tem algo que, pode-se dizer, “é evidente”, embora na prática existam frequentemente outras alternativas, como encontrar para a jovem grávida um marido que aceite assumir a paternidade da criança. (BOLTANSKI, 2012 p. 210-211).

Assim, como o aborto estudado por Boltanski (2012), com suas características como categoria sociológica de universalidade, reprovação e tolerância, o abuso sexual também vivencia tais características. Embora reprovável no contexto social e jurídico, quando acontece nas relações intrafamiliares, torna-se “tolerável” e se coloca como velado como segredo de família que, presa nas armadilhas do violador, teme também a reprovação social. Tais atitudes confluem para a criação de comportamentos maternos no sentido de negar o ocorrido ou de não fazer uma leitura real da violação,

desenvolvendo o que alguns estudiosos chamam de “cegueira materna”. Se, o que não é reprovável torna-se público e oficial, o que é reprovável entra para o campo do conhecimento oficioso. A relação entre o oficial e o oficioso, o saber público e o privado, as práticas sexuais regulares com pessoas externas à família e as práticas sexuais intrafamiliares condenadas geram o que Bourdieu (1999) denominou de oficial e oficioso, e tal prática, no caso do abuso sexual intrafamiliar, se apresenta como um “segredo de polichinelo”.

Porém, na maioria das vezes, é que se chama popularmente de “segredo de polichinelo”. Esse tipo de figura deve atrair nossa atenção para uma oposição que exerce um papel importante em relação a nosso objeto: trata-se da oposição – cuja análise foi particularmente desenvolvida na obra etnológica de Pierre Bourdieu, principalmente nos textos consagrados ao parentesco – entre o que concerne ao oficial, dotado de um caráter “público, solene, coletivo”, e o que, tangendo ao oficioso, é condenado a um modo de existência “vergonhoso”, até mesmo “clandestino”. Essa oposição pode dizer respeito à distribuição de diferentes tipos de ação ou diferentes formas de poder. (BOLTANSKI, 2012, p 213)

Um ponto de destaque para a criação da cegueira materna está substanciada no descrédito da fala da criança e adolescente, e, neste caso, percebe-se com Gabel (1997) como falar e ouvir sobre um assunto que está na ordem do interdito das proibições sociais causa um incômodo, a ponto de as genitoras não acreditarem. Neste caso, está também o enfrentamento desta mãe em não mais se perceber como objeto de desejo do marido/companheiro e este desejo ser deslocado para um outro membro da família.

Eu acho que ela não acreditava pelo fato de assim, algumas vezes a criança não tem credibilidade por quê? Por ser criança. Tem adultos que ainda pensam assim. No meu ver tem adultos que ainda pensam assim: ah é criança, não sabe o que tá falando. Então não leva a sério aquilo que o filho fala. Aí de repente quando vê, o problema já está instalado e ela se vê na situação “e agora o que é que eu faço”. Aí o tio já sabe, um avô já sabe e aí tem a denúncia, não tem como negar, mas muitas vezes ainda camufla. Mas mesmo com aquela prova cabal assim como aquela história que você falou, tem o exame, tem ali provado que aconteceu algo independente se concretizou ou não, mas que aconteceu algo e ela continua fingindo, realmente aí até uma mãe pode ser tratada também. Eu não

sei, acho que a palavra tratada não é a palavra certa, mas é pra ser cuidada, ouvida, observada porque de repente ela está sofrendo, tem algum problema e a gente não sabe. A gente não só pode tratar a criança nesse caso quando a gente pega uma família. O intuito da gente é tratar a família não é tratar o indivíduo, porque o indivíduo por si só a gente não tem como. Por exemplo, às vezes o problema de droga, é problema do indivíduo mas toda a família sofre não é? Então assim a questão do abuso não é porque é a criança que a gente só vai cuidar da criança, a gente tem que cuidar da criança, tem que cuidar da mãe, de repente os irmãos estão passando por isso também. (Sandra – Assistente Social)(Sic)

Um misto de revolta e culpabilização é visto em alguns relatos. É importante compreender que esta mãe, embora presente na cena incestogênica, visto que tal segredo estava circunscrito ao espaço doméstico, apresenta dificuldade de elaborar o ocorrido e de tomar partido, muitos elementos estão inseridos neste complexo abusivo familiar. “Um efeito da aplicação desta concepção teórica é a imputação da culpa à mãe por não aceitar e neutralizar o pai ou não satisfazê-lo (GILBERTI, 2014, p. 84)⁴⁹. (Livre tradução da pesquisadora)

Na época eu acho que minha mãe procurou ajuda com uma psicóloga, eu não sei se com alguém da família dele, alguma irmã dele ela procurou, mas aí eu acho que não acreditaram. Não acreditaram. A família não acreditou nisso.(Soraia, 28 anos – vítima/discente)

(...)

Na época eu conversei com minha mãe, falei pra ela. É... o casamento deles quase acabou, assim de que ele ia embora aí depois acabou que não foi. Minha mãe perdoou e continuou. Aí parou um tempo, depois voltou novamente. E assim... não sei como era... Às vezes eu queria falar também e tinha medo de falar de novo pra minha mãe e magoar e acabar o casamento deles. E... nunca houve de fato o ato, nunca aconteceu. Mas era uns carinhos diferentes que tinha, passava a mão. E foi assim. E infelizmente passou por esse tempo, eles ainda continuaram casados. Se separaram, eu acho que eu já tinha uns 18 anos, não por isso, mas por outras coisas. (Soraia, 28 anos – Vítima discente).

(...)

Eu falei com a minha mãe, eu lembro que eu tava... que eu era assim muito criança, né? Eu lembro que eu tava indo pra escola, ela tava indo me deixar na escola e eu falei, relatei pra ela dentro do ônibus. Nesse dia, eu até nem assisti aula. Aí falei pra ela que ele tava fazendo isso. E ela... eu não sei o que

⁴⁹ Un efecto de la aplicación de esta concepción teórica suele ser la culpabilización de la madre por no acertar a neutralizar al padre ou a satisfacerlo. (GILBERTI, 2014, p. 84)

foi que ela conversou com ele, o que eles... Mas ele... ela continuou casada com ele. (Soraia, 28 anos – Vítima discente)(Sic)

A estrutura de poder construída socialmente sobre a figura paterna revela, mesmo numa situação de abuso, o reverso, ou seja, a vítima se culpabiliza, demonstrando a dificuldade em dissociar o pai perverso do pai referência. Percebemos, com isso, que a gênese do pacto do silêncio se consubstancia na ideia da manutenção da família como núcleo estruturador dos indivíduos. Sendo assim, revelar seria apresentar uma quebra do imaginário social do conceito de família. Por outro lado, o pacto de silêncio se estabelece como um dispositivo de poder e será retroalimentada na família, como estratégia de manter o ciclo abusivo familiar, representando nitidamente um poder de gênero, visto que a incidência da violência sexual/abuso sexual encontra como locus privilegiado os corpos femininos. Por outro lado, estabelece a construção de um segredo familiar que se estrutura na relação vítima e abusador, na eterna tensão entre a manutenção do segredo e a possibilidade de sua revelação.

Para as vítimas, o seu corpo passa então a ser lido como objeto natural do desejo do outro, cabendo aceitar sua condição, não contrariando a ordem de poder estabelecida, uma vez que, por trás de toda lógica de dominação, ainda se ancora a simbologia do pai referência, ou dito de outra forma, a construção dicotômica do amor/ódio pelo ícone de representação natural de referência que é a “figura paterna”. (Grifo da pesquisadora)

Neste ponto, é essencial para enfatizar o efeito do constrangimento enfrentado pela menina, que se sente culpado e responsável pelo que aconteceu, uma vez que as experiências perceptivas formalizaram uma aprendizagem que a conduz a verificar uma convicção que o imaginário social propõe: as mulheres são aqueles que provocam. Desde a gênese assumimos essa história como se ocorrido no mito bíblico acunhasse definitivamente, e desde a infância, a inevitabilidade deste posicionamento sedutor da mulheres. A eficácia da sedução do gênero somente é autorizada pelo gênero masculino desde o momento em que o homem está disposto a consenti-lo. (GILBERTI, 2014, p.122)⁵⁰.

⁵⁰ En este punto es imprescindible subrayar el efecto de la vergüenza que padece la niña, que se siente culpable y responsable por lo sucedido, puesto que las experiencias perceptuales formalizaron un aprendizaje que la conduce a verificar una convicción que el imaginário social propone: la mujeres son

A vergonha associada à culpa é expressiva na fala de uma das vítimas entrevistadas. Em alguns casos a própria mãe condena a filha pelo ato sofrido. Essa agressão física deferida pela mãe da Vítima Ana demonstra a dificuldade em tematizar tal situação, então a negação e a tentativa de anular tal realidade são utilizadas muitas vezes contra a vítima e não contra o agressor. “Aliás, é por ser provavelmente deixada à sombra que essa prática pode se manter em uma posição ambígua, sem que a tensão, entre o aceitável e o proibido, seja forte demais. Enquanto possibilidade, se evita falar dele. Já sua prática é, no mais das vezes, dissimulada, mas de maneira que oscila entre a clandestinidade propriamente dita (...)” (BOLTANSKI, 2012. p. 220)⁵¹.

Eu disse a minha mãe que meu pai tava mexendo comigo. Disse uma, duas, três vezes, aliás muitas vezes e sabe o que ela fez? Me deu foi uma surra disse que eu deixasse de dizer safadeza.(Vítima Ana – 13 anos)(Sic)

Boltanski (2012), em seus estudos sobre o aborto, mostra como se apresenta a assimetria entre o conhecimento oficial e o oficioso, com conteúdos da realidade social, levando tais conteúdos a se posicionarem numa ambiguidade, de modo a se encerrar num segredo conhecido de todos, porém, sob uma forte pressão de anonimato e negação: o que não é bem dito deve ser não dito. Tal situação encontra-se, inclusive, nas recusas das vítimas que entrevistadas que, ao final da entrevista, pediram para que esta fosse apagada.

Aquilo que é melhor ignorar é, primeiramente, o que se desaprova ou, no mínimo, o que se julga não ser um bem, mesmo não podendo mudá-lo; sendo mais preciso, pressente-se que os esforços para mudá-lo fariam mais mal do que bem. Portanto, a defasagem entre o oficial e o oficioso, entre o que é bom dizer e o que é melhor calar, se deveria mais a uma idealização de certas formas do bem e a uma hierarquização implícita de diferentes tipos de males, que leva a optar por uma lógica do menor mal, do que a um diferencial de informação (embora, de tanto não querer ver, se acabe ignorando realmente aquilo que se evita), de conhecimento ou de

las que provocan. Desde el Génesis asumimos esa historia como si lo ocurrido en el mito bíblico acuñase definitivamente, y desde la niñez, la inevitabilidad de este posicionamiento seductor de las mujeres. La eficacia de la seducción del género solamente es autorizada por el género masculino desde el momento en que el varón está dispuesto a consentirlo. (GILBERTI, 2014, p. 122).

⁵¹ BOLTANSKI refere-se a posição ambígua e sombria com a qual o aborto é tratado, mas tal situação ambígua também se encontra nos casos de abuso sexual intrafamiliar.

consciência. Isso vale, particularmente, para todas as situações que encerram uma contradição cuja explicitação levaria a reconsiderar uma ordem social com a qual, por uma razão ou outra (inclusive razões atinentes a efeitos de dominação), se mantém uma ligação (apesar de seus defeitos considerados “inevitáveis”), para mudá-la mais ou menos radicalmente, (o que, quase sempre, parece impossível ou pior do que o mal que se busca curar), ou para enfrentar sua própria impotência e a ambivalência de seus próprios desejos. (BOLTANSKI, 2012, p. 222).

Scheff (2016) aponta a vergonha como uma emoção própria do *self* e da sociedade em que os indivíduos, a partir da quebra de um modelo a ser apresentado de comportamento, dito socialmente aceito, utiliza de estratégia para camuflar a transgressão. “A vergonha é indicada em diferentes níveis de intensidade e de duração pelo uso dos termos embaraço ou constrangimento (fraca e passageira), vergonha, mas forte e mais durável, e humilhação, (poderosa e delonga duração) (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 86).

Na relação familiar, os papéis são socialmente definidos. Então o ideário de cuidado, proteção, amor faz parte da constituição, no campo ideal, de comportamento que os pais devem ter com seus filhos. O afastamento desses comportamentos, ditos socialmente aceitáveis, gera um mal-estar social levando justiça a ser acionada.

A menina cresceu, incorporando uma ligação, de acordo com padrões culturais básicos, incluía a ideia e a experiência do pai; quase certamente, deve ser acompanhada pela transmissão de respeito ou medo deste indivíduo, experiências e convicções que geralmente vem da mãe (no mesmo tempo transunta seu desejo em direção enquanto masculino) e outros irmãos mais velhos, bem como o reconhecimento da função parental associada com o cuidado e amor. (GILBERTI, 2014, p. 115)⁵².

As fases de descoberta do corpo infantil são permeadas por eroticidade (zonas erógenas) que vão se despertando à medida que a criança descobre seu corpo. Esse despertar, embora natural, nem sempre é interpretado pelo “homem” como autoconhecimento da criança, no qual se descobre e descobre o mundo. Muitas vezes, tais manipulações são

⁵² La niña creció incorporando un vínculo que, de acuerdo con pautas culturales básicas, incluyó la idea y experiencia de padre; ésta, casi con seguridad, debió ser acompañada por la transmisión de respeto o de temor hacia ese individuo, vivencias y convicciones que habitualmente proviene de la madre (que al mismo tiempo trasunta su deseo hacia el en tanto varón) y de otros hermanos mayores, así como el reconocimiento de la función parental asociada con el cuidado y el amor. (GILBERTI, 2014, P 115)

compreendidas sob a égide da eroticidade racionalizada. A relação incestuosa pai/filha, a investida do adulto ocorre paulatinamente, produzindo, com tais atos, uma lógica de relação natural. Desta forma, a criança não apreende esse processo como violação. Até, porque a figura da investida é o pai dotado de predicativos tais como: cuidado e proteção. Então, quem protege e cuida não viola ou, ao menos, não deveria. A prática do abuso incestuoso demarca que o processo de domesticação da sexualidade estudado por Godelier (1996) não se concretizou e a separação entre sexualidade, numa conotação de reprodução e “sexualidade desejo”, não se consolidou no ambiente familiar.

O “desejo” fica “desatrelado parcial ou completamente do processo da reprodução da espécie” (p. 29). Imperativa, fundamentando sua realização na força, tal sexualidade, que “não tem em si mesma sentido social” (p.30), é um fator permanente de violência, de desunião e de desordem (Godelier encontra aqui, por outra via, a história de origem contada por Freud). O “trabalho de domesticação” dessa sexualidade (Godelier fala ainda de “inflexão da sexualidade”) se desenvolve no seio da família ao longo da primeira educação das crianças que, forçadas a renunciar a se apropriar sexualmente dos seres presentes em seu círculo familiar (pai, mãe, irmão, irmã, sejam eles membros de outro sexo ou do mesmo sexo, mas também animais domésticos), são assim incitadas a ir procurar no exterior objetos suscetíveis de saciar seus desejos sexuais (p. 34). (GODELIER, 1996 apud BOLTANSKI, 2012, p. 234).

Então, essa domesticação da sexualidade fortaleceria a estrutura de parentesco a partir da constituição da filiação e da aliança possibilitando o exercício da sexualidade dentro de uma perspectiva oficial, salutar e socialmente correta. Controlado os desejos sexuais no âmbito da filiação, possíveis alianças com o mundo externo podem ocorrer atrelando o biológico ao social.

Godelier desenvolve a ideia de uma ligação necessária entre a exigência de procurar objetos sexuais fora do círculo familiar – que está na origem do parentesco – e o processo de singularização dos indivíduos. Com efeito, diz o autor, se “a proibição de encontrar um parceiro entre os seus (...) se aplica geração após geração, então o indivíduo, como a sociedade, se encontram na obrigação de identificar e de memorizar o que lhe diz respeito e é idêntico a si e o que não é, de guardar a memória dos homens e das mulheres de quem cada um

provém, identificando os indivíduos e os grupos com os quais se poderá ou deverá doravante se aliar” (p. 36). Em um mundo social, como o dos chimpanzés (que, diz Godelier, conforme os dados etológicos disponíveis, é próximo daquele que conheceu a “humanidade primitiva”, p. 24), organizado em “bandos”, sem divisão sexual do trabalho nem relações sexuais proibidas, o esforço da identificação dos singulares não teria nenhuma razão de ser levado além do que é necessário para manter um apego transitório entre um macho e uma fêmea e uma fêmea e seus filhotes. (GODELIER apud BOLTANSKI, 2012, p. 235)

É comum, no processo de formação e socialização da criança, a ênfase nos cuidados com os estranhos. Então, não fale com estranhos, não brinque, não receba nada, não deixe que estranho toque em você, permite no imaginário da criança reforçar o interdito com o “outro/estranho” como pontua Gilberti (2014).

Diante da conduta do pai - que pode parece estranho para a menina ou ela pode naturalizar seguindo as indicações de seu progenitor - a transmissão de padrões culturais que aprendeu entra em curto-circuito. Então, a menina deverá empreender a criação de uma nova matriz de afeto que entrará em contradição com o que aprendeu como função original do pai, a que ele conheceu quando bebê. (GILBERTI, 2014, p. 116)⁵³.

A partir desta constatação, há um deslocamento do pai referência para o pai abusador/perverso, necessitando a construção ou reconstrução de uma nova imagem superposta á imagem original. O pai superposto dá lugar ao pai original, como explicitado por Gilberti (2014)

Ao mesmo tempo, começa a compreender que, a partir dessa relação, ela significa "outra coisa" para ele, o respeito que sucedia entre ambos anteriormente. Ao objeto de amor, o pai, com o qual havia construído um vínculo de parentalidade filial, o sucede agora a presença de outro sobreposto ao original que, si anulam, impregna suas condutas com atividades corporais e processos de

⁵³ Ante a conduta del padre – que puede resultar extraño para la niña o que ella puede naturalizar siguiendo las indicaciones de su progenitor -, la transmisión de las pautas culturales que aprendió entra en cortocircuito. Entonces, la niña deberá emprender la creación de una nueva matriz de afectos que entrará en contradicción con lo aprendido como función padre-original, la que ella conoció siendo una beba. (GILBERTI, 2014, P 116)

amendrontamento e sedução que até este momento eram desconhecidos para ela. (GILBERTI, 2014, p. 116)⁵⁴.

Na percepção da Vítima discente (Soraia) é possível inferir a ambiguidade em lidar com o pai referência e o pai transgressor. Embora haja, no campo emocional/social, o desejo de interdito da violação, as repercussões que a interdição no âmbito social e jurídico possam acarretar levam a vítima a retroceder na denúncia.

Não. Porque por mais que eu tivesse esse nojo, eu não quisesse tá perto dele, mas eu também não imaginaria ele preso. Não imaginaria eu ser a... tipo a... a causadora, né?, da prisão dele. Eu decretar a prisão do meu pai. Isso aí eu... eu não... não imaginava, não conseguia fazer... ir atrás. Mas assim, na minha adolescência eu me abri com umas colegas. Eu acho que foi uma prima minha, e teve uma amiga minha também que eu me abri e falei. Eu me abri com elas. Eu acho que nos meus 14, 15 anos eu consegui, foi as primeiras pessoas assim que eu consegui expor o que tinha acontecido.. (Soraia, 28 anos – vítima/discente)(Sic)

O tipo de carinho é percebido pelas vítimas, essas não sabem, de acordo com a idade, nomear a intencionalidade de carinho, mas percebem mudanças significativas. Isto é bem enfatizado nos depoimentos.

Noutro depoimento, os carinhos saem da conotação de brincadeira e tomam outra direção, expressando novas intencionalidades na investida por parte do pai ao corpo da criança/vítima.

Eu era pequena, sabe. E ele, meu pai brincava de cheirar minha barriga, fazendo cócegas. Mas, ele fazia isto também com o meu irmão. A gente morria de rir, dava vontade de rir. Ele passava a barba nos pés, na barriga da gente. Mas, depois eu percebi que ele passava também em partes diferentes. Assim, como eu posso dizer... assim nas minhas partes e demorava e eu achava estranho. (Vítima Joana - 11 anos)(Sic)

A mudança do tipo de afeto perpetrado pelo pai à filha/vítima promove o que Gilberti (2014) denominou de curto-circuito emocional, a

⁵⁴ Al mismo tiempo, comenzará a comprender que, a partir de esta relación, ella significa “outra cosa” para él, respecto de lo que sucedía entre ambos anteriormente. Al objeto de amor, el padre, con el cual había construido un vínculo de parentalidad filial, le sucede ahora la presencia de un outro *superpuesto* sobre el original que , sin anularlo, impregna sus conductas con actividades corporales y procesos de amedrentamiento y seducción que hasta ese momento eran desconocidos para ella. (GILBERTI, 2014, P 116)

compreensão do tipo de afeto apreendido no seu universo cultural familiar, diante de novas manifestações de uma nova matriz de afeto que passa a ser internalizada, agora saindo do campo do amor para o da transgressão. Embora ocorra estranheza, o fato dessa nova matriz de afeto ser apresentada pelo pai, divide a vítima, pois, num primeiro momento, não é possível dissociar o pai referência do pai violador. Este conflito, entre o pai referência e o pai violador, pode desencadear, na criança, a criação do pacto de silêncio dado o choque e conflito de emoções que vivencia e a que se submete.

É possível supor a queda de alguns dos primeiros sentimentos de amor e confiança em relação ao pai e o aparecimento de buraco, um vazio, no lugar deles. o suporte emocional que de acordo com as normas da família se haviam estabelecido entre a menina e o pai intensificará sua tonalidade segundo tenha sido a existência da lógica pré-incesto mencionada, tanto se admite como natural o que ocorre ou o rechaça. Qualquer destas respostas estará relacionada com o maior ou menor sofrimento que o abuso físico e psíquico produza (GILBERTI, 2014, p. 118)⁵⁵.

A quebra do ideário promove um vazio de sentimentos sobre a figura paterna, associada à imagem de pai protetor. Este vazio é aumentado na mesma proporção que o sentimento anterior vinculado ao amor que existia. Assim, substitui o amor do pai idealizado por um sentimento lacunar.

Não, eu não sei se era um sentimento de culpa, mas era um sentimento horrível de... era um sentimento muito ruim. Eu não sei explicar que tipo de sentimento era esse. Era um sentimento de... não sei... De alguma forma eu queria ter um pai de verdade, um pai. Que o pai é aquele que... que acolhe, que protege. E se ele, o meu próprio pai tava fazendo isso comigo, que era quem devia me proteger! É um sentimento de... de abandono, de... de injustiça. Era esse sentimento que eu tinha de abandono mesmo, de descaso, de descuido.(Soraia, 28 anos – Vítima discente)(Sic)

⁵⁵ Es posible suponer la caída de algunos de los sentimientos tempranos de amor y confianza en relación con el padre y la aparición de un hueco, un vacío, en el lugar de ellos. El soporte emocional que de acuerdo con las normas de la familia se había establecido entre la niña y el padre intensificará su tonalidad según haya sido la existencia de la lógica pre incesto mencionada, tanto si admite como natural lo que ocurre o lo rechaza. Cualquiera de estas respuestas estará relacionada con el mayor o menor sufrimiento que el abuso físico y psíquico produzca. (GILBERTI, 2014, P 118)

Noutra passagem, é possível verificar a passagem do sentimento de amor para uma lacuna sentimental. Morre o pai simbólico, e permanece o pai legal juridicamente. Como a vítima não pode livrar-se objetivamente do abusador, ela constrói mecanismos de convivência e redireciona a matriz de sentimento e relação social nesta nova conjuntura de violação.

Eu nem sei explicar Beth, eu tenho um sentimento de... eu não consigo ter amor por ele ainda. Eu não consigo. Ele me pediu perdão, conversou comigo, me pediu perdão. Eu vim falar com ele agora né um mês ou dois meses atrás que eu vim voltar a falar com ele. E ele me pediu perdão e eu perdoei. Agora, o sentimento de dizer assim que eu tenho sentimento de amor eu não tenho. Não tenho esse sentimento.(Soraia, 28 anos – Vítima discente)(Sic)

Às vezes a dificuldade de destruir e acabar com a violência é revertida para a própria vítima como tentativa de livrar-se desse ciclo vicioso. No depoimento da vítima Joana (11 anos) esta carga de sentimento fica mais explicitada.

Lá na minha casa tem muitos ratos, que a gente mora num lugar assim como dizer... da periferia, perto da linha do trem, onde tem um lixão. Aí eu pensei vou matar ele, vou botar veneno de rato no comê dele; depois eu pensei, mas ele é meu pai, não deveria fazer isto comigo. Aí eu pensei vou me matar... só não fiz isso porque conversei com a professora da escola e aí ela falou pro pessoal do Conselho Tutelar, para a minha mãe e aí nós estamos agora aqui. [referindo-se ao atendimento do CREAS]. (Vítima Joana - 11 anos).(Sic)

Essa substituição de sentimentos é perceptível nas falas das vítimas pesquisadas, durante as entrevistas. As falas, os gestos, o corpo revelavam, na sua dinâmica, a dificuldade de expressar esse sentimento. A construção de uma nova matriz de afeto ou desafeto era exposta com alguns choros, embargo da voz e sudoreses, apresentados pelas depoentes, no momento da entrevista.

O poder paterno, subsidiado pela lógica patriarcal, é reforçado no silenciamento e aprisionamento da vítima para incorporar um sentimento de cúmplice e protagonista de uma cena proibida.

O mandato de submissão - que se constrói não só corporalmente, mas combina com o silêncio que o pai exige da menina e que se transforma em cumplicidade - contradizendo a dos mandatos da cultura que o mesmo pai transgredi, convertendo-se a filha em protagonista de uma cena proibida.(GILBERTI, 2014, p. 118)⁵⁶.

Em muitos casos, a sensação de culpabilização recai sobre a vítima envolvida nesta trama. A convulsão de sentimentos tem levado algumas vítimas a manterem o ato incestuoso como sendo ele a única forma de expressão que este pai pode estabelecer com ela de afeto, de carinho.

Uma vertente complexa se abre na trama afetiva da menina: ela espera ser amada por seu pai e o ama. Teme, como qualquer criatura, perder esse amor e adverte que se ela não transige com as propostas e condutas do pai se arrisca a ponto dele deixar de amá-la; daí que as vezes aceita a transação incestuosa como garantia de manter o amor paterno. (GILBERTI, 2014, p. 118)⁵⁷.

O domínio do corpo feminino é reforçado por uma ordem patriarcal e misógina. E muitas vezes expressa em tom de brincadeira na relação pré-incestuosa entre pai/filha, quando este diz que alguma parte do corpo da filha é dele (pé, mão, a barriguinha, o “piu-piu”. Grosman e Mesrterman, analisando três histórias de relações incestuosas, contam que " os pais incestuosos se consideram com direito legítimo de possuir "suas" filhas e que elas lhe pertencem. (Gilberti, 2014, p.119)⁵⁸. Como é apresentado na fala da vítima Rosana (15 anos).

Minha mãe não percebia nada. Achava que tudo era brincadeira. Eu também achava. Nunca eu iria pensar que essas brincadeiras que ele tomava comigo era com outra intenção. Uma filha não pensa isso nunca. Tipo assim: ele dizia desde quando eu era criança: de quem é esse pezinho, essa barriguinha, esses olhinhos é tudo do papai. Depois ele

⁵⁶ Ese mandato de sometimiento – que se construye no sólo corporalmente, sino que se aúna con el silencio que el padre exige de la niña y que se transforma en complicidad – contradice la aceptación de los mandatos de la cultural que el mismo padre transgrede, convirtiéndola a ella en protagonista de una escena prohibida. (GILBERTI, 2014, P 118)

⁵⁷ Una vertiente compleja se abre en la trama afectiva de la niña: ella esperó ser amada por su padre y lo ama. Teme, como cualquier criatura, perder ese amor y advierte que si ella no transige con las propuestas y conductas del padre se arriesga a que éste deje de amarla; de allí que a veces acepta la transacción incestuosa como garantía de mantener el amor paterno. (GILBERTI, 2014, P 118)

⁵⁸ Grosman y Mesrterman, al analizar três historiales de relacionaes incestuosas, acotan que “los padres incestuosos se consideran con legítimo derecho a posee a ‘sus’ hijas en tanto ellas le pertenecen” (Gilberti, 2014, p.119)

continuou e dizia também com minhas partes. Todo mundo dava risada, achando que era brincadeira. Eu nunca iria pensar que um dia isso fosse virar para outro lado. Como assim, se diz, vira para o lado de desejo, de homem, de tara. (Vítima Rosana, 15 anos)(Sic)

A relação do pai com a filha não é centrada apenas na ideia de um corpo feminino, mas um corpo feminino humano e manipulável. Tais elementos constituem o prazer na relação incestuosa. Esta percepção reflete a ideologia patriarcal no que diz respeito ao gênero feminino e sua subordinação ao homem. Se o corpo fosse tomado como máquina, o desejo desse pai seria desviado para novo objeto de prazer. A violência de gênero apresenta-se assim como o fio condutor da trama violenta cometida contra as vítimas, no espaço intrafamiliar.

O incesto transparece uma relação entre o gênero em que o prazer é obtido devido à humilhação da vítima; diferenciando-me de outros autores, penso que menina/filha não é representada pelo pai como se fosse uma coisa. Pelo contrário, é uma pessoa que ataca, seduz, viola ou aterroriza; se a trata como objetos não encontraria o prazer que constrói numa experiência com a menina, que quase sempre dura anos. (GILBERTI, 2014 p. 121)⁵⁹.

O ato abusivo se revela para um corpo que não é tomado como objeto em si, há um desejo sobre este corpo e, diante deste desejo, estratégias não utilizadas de modo a garantir a efetivação da violência e sua manutenção na seara do silenciamento. Isto foi explicitado no relato da vítima Mariana (17 anos), quando fora questionada sobre sua virgindade e qual o objetivo de não ter mantido relações sexuais ainda.

Era. Também quando eu tava indo no carro com ele pro sítio que ele disse que ia pegá coco, ele ficou falando assim: você tem namorado? Aí eu peguei disse “tenho não”. Ele disse: mas tá ficando? Eu disse “eu não”, aí ele pegou e disse: e tu vai guardá esse bichilengo aí pra terra é, comê? Eu disse “não, por quê?” Ele disse: “Já era pra tê dado faz tempo”, eu disse “eu não dei porque eu não quero dar ainda”. Aí ele sempre falava

⁵⁹ El incesto transparenta una relación entre los géneros en la que el placer se obtiene e debido a la humillación de la víctima; diferenciándome de otros autores, pienso que la niña/hija no es representada por el padre como si fuese una cosa. Por el contrario, es una persona a quien ataca, seduce, viola o aterroriza; si la tratase como objetos no encontraría el placer que construye a expensas de la niña, casi siempre durante años. (GILBERTI, 2014 p 121)

esse negócio comigo, isso aí ele falava, era pra eu ter percebido quando ele falou no carro, mas não percebi nada. Aí ele sempre falava isso, eu nem liguei. Quando foi lá no sítio que ele tava por cima de mim ele ficou dizendo “você já vai fazê 17 anos, dia 10 agora você vai fazê 17 anos, aí você vai guardar isso pra terra comê é e não sei que, aí ele ficou dizendo: vô fazê você de mulher agora. Aí eu fiquei chorando “mas eu não quero não, mas eu não quero não”. Aí ele pegô e fez mesmo. (Vítima Mariana – 17 anos)(Sic)

Assim, nessa trama incestuosa, estratégias são criadas para manter o silêncio. Por parte do abusador, as frequentes ameaças, a normalização dos seus atos ou a oferta de dinheiro são mecanismos utilizados como forma de calar e garantir a recorrência do abuso. Por parte da vítima, os condicionantes para o silenciar se apresentam mediante o medo de ampliar o conflito familiar, o medo de represálias por parte do violador à família ou a não credibilidade na fala da vítima e a vergonha social que tal ato acarreta para o cenário social. Então são comuns atitudes de rebeldia por parte da vítima, como estratégia de fugir ao círculo abusivo. O ato de sair de casa, de se associar a grupos tidos como perigosos, de investir num mundo paralelo e marginal foram encontrados em alguns depoimentos.

Se masturbava em cima das crianças, tentar o sexo anal com a pequeninha que tinha comprometimento mental, abusar, fazer com que o filho homossexual e a mãe tivessem relação na frente dele, provavelmente já teve relação com a mais velha de 16 anos. Ela veio ser atendida aqui, era muito rebelde, e ela não falou, não admitiu de jeito nenhum. Só depois é que tomamos conhecimento dos abusos sofridos pelos outros filhos. (Laura, Assistente Social)(Sic)

Noutro depoimento, percebe-se o fato de se associar a grupos “marginais” como estratégia de segurança.

Já, quando comecei com 9 anos de idade, comecei com 9 anos... eu não sei... certamente pela minha imaturidade, né?, como criança eu não sabia o que reagir, com quem falar, o que fazer. Eu não sabia. Eu só queria desaparecer daquela situação, fugir daquilo ali. Era a única coisa que eu queria.

(,,)

Foi. E eu queria estar fora de casa, só queria estar fora de casa. Não queria estar em casa (INAUDÍVEL)... não só por questão disso, mas também porque o lar da gente era um lar

muito atribulado, muita discussão. Não era um ambiente gostoso de... de estar que deveria ser não é? Na minha casa, no meu lar, mas não era.

(...)

É, não mexe comigo. É tanto que eu só procurava estar assim, perto de pessoas que eram temidas pela sociedade. Eu queria estar perto dessas pessoas.

(...)

Eram pessoas perigosas mesmo que roubavam, que... as pessoas tinham medo onde eles chegavam, pessoas más. Eu andava com esse tipo de pessoas. Cheguei andar um tempo.

(...)

Eu me sentia ali importante ali no meio deles. Eu me sentia importante. É como se eu tivesse ali, ninguém fosse mexer comigo quando eu tivesse com eles. (Soraia, 28 anos – Vítima discente)(Sic)

Estratégias para se livrar da violência são elaboradas pelas vítimas, mesmo que tais opções as levem a viver sob novas formas de violência. O envolvimento com grupos de rua, o uso de drogas, a convivência com a transgressão extramuro apresentam-se como escape da violação intramuros.

A mais velha ela se revoltou de uma forma que ela foi a primeira a sair. Fugia de casa, começou a se envolver com drogas, depois foi institucionalizada. O outro segundo o mais velho viu: eita! Ela saiu, eles tinham contato, então eu vou sair também. Aí (CONTINUA FALANDO MUITO BAIXO)... Só que esse era agredido porque ele era homossexual e o pai não aceitava, então ele apanhava quase todos os dias por causa disso. E ele é muito feminino. O pai não aceita de jeito nenhum. E foi nesse contexto, depois de 8 anos que ele pediu para sair, ele não aguentava mais aquelas situação. (...) Camila já evadiu algumas vezes, foi até para Natal, Recife com o grupo, voltou, encaminhamos até para não engravidar, ela não engravidou, aí ela foi para um abrigo que é bem afastado – eu esqueci o nome – e parece que agora as coisas estão melhores. E ela tem muito poder de influência também sobre os irmãos. (Laura – Assistente Social)(Sic)

Embora as filhas, vítimas abusadas, sejam pessoas e não objetos, portanto, dotadas de racionalidade, estas se apresentam como descreve Gilberti (2014), como sujeitos assujeitados ao desejo do outro, contribuindo para um bloqueio da racionalidade da vítima no sentido de elaborar pensamentos para sair da teia incestuosa. Neste sentido, este potencial racional nem sempre se reflete em atos e, principalmente, quando estes atos devem estar associados a um interdito diante de ações violadoras. Sua racionalidade difere sobremaneira de uma pessoa adulta.

Porque eu tinha ele como um pai, sabe? Aí quando a pessoa lembra disso é muito ruim. Porque eu tinha ele como tio, como pai, porque lá em Campina, no Dia dos Pais, eu tinha uma declaração pra ele num papel bem bonito e lá dizendo: Pai eu te amo. Obrigado por tudo. Eu sei que o senhor não é o meu pai de sangue, mas é o meu pai de criação. É o senhor que cuida de mim e sempre vai cuidar agora. Aí a pessoa lembra disso e fica pensando que nada aconteceu, mas aconteceu. Aconteceu e a coisa mais pior que tem é a minha tia ficar contra mim, dizer que em mim não acreditou, acreditou no marido dela. Acreditou. O que mais dói é saber que minha tia não tá acreditando em mim e ficou dizendo que ia me matá se o marido dela descesse pro Roger. (Vítima Mariana, 17 anos).(Sic)

Em casos de abuso sexual, o que se evidencia não é uma aceitação da vítima às violações. A permissividade pela continuação do ato, bem diferente da leitura de senso comum, apresenta-se como estratégia de respostas a tal violência, muitas vezes associada à ideia de manter-se viva ou manter o elo familiar. Não há um consentimento como podem advogar alguns profissionais ou o senso comum. O que ocorre é uma estratégia de suportar a violência, ou seja, o melhor a fazer é calar.

Podemos conjecturar que a pulsão que define esta forma de mudez auto imposta se alinha com o fantasma que a figura do pai proporciona; fantasma em tanto e em quanto ela está sobre a tutela da figura paterna e em seu lugar aparece uma figura onipotente e aterrorizante que pode convertê-la em vítima. Mudez que a pulsão de auto conservação promove e que acompanha a necessidade de não pensar nas experiências vividas pelas meninas e as que virão. (GILBERTI, 2014, p. 125)⁶⁰.

O depoimento da vítima Mariana (17 anos) revela que a aceitação ocorre muitas vezes como estratégia de evitar violências maiores, como a fatal.

⁶⁰ Podemos conjecturar que la pulsión que define esta forma de mudez autoimpuesta se enlaza con el fantasma que la figura del padre proporciona; fantasma en tanto y en cuanto ella queda privada de la función tutelar de la figura paterna y en su lugar aparece una figura onnipotente y aterrorizante que pudo convertirla en víctima. Mudez que la pulsión de autoconservación promueve y que acompaña a la necesidad de no pensar en las experiencias vividas y las que la niña presente por venir. (GILBERTI, 2014, P 125)

Eu iria, porque desde a hora que ele fez isso comigo ele acabou com a minha vida, porque ele ficou dizendo: você agora é minha mulher. Você vai todo sábado lá pra minha casa, quando eu falar, dizer: eu vou levar você, aí você já vai saber que vou trazer você aqui pro sítio. Aí depois que eu levo você pra casa. Aí eu fiquei concordando dizendo que sim com medo dele fazer mais alguma coisa comigo. Porque na hora eu vi no olhar dele que ele ia me matar ali. Aí tudo que ele tava fazendo, fiquei dizendo: tá bom, tô gostando, com medo que ele quisesse fazer mais alguma coisa comigo. (Vítima Mariana, 17 anos).(Sic)

Numa outra passagem da obra de Gilberti (2014), é explicitada a relação contraditória entre consentir e suportar, tal singularidade nos ajuda a compreender como a mudez se estabelece, por que o não gritar, o não buscar ajuda externa, por que calar-se diante de tanta atrocidade.

É inevitável fazer a diferença que existe entre suportar a violência que significa ser vítima de um incesto e a aceitação da mesma; a distância entre suportar e aceitar é tão significativa e inquietante o descuido que existe na literatura acerca desta matriz fundante das vivências das meninas/crianças. Supondo-se que a ligação incestuosa poderia levar a algumas meninas a aceitar a relação com o pai, não se segue a partir deste fato de que isso está acontecendo com todas, o que fala de suportar. E deve respeitar os sentidos que diferenciam o consentir do suportar. (GILBERTI, 2014, p. 130)⁶¹.

Assim, Gilberti (2014) nos brinda com uma rica leitura acerca da estratégia de suportar o abuso como meio de se manter viva e livrar-se logo do abusador. Uma vez satisfeito, ele poderia liberar a vítima e deixá-la em paz. Na fala de Soraia, essa estratégia de suportar representa bem a forma como a vítima, em sua fase pré-adolescente conduzia o abuso e se manteve viva.

Era. Eu não tinha nem reação na hora, eu ficava dura, do jeito que eu tava lá eu ficava, me fazia que tava dormindo, só que eu não tava dormindo, e só queria que aquilo ali acabasse logo e que ele fosse embora. (Soraia, 28 anos – Vítima discente)(Sic)

⁶¹ Es ineludible marcar la diferencia que existe entre soportar la violencia que significa ser víctima de un incesto y la aceptación de la misma; la distancia entre soportar y aceptar es tan significativa que resulta inquietante el descuido que existe en la literatura acerca de este matiz fundante de las vivencias de la niña. Suponiendo que el vínculo incestuoso pudiera conducir a que algunas niñas llegaran a aceptar la relación con el padre, no se deduce de este hecho que así suceda con todas ellas, que hablan de soportar(lo). Y es preciso respetar los sentidos que diferencian el consentir del soportar. (GILBERTI, 2014, P 130)

Além do mais, o arcabouço patriarcal, no qual as vítimas pesquisadas se inserem, reforça esse ideário do uso do seu corpo. O imaginário das violações próprias do patriarca sobre as mulheres e sua sexualidade leva as vítimas a se sentirem pertencentes ao dominador.

A impossibilidade de exigência que tem em conta sua inocência (devido à aprendizagem de submissão realizada durante a infância, de acordo com a pauta do patriarcado) a coloca posição de perceber-se inocente, mas o medo de ser culpado por algo que ela ignora, e que supõe que existe dado de sua aprendizagem social e as vezes família de "estar em falta". Esta é uma das evidências mais cruéis sobre os efeitos desses aprendizados quando criança sobre a submissão de gênero: a dificuldade ou incapacidade de manter a própria defesa, uma vez que supõe para mulheres uma ordem de culpabilidade permanente. (GILBERTI, 2014, p. 131)⁶².

Articular novas relações estruturais de família, o medo que tal experiência se reproduza ou a reprodução dessa violência em outras circunstâncias e gerações são expressões dos traumas que ficam na psique que sofreu o assalto sexual.

Através da coerção do poder, o pai ingressa na vida da menina uma norma referida ao direito paterno sobre ela: uma regra que regula a violência em favor do desejo masculino, o que constitui uma aprendizagem cujos efeitos podem reconhecer-se no futuro destas meninas, uma criança complexada - ou destruída - em suas experiências sexuais. (GILBERTI, 2014, p. 132)⁶³.

Tal fragilização construída e consequência do ato abusivo praticado pai apresentam seu desdobramento na relações futuras que as vítimas constroem. A dificuldade em estabelecer novos vínculos afetivos

⁶² La imposibilidad de exigir que se tenga en cuenta su inocencia (debido al aprendizaje de sometimiento llevado a cabo durante sus años tempranos, de acuerdo con las pautas del patriarcado) la coloca en posición de saberse inocente pero temer ser culpable por algo que ella ignora, y que supone que existe dado su aprendizaje social y a veces familiar de "estar en falta". Ésta es una de las evidencias más crueles acerca de los efectos de estos aprendizajes tempranos del sometimiento de género: la dificultad o imposibilidad de sostener la propia defensa, puesto que se supone a las mujeres en el borde mismo de la culpabilidad permanente. (GILBERTI, 2014, P 131)

⁶³ Mediante la coacción del poder, el padre ingresa en la vida de la niña una norma referida al derecho paterno sobre ella: una norma que regulariza la violencia en favor del deseo varonil, lo que constituye un aprendizaje cuyos efectos pueden reconocerse en el futuro de estas niñas, a menudo complejizado – o destruido – en sus experiencias sexuales posteriores. (GILBERTI, 2014, P 132)

seguros ou imaginar que tal experiência poderá ser reproduzida em sua nova constituição familiar é revelado na fala da Soraia (28 anos).

Confio. Confio, pelo tempo de convivência hoje que eu tenho eu confio. Mas isso aí também foi muito difícil no início, qualquer gesto de carinho ou... até comigo mesmo, se algum homem chegasse pra me abraçar ou fazer algum carinho em mim, eu já interpretava de uma forma diferente. Foi difícil. Isso aí teve também, foi difícil pra receber carinho do sexo oposto. Porque sempre vinha aquilo na minha cabeça, de que “tem alguma intenção, tem uma segunda intenção isso aqui”. Hoje mais não. (Soraia, 28 anos – Vítima discente)(Sic)

Como pontuou, também, a assistente social Sandra, a reprodução desta prática quando a criança torna-se adulto. Neste depoimento, a mesma faz referência à experiência que teve no atendimento aos meninos.

Você puxou mais realmente só pra questão da parte feminina, de meninas que estavam sofrendo abuso. Eu acho que de repente é só... não é nenhuma crítica por favor não me entenda mal. Mas eu acho que até os meninos deveriam ser vistos também, porque isso acontece e às vezes porque é homem a gente acha que não. Mas porque a gente tem até caso de menino, se brincar tem mais caso de menino do que de menina. Eu assim de cabeça agora já estou lembrando de três, de que sofre esse tipo de violência e que a mãe sabe, denunciou, mas até a justiça está sendo lenta demais em relação a isso. Eu acho que isso tem que ser não só visto por você, mas visto no geral. Porque é bem complicado. Porque às vezes acontecendo com o homem ele... é mais fácil dele perpetuar aquilo ali. Quando ele não é trabalhado, quando ele não é cuidado, de repente pra aquilo ali ele se torna normal e ele pode se tornar abusador e a gente não sabe por que: eita! Aquele menino? Quando cresceu ele perpetuou aquilo ali com o filho, com uma prima. E a gente não sabe por que. Aí quando a gente vai buscar lá atrás ele foi abusado. E aí? Às vezes é tarde. (Sandra – Assistente Social)(Sic)

Embora existam, por parte da comunidade jurídica e psicanalítica, leituras divergentes em relação ao ato de consentir e suportar violações e acerca da efetivação do complexo de Édipo, implicando no caso de efetivação racional da fantasia, Gilberti (2014) nos mostra que, bem ao contrário, é a manutenção de situação edipiana que promove no âmbito da psique e da subjetividade dos sujeitos o interdito ao incesto e não sua efetivação no plano real.

O incesto impede ou dificulta a renúncia a estes laços edipianos com o pai. A inclusão da criança no incesto bloqueia o fantasma da situação edípica, assim a consumação do incesto não é o mesmo que atuar com o fantasma do complexo de Édipo. Manter o fantasma da situação edípica é, justamente, a garantia da não realização do incesto. (GILBERTI, 2014, p.135)⁶⁴

É no fortalecimento das vítimas que o muro do silêncio poderá ser quebrado. É ficando atenta aos gritos silenciosos que se pode ouvir as vítimas de abuso sexual intrafamiliar. As falas das profissionais revelam bem essa disposição como estratégia de aproximação deste assunto e tirá-lo da áurea do proibido e intocável, para não dizer não realizável. Como escreveram Azevedo e Guerra (1988) em *Pele de Asno não é só história*.

E com relação a violência é justamente tentar fortalecer esses serviços para de fato a gente possa quebrar o muro do silêncio, os familiares sabendo que tem a quem recorrer, e realmente quem pode me defender, em quem eu posso confiar. E de fato existir não só no papel, que a gente sabe que a teoria é uma e a prática muitas vezes é outra. Então realmente conseguir fazer a denúncia, chegar lá e saber que aquele policial, infelizmente a gente não tem as delegacias especializadas, então ainda tem que lidar com muita insensibilidade nos serviços, então fortalecer esses serviços. Eu acho que seria um ponto crucial. (Helena – psicóloga)(Sic)

O gritar liberta as vítimas, na concepção de Sandra assistente social. Então a institucionalização de locais com equipe qualificada poderá fortalecer o processo de denúncia.

Então realmente é o medo é difícil de ser vencido. O medo ele reina aí, ele reina em cima dessa situação. E acho que é por isso que esse muro é tão difícil de ser transpassado, pulado ou quebrado não é? Eu acho que o problema está aí, e realmente a conversa. Os pais também ser bem honestos assim “se acontecer alguma coisa com você, se alguém mexer com você me fale”, principalmente a mãe porque a mãe apesar de que muitas vezes ela é conivente com o que está acontecendo, mas ela “me conte o que tiver acontecendo”, uma tia, uma avó

⁶⁴ Quedar atrapada en el incesto impide o dificulta la renuncia a estas ligaduras edípicas con el padre. La inclusión de la niña en el incesto bloquea la puesta en fantasma de la situación edípica, así como la consumación del incesto no es lo mismo que actuar el fantasma del complejo de Edipo. Mantener el fantasma de la situación edípica es, justamente, la garantía de la no-realización del incesto. (GILBERTI, 2014, P 135)

porque é assim que vai sair esse problema de dentro daquela caixa. Porque se não falar para alguém vai ser como eu falei, a vida toda. A pessoa vai morrer com esse problema se não for atrás de alguém que possa ajudar. É aquela história: é gritar, gritar, alguém vai escutar. (Sandra – Assistente Social)(Sic)

Precisamos romper com esse silêncio que não é apenas das vítimas, mas se define como um silêncio social. Quebrar o pacto do silêncio, criando um **novo pacto**: o pacto da denúncia, do alerta, da vigilância. Colocando-nos como copartícipes nesta luta contra a impunidade, nos fortalecendo e fortalecendo nossa infância e adolescência. Nessa perspectiva, precisamos inserir a academia no sentido de contribuir teoricamente com o estudo em questão, visando colaborar com a leitura do abuso como expressão de poder, não apenas no campo individual, mas, social. Sair do patamar do senso comum para incrementar as unidades de formação e atuação, qualificando os serviços.

5.2 – O Segredo revelado: reação da família, das vítimas e dos técnicos

A vulnerabilidade das mulheres, no âmbito familiar sob a lógica patriarcal, não se sustenta em condicionamentos pessoais, nem jurídicos, mas condicionantes sociais que definem a mulher em situação de subordinação ao varão. No caso dos abusos sexuais intrafamiliares, a menina é tomada, na hierarquia familiar, como a presa mais fácil e na qual o poder de sedução e manipulação será mais exercido. Então, é possível compreender o silenciamento ou mudez diante do ato praticado pelo pai, pois foram internalizadas normas culturais que o define com poderes sobre todos os demais membros da família.

É possível verificar, nos depoimentos, que há na família uma dinâmica de violência que se sucede entre os vários membros da casa (mãe, filha, filhos). O limite apresentado pelos familiares, diante das violações, é o ponto de partida para a revelação do abuso sexual.

Foi um conflito de... a questão de agressão física que a mãe, a genitora das crianças sofria constantemente e através... Ela era

vítima de várias agressões físicas, psicológicas de humilhações, todos eles, sendo que a figura atingida na relação nessa questão física era a esposa. Então ela fazia Boletim, registrava queixa de violência, depois retirava. Tem toda uma questão cultural, questão pessoal mesmo, sendo que em uma dessas vezes onde ela sentiu que era o limite, esgotou a possibilidade de continuar, ela registrou a queixa, foi até a delegacia fazer e na delegacia a menina num determinado momento sentiu-se segura sabendo que a mãe estava decidida a separar-se do pai, a não mais conviver na mesma casa, foi a partir daí que isso veio à tona, tudo veio à tona da atrocidade que existia na situação. Aí é onde essa menina relatava todo o abuso que vinha sofrendo silenciosamente desse pai, sem que a mãe em nenhum momento percebesse. Mas a menina relatou na própria delegacia. Se sentiu segura no momento em que a mãe declarava contra o pai, falava sobre o pai e dizendo não mais conviver com ele, não mais dividir o mesmo espaço. Então a menina sentiu-se segura pra falar. (Adriana – psicóloga)(Sic)

A segurança diante de um espaço institucionalizado – a delegacia – combinado com a certeza de que a decisão da mãe seria por permanecer viva dá condições de a vítima de também revelar seu segredo. Se, as inúmeras tentativas de a mãe de apresentar a queixa e retirá-la, fragilizaram a vítima a ponto de não revelar as violações sexuais sofridas, isto tinha por substrato a ideia de que voltaria para o mesmo espaço do violador e, se esta sofrera uma morte simbólica/psíquica, o retorno ao espaço do violador diante de uma possível revelação do abuso sexual intrafamiliar poderia colocá-la num outro patamar de risco.

Por outro lado, num dos depoimentos percebeu-se que a não revelação do abuso tem como justificativa amenizar o sofrimento da mãe, uma vez que esta vem de uma relação também violenta com o abusador. Há por parte da vítima uma identificação com essa mãe, também vítima, e, numa tentativa de solidariedade e identificação na posição de vítimas, diante de um mesmo violador, estas tentam minorar o sofrimento de terceiros, no caso estudado, - o da genitora.

Era um... me sentia mal né! Chorava também. E ela... e pelo fato de minha mãe já ter sofrido muito também. Ela sofreu muito com ele não só por essa questão, mas outras questões que ele traía muito ela e maltratava ela. Não, não, violência doméstica não. Verbal muita. Doméstica assim dele agredir ela não, só verbalmente. Eu fiquei... algumas vezes. E até assim, um tempo atrás eu ainda tinha esse sentimento. Mas hoje eu

não tenho mais não. Eu acho que ela foi tão vítima quanto eu dessa situação todinha – sabe?(Soraia, 28 anos – Vítima discente)(Sic)

Como aludiu Bourdieu (2002), a divisão social entre os sexos, construída no contexto social, conta com uma dada afirmação e legitimidade, inclinando-se para expressões de naturalidade do que é socialmente construído. A dimensão das violações no campo doméstico está, e não em menor proporção, subordinada à divisão sexual e de gênero, concebendo a este espaço reduto do que é privado e cuja solução deve ser efetivada neste mesmo espaço. Diante desta invisibilidade da violência doméstica, o que se apresenta nas notificações compulsórias, nos órgãos de justiça e responsabilização, reduz-se, apenas, ao mínimo conhecido de toda uma estrutura de violência no âmbito doméstico.

Constituem-se, assim, padrões culturais tão assimilados que tendem a se normalizarem, como modelos de conduta. Daí que o problema dos maus-tratos permaneçam na privacidade, no silêncio do segredo, em um tabu que não deve sair do âmbito doméstico, e que o próprio grupo deve resolver sem a intervenção de terceiros, estranhos ao conflito, fomentando-se, dessa forma, a construção de um dos maiores obstáculos à persecução da violência de gênero, persistindo, ainda hoje, como delito invisível.(SOUSA, 2014, p 46)

Nesta situação, o que se verifica é uma aprisionamento das vítimas a um segredo que determina seu silêncio, visto que as duas forças que compõem o segredo e a sua possível revelação/traição estão em luta constante. Esta tensão, entre a capacidade de guardar um segredo e a possibilidade de sua revelação, são forças contraditórias que se apresentam em qualquer situação de segredo. Então, se a força exercida por quem domina e constrói o segredo é imperativa, utilizando-se de ameaças, de forças físicas, da possibilidade de morte da vítima, este segredo é silenciado. Se, por outro lado, a vítima encontrar qualquer possibilidade de respaldo, a revelação/traição será acionada. Quando há apoio de terceiros e esses estão fora da teia abusiva, as condições de revelação serão maiores (SIMMEL, 2011).

Nos casos de abuso sexual, esse pacto de silêncio, dada a dificuldade de verbalização da vítima, é quebrado pela mediação de um

terceiro que, na função de denunciador, liberta a vítima de seu cativeiro simbólico.

Geralmente é a mãe ou a avó. Às vezes tem crianças que são criadas com as avós. Também tem um ponto bem crucial, eu já atendi um caso que a mãe ela negava, mas a avó não. Então assim, a avó foi um ponto bem crucial para o desenrolar do processo. Então geralmente são os avós e em alguns casos as mães também. Nem todas mães negam não, tem umas que realmente vão à frente. (Adriana – Assistente Social)(Sic)

A participação deste terceiro elemento, como mediador, no processo de denúncia, favorece uma retomada no crescimento desta vítima. Saber que pode contar com alguém, saber que pode partilhar de um segredo que lhe condena, saber que é possível libertar-se é um dos pontos cruciais no enfrentamento à violência intrafamiliar.

É aquela menina que vem sendo abusada pelo pai ou pelo padrasto e que em um belo momento de sua vida contou a um professor na escola. Criou coragem e contou ao professor e o professor denunciou, geralmente elas são de menores e o professor denunciou ao Conselho Tutelar e ela nos procura com ele e às vezes inclusive até com o delegado, já com o pai preso. Porque a coisa se torna tão grave nessa situação e às vezes até grávida mesmo ela vem ao Instituto. Mas houve um período de silêncio muito antes, que geralmente esses abusos de padrasto, de pai geralmente eles ocorrem durante um bom tempo, um ano, seis meses, dois anos. Tem casos aqui até de cinco anos que vem ocorrendo o abuso e elas nos procuram na hora que ocorre uma coisa mais grave, no caso uma gravidez. É existe esse caso do silêncio. Mas eu não sei dizer se tem a estatística disso, não sei te dar. (Dr Wilson – Médico)(Sic)

Quando a menina não encontra respaldo em um terceiro que faça a denúncia e na medida que vai compreendendo a trama abusiva, ela poderá chegar a um limite tal que tenderá a falar. De acordo com o nível de amadurecimento da vítima e da relação que estabelece com os parentes, ela se fortalece e fala, quebrando esse segredo, que apenas ela carregava. O amadurecimento da vítima, passando de sua fase de criança para a adolescência, o contato com profissionais e com conteúdos que a fortaleçam para romper com tal segredo dão-lhe condições de construir este fortalecimento para expor a violência sofrida.

A própria criança, depois que a criança saiu do convívio da mãe que foi para o convívio da avó, que a mãe foi buscar também o Conselho para que ela pudesse ser retornada aos seus cuidados, a filha argumentou para o Conselho e para a avó que a mãe quando saía o tio que ficava em casa que na época era um adolescente, tentava abusar dela sexualmente, baixava a calcinha, deitava em cima dela, e foi colocando os detalhes. E aí essa mãe a princípio contou para sua avó materna e eu acredito que pela fala tanto da avó paterna como da criança o tio não negou o fato, mas no entanto a mãe não quis colocar isso a público e simplesmente disse pra esquecer porque isso não ia mais acontecer. O tio morava nessa casa, posteriormente ele voltou a conviver sob os cuidados da sua genitora antes também ele vivia aos cuidados da irmã. Mas mesmo assim a criança não quis mais voltar a conviver, a morar com a mãe porque a mãe tinha arrumado um companheiro, o pai dessa criança faleceu, e aí ela tinha essa referência da avó porque a mãe quando casou – tem toda uma história – a mãe quando casou viveu dentro dessa casa da avó paterna, a filha, a neta era cuidada também por essa avó depois ele passou a morar na frente da casa. Então essa avó sempre foi referência para essa neta.(Cibele – Psicóloga)(Sic)

Porém, a revelação nem sempre é suprida de uma atenção favorável ou de uma atuação imediata e, quando isto acontece, a vítima se vê presa na rede incestuosa. Muitas vezes, a permanência da vítima na relação incestogênica tem, como substrato, a idealização de que, por algum motivo mágico, tais violações poderão ser suprimidas do contexto familiar, mediante o apoio de parentes. Isto aconteceu com Mariana.

De raiva, de ódio. Porque eu também pensei que minha tia sabia disso, porque em vez dela acreditar em mim, ficou acreditando no marido dela. E ela sabe que o marido dela forçava ela fazer as amizades com as outras adolescentes. Em vez dela acreditar em mim ela não acreditou, aí eu tentei falar com ela não consegui porque ela bloqueou o meu whatsapp... que ela também sabia que ele ia fazer isso comigo... em vez de me avisar não me avisou.(Vítima Mariana – 17 anos)(Sic)

Destacamos que, no quadro acima, a vítima entra em processo de adaptação ao abuso, criando estratégias para suportá-lo, visto que este tipo de comportamento não é por nosso estudo compreendido como consentimento. O ceder das vítimas apresenta-se como estratégia de livrar-se de uma violação pior, em que a própria vida pode estar em jogo. Como colocamos acima, a

disputa entre morrer psiquicamente x morrer concretamente é pesada pela vítima e, diante desta leitura, ela se adapta ao ciclo abusivo, não representando isto aceitação ou consentimento.

Através da inversão provocada pela ideologia de gênero e de violências factuais nos campos emocional, físico e sexual, a mulher aparece como consentindo com sua subordinação, enquanto categoria social, a uma outra categoria social constituída pelos homens. O problema, portanto, não se põe ao nível do indivíduo, mas de toda uma categoria de gênero. O consentimento não representa senão a aparência do fenômeno, na medida em que a consciência das dominadas é distinta da consciência dos dominantes. Esta assimetria não autoriza nenhum cientista a falar em consentimento das mulheres com sua dominação pelos homens. As duas categorias de gênero falam a partir de posições hierárquicas e antagônicas, ao passo que o conceito de consentimento presume que os co-partícipes falem a partir da mesma posição ou de posições iguais. Portadoras de uma consciência de dominadas, as mulheres não possuem conhecimento para decidir: elas cedem diante de ameaças ou de violências concretas. (SAFFIOTI, 1994:445-446 apud SOUSA, 2014, p. 72)

A compreensão da categoria violência de gênero e do patriarcado vem colaborar para a explicitação das expressões de violência intrafamiliar, na modalidade sexual, pelas vítimas aqui abordadas. Quando questionado aos profissionais o que alimenta este poder do homem sobre as mulheres, as respostas foram unânimes quanto ao patriarcado.

Ao pátrio poder, era gente de sítio do interior da Paraíba, embora que seja muito perto daqui de uma cidade muito próxima, mas era gente de sítio onde o poder do pai ainda se impõe ainda como se fosse: se você falar você morre. E as filhas – não era só uma, eram três filhas – e ele abusava das três filhas. E nós não temos, nós não sabemos o que foi que ocorreu depois. Nós não temos como acompanhar esses casos, porque nós trabalhamos na área médica. A área policial e jurídica já compete a rede de assistência, não compete a nós.
(Dr. Wilson – Médico)

(...)

Ah, chegou num ponto certo! Acredito que sim, o machismo, o machismo impera de uma forma muito grande em certas populações no nordeste e no centro oeste do Brasil, impera de uma forma muito gritante. Talvez isso seja uma das causas, porque machismo é psicopatia também. (Dr. Wilson – Médico)(Sic)

Então, compreender essa assimetria de poder, instituída no espaço doméstico, reforçando a figura do pai, patriarca, poderoso como único dotado de capacidade de decidir pela vida ou morte (real ou simbólica) se faz necessário para nos aproximarmos da dificuldade das vítimas e familiares em enfrentar toda uma construção social milenar.

Essa é a figura autoritária, né? A que impõe mais, de certa forma mais medo. É igual a questão da voz autoritária a criança se inibe mais, talvez isso faça também a criança baixar mais a cabeça, que depende de como a pessoa aborda a criança. (Carmen – Psicóloga)(Sic)

Assim, algumas reações dos familiares, diante dos abusos revelados, oscilaram entre choque, impotência, surpresa, com a quebra do ideário de pai protetor, indignação e rivalidade.

Sempre elas demonstram assim muita vergonha por aquilo e também revolta. É vergonha e revolta e em alguns casos culpa. Ela se sente culpada por aquilo. Às vezes ela acha que a violação aconteceu por culpa dela porque não estava ali presente quando era para estar, porque trabalha ou porque confiou demais, quando não... Geralmente esse sentimento é mais quando é... São companheiros que não são os pais da criança, não é o pai da criança. Mas aí ela se sente culpada “se eu não estivesse trabalhando isso não teria acontecido, eu teria protegido mais minha filha”. Entendeu? (Helena – psicóloga)

A naturalização da violência e a visão linear do poder do patriarca, em alguns casos, são reproduzidas no âmbito da família. No depoimento da avó que acompanhava a vítima, isto é bem reforçado, segundo a relato do perito.

E quando eu peguei o relatório já peguei das mãos dela, o relatório dizendo que a adolescente de 14 anos estava vindo porque ela estava mudando de comportamento, estava agressiva. E no entanto tinha relatado que há cerca de um ano tinha sido estuprada. Aí eu digo: mas por que só agora a senhora procurou esse serviço? Por que a senhora não veio antes? Porque só agora começou a apresentar esse comportamento. Aí eu disse “agora... ela explodiu né? Mas o que ela já não vem sofrendo desde o ato! E aí é quando ela disse: olha, tudo passa. Quando eu tinha mais ou menos a idade dela eu trabalhava na casa de um tio, o fulano, e que ele me abusou, fez o que... e aí ela contou os detalhes e disse: olhe, no dia eu fiquei tal mal, depois eu digo: o que que eu vou fazer? Já aconteceu. Tomei um banho e voltei, sabe quanto

tempo ainda trabalhei na casa dele? 25 anos. (Cibele-Psicóloga).(Sic)

A vergonha em revelar uma situação que recebe, no campo oficial, uma reprovação, faz com que tal realidade se situe no campo doméstico e, em alguns momentos, sob o conhecimento da mãe, que se vê impotente diante de tamanha violência. Assim, a negação aparece como elemento de guardar um segredo de família que, dado o peso de reprovação social, deve ser camuflado, negado, silenciado. (KOURY, BABORSA, 2016). Dessa forma, além do medo real em se pôr diante de uma possível represália, por parte do abusador, existe um sentimento de vergonha que assola as famílias, de modo a criar uma mudez entre todos os envolvidos, o que Boltanski (2012) denominou de segredo de polichinelo, cabendo este segredo ao âmbito de um conhecimento oficioso do terreno doméstico.

Em alguns casos de abuso sexual, identificou-se que a vítima faz uma leitura de que esta situação ocorrerá apenas com ela. Inclusive que a violação perpetrada pelo abusador tenha se apresentado dentro de um contexto pontual, e que tais atitudes serão superadas com o tempo. O tempo, na leitura de Veena Das (1999), seria um elemento de distanciamento da violação, a ponto de ser apagada da consciência da vítima ou do agressor, situando tal episódio num contexto pontual e conjuntural. Contudo, a revolta da Vítima discente, quando descobriu que seu pai também abusara da enteada, trouxe à tona todo um sentimento negativo, visto que, mesmo sendo vítima deste pai, a mesma acreditava que tais práticas teriam ficado no passado e apenas ela havia sofrido toda sorte de violação. A retomada, pelo pai, da prática de abuso, demonstra que tais desejos não foram pontuais ou uma “fraqueza” de homem, num dado momento de sua vida, mas faz parte da estrutura psíquica e social deste sujeito.

Eu fiquei revoltada, que eu queria que ela reagisse de alguma forma (referindo-se à esposa do pai). Nessa época eu queria que ele fosse preso. Porque até então eu achei que ele tivesse parado com isso. E eu acreditava que todo ser humano merece uma segunda chance, se arrepender, ter uma segunda chance. Mas... Na época eu queria que ela denunciasse ele, mas ela não fez. Também por vergonha, eu acredito, com vergonha mesmo de se expor. (Soraia, 28 anos – – Vítima discente - grifo nosso)(Sic)

O elemento vergonha social, mesmo diante de um fenômeno violento, como é o abuso sexual, produz uma paralisia na vítima e em seus familiares. Revelar, para o contexto social, o abuso provocado pelo pai/padrastro, para a mãe da vítima, como no caso apresentado na fala de Soraia, é colocar em jogo uma série de sentimentos: rejeição por parte do marido ou companheiro, a falta de seu cumprimento do papel de esposa/mãe, além da identificação de que está convivendo com alguém que cometeu um crime condenado socialmente. Abuso sexual é crime com respaldo legal e recebe uma desaprovação moral incomensurável da sociedade. Embora a violência sexual perpetrada por terceiros cause constrangimento e reprovação social, a dimensão que esta violência apresenta, quando é produzida por quem deveria atuar numa outra perspectiva social, assume uma cobrança social maior. Diante de tal situação, a vergonha representa um elemento-chave para a não revelação da violação. Como pontuou Koury e Barbosa (2016, p. 230) “[...] a vergonha pode ser considerada a principal emoção porque controla a expressão e até mesmo o reconhecimento de nossas outras emoções e, surpreendentemente, da própria vergonha.

Num dos relatos, a atitude do abusador, diante da revelação, não só aprisiona a vítima a um sentimento de culpa, mas estende esse sentimento para a mãe, quando o mesmo revela a possibilidade de suicídio. Encontramos nesse relato do abusador que existe a construção de estratégia de deslocamento de seu comportamento de violador para o de vítima. Colocar, para a genitora, a possibilidade de suicídio, caso aquele segredo fosse revelado ou de que o casamento se desfizesse diante do fato, demonstra a teia de perversão e violência doméstica que este violador é capaz de produzir.

Eu não escutei a conversa, mas ele não negou. Inclusive ele escreveu até uma carta pra ela dizendo que ia se suicidar, que ia se matar. Eu lembro disso. Foram coisas de... quando... eu era criança, eu não lembro, tem muita coisa que eu não... eu lembro de algumas coisas. Eu lembro que ele escreveu uma carta dizendo que ia embora e que ia se suicidar. E eu acho que justamente foi isso que fez ela não se separar dele. Mas ele fala em suicídio.(Soraia – 28 anos – Vítima discente)(Sic)

Sobre a mãe, recai a pior sensação de culpa. O questionamento sobre desproteção com os filhos, a não percepção da violência ou sua negação trazem o sentimento de culpa presente. Tais sentimentos, associados à vergonha social que é encarar o abuso exercido no âmbito doméstico, têm colocado as mães e familiares em situação de sentimentos dicotômicos: vergonha e revolta, ou dito de outra forma, impotência (vergonha) e potencial em revelar (revolta).

Além de ser um classificador para muitos cognatos sociais e variantes, a vergonha combina também com outras emoções em forma de afetações. O ressentimento e a culpa podem ser os dois exemplos mais importantes. O ressentimento parece conter um efeito de vergonha e raiva, com a raiva apontando para fora. (...) A culpa parece conter uma *Make Up* semelhante, mas com a raiva apontando de volta para o *Self*. (...) Mas, ao mesmo tempo, muitas vezes, serve para mascarar a vergonha, já que se concentra no comportamento externo: uma ofensa ou transgressão de alguém e as reparações a se fazer. (KOURY, BARBOSA, 2016, p 99)

Esse sentimento de culpa faz parte da emoção de se sentir envergonhada diante da impotência de agir e de se ver presa à dinâmica da violência intrafamiliar, rompendo com todo ideário de familiar perfeita.

É muito complexo porque assim, a gente só atende no caso aqui as vítimas, a gente não atende o agressor. Na sua maioria quando vem, quando é relacionado a violência intrafamiliar, os responsáveis que vem acompanhando eles ficam com esse sentimento também de revolta – sabe? De não entender o por que com aquela pessoa da família, que o agressor ele não tinha essa necessidade, tem tantas mulheres, por que foi fazer aquilo, o mal que às vezes não vai ter reparo e que vai ficar uma marca. E às vezes também até se culpabiliza, a avó mesmo dessa criança de 11 anos ela também... algumas falas dela era como se ela tivesse também esse sentimento da culpa “meu filho faleceu e eu não pude dar mais assistência, não pude estar mais presente com a minha neta. Talvez a minha neta se eu tivesse dialogado mais, minha neta tivesse confiado e tivesse me dito isso há mais tempo e não há tanto tempo”. (Cibele – psicóloga)(Sic)

Na realização da pesquisa, o fio condutor de todo o processo esteve presente e atento às falas, para que se pudesse compreender se o silêncio das vítimas e a estrutura desse silêncio impetrado pelo abusado configurariam um

dispositivo de poder utilizada pelo violador, para manter seu poder sobre as elas. Na escuta das vítimas e dos profissionais, pôde-se identificar a construção desse poder. Assim, para a compreensão do silêncio, na condição de dispositivo de poder, foram fundamentais os estudos de Foucault (2005) e sua visão de poder.

dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores de sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercido por um elemento ou grupo sobre o outro e cujo efeito, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; essas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. (...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2005, p.88-89).

Assim, quando se questionou se o silêncio representaria um dispositivo de poder, surgiram as seguintes leituras por parte dos envolvidos na pesquisa:

*Sim. Sim porque por trás desse pacto a gente sabe o que tem as ameaças, tem o abuso do poder realmente. Porque a criança ela vai se sentir inferior, fragilizada diante desse abusador. Então eu acredito que sim.
Eu acredito que sim. Acredito que sim, porque esse abusador ele não vai usar desse poder que ele está naquele momento inconsciente não, ele sabe. Ele sabe que a criança é fragilizada, ele sabe que ele está realmente por questões de porte, de estrutura física, de saber que realmente ele está comandando ali naquele momento. Entendeu? (Helena – psicóloga).(Sic)*

Esse dispositivo de poder pode ser destituído pela denúncia. Assim, o abusador, não mais mantendo sua vítima sob a dinâmica abusiva secreta e agora sob a intervenção estatal, vendo-se sob os olhares de técnicos e da justiça, a vítima, mais confiante, pode revelar um segredo que foi construído a partir da teia abusiva.

Também. Porque a partir do momento que alguém falar ele não vai mais ter acesso a explorar sexualmente a criança, o filho, a ter acesso ao corpo do filho, se eles falarem? Ele vai ficar coagido, alguém vai intervir. Então acho que é uma tática também para ele ter mais tempo, ficar tranquilo para cometer o abuso. (Laura – Assistente Social)(Sic)

Porém, um dos depoimentos surpreendeu, quando uma das técnicas trouxe a possibilidade do silêncio não ser exercido como apenas poder, mas como estratégia de proteção para o abusador, demonstrando a relação assimétrica de poder.

Além de poder eu diria que de proteção também, ele se sente protegido. À medida que eu inibo a minha vítima pra não falar, eu também estou protegida, me colocando na condição de abusador nesse momento. Então o silêncio eu acho que deve ser a arma mais poderosa no sentido de proteção do abusador. (...)

É porque assim a faca ele pode até usar, ele pode até usar quando ele pega uma criança na rua de repente... assim a força – né? Mas eu estou vendo o abuso continuamente que não precisa da arma, precisa daquela pressão psicológica em cima da criança “se você disser eu mato seu pai. Se você disser eu mato sua mãe”. Qual é a criança que vai abrir a boca? Com medo de perder papai e mamãe! Então ele vai estar sempre protegido enquanto ele tiver fazendo valer essa pressão que ele está fazendo em cima da vítima. Na hora que a vítima quebrar esse silêncio, acabou-se a proteção. (Mazé - educadora social)(Sic)

Tal depoimento simboliza a força que o segredo exerce junto ao seu contraditório – a revelação (Simmel, 2011). Se há uma relação direta entre as forças do segredo e seu contraditório, a revelação, a manutenção desse segredo favorece colocar-se o abusador numa situação de proteção de sua ação violadora. Para isto, estratégias as mais bizarras poderão por ele ser acionadas para proteger-se.

Ao se compreender a percepção da vítima da relação poder x silêncio e, quando perguntado às vítimas se o silêncio estabelecido proporcionou algum tipo de poder ao abusador, as respostas foram diretas, revelando que o silêncio se enquadra como o dispositivo de poder percebido por Foucault.

Eu acredito que sim. Porque foi como se ele tivesse dado um tempo assim, ele deu um tempo “todo mundo já esqueceu. Ela já esqueceu, perdoou” – minha mãe no caso – já esqueceu, e aí voltou a fazer novamente. Na minha cabeça ali naquele momento quando ele tava ali perto de mim, eu só ficava pensando que aquilo ali vai acabar, vai acabar, vai acabar e ele vai embora daqui, pronto.(Soraia, 28 anos – Vítima discente)(Sic)

A dificuldade de encarar a violação não é própria apenas da vítima. Diante de tal realidade, a mesma busca estratégia para se manter viva, muitas vezes, desenvolvendo um processo de adaptação, esquecimento, distanciamento do fato cruel vivenciado. Porém, o mesmo não acontece com os peritos que fazem a escuta e se colocam como testemunhas indiretas da abusada e do abuso em si, visto que foram escolhidos pela vítima para partilhar de um segredo que, até o momento, era só seu e do seu abusador. Romper esse silêncio, encontrando respaldo institucional e profissionais qualificados para esta escuta, não é uma tarefa fácil. Tais evidências e sofrimento nem sempre são absorvidos pelo profissional com isenção, e isto tem repercussões em seu processo de adoecimento profissional.

5.3 A equipe Interdisciplinar: responsabilidade na dor da vítima e da equipe

Nas unidades de saúde e de assistência, as vítimas de violência sexual são sempre acolhidas por uma equipe multidisciplinar. Olhares diferenciados para uma mesma questão – o abuso sexual intrafamiliar – favorecem a compreensão de um problema tão multifacetado. Como pontuou Azevedo e Guerra (2007), a vítima de abuso sexual apresenta-se como uma síntese de comorbidade, ou seja, nunca traz consigo apenas uma única modalidade de violência, mas diversos tipos de violência intrafamiliar que serão revelados no contato e na escuta qualificada da equipe multidisciplinar.

Como pontuou Mazé (pedagoga),

Eu tenho percebido que uma das violências que é a porta principal para chegar a esse tipo de violência do abuso é a negligência. Porque a gente percebe que as crianças que a

gente recebe aqui abusadas sexualmente, quando a gente vai trabalhando, vendo o histórico dessa família, da vida dessa criança, a gente vê que houve muita negligência para que ela chegasse a esse tipo de violência.(Mazé - educadora social)(Sic)

Assim como Mazé, Adriana reforça a noção de comorbidade sofrida pelas vítimas atendidas no serviço de assistência social, cabendo, diante de tantas violações, se pensar numa atuação com o olhar da proteção social, a partir do agir em *rede*.

(...) Porque o trabalho em rede eu acho muito precário porque a gente não recebe demanda da Saúde, a gente não recebe relatório solicitando acompanhamento daquele caso vindo da Saúde. A porta de entrada, a ponte mesmo é o Conselho Tutelar e sendo o Conselho Tutelar não números sendo considerados não, não são. Então eu... o acompanhamento feito porque como eu te disse o CREAS faz o suporte emocional à vítima. A gente não determina o tempo de acompanhamento, o que vai determinar, é o que trás – aquela criança, aquele adolescente – mostra como... trás de relato, mostra do seu comportamento como está, se está estabilizado, como é que está. Porque se a gente percebe a necessidade de um trabalho mais aprofundado a gente precisa encaminhar. E é aí que a situação é muito mais séria porque Beth é muito complicado a questão do encaminhamento para a psicoterapia. A gente não conta com espaços que atendam. (Adriana – psicóloga) (Sic)

A revelação da violência sexual, mediante relato da vítima junto aos profissionais qualificados, possibilita também a exposição de toda uma dinâmica da violência doméstica. Neste sentido, a atuação em rede é um ponto crucial, visto que várias demandas se apresentam, requerendo, com isso, que o trabalho seja fortalecido entre os técnicos de atendimento direto, como também com a equipe de referência e contra referência.

Ela era obrigada a fazer todas as tarefas, além de ter a questão da violência física que a mãe batia, a violência psicológica por causa do padrasto que convivia com essa mãe, ela ainda se utilizava dela para a exploração do trabalho infantil. Ela era obrigada a acordar e antes de ir para a escola, antes de fazer qualquer atividade ela tinha a obrigação de arrumar toda a casa, até o guarda-roupa da mãe ela tinha por obrigação de arrumar. (Cibele – psicóloga).(Sic)

O relato acima configura a prática do trabalho infantil, da reprodução da síndrome do pequeno poder (Saffioti,1989), em que o ciclo abusivo é reproduzido em cadeia: do pai para mãe, do pai/padrasto para a filha/enteada, da mãe para a filha.

A dinâmica de atendimento, nos setores de saúde e de assistência, possui direcionamentos próprios, contudo, um ponto ficou claro entre as entrevistas, o cuidado de não revitimizar a vítima. Em muitos casos, a escuta coletiva ocorreu entre os profissionais serviço social e de psicologia, nas unidades de assistência social; nas unidades de saúde, acrescentou-se a participação do profissional de medicina, enfermagem.

Olha só, como é que funciona aqui. Nós somos uma equipe de dois psicólogos, dois assistentes sociais, o coordenador e nós temos o assessor jurídico. No momento aqui nesse CREAS nós estamos sem esse profissional, porém quem está nos dando suporte são os assessores jurídicos da própria Secretaria de Desenvolvimento Social. Então quando nós recebemos um caso emblemático que a gente percebe, compreende que precisa de um olhar jurídico, então o coordenador solicita a presença deste profissional e aqui mesmo no CREAS ou mesmo lá na Secretaria onde o Secretário, hoje é Secretário, antes era a Secretária. (...) Secretária, a gente sentava e a gente fazia todos os encaminhamentos necessários seja para inclusão, cadastro único, eram os benefícios eventuais, saúde, habitação. A gente sempre fez os estudos com a presença, com a participação do assessor jurídico. (Cibele – psicóloga)(Sic)

A dinâmica de atendimento apresentada no Centro de Referência de Atendimento a violência Doméstica (ICVio), vinculado ao Instituto Cândida Vargas, ocorre sob o olhar de uma equipe multidisciplinar. Portanto, a prioridade dada é na atenção clínica, posteriormente, com o desdobramento do caso, novos encaminhamentos são realizados, com vista a atender as inúmeras demandas apresentadas (delegacias especializadas, IML, Centro de Referência da Mulher, CREAS, Conselho Tutelar, etc.).

Quando ela chega ela passa pela recepção, já contata com a gente assistente social. Aí a gente vai ter contato com a psicologia, com a enfermeira, a enfermeira também faz contato com o médico. A gente procura fazer uma ultra escuta, procura escutá-la. De acordo com o caso dela, quando é assim maior de 18 anos, a gente encaminha para o Centro de Referência da Mulher para buscar apoio, orienta com relação ao BO.

Dependendo da situação às vezes faz menos de 72 horas, aí dá para fazer o exame para colher material para mandar ao IML. Agora, quando assim, é caso de adolescente menos de 18 anos, a gente faz o contato com o Conselho Tutelar. Não deixa de fazer o contato. Muitas vezes eu já atendi o caso que a adolescente tinha menos de 18 anos. A gente fez o contato com o Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar pediu para que a gente esperasse a adolescente aqui um pouquinho ficasse em observação. Foi o tempo que ele tirou o agressor de casa, para a paciente poder voltar em segurança pra residência. Se o agressor tivesse na residência aí o Conselho Tutelar ia providenciar uma casa abrigo, alguma coisa para pelo menos, ela passar a noite, para não ter que voltar assim, junto com o agressor na mesma residência. Geralmente quando é adolescente, tem essa preocupação também de chamar o Conselho, de não mandar a adolescente para a mesma casa (Janice – assistente social)(Sic)

Trabalhar com a dor do outro, não apresenta-se como tarefa fácil para as equipes multidisciplinares no setor de saúde e assistência. As dificuldades de operacionalizar as ações, por limitações institucionais, de formação, de apoio e falta de capacitação adequada, muitas vezes, leva a própria equipe a buscar formas criativas para suportar o peso do cotidiano permeado por histórias de violência. Quando questionado aos entrevistados se existia, por parte da unidade de gestão, um apoio ou suporte técnico para trabalhar o desgaste emocional ao fato de trabalharem com vítimas de violência, a resposta foi um unânime: “Não!”. As ajudas ocorrem dentro de uma solidariedade entre o grupo. Apenas uma sinalizou que tem um suporte (escuta – supervisão externa), porém, custeada por ela.

Assim, percebeu-se, na fala de Cibeles, que as dores são compartilhadas na escuta de uma pelas outras, com o intuito de amenizar o peso do sofrimento consequente da escuta qualificada.

É um fazendo a... a escuta do outro, é um fazendo a escuta do outro. E eu particularmente eu tenho uma psicóloga, não vou dizer que é uma amiga não porque ela trabalha na Assembleia. E eu sempre faço quando eu tenho essa... porque a gente fica sim (Pergunta inaudível) tem sim, porque se a gente não explodir a gente morre. Eu sempre faço contato e ela me atende quinzenalmente e eu coloco. Às vezes ela diz assim: você vem só pra falar dos problemas do seu trabalho. É porque em relação aos meus problemas eu não tenho. Eu digo assim: eu não tenho enquanto pessoa, enquanto pessoa até acredito que eu sou até resolvida. Mas assim em relação aos problemas da instituição alguns me deixam inquieta, me deixam inquieta

assim, às vezes eu fico um pouco indignada da fragilidade da justiça, da morosidade. E assim eu fico surpresa nas resiliências nos atendimentos as crianças, as próprias adolescentes, de algumas vezes até naturalizar. Isso me incomoda acreditar que aconteceu já. (Cibele - psicóloga) (Sic)

O suporte terapêutico aparece como um investimento pessoal do profissional que necessita superar tantas dores. A fala da psicóloga Carmen revela bem essa realidade, demonstrando que, no âmbito institucional, há uma distância entre a proposta da política pública e sua materialização.

Tem não, tem estudo de caso. Terapia a gente tem fora, assim eu faço, eu tenho um... como é que eu chamo um supervisor que faz acompanhamento dos casos e tudo mais. Se eu tiver qualquer dificuldade levo alguma coisa pra ele, ele é quem faz as minhas terapias de tudo. Mas aqui do trabalho não. (Carmen, - psicóloga)(Sic)

Integrar uma equipe que atue com violência sexual não é uma escolha fácil. Segundo Palmonari; Zani (1990:90 apud Velázquez, 2012, p. 105), alguns condicionantes se fazem necessários, ao ambiente de trabalho, dentre eles: ser um lugar de pertencimento e referência, ou seja, um ponto de apoio para o desenvolvimento da prática profissional; representar um campo de trabalho para o exercício e realização profissional e pessoal; ser um espaço de troca e intercâmbio de saberes. Mas, dentre os condicionantes elencados por Velázquez, um chama a atenção, ter “Um ponto de apoio para conter e/ou neutralizar os efeitos psicofísicos que podem transformar a tarefa em violência” (PALMONARI; ZANI, 1990, p.90 apud VELÁZQUEZ, 2012, p. 105)⁶⁵.

O adoecimento, nos postos de trabalho, dos técnicos que atuam com violência é uma constante. Alves (2011), em seu trabalho sobre *Trabalho e Subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*, descreve o processo de perda da subjetividade do trabalhador e sua repercussão no cotidiano laboral com processos constantes de adoecimento. No campo específico da violência sexual, os profissionais entrevistados apontam a falta de apoio institucional ao trabalho específico com as vítimas, no que tange ao suporte emocional, na perspectiva do cuidar do cuidador. Esse fato tem levado ao comprometimento da saúde desses trabalhadores.

⁶⁵ Un punto de apoyo para contener y/o neutralizar los efectos psicofísicos que suele provocar la tarea en violencia.. Palmonari e Zani (1990:90 apud Velázquez, 2012, p 105)

Laura e Adriana exemplificam muito bem essa realidade e quais as estratégias para vencer tal precariedade no trabalho.

Todos que entram aqui não aguentam, falam: isso não é pra mim. Eu ganho pouco e pra ganhar pouco eu não aguento, vou explodir o meu emocional, não dá. Fora as dificuldades do sistema, porque está lidando com vidas e violação de direitos. Então quando a gente se depara com situação que a situação de trabalho muitas vezes são escassas como falta folha, falta a gasolina para o carro, e sabendo que tem pessoas que estão precisando do nosso trabalho, a dificuldade da atuação em rede, referência contra referência. (Laura – assistente social)(Sic)

Os comprometimentos físicos foram identificados por Laura como resultado do stress oriundo do trabalho específico com vítimas de violência. O corpo do profissional começa a sinalizar o limite por atuar no enfrentamento da violência, principalmente, quando este ativa a lembrança de vivências pessoas de violação sexual no âmbito familiar.

É. Eu tive fora a herpes, problemas ginecológicos também e do começo do ano pra cá eu tive alguns, tive o herpes eu acho três vezes e o problema ginecológico eu acho que umas quatro vezes.

(...)

Faço, porque o estresse emocional também desencadeia, baixa a imunidade. Eu não sei explicar direito, mas eu sei que tem a ver também com a herpes como as infecções. (Laura – assistente social)(Sic)

Velázquez (2012), em seus capítulos sobre os testemunhos de atos violentos, analisa como o trabalho direto com vítimas de violência possibilita um comprometimento físico e mental, afirmando que “Contemplar a qualidade da vida laboral está intimamente vinculado como o cuidado da saúde de quem trabalha com o tema” (VELÁZQUEZ, 2012, p. 131)⁶⁶.

Tal envolvimento do trabalhado com relatos, recomposição de cenas traumáticas, expressões de sentimentos dúbios e confusos das vítimas, culpabilização das mesmas, diante da violência, têm efeito na subjetividade do

⁶⁶ Contemplar la calidad de vida laboral está intimamente vinculado con el cuidado de la salud de quienes trabajan en el tema. (Velázquez, 2012, p 131)

profissional. Esses efeitos foram analisados por Velázquez (2012, p. 132) e são denominados por ela de “efeitos de ser testemunha”.

Nestes casos, a acumulação dessas experiências podem ter um efeito traumático ao superar a capacidade de tolerância psíquica de um sujeito, dando lugar ao surgimento de processos complexos. Ou seja, como resultado do encontro com situações de alto impacto emocional que pode promover o relato de algumas vítimas costuma causar problemas, a partir da qual você pode organizar fantasias, medos e ansiedades que irá colocar em funcionamento mecanismos de defesa com o fim de evitar ou neutralizar as consequências que podem afetar os profissionais assim como as condições de desempenho profissional (VELÁZQUEZ, 2012, p. 132)⁶⁷.

A autora, então, apresenta uma hipótese geral para os “efeitos de ser testemunha” que se desdobram em duas sub-hipóteses. Como hipótese geral, a autora parte do pressuposto de que, no encontro que ocorre entre profissional e usuário, se estabelece um testemunho central, a partir das narrativas de violência, em que o usuário, sob efeito de confiança junto ao profissional ou a equipe, revela seu segredo. A primeira sub-hipótese é a ideia de que esse encontro desencadeia um processo de identificação entre profissional x usuário, o que pode afetar o curso do processo de atendimento de um lado ou de outro, provocando um alto grau de estresse no profissional.

Interessa destacarmos aqui os efeitos de testemunhar violência por parte de agentes consultados, em conjunto com outros fatos que têm sido estudados, promotores de diferentes formas de stress relacionado com o trabalho. Referimo-nos ao fenômeno da fadiga, cansaço e compaixão que são estados consistentes de envolvimento crônicos em situações ajuda aos outros, emocionalmente muito exigente. Também a situações desenvolvidas capazes de trabalhar o stress e *mobbing*, intimidação, assédio sexual e revolta entre outras já descritas. (Velázquez, 2003^a:295 y ss apud VELÁZQUES, 2012, p, 133)⁶⁸.

⁶⁷ En estos casos, la acumulación de esas experiencias puede tener un efecto traumático al superar la capacidad de tolerancia psíquica de un sujeto, dando lugar al surgimiento de procesos complejos. Es decir, la consecuencia del encuentro con situaciones de alto impacto emocional que puede promover el relato de alguna víctima se suele originar angustia, a partir de la que se pueden organizar fantasías, temores y ansiedades que pondrán en funcionamiento mecanismos defensivos con la finalidad de evitar o neutralizar las consecuencias que pueden afectar al profesional así como condicionar el desempeño laboral. (VELÁZQUEZ, 2012, P 131)

⁶⁸ Nos interesa destacar aquí los efectos de ser testigo de las violencias por las que se consultan, en concordancia con otros hechos que han sido estudiados, promotores de distintas formas de estrés laboral. Nos referimos a los fenómenos de *burnout* y de fatiga de compasión que constituyen estados consecuentes del involucramiento crónico en situaciones de ayuda a otros, emocionalmente muy

Durante a entrevista, um dos peritos entrevistados revelou a violência sofrida em sua fase de adolescência e como tal episódio desencadeou um comportamento arredoio em comportamento, a ponto de não manter relacionamento com pessoas mais velhas [“coroas”] e não desejar ter filhos para não vê-los passar por um episódio semelhante.

Bom, com relação a abuso sexual o que tenho que falar é que eu senti na pele essa emoção porque eu já fui abusada quando eu era adolescente. Um senhor me abusou no sentido de passar a mão nos meus seios. E aquilo eu fiquei super chocada, eu senti na pele (FICA EMOCIONADA – CHORA) o que as crianças sentem. (CONTINUA EMOCIONADA) É o sentimento de culpa muito grande. Porque a gente acha que a culpa foi nossa “não, porque eu fui lá fora e dei água pra ele”. Então como a gente não vê maldade a gente acha que a culpa sempre é nossa. E o meu esposo tem um filho de 4 anos e um de 10, o de quatro anos é muito dado, eu era muito dada também. Eu estou sempre tentando influenciar a educação deles, dos filhos dele de forma a tomar cuidado e a internet está aí. Internet tem tudo o que presta, também tem o que não presta e criança de dois anos já mexe no celular hoje, no meu tempo não. Então hoje em dia está muito perigoso. Já foi comprovado cientificamente que a maior parte dos violadores, abusadores é sempre dentro de casa ou da família ou parente muito próximo. E não é brincadeira, quando uma criança... ninguém se liga em observar o comportamento de uma criança. Quando eu contei pra minha filha o meu caso foi no momento de almoço, estava minha mãe, minha avó e meu tio que é deficiente mental.

(...)

Porque nunca ninguém pegou nos meus seios, nunca tinham feito isso. E eu fiquei estatelada na hora. “Se eu correr ele vai correr atrás e me agarrar”. Não tinha ninguém em casa, meu tio estava assistindo TV e ele não regula bem, não tem juízo, então era a mesma coisa que nada. E eu falei “meu Deus do céu, se eu correr ele vai me agarrar”, aí eu peguei o copo e saí pra dentro de casa e me tranquei. Aí foi quando eu fiquei assustada e falei: podia ter me acontecido algo pior, porque era cheio de plantação lá, bem grande é o terreno(?) (Laura – Assistente Social)(Sic)

A experiência vivenciada por essa técnica tem impactado sua visão sobre a maternidade e manutenção de um relacionamento que não se aproxime esteticamente da figura abusadora.

demandantes. También a las situaciones capaces de desarrollar estrés laboral como el *mobbing*, el acoso psicológico, el acoso sexual y el *backlash* entre otros que hemos descripto (Velázquez, 2003^a:295 y ss apud VELÁZQUES, 2012, P 133)

Porque eu não quero ter filhos, porque a realidade em que eu vivo eu fico pensando: “mãe é sofrer demais”, e no mundo que nós estamos hoje com os exemplos que eu vejo no meu trabalho eu não vou criar filho pro mundo, eu vou querer criar filho pro meu mundinho ali guardado para ser super protegido. E isso não é ser mãe, mãe é criar pro mundo e o mundo eu vivo e vivencio a parte mais escura dele no meu dia a dia. E quando eu vejo uma criança, o adolescente que não tem formação, indefeso, e tem pessoas que abusam, aí é que eu travo mesmo.

(...)

Hoje o trauma ficou. Eu não me envolvo com homens mais velhos. O único homem mais velho que eu me relacionei foi há quatro anos atrás, ele tinha 36 anos e não tinha cabelo branco. E eu já falei “ Marido se você começar a ter cabelo branco, eu te corto a cabeça”.

(...)

Remete. Eu não gosto de coroa a grosso modo, homem que tenha cabelo branco. Porque eu sempre fui muito paquerada quando era mais nova por homens mais velhos e de cabelo branco. Aí quando aconteceu isso eu assimilei tudinho. Aí eu fico brincando com ele “quando começar a ter o cabelo branco eu pinto” e tu pode? Já tem um monte, “posso” (INAUDÍVEL) “amor, você pode ficar tranquilo. Não tenha medo não, se você tiver cabelo branco não tenha medo que vai sair (Laura – Assistente Social)(Sic)

A segunda sub-hipótese é que os profissionais que atuam na questão de gênero vivenciam tensão e conflito em função da tarefa a que estão vinculados. Tal sub-hipótese baseia-se na ideia de que o fato de escutar tanta violência possibilita a reprodução da violência no ambiente de trabalho, fato que a autora denominou de microviolências na prática.

Para evitar a reprodução de microviolências na prática, entre os membros da equipe, estratégias de apoio mútuo, terapias custeadas pelos próprios peritos e o investimento em lazer/entretenimento servem como estratégias de reprodução da capacidade laboral do sujeito para enfrentar um dia a dia nada ameno.

Não. Eu já fiz há muito tempo atrás. Hoje o que eu faço para me distrair é pintar, pinto vasos e quadros, quando eu chego em casa à noite. E até já mudei o grau de óculos, porque o tempo que eu tenho é à noite para relaxar. Eu faço isso.(Laura – Assistente Social)(Sic)

Eu tento me desligar um pouco quando eu estou na minha vida particular, na minha vida pessoal. Tenho um filho pequeno,

então , a gente sabe o cuidado que a gente precisa ter para não adoecer, para não... não assimilar todas essas questões de dores, de perdas, de tristezas profundas, pra gente não levar para a nossa vida, não sofrer junto. É claro que nós somos humanos e o psicólogo não tem como desligar da... da emoção, ouvir a dor do outro e não sentir junto. Mas a gente tem que ter o entendimento de que você não pode viver em função da dor daquele paciente ou daquele cliente, daquela pessoa que está precisando da tua contribuição. Eu não sei responder de forma tão objetiva o que é que eu faço, mas como eu não tenho hoje um acompanhamento psicológico para me dar esse suporte extra, eu busco meios de sair, de me divertir, de não... tentar desligar um pouco do que é o trabalho do que é a minha vida particular. (Adriana – Psicóloga)(Sic)

Tal encontro de confiabilidade entre vítima e profissional é perfeitamente compreensível no relato da Vítima Mariana, quando vence as tentativas de recuo na denúncia e encontra, no profissional que garante numa situação tão adversa, uma escuta que o acolhe em seu processo singular.

Quando eu cheguei lá na delegacia eu fiquei assim com medo. Eu desisti na hora lá “não vô contá não. Dizê que foi tudo mentira e tal”. Aí uma amiga minha que o nome dela é Renia, ela é policial, aí ela sentou, conversou comigo aí viu que eu tava com medo. Aí pego e falou assim: pessoas assim tem que... você tem que contar a verdade pra ele vê o que é bom o que vai acontecer com ele. Ela ficou lá conversando tudinho, aí eu tomei coragem e falei lá. Tomei coragem e falei, porque assim, pronto, denunciei ele tal. Na minha cabeça denunciar... eu tava pensando assim “se eu denunciá ele, os irmão dele vai vim e me matá”. Eu fiquei com mais medo ainda. Aí quando minha amiga me levou pra pracinha de lá de cima aí ela fez eu distrair a minha cabeça e tal. Aí quando uma amiga minha tocou no assunto de tipo assim: eu fui assaltada, não sei o que, um assunto que ela tocou lá. Aí eu lembrei de tudo que tinha acontecido, aí fiquei com mais raiva, desci lá, contei pras minhas outra amiga e denunciei. Aí já era o quê? Umas 10 hora da noite. Que quando aí no Costa e Silva na sexta-feira... é no sábado, eu fico na pracinha que tem em cima, em frente a escola onde eu estudo com os amigo, tem um churrasco lá, mas eu não bebo, eles só fica bebendo, mas eu fico conversando com as minhas amiga, comendo lá, se divertindo. Aí eu fiquei com tanta raiva que eu desci e denunciei ele. Aí quando chego lá na delegacia eu fiquei com medo, aí foi que Renia sento e ficou conversando comigo. Aí eu tomei mais corage e denunciei. (Mariana, 17 anos)(Sic)

O fato de testemunhar é criar um novo saber e consequentemente um determinado poder na perspectiva de Foucault (1999, 2005). Estar diante

de um profissional que atua dentro de uma proposição especializada, no caso a violência sexual, leva o usuário a acreditar na possibilidade de libertação, de saída de se desarmar de uma situação de violência, na esperança de livrar-se dessa teia invisível, a partir das narrativas, da reconstrução de lembranças, de dar voz a algo que estava silenciado para uma equipe que confere, no discurso prático, total sigilo e confiança de que os relatos não serão publicizados. Esse discurso, que se estende para além da palavra, é demonstrado em gestos, tonalidade da voz, em se colocar no lugar do outro. Ser testemunha não é ser ouvinte passivo, porém, não significa ser participante ativo.

Testemunhar as narrações não significa ser expectador passivo do que conta uma pessoa que foi violentada. Tampouco significa tornar-se participante ativo da cena, mas terá de observar, compreender e falar de fora da cena violenta. (VELÁZQUEZ, 2012, 135)⁶⁹

Como foi percebido, fazer a escuta de relatos de violência sexual, contra criança e adolescente, em contexto intrafamiliar, não é um trabalho simples. Faz-se necessário a criação de uma postura de distanciamento entre a palavra escutada e as cenas criadas, no processo de reconstrução das narrativas. Se o profissional não consegue ou não tem respaldo institucional para exercitar esse distanciamento, os adoecimentos e o comprometimento em uma intervenção adequada estarão presentes.

Nessa pesquisa, constatou-se que as estratégias de enfrentamento de superação e distanciamento são criativamente desenvolvidas pelos profissionais pesquisados, numa tentativa de livrar-se, no mínimo, do processo de fragilização subjetiva e adoecimento.

Assim, Laura encontra, no espaço doméstico e no desenvolvimento de atividades lúdicas, a válvula de escape para suportar as dores e permanecer como “testemunha de atos violentos”.

Tem. Tem que ser cuidado. É até antiético, apesar de não falar nome do para o meu marido, a única pessoa que eu posso chorar, desabafar muitas vezes que eu falo: meu Deus do céu, tem tanta gente que precisa e não flui. Não flui – é a nossa

⁶⁹ Se testigo de esas narraciones no significa ser espectador pasivo de lo que cuenta una persona que fue violentada. Tampoco significa constituirse en participante activo de esa escena, sino que ese testigo tendrá que observar, comprender y hablar desde fuera de la escena violenta. (VELÁZQUEZ, 2012, 135)

mãe – não é? Eu fico pensando enquanto assistente social na questão da violação dos direitos, é mais um motivo para fazer terapia. (...) (Laura – assistente social)(Sic)

O relato de Adriana demonstra sua estratégia de livrar-se do peso das escutas, porém, nem sempre tal estratégia funciona de modo a não perturbar sua rotina de trabalho.

É, a gente vai tentando, apesar de que muitas vezes a gente acorda de madrugada no pensamento e o sono foge quando você está com uma demanda séria.

(...)

Já uma série de vezes e não só comigo com minhas colegas também. Porque quando a gente senta para conversar a gente troca isso, a questão de... de vivência com a dor do outro. É quando você diz assim: puxa, eu estou com uma demanda tão séria! E você adormece e quando você acorda, que aquela história daquela família você começa a pensar, você não consegue desligar, porque a gente tenta, mas nem sempre consegue. Mas você não dorme mais, você perde o sono se preocupando tentando buscar. Isso acontece muito comigo de tentar mentalmente elaborar o que eu devo fazer, que caminho percorrer, que ajuda pedir, com quem falar para me auxiliar quando envolve uma demanda mais grave, uma demanda séria que dependa de uma articulação mais efetiva.(Adriana – psicóloga) (Sic)

Sendo assim, estratégias, solidariedade entre os profissionais, ajuda por um profissional capacitado que dê a supervisão psicológica aos profissionais, a realização de trabalhos lúdicos têm sido as saídas buscadas pelos profissionais estudados nessa pesquisa. Destaque-se, ainda, que, dentro da política de humanização e educação continuada no Sistema Único de Saúde (SUS), o município de João Pessoa apresenta uma agenda de atividades dentro do projeto Cuidando do Cuidador, porém, a demanda por esse serviço, que cobre várias políticas setoriais (saúde, assistência, educação), é grande e não confere a todas as unidades de gestão um suporte necessário.

5.4 A atuação estatal e a quebra do silêncio

A pesquisa também aponta para a fragilidade encontrada nos espaços de formação desses profissionais, seja no campo da formação acadêmica, com limitações dos conteúdos teóricos, se no da educação especial continuada, definida pela política de proteção social especial, porém parcialmente cumprida pelas unidades de gestão.

5.4.1 A formação universitária: silenciamento formativo/universitário nas questões de gênero e violência

A proteção à criança e ao adolescente, desde a CF/88, começa a ter mais evidência no cenário nacional, configurando-se nas legislações de políticas setoriais (assistência social, educação, saúde, segurança), na confecção de planos de intervenção e se efetivando a partir da implantação de aparelho de gestão que proporciona o atendimento dessa população específica, para além do caráter punitivo, desenvolvendo ações preventivas cuja tônica orientadora seja a proteção social.

As legislações anteriores à CF/88 que orientavam os cuidados à infância foram todas forjadas dentro de uma lógica punitiva coercitiva. Como pontua Arrazola (1997), o menor sempre foi visto como perigo, cabendo a necessidade de criação de instrumentos de gestão que reproduziam e reforçavam estereótipos que associavam a pobreza e a negritude a elementos de perigo.

Após a CF/88, ocorre uma mudança significativa no olhar para essa faixa etária, fato demonstrado também no trato legal de situação irregular. A população infanto-juvenil passa a ser percebida como passível de atendimento, a partir de uma proteção integral, produzindo “um reordenamento das prioridades e valores sociais, em direção ao resgate da infância e adolescência protegidas como valor social” (AMARO, 2011, p. 38).

A perspectiva da atenção integral levou a uma revisão das políticas públicas, tornando-as mais intersetoriais, para atender às demandas apresentadas pela população, cuja fase geracional agrega a infância e juventude.

No âmbito da assistência social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seus artigos 6ºA e 6ºB, aponta para a garantia da proteção social em seus diferentes graus de atendimento: proteção social básica e a proteção social especial, cabendo ambas as proteções serem ofertadas por uma rede socioassistencial, na qual cabe participação do poder público e da iniciativa privada.

Nesse estudo, percebeu-se que os casos de abuso sexual intrafamiliar são abordados no nível de proteção social especial e entende-se por esta como sendo:

(...) um conjunto de serviços, programas e projetos que têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos. (Incluídos pela Lei nº 12435, de 2011) (LOAS, 1993)

No Art. 6ºC da LOAS, estão definidas as particularidades das unidades de gestão por tipo específico de proteção social. Para os casos específicos de violações de direito, cujo vínculo familiar esteja comprometido, são ofertadas nas unidades do CREAS que, segundo a legislação, representa

§ 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (incluído pela Lei nº 12465, d e 2011) (LOAS, 1993)

Hoje, o Brasil conta com cerca de 2.372 unidades de CREAS, em todo o território nacional, ocorrendo, segundo o Censo SUAS 2014, um crescimento considerável de unidades de gestão para a proteção social especial. Em 2009, o Brasil contava com 1.200 unidades, passando, em 2014, para 2.372. Destaca-se, dentre as regiões do território nacional, a Nordeste, com o maior número, contabilizando 914 de unidades de gestão, em 2014.

São compostas por uma equipe multidisciplinar, formada por assistentes sociais, psicólogos, advogados, pedagogos, além de profissionais

de nível médio, nas quais o atendimento poderá ser de abrangência aos casos de média e alta complexidade.

No caso específico dessa pesquisa, as entrevistas foram realizadas em três das quatro unidades de gestão da assistência social. Destaca-se que, em âmbito municipal existem quatro unidades de gestão, das quais tivemos acesso às respostas de técnicos de duas unidades. Uma das unidades iniciara os atendimentos às vítimas de violência sexual em 2015, não havendo registro até o momento da entrevista, e na outra, houve recusa dos profissionais em atender à pesquisa..

No âmbito do estado, a Paraíba conta com um total de dez Polos Regionais, dois quais escolhemos, pela proximidade com a cidade de João Pessoa, o de Lucena, que contempla o atendimento a quatro municípios vinculados: Pilar, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Itaipu e Riachão do Poço, circunscritos ao litoral norte, e um município referenciado, no caso o município de Pitimbu, no litoral sul.

Foram realizadas um total onze entrevistas com os profissionais que atuam no CREAS municipal e regional (Polo de Lucena). O contato e a receptividade pela temática favoreceu a consecução da pesquisa e procurou-se o tempo todo trabalhar numa perspectiva em que as entrevistas levassem a captar os pontos estruturantes da análise: memória de um caso emblemático; a formação como condição de inserção num programa específico; a condução do trabalho, dentro de uma estrutura multidisciplinar e intersetorial; a visão sobre o abuso; a construção do pacto do silêncio; visão do abusador e a leitura do silêncio como dispositivo de poder.

No que tange à formação profissional, percebeu-se que todos possuem formação universitária. As entrevistas foram realizadas com os seguintes profissionais: um advogado, um médico, quatro psicólogas e quatro assistentes sociais. Em uma das unidades entrevistadas, entrevistou-se uma educadora social, a única de nível médio. Nos três CREAS e na unidade de saúde analisados, encontrou-se apenas um advogado para o acompanhamento jurídico, nos casos de abuso sexual. Desses profissionais universitários, sete vivenciaram seu processo de formação em universidade pública e quatro em centros universitários e faculdades privadas na Paraíba.

Seguindo essa perspectiva de formação, ficou evidenciado, nas falas dos entrevistados, que o processo de formação não contemplou a discussão sobre temas pertinentes à atuação direta com os usuários do CREAS. Assim, a formação generalista em psicologia, serviço social, educação e direito, não deram a esses profissionais aproximação com temas transversais a sua formação como gênero, violência, drogas, comportamento divergente, socialmente falando. O contato com a realidade de abuso sexual e da violência sexual propriamente dita ocorreu no cotidiano profissional, na atuação junto ao CREAS e demais unidades de assistência, na descoberta da realidade, mediante erros e acertos e em alguns momentos de capacitação continuada, buscada pelo próprio profissional.

Como se pode identificar na fala da assistente social Laura, que demonstra fragilidade desde o momento da contratação, o processo seletivo/indicativo não demanda especificidade formativa do profissional em atuar com violência, e este tem que aprender com o cotidiano.

“Oi, tudo bom? Tem uma vaga no CREAS – você quer?” Quero. “Você começa tal dia”, a pessoa começa. Precisa o que para ser psicóloga aqui, assistente social? “Nível superior”. Para educador, nível médio para auxiliar administrativo, ligar computador. Só! Então quando você vai observar de fato o cotidiano, o ambiente de trabalho, é fraco, se torna fraco a partir do momento que tanto a pessoa de nível superior não tem assim uma base. Tem uma base geral da formação, mas não tem assim uma base. Tem uma base geral da formação mas uma especialização para lidar com esse tipo de público não tem, aprende na prática tentando, tentando aprender. E o educador nem curso na área da educação tem, que lida muito com crianças para fazer esses trabalhos lúdicos. (Laura – Assistente Social)(Sic)

A percepção da psicóloga Adriana reforça que a formação termina ocorrendo na prática e com as experiências que os atendimentos individuais proporcionam, visto que não existe um recorte na formação universitária, como também em educação continuada promovida pelas unidades de gestão, embora seja preconizado na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) do SUAS, que define as estratégias para as equipes de recursos humanos que atuam na proteção básica ou especial.

Eu entrei em 2011... outubro de 2011. Então a experiência não é ampla nessa questão de atendimento sobretudo de abuso que é a temática da entrevista. Não tenho uma experiência ampla mas a prática você vai adquirindo no dia a dia tendo contato com as histórias voltadas para as violações de direitos. (Adriana – Psicóloga)(Sic)

E continua

Não. Quando eu comecei não teve capacitação, nada voltado para atuação com violência... O que prepara um pouco é a sua busca por leitura – sabe? (...)Mas eu comecei sem capacitação, sem nenhuma preparação voltada para essa questão. Não foi me dada não. Mas aí a prática é como eu lhe disse eu não tenho uma experiência, mas cada caso acaba você ampliando um pouquinho mais porque cada história, cada caso é único, e quando você vai analisar bem a fundo envolve sérias questões culturais, questões econômicas, sociais, psicológicas, toda uma questão familiar. (Adriana – Psicóloga)(Sic)

As contratações por indicação ou por processo seletivo simplificado ou por avaliação de currículo vêm muitas vezes levar o profissional a encarar desafios que ele jamais imaginaria. O contato e a adaptabilidade ou o passar a prova de fogo das inúmeras violações é que confere o maior certificado ao profissional – o de sobrevivente. É possível ver na fala da assistente social Sandra, que associa a ida ao CREAS pelo melhoramento financeiro e sua permanência por identificação futura com a temática.

Assim, não é que eu escolhi, assim diretamente eu não escolhi. Quando a gente trabalha com serviço social a gente tem várias... várias... tem o leque de opções onde a gente pode trabalhar. A priori eu trabalhava com a área de idosos, trabalhava com geriatria numa instituição e quando eu saí de lá fui em busca de um novo trabalho. Então surgiu de trabalhar no CREAS municipal, tive um convite de uma amiga assistente social que trabalhava lá em Lagoa Grande e soube que tinha uma vaga para assistente social no CREAS de lá. Então ela me convidou e de imediato fui contratada, fui aceita e fiquei lá um ano... um ano é? Foi um ano. E quando houve... quando eu estava fazendo pesquisa na internet de... concurso, desse tipo de coisa, então vi que tinha um processo seletivo para o estado. Como era em João Pessoa apesar de que nós viajarmos para outros municípios, mas como era João Pessoa eu me arrisquei a fazer o processo seletivo. E não vou também mentir, a questão financeira também ajudou porque lá na Lagoa Grande a remuneração era muito baixa. (...)

E quando eu vim pra cá o leque abriu, é idoso, é criança, é adolescente, é mulher, é deficiente ou de quem precisar, de quem está sofrendo violência, de quem está tendo sua liberdade ou está sofrendo violência nós atendemos. Mas assim foi dessa forma que eu acabei entrando no CREAS. Eu não escolhi, assim não escolhi diretamente né? Mas eu acho que o CREAS acabou me escolhendo nesse caso, porque eu passei por algumas etapas então o CREAS acabou me escolhendo como profissional (Sandra – Assistente Social)(Sic)

De todos os profissionais entrevistados, em poucos, se encontrou a descrição de que há investimento institucional no processo de formação desse profissional, para atuarem de modo específico com violação de direitos, em seu recorte da violência sexual. A fala da psicóloga Cibele descreve o caminho que ela mesma percorreu, desde suas experiências em outras unidades de serviço assistencial até o CREAS.

Não. Não vou dizer que não porque dentro da universidade a gente tem as cadeiras básicas – sabe? Eu digo que a nossa prática mesmo que a gente aprende é no nosso dia a dia. Quando eu entrei na alta complexidade que me deparei com a questão das violações de direito, porque estava lidando com criança e adolescente institucionalizado foi impactante pra mim ver que as casas estavam sempre cheias de crianças que tinham vivência de rua, que eram abandonadas, que faziam uso de drogas. E aquilo ali foi me motivando a estar buscando conhecer melhor o que é o serviço de assistência social aonde eu estava inserida, o que era estar institucionalizado, conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente – o que é de direito, o que é de dever e aí a rede de proteção. Então eu fui buscando estar inserida nas formações que a própria prefeitura... Porque uma coisa eu tenho que afirmar, é que há o investimento enquanto profissional dentro dessa Secretaria de Desenvolvimento Social, a gente sempre está participando de formações continuadas, dentro das conferências. Então assim, eu fui buscando informações enquanto profissional interagindo, formando grupos de estudo para que eu pudesse conhecer melhor e aprender a lidar com essas situações. Então não foi a faculdade que me formou, ela me deu os conhecimentos primordiais básicos, mas para o atendimento que eu faço hoje eu digo a você que fui a busca mesmo a minha motivação de querer sempre dar o melhor para o outro e poder colaborar na construção, na mudança de vida, no projeto de vida do outro. Porque a gente precisa ter esse conhecimento, esse olhar de fazer, resgatar esse adolescente, esse jovem que teve seus direitos violados. Não foi a universidade que me preparou, é a vida que tem me preparado. Todos os dias eu aprendo nos atendimentos, todos os dias eu saio daqui revigorada, às vezes saio também com todas as energias esgotadas, sabe? Supridas, porque tem casos que a gente realmente vê que é

difícil de atuar... a gente não consegue avançar muito pela própria deficiência do sistema, das políticas públicas. Você enquanto pessoa também, enquanto profissional. Mas aí no outro dia a gente se revigora e a gente vem, a gente acredita no que a gente faz. E quando você faz aquilo que você gosta, as coisas por mais difíceis e complexas que sejam você consegue.(Cibele, psicóloga)(Sic)

Dentre todos os profissionais entrevistados, Mazé foi a única a passar por um processo de capacitação para implantar o serviço especializado da proteção social. Seu grau de conhecimento e domínio sobre a proteção social, a legislação, a concepção de rede mostrou-se maior que dentre os profissionais, apesar de sua menor escolaridade.

Eu estou nesse serviço CREAS desde quando ele foi implantado na Paraíba, final de 2005 eu fui capacitada com a equipe para receber esse programa aqui no SMA. E a gente iniciou o trabalho início de 2006, então no SMA eu estou trabalhando com essa questão, mas eu te digo que é um trabalho muito difícil da gente fazer, especialmente porque a gente não tem essa abertura na sociedade, ainda é como se fosse um tabu falar dessa questão, talvez o medo de denunciar. O índice de violência aqui no município do abuso, da exploração, não é tão grande quanto levando em consideração a outros municípios, talvez por conta da população que tem uma média de mais de 12 mil. Mas essa população varia muito no período de veraneio ela quase triplica, enfim. E nesse período então o índice é maior desse tipo de violência. Mas a gente ainda percebe uma dificuldade muito grande das pessoas de fazer a denúncia, que a gente trabalha com a denúncia. Nesse período também a gente encontra meninas... um número maior de meninas não do nosso município, mas vindo de outros municípios vivenciando esse tipo de... sendo exploradas sexualmente. (Mazé – educadora social)(Sic)

A fragilidade na formação universitária, apresentada pelos currículos nas formações de serviço social, psicologia, direito e pedagogia, com a ausência de componentes curriculares que abordem a violência como elemento a ser identificado na constituição sócio-histórica das populações atendidas, como também elementos, hoje chamados temas transversais com gênero, raça/etnia e geração, vem reforçar o conservadorismo fincado em nosso processo formativo. Embora se tenha um aparato legal avançado, com proposição e desenhos de instrumento de gestão, política de recursos

humanos, monitoramento e avaliação, não se conta com uma formação que venha acompanhar essa realidade.

No caso das equipes multidisciplinares, a atuação na saúde e na assistência, como foi pontuado pelos entrevistados a realidade da violência contra criança e adolescente, se delineia na prática, em contato direto com a realidade de atendimento. Tal proposição reforça a percepção de não se falar de violência intrafamiliar e, especificamente, da sexual, no processo formativo dos profissionais que irão atuar com tal realidade, constituindo-se numa forma de reforçar o silêncio, não só das vítimas, mas de uma sociedade que aposta numa ideia de família, da qual o conflito não faça parte.

5.4.2 - O enfrentamento da violência sexual intrafamiliar e a ação em rede: intencionalidade ou ação?

O teor da assistência prestada à criança e ao adolescente, no Brasil, após a CF/88, passa a considerar essa população sob à luz da proteção integral, mediante a compreensão de que, não sendo miniaturas de adultos, mas sujeitos em processo de formação, estes não devem mais ser vislumbrados de modo secundarizado, mas, percebidos como sujeitos de direito, passam gozar de proteção social, com respaldo no campo legal. Dessa forma, as ações e a estruturação de aparato institucional tomam novos significados, afastando-se da áurea de proibição e coerção e direcionando-se para uma formação integral que vise garantir o desenvolvimento das potencialidades dessa população específica.

Partindo do silogismo apresentado por Furini (2011, p. 26)

(...) a prioridade de atendimento e proteção às crianças e aos adolescentes expressa a busca pela construção de uma sociedade melhor, menos desigual e com menor vulnerabilidade. No âmbito da ordem social, essa prioridade implica o seguinte silogismo: premissa a) todo ser social em desenvolvimento será um adulto ideal se for protegido; premissa b) a criança é um ser social em desenvolvimento; premissa c) a criança deve ser protegida. (FURINI, 2011,

Diante dessas necessidades, essas ações devem ser pensadas no âmbito das políticas sociais para a garantia da efetivação da proteção à população infanto-juvenil, efetivando os dispositivos legais existentes, CF/88 e ECA/90. Os direitos sociais foram contemplados na CF/88 e definidos, dentre outros campos, com a Seguridade Social, contemplando, em seu esteio a saúde, a assistência e a previdência sociais. No âmbito da assistência social, um dos investimentos traduzidos por essa política inserem-se na redução das desigualdades sociais. A assistência social, no direcionamento de sua política, elege instrumentos de proteção social básica e especial, tomando a família como objeto de intervenção e delimitando o território como lócus de intervenção das ações específicas.

Para esse estudo, faz-se um recorte na proteção social especial, para se compreender como o Estado atua diante da violência sexual, estando esta circunscrita numa perspectiva extra ou intrafamiliar. Para tanto, a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/2004) concebe a proteção social especial como:

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (PNAS, 2004, p 38)

No contexto da PNAS/2004, as medidas vinculadas à proteção especial ainda se desmembram de acordo com o grau de complexidade: média e alta. Enquanto a média complexidade está destinada à proteção das vulnerabilidades encontradas com crianças e adolescentes, cujo vínculo familiar está presente, a alta complexidade destina-se ao atendimento da população vulnerável e sob risco, em que o laço familiar está rompido ou sob grave ameaça.

A Tabela 6 apresenta as ações para ambos os níveis de complexidade presentes na Proteção Social Especial (PSE), cuja porta de entrada é o CREAS:

Tabela 6 - Ações para ambos os níveis de complexidade presentes na Proteção Social Especial (PSE)

PSE – Média Complexidade	PSE – Alta Complexidade
Serviço de orientação e apoio sociofamiliar. Plantão Social. Abordagem de Rua. Cuidado no Domicílio. Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência. Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).	Atendimento Integral Institucional. Casa Lar. República. Casa de Passagem. Albergue. Família Substituta. Família Acolhedora. Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada). Trabalho protegido

Fonte: PNAS/2004

As estratégias pensadas para proteger a infância e adolescência, no Brasil, contudo, ainda levaram em conta parâmetros postos nos antigos regimes, e o cuidar desta etapa geracional tomou como parâmetro a concepção do adulto ideal. O que Furini (2011) aponta como ponto cego no tratamento da infância e adolescência, cuja tônica centra-se no adultocentrismo.

Os educadores e assistentes sociais, ao educarem crianças e adolescentes para que sejam adultos ideais, podem perder a oportunidade de maximizar as potencialidades da infância e da adolescência, ao passo que educar para a infância e a adolescência é algo que pode permitir a sobrevivência de tais potencialidades. (FURINI, 2011, p. 97)

A antecipação de costumes adultos a essa fase geracional promove um movimento de anulação da criança e do adolescente enquanto fases específicas. Assim, normas, objetos, formas de consumo próprios dos adultos, antecipados à criança e adolescência, introduzem esses sujeitos no que Furini (2011) denominou de adultização. A projeção de futuro calcada no passado, como pontuou Santos (2006) cria paralelos de modo a impedir o

desenvolvimento saudável, a partir da experiência correlata à geração em que os sujeitos se situam.

Desse modo, a proposição é a seguinte: o futuro adulto a ser alcançado comanda o presente infância. Contudo, quando essa infância comandada chega ao futuro, não está aí uma decorrência do passado infância, mas um futuro já presente. . (FURINI, 2011, p 101)

O desdobramento não será então um dos melhores. Precisamos romper com a lógica adultizante no trato com nossa infância e adolescência e, só a partir de um olhar múltiplo e interdisciplinar, será possível resignificar essa geração.

Se, como M. Santos (ibidem) nos mostra, a memória olha para o passado e a nova consciência olha para o futuro, temos oportunidade de identificar que essa nova consciência não deve ser formada a partir de um futuro, no qual seja possível que o novo (infância) não surja do velho (adulto), fazendo que a infância não morra e sim continue a existir. A infância deveria penetrar a lógica adulta com sua lógica e não perde-se na lógica adulta. (FURINI,2011, p 101)

Neste sentido, a perspectiva da proteção integral nos leva a pensar numa ação em rede e sob olhares diferenciados e com saberes diferenciados. O próprio ECA/90, na sua indicação do atendimento da proteção integral, sinaliza para a criação de comunicabilidade entre os diversos segmentos de assistência à criança e à adolescência. Para isso, a compreensão da rede como um fenômeno das sociedades reticulares (Elias, 1994) nos direciona à ideia de que uma intervenção singular de qualquer política não garante um atendimento que venha a efetivar o que se denomina de proteção integral.

A ideia de rede está associada à articulação racional e política de esforços e recursos, mediante a ação conjugada e compartilhada de políticas/organizações/atores/forças, tanto públicas como sociais.

O trabalho em redes e com redes pressupõe a superação da burocracia que engessa as instituições e atores sociais e se instaura mediante um processo dinâmico, ativo, efetivamente orgânico e relacional. Nessa perspectiva, os laços e parcerias não funcionam como convênios, mas como contratos dinâmicos, em movimento e conflito, para, no entanto, realizar objetivos em que cada parte potencializa recursos, que juntos se tornam também mais eficientes (Faleiros, 1998, p.267 apud AMARO, 2011 p 130)

No estudo, as redes são imprescindíveis ao delineamento e enfrentamento dos casos de violência doméstica e familiar e na atuação sobre eles, principalmente na modalidade sexual. Chegar até a vítima sem o apoio de

uma atividade em rede ou atuar após a chegada da denúncia não se concretiza uma ação eficaz sem o mecanismo do trabalho em rede. Porém, foi possível apreender as possibilidades e limites que tais mecanismos apresentam diante de uma temática que, por si só, engendra uma infinidade de tabus. Revelar o não dito, encarar a violação do interdito não são tarefas fáceis para quem compactua das ações em rede.

Assim, avanços, retrocessos, dinâmica, inércia, comprometimento, e não domínio de saber foram apresentados nas dinâmicas das redes. Vale destacar que, segundo Carvalho (2003), no caso do atendimento à infância e adolescência, sob violação sexual, há dois mecanismos de atuação: as redes de solidariedade e comunitária e as redes de proteção. Neste estudo, dá-se ênfase à rede de proteção para se avaliarem quais as percepções dos profissionais que atuam no atendimento às vítimas de abuso sexual na Paraíba e como utilizam a rede para efetivar a atenção integrada.

Para Aguiar, tanto a organização quanto a análise de uma rede social devem considerar dois aspectos que, a seu ver, são indissociáveis. O primeiro seria a *estrutura*, em que os nós representam os indivíduos, os elos representam a união dos nós, os *tipos de vínculos* representam a classificação das relações entre os nós e os papéis exercidos por cada nó qualificam as interpelações. O segundo seria a *dinâmica*, na qual as relações espaço-temporais devem ser levadas em conta, como processo no qual se observa, por exemplo, o padrão de fluxo de informação ocorrido entre os nós, o ritmo em que ocorre as interconexões ou o fluxo de informação, os *graus de participação* de cada integrante da rede e os efeitos que essa participação pode proporcionar aos membros da rede e os efeitos que essa participação pode proporcionar aos membros da rede e a rede com um todo. (idem, p 11-4 apud FURINI, 2011, p 170)

Nos CREAS (assistência social) visitados e no ICV (saúde), evidenciou-se a compreensão de rede como interligação intersetorial dos serviços, no sentido de garantir, mediante um fluxo dinâmico, a resolução de problemas específicos, no caso, o abuso sexual intrafamiliar. Como demonstram os entrevistados, foi possível identificar a lógica de comunicação entre os setores e a instituição.

Geralmente quando chega pra mim vão pela via já do Conselho Tutelar, porque a gente sabe que a porta de entrada são os

serviços. Mas tem a porta de entrada... tem a escola que a gente tem uma parceria muito grande com a escola. A escola é uma porta de entrada, a polícia, as delegacias. Então se já veio do Conselho Tutelar a gente faz o acolhimento dessa família e aí dependendo de como foi o abuso, que quando vem do Conselho a gente já subteme que já passou pelo exame de construção carnal, a gente vai fazer a parte realmente psicossocial. Mas se a gente identificar que naquela família está necessitando de outros serviços aí a gente aciona, aciona o Serviço de Convivência para inserir aquela criança, adolescente, no Serviço de Convivência. Então a gente faz os atendimentos também aqui, dependendo da necessidade a gente faz o acompanhamento dessa família e fica sempre interagindo da questão da referência e contra referência de saber do serviço que a gente encaminhou se realmente está sendo feito, dessa resposta. Se veio para cá e não passou por nenhum desses serviços, aí a gente já imediatamente aciona o Conselho Tutelar porque ele tem que estar a par de todos os casos de criança e de adolescente. E aí a gente aciona o Conselho Tutelar para que seja feito toda a questão da intervenção desse Conselho. Se precisa fazer a profilaxia, se precisa ir para a delegacia, isso vai ser todo papel do Conselho. E a gente retoma com o acompanhamento da família e vai dependendo da dinâmica dessa família, porque cada família vai apresentar(?) uma dinâmica diferente. E aí a gente vai encaminhando, porque as vezes a gente chega nessa casa e identifica que essa mãe também sofre violência doméstica. Então a gente já aproveita o fato e atua dentro já do que está necessitando. Se tem uma pessoa com deficiência já procura ver quais são os direitos que estão sendo negados e aí a gente vai e aciona os órgãos competentes. De uma violação a gente vê se dentro da família está tendo outras violações. E aí a gente vai encaminhar para o serviço que de fato deve estar resolvendo. (Helena - Psicóloga)(Sic)

Também foi possível identificar que a fluidez de comunicação e a resolução de problemas contam também com uma identificação entre os pares. Isso ficou demonstrado na relação do advogado com o setor jurídico. Tal concepção demonstra o que Scherer-Warren (2005), em seu estudo sobre Redes Sociais, denomina de aspectos relacionais, atributivos e intencionais como foco de análise e identificação das redes.

Nos aspectos relacionais, estão associadas as ligações que ocorrem no âmbito das redes, a partir das relações entre pessoas, mediante ações de reciprocidade, no que diz respeito aos aspectos atributivos ou natureza do relacionamento, na identificação por categoria de trabalho/profissional. Já as redes intencionalmente constituídas são aquelas em que os aspectos

relacionais e atributivos são utilizados de forma concomitante (FURINI, 2011, p 169).

Aqui no Polo SMAS especificamente, porque nós trabalhamos com mais de um município, nós trabalhamos com 06 (seis) municípios – não é isso? No SMAS especificamente esta rede é muito forte. É uma rede bastante coesa, principalmente em relação ao combate, a proteção das nossas crianças, a proteção dos nossos adolescentes e as mulheres em geral. Então é uma rede bastante forte, é uma rede antiga, não é uma rede nova e tem uma atuação bastante boa dos poderes dessas repartições públicas, dos poderes como todo, tanto o executivo, a prefeitura e suas secretarias, o estado, a gente representando o Estado obviamente como CREAS e a justiça representada pela magistrada e o Ministério Público também é bastante ativo. Todos são órgãos bastante atuantes aqui nessa rede. (André – advogado)(Sic)

Este caráter de formação de rede, a partir do caráter atributivo, favorece maior comunicação. Esse fato é fortemente demonstrado na fala do advogado, quando cita que a fluidez na comunicação e no desenvolvimento das ações ocorre com atendimento sempre com “as portas abertas”.

A gente vê um esforço grande, tanto do Ministério Público – eu vou falar da atuação mais jurídica – a gente vê um esforço bastante grande do Ministério Público e dos magistrados da justiça. A gente tem contato muito bom com os promotores, geralmente os promotores nos recebem de portas abertas, promotores e juízes. E toda vez que a gente encaminha, a gente, eu procuro, nós procuramos não só encaminhar ofício, mas conversar sobre o caso com o membro do Ministério Público, com o membro da magistratura – certo? Então percebe um esforço grande deles, mas a gente sabe que nossa justiça é muito, muito conturbada, conturbada e cheia, é muito cheia. Então muitas vezes é o magistrado para cuidar da parte civil, da parte penal, partes de família mesmo, então é bastante atribulado. Nós encaminhamos, a gente sempre encaminha os ofícios e procura conversar. O retorno não é... não é muitas vezes imediato. Não é imediato mas chega, mas chega. Em alguns poucos casos mais graves a gente tem uma preocupação com esse retorno, porque casos graves requer respostas imediatas – não é? (André – advogado)(Sic)

Outro ponto interessante, nesse fluxo de rede, apresenta-se quando determinada unidade de gestão configura-se no cenário da assistência como centro de referência com uma melhor estrutura.

Isto poder ser apreendido na referência que o Instituto Cândida Vargas tem diante dos órgãos de defesa e responsabilização no estado da Paraíba:

Muito atuante. A Cândida Vargas é muito atuante nas reuniões da Rede, a Cândida Vargas está sempre presente. Quer dizer, em todas as reuniões, tudo que é evento sobre violência. Tanto é que na delegacia, na última reunião da Rede a delegada disse: eu mando logo para a Cândida Vargas. Porque assim já é referência pra ela, e é o local para onde ela encaminha. É o primeiro local para onde eles encaminham. (Janice – Assistente Social)(Sic)

Assim como no mundo dos negócios, em que a dinâmica capitalista assume uma dimensão de rede, cuja fluidez apresenta-se como imperativo, nas redes sociais e na rede social de proteção à criança e ao adolescente busca-se criar essa dinâmica em que as ações sejam empreendidas e os problemas solucionados num menor período de tempo, porém, esta eficácia apresentada no mundo dos negócios nem sempre ocorre no contexto social de violência.

Como pontua Santos (2006), um dos condicionantes

[...] do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. (...) A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. (SANTOS, 2006, p. 185)

A falta de uma comunicação que garanta um retorno à necessidade de violência, em uma velocidade que solucione o caso, deixa muitas vezes as vítimas se arrastarem com seus processos e com suas dores. As dificuldades apresentadas nos equipamentos de gestão, por falta de recursos materiais e humanos, vêm, muitas vezes, secundarizar um sujeito que, no amparo legal, deveria ter prioridade.

Eu acho que não atua enquanto rede. A gente vê claramente pelo... um exemplo é o Conselho Tutelar que assim a dificuldade que a gente tem de entrar em contato com o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar a dificuldade que não tem carro pra vim pra cá, muitas vezes. Até para ligar para o

Conselho Tutelar muitas vezes o telefone não pega. Eu tentei ligar, o Conselho Tutelar, o telefone desligado porque não pagaram a conta. A gente tem que ficar ligando de um Conselho Tutelar para outro para poder conseguir o telefone do conselheiro daquela região. E quando liga para aquela região não é aquela região, é outra região. É uma dificuldade tremenda, eu acho que a rede esta muito aquém. Eu acredito que nas escolas também eles não têm esse olhar. Uma mãe, foi adolescente também, mas nesse caso foi um amigo da família que pegou a menina no ponto de ônibus do Liceu. A dificuldade que ela teve quando saiu daqui para mudar a menina de horário porque assim, ela estudava à tarde, ela queria que a filha estudasse de manhã porque ficaria mais fácil dela ir buscar a filha depois da violência. Mesmo a filha ter sofrido violência sexual, está sendo acompanhada aqui, a menina foi e fez o BO, a pressão do Conselho Tutelar e tudo ela não conseguiu mudar a menina de turno. Simplesmente de turno. O colégio não conseguiu nem assim ter a sensibilidade de trocar o turno da adolescente para garantir mais proteção. (Janice – Assistente Social)(Sic)

Diante da realidade e dinâmica das redes, em níveis macro e micro, na Paraíba, ficou patente, na fala dos profissionais, a necessidade de melhor regular as ações dos componentes da rede. Embora as ações aconteçam, há um hiato quando estas ações são conduzidas por unidades de gestão que dão cobertura a mais de um município, no caso dos CREAS regionais. Assim, a fluidez, que seria a tônica do processo de rede e do enfrentamento de um fenômeno que necessita de ações reticulares, se vê paralisada ou reproduzindo ações dentro de um calendário anual, que deve ser cumprido sem grau de continuidade das ações.

Eu creio que sim. Eu acho que até na própria rede já deveria existir uma comissão que de repente pudesse ser formada nas escolas de crianças não só crianças, mas adolescentes que tenham um melhor entendimento da situação para fazer parte, porque eles são os maiores interessados. Por que não chamar também alguns adolescentes para fazer parte dessa rede? Porque assim, a gente está lá por eles, pra eles e pra reivindicar algo pra eles, mas a gente também tem que saber escutá-los. Porque é muito fácil a criança isso e aquilo e a gente não perguntar pra ela. Eu acho que ela é a maior interessada. E essa divulgação também. Quando teve o 18 de maio e o CREAS fez algumas palestras e eu fiquei assim me perguntando “por que não esse trabalho não ser feito em todas as escolas. E por que não esse trabalho só é feito nas escolas públicas. E por que esses trabalhos só são feitos nas escolas públicas, se isso é um problema que atinge toda a população

de a, b ou c – não é? É muito complicado a gente entrar, por exemplo, numa escola privada para falar sobre o caso. Porque muitas vezes isso é realmente abafado e velado, é como se não existisse. Mas a gente sabe que nós como profissionais até como adultos também, a gente sabe como é a vida. Então assim a gente sabe que acontece muitas vezes de a, b, c, d da classe que for. Então assim, eu acho que a rede é muito importante, mas a rede devia eu acho que não só do SMAS, eu acho que todos os municípios deveria ter rede, essa questão da rede articulada que é Conselho Tutelar, que é a parte da justiça, Ministério Público, as escolas, a saúde. Todo mundo tem que estar envolvido. Então eu acho que seria primordial que todos os municípios, não só o SMAS porque não trabalhamos em outros lugares que assim que tem uma pseudo rede, vamos dizer assim, mas não é uma coisa efetiva assim 100%. Porque é algo que a gente não pode fechar os olhos, que eu creio que acontece sempre. (Sandra – Assistente Social)(Sic)

A falta de feedback, muitas vezes encontrada na resolutividade de casos de violência sexual, fragiliza o trabalho em rede e quebra a compreensão de uma atenção integral. Assim, existe um discurso com amparo legal, que estimula e subsidia a atuação e proteção integral, garantindo a ação delimitada a partir dos recursos encontrados no território, mas sua operacionalização e o fluxo contínuo de comunicação reforçam a ação focalizada e desintegrada com que os componentes da rede estão envolvidos. A falta de retorno às demandas encaminhadas esbarra na falta de estrutura material e pessoal, numa equipe reduzida e com sobrecarga de trabalho, além da identificação e envolvimento dos profissionais da assistência com questões burocráticas. O resultado é o caminhar em fluxo contínuo se perder no espaço e no território.

Em alguns casos a gente consegue, em alguns serviços a gente consegue. Às vezes é muito informal. A gente sempre manda uma resposta, uma solicitação por ofício, mas às vezes vem pra gente muito informal também a questão da contra referência. Quando a gente solicita, a gente sempre tem que estar solicitando “manda um relatório também do que está sendo feito”, que aí a gente fica nesse... Mas na maioria das vezes vem informal, a gente chega no município diz: foi feito, a gente conseguiu levar o idoso ou a criança para determinado lugar, está sendo feito a questão da saúde e tudo. Eles não mandam assim formalmente, mas informalmente a gente fica sabendo – entendeu? Eu acho que há uma falha nisso, a questão dessa contra referência.

(...)

Não tem. Existe uma equipe multiprofissional do NASF. inclusive eles dão contra referência. O trabalho eu não tenho o

que reclamar, eu tenho que reclamar com relação a unidade de saúde quando nós pedimos contra referência e raramente vem. Quando a gente consegue é algo informal, por telefone. Quando nós solicitamos em ofício é muito, muito raro de vim. E isso é uma questão ruim também para o andamento do processo para a continuidade de um trabalho que é em rede, então ele empata aí também. O CREAS por ter obrigação de trabalhar em rede precisa dos outros serviços para fazer um trabalho eficaz e normal, encontra muito esse impasse referência e contra referência. Quando eles pedem nós encaminhamos, quando pedimos uma resposta do que encaminham não vem. E o mais alarmante de tudo isso é o Ministério Público, que tem o maior poder de intervenção e atuação contra uma violação de direito, é o que mais demora. Eles não dão contra-referência. Quando vamos questionar, a desculpa é que está com falta de profissional. Mas isso não justifica a gente não ter uma contra referência porque quando eles nos pedem a gente tem que dar e ainda colocam prazo. Infelizmente esses prazos não podem ser respeitados por causa da demanda que é muito grande. A gente faz o possível para respeitar esse prazo, apesar de quase nenhum a gente atender no prazo, com exceção dos casos urgentes e mais urgentes, porque pra mim todos são urgentes. A coordenação aqui tem uma política de que o Conselho Tutelar tem prioridade quando vem caso de criança e de adolescente tem prioridade perante os outros. E a gente segue. Mas assim, a saúde eu acho que é a pior área de lidar, de pedir informações contra referência e em segundo lugar do Ministério Público. Muitos casos depende só da resposta deles, muitos casos de idosos aqui já faleceram e a gente não ficou sabendo ou ficou sabendo porque fez uma nova visita. E era caso somente do Ministério Público dar resposta e não deu e veio a óbito. E o Ministério Público não mandou. Eles alegam que é por falta de pessoal. (Laura – Assistente Social)(Sic)

Nessa passagem, pode-se constatar a inércia e os gargalos com os quais os profissionais que buscam nas redes respaldo para seus casos se deparam. Sem a fluidez necessária para solucionar ou dar andamento aos processos de violação sexual, associado a problemas de infraestrutura e de gestão, os profissionais se veem compelidos a atuar dentro de um limite de ação.

O Conselho Tutelar que seria o órgão que mais deveria chegar à demanda, infelizmente não é tão atuante, principalmente por parte da qualificação dos conselheiros dos tutelares. Quanto à equipe psicossocial, não tenho muito que reclamar não. Mas o encaminhamento, sabemos que deveria ser mais... a demanda deveria ser maior, mas não é. Encontramos dificuldades com relação a um tratamento psicológico, a uma psicoterapia, a

uma terapia, quando as psicólogas das equipes verificam e não tem condições, porque o CREAS ele não faz um trabalho contínuo a longo prazo, identifica e faz o trabalho sistemático. Só que quando vai fazer o encaminhamento, os dois únicos locais que eu tenho conhecimento que faz o encaminhamento é o UNIPÊ e UFPB (a escola de psicologia), que atendem gratuitamente e, mesmo assim quando tem vaga, quando não estão em greve. E eu acho que poderia ter outras entidades que poderiam vim a contribuir nesse processo que é muito sério. A criança e o adolescente eles estão no processo de desenvolvimento, acredito eu que não só criança e adolescente em situação de abuso sexual precisariam desse serviço, mas inclusive agora a gente está atendendo adolescentes com medidas socioeducativas que também precisariam. Então a gente fica... fica... como posso explicar? À mercê do que tem no momento. (Laura – Assistente Social) (Sic)

A efetivação da ação em rede, embora apresente um caráter virtual, deve se materializar com as ações. Então, a viabilidade de fluidez entre os níveis macro e micro, local e regional, integralização mediante ações intersectorializadas deverão ser evidenciadas na rede, senão a mesma deixa de ter sentido de existência.

Santos (2006) aponta para este caráter simétrico, entre a virtualidade e a realidade das ações em rede, afirmando que

As redes são virtuais e ao mesmo tempo são reais. Como todo e qualquer objeto técnico, a realidade material independente das redes é ser uma promessa. [...] Ela somente é realmente real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo de ação. (SANTOS, 2006, p. 187).

Do contrário, o grau de frustração dos profissionais que compõem a rede aumenta, e o discurso de sua não existência se faz presente. Ocorre, também, contradição entre os profissionais de uma mesma unidade de atendimento, se comparada fala do advogado e o nível de eficácia da rede, no campo jurídico, com o discurso de outros profissionais que atuam na unidade, em relação à ineficácia da ação da rede na área social e da saúde.

E aí a gente consegue fazer os encaminhamentos e assim tem que estar monitorando, acompanhando todos os casos. Então assim, acontece que a gente vai priorizando aquilo que é prioridade. Mas assim dentro do serviço que trabalha com

violação o que não é prioritário? Não tem, todos eles são. A gente tem que estar entrando em contato com a justiça, entrando em contato com a saúde, entrando em contato com a educação. Então assim, eu coloco muito que a gente tem que conhecer todo o trabalho da rede porque a gente precisa de todos os serviços para estar justamente fazendo todos os encaminhamentos. (Cibele – Psicóloga)(Sic)

Então conhecer o território, os sujeitos sociais que os compõem, a malha de serviço que se instala se faz premente para a atuação em rede. Dentro da perspectiva da assistência social, que define o território como campo de inclusão e inserção social, e a família como centralidade na sua política, a configuração desse território é importante para acionar as atores e instituições que poderão fazer um intercâmbio entre os setores micro e a macro, na atuação em casos de violência.

Dentro da Redexi eles chamam e são colocadas ações em conjunto com essa rede macro. Que essa rede micro é as que estão no território. A gente tem reuniões constantes. Aí não entra só caso de abuso, de exploração mas todos casos que a gente... (Márcio – Coordenador do Creas municipal)(Sic)

A compreensão de que a ação em rede tem que ser feita a partir dos órgãos que atuam num determinado território, cabe ao CRAS ter esse mapeamento das instituições e dos atores a serem acionados para resolutividade de suas necessidades, como bem pontuou a educadora social Mazé.

Essa rede ela não foca só na questão do abuso. Ela tem todas as Secretarias, a própria Prefeitura, Câmara de Vereadores, Conselho Tutelar, já inclui a saúde, o Ministério Público, os Juizados que aqui a gente não tem específico da criança, aqui é uma juíza para atender todas as demandas que existe no município, a delegacia de polícia, enfim. Muitas vezes essa rede ela atua de uma forma que muitas vezes a gente faz o elo com o serviço do estado e a gente aciona e pede através de documento e o órgão que é solicitado manda um representante. Enfim, a gente tem essa ligação e muitas vezes a gente recebe o feedback por parte do estado dessa rede. Então devido existir esse serviço aqui e as reuniões acontecem mensalmente no Fórum daqui da cidade, a gente tenha essa consciência, pelo menos em parte da população de estar atento a essa demanda. (Mazé - educadora social)(Sic)

A combinação do conceito de rede, do campo material para o nível social, favoreceu uma ressignificação do conceito de território. No caso específico, a articulação entre ações regionais e municipais também dá a dimensão de ampliação de territórios. No caso da proteção social de crianças e adolescentes, a noção de território é fundamental para a identificação de saberes e locais que poderão atuar como participantes nesse processo de integralização das ações interventivas, frente ao abuso sexual intrafamiliar.

No Regional a gente tem o CRAS, o CRAS é muito parceiro da nossa ação, o Serviço de Convivência que funciona no CRAS, o Conselho Tutelar não em todas as regiões. Por exemplo, a gente tem uma parceria muito grande com o Conselho daqui, Pitimbú, já o de São Miguel ele não é muito fácil de lidar não sabe? Pilar a gente tem, Pilar e Riachão a gente tem. Só o de São Miguel que a gente não consegue ter muito êxito não. A gente também faz a nossa parte. A saúde, a rede é bem extensa: saúde, Conselho Tutelar, CRAS, Serviço de Convivência – deixo ver quem mais. (Helena – Psicóloga)(Sic)

O conceito de território e sua ressignificação é apresentado por Furini (2011), como desdobramento da capacidade que as redes têm em se expandir e se complexificar. Sendo os territórios espaços exemplares de poder e construção de saberes, as trocas constantes entre o que denomina de nós (pontos ou problemas apresentados) e as linhas (comunicação das redes, mediante fluxo intersetorial) criam espaços de saberes.

Essas redes, pela sua relação com o território, podem atuar como espaço geográfico entre as desterritorialização e a (re) territorialização. Daí sua capacidade de transformação socioespacial ser relevante. Para Haesbaert(2003, p 200), a rede pode se caracterizar como um elemento do território, como o território pode se transformar em um ponto da rede. Uma complexa relação entre escalas geográficas envolve a questão. O território, como âmbito de poder e dominação, se constitui a partir de saberes e temas especializados. As redes sociais apresentam, juntamente com as representações sociais, as maneiras como esses saberes e temas se tornam centrais ou não. (FURINI, 2011, p 168).

As redes sociais, quando estruturadas em torno de uma temática (enfrentamento da violência e abuso sexual), como é o caso da REDEXI, que agrega trabalhadores, especialistas, instituições governamentais e não

governamentais e da qual muitos dos profissionais entrevistados fazem parte, proporcionam a criação de um saber específico e aprofundado sobre o tema que os une. Esses espaços são também espaços de ampliação do universo cultural dos profissionais mediante capacitação.

A gente vem fazendo um estudo, fazendo um curso de justiça restaurativa. E a gente está falando justamente sobre esse trabalho da rede, a questão da intersectorialidade. E aí eu escuto assim “ah, não existe a rede”. Eu disse: como? Existe. Agora, se o funcionamento dela é eficiente, aí esse caso é outra história. Porque assim, a nossa demanda é grande. Acontece muita das vezes não dá tempo da gente em tempo luz(?) fazer essa referência. Não dá porque vai chegando um caso, já chega outro, daqui a pouco outro..(Mazé - educadora social)(Sic)

A conectividade de uma rede com outra, numa escala mais restrita ou mais ampliada de possibilidade, dá o que Santos (2006) denominou de desterritorialização ou (re)territorialização do espaço e da ação. Então, determinada demanda poderá ser atendida de maneira mais fluida ou menos fluida, mais célere ou menos célere, dentro dessa troca de saberes e conectividade.

Em geral, as redes sociais se relacionam com outras redes em escalas superiores e inferiores, o que lhes confere níveis de influência de acordo com sua gênese, tema e abrangência, daí poderemos falar em polimorfia das redes. As redes podem atuar em micro, meso ou macroterritórios, ou ainda articulando-se em escalas diversas, porém sendo influenciadas ao transpor escalas. A rede social relacionada aos direitos da criança e adolescente pode ter como central na escala do corpo, ações efetivas de proteção por meio de intervenção direta; na escala do bairro, acompanhamento dos resultados ou ausência de trabalhos de atendimento de acordo com o perfil da população; na escala municipal, articulação dos órgãos geral dos órgãos e entidades relacionadas ao tema, na escala estadual, participação e interação com os diversos programas e projetos regionais; na escala nacional, contribuição para o aperfeiçoamento geral das diretrizes relacionadas ao tema; na escala global, o acesso ao conhecimento sistematizado das nuances gerais que envolvem a temática. Significação, amplitude, resultados, tema e grau de influência, correspondentes à rede social, vão variar conforme o processo e capacidade de transpor escalas. (FURINI, 2011, p 194)

O que vai garantir a estruturação e perenidade das redes e, especificamente, de redes temáticas, como é o caso da REDEXI, sustenta-se no que Furini (2011, p. 195) descreve como sendo: a) âmbito de confiança; b) conectividade e densidade de vínculos que garantam sua retroalimentação; acessibilidade participativa e aleatória (fluxo contínuo de participantes e ação); c) iniciativa e ações governamentais e não governamentais diante do tema e/ou ação.

Embora saibamos que as redes atuam como espaço de poder e de saber, o que vai favorecer sua manutenção e sobrevivência é o alto grau de reciprocidade das ações e comunicações, configurando-se no que Elias (1994) definiu como fenômeno reticular. Essa reciprocidade, associada ao grau de confiança na escuta qualificada, faz a diferença no atendimento em rede, nos casos de violação sexual contra crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO

Meu contato com a dor do outro começou há 26 anos, quando atraída por uma manchete no Jornal Diário de Pernambuco, cuja chamada em letras garrafais dizia: “Casa de Passagem: a pousada das esquecidas”. Espaço institucional para trabalhar com meninas de rua, ou como dizia uma trabalhadora rural: “as meninas que ninguém quer”. Iniciava ali meu caminhar pelas diversas expressões sociais: abandono, drogas, prostituição infantil, violências diversas e o abuso sexual.

Esses meus primeiros contatos com a problemática da questão social, ou melhor, das questões sociais, são bem expressos no poema de Ana Vasconcelos⁷⁰:

*A menina, que está na rua trabalhando, é uma mulher e este é o seu pecado.
Esta menina tem sexo, tem uma vagina, tem, portanto, alguma coisa de valor
para ser comercializada, violentada, roubada.*

*A menina compreende que não terá escolha. É este o seu destino. É
este o destino das meninas que ousam atravessar as portas dos barracos e
sair às ruas. Malditas em suas comunidades, malditas nas ruas, já não têm a
quem pedir a bênção.*

Não sabia eu que esse fenômeno do abuso sexual não estava restrito às meninas de rua, não eram apenas elas que tinham vagina. Não eram elas apenas as malditas.

Nos espaços da casa, no intramuros, algo semelhante acontecia. E o pior, silenciava, secretava-se, de tal forma, que promovia um panorama de família perfeita, sem mácula, sem comportamentos transgressores, como costume dizer: como nos comerciais de margarinas.

O abuso sexual intrafamiliar é um fenômeno social que agrega, em si, elementos estruturadores: assimetria de poder nos espaços domésticos, compreensão de domínio sobre os corpos tomados como frágeis (crianças e

⁷⁰ Ana Vasconcelos, advogada pernambucana fundadora da Casa de Passagem, Organização Não Governamental pioneira no trabalho de assistência, proteção de meninas de rua na cidade de Recife(PE).

mulheres) e um elemento crucial – o pacto de silêncio que, na guarda de um segredo, constitui, muitas vezes, a integração da família.

Compreender o abuso sexual intrafamiliar nos leva a percebê-lo como fenômeno multifocal, não existindo uma explicação única para ele. Também não cabe uma atuação única para explicá-lo. A interdição no campo psicológico, socioantropológico e jurídico não exerce sobre o ato poder de controle. Diante disso, precisamos compreendê-lo sob a teia da construção social de uma dinâmica de silenciamento e segredo, para que possamos entender a dificuldade de seu interdito e compreender a paralisia que ocorre diante da vítima, de familiares e de técnicos.

Por um lado, reproduz-se o discurso do senso comum de que existe uma convivência materna ao abuso, recaindo sobre a mulher a própria culpa da não interdição, sem que as assimetrias de poder, no âmbito familiar, sejam compreendidas. Por outro, patologiza-se o ato abusivo, fato que, muitas vezes reforça a culpa da vítima e familiares diante da violação, uma vez que o pai/padrasto violador é uma “pessoa doente”. A leitura de gênero é imprescindível para compreender como esse fenômeno se estrutura nos espaços domésticos. A compreensão da estrutura familiar, pautada no patriarcalismo, uma vez que os casos estudados situam-se na região Nordeste, vem colaborar para clarear o cenário, embora, por si só, não o justifique.

Trazer a categoria silêncio como elemento constituidor do segredo nos deu condições cabais para afastar as justificativas do abuso do campo cultural e psicogênico, demonstrando que há uma criação de relações sociais a partir de outro enfoque analítico.

Estudar sociologicamente o abuso sexual intrafamiliar, tomando como parâmetro os autores que nos clarearam a percepção desse fenômeno social, a partir das categorias sociológicas do silêncio, do segredo, poder, vergonha, tempo, nos levou a perceber que existe, na trama da construção da violação abusiva sexual, entre vítimas e abusador, existe uma relação de poder, que implica um aumento diretamente proporcional de forças: a intensidade utilizada para manter o segredo do abuso é diretamente proporcional à capacidade de que o mesmo possa ser relatado. Então, a construção do binômio segredo/revelação, quando em estado de equilíbrio,

garante a manutenção e recorrência do abuso sexual, como apontou Simmel (2009).

O segredo estabelecido entre vítima e abusador define a relação social entre eles, reforçando que o fato intencional ou não intencionalmente ocultado deve ser respeitado e circunscrito a círculo de uma relação dual. Diante da família, abusador e vítima mantêm um segredo construído à revelia da vítima, porém, é a chave de sua relação abusiva.

Enquanto o pacto do silêncio sinaliza para o indizível, ou seja, são atos violentos que não podem ser revelados publicamente, dada a reprovação social que tais atos trazem em si, por outro lado, encontramos o segredo como elemento que garante a manutenção e recorrência dos atos abusivos, visto que se estabelece uma relação tácita entre vítima e abusado para algo – o segredo – que só a eles pertence. A capacidade que o pacto do silêncio confere à manutenção do segredo, no espaço doméstico, vem de encontro ao que Simmel (2009) estudou quanto à capacidade de manutenção de segredos em sociedade pequenas. A força centrípeta que o segredo exerce favorece a manutenção do pacto do silêncio, de modo que as famílias e seus membros desconheçam ou neguem os atos abusivos.

Com esse estudo identificou o nível de emoção que é criada na relação abusiva, impedindo sua revelação. O medo, as ameaças, a coação fazem parte desse cenário, mas um elemento emotivo é fundamental para que tal situação não se revele – a vergonha. O sentimento de vergonha gerado diante do abuso sexual se explica pelo fato de tal ato ser socialmente reprovável, representando um comportamento familiar que não condiz com a expectativa social, sendo inclusive recriminado na instância sociojurídica.

Como pontuaram Pollak (2009) e Boltanski (2012), a vergonha inibe a revelação de modo a manter o segredo preso ao círculo familiar. Tais compreensões nos levam a reverter o olhar de culpabilização voltado às mães das vítimas, fato comum e que foi factível nas falas dos peritos e das próprias vítimas. Há necessidade de ver a figura materna protagonizando ações de enfrentamento da ação abusiva. Fechado no ciclo familiar, o segredo se apresenta, como pontuou Boltanski (2012), como um segredo de “polichinelo”. Não podemos negar a dificuldade da mãe/responsável em elaborar essa violação, no espaço doméstico e com sua filha, criando uma paralisia social e,

em muitos casos, uma negação da violência, como estratégia de manter o ideário da família padrão inócuo. No entanto, devemos tomar cuidado para não cairmos numa leitura tendenciosa ao familismo, encarando a realidade de não atuação da mãe numa posição de interdito, como um problema próprio de “famílias desestruturadas”.

Se as estratégias de negação são forjadas para dar conta da agressão, por outro lado, a criação de um mundo paralelo pelas vítimas e familiares, como a busca de alternativas de suporte religioso, entram em cena como pudemos constatar. Porém, um elemento utilizado pelas vítimas para conviver com sua dor é o “tempo”. O distanciamento do fato traumático pelo tempo, o afastamento da memória recente do trauma serviram como elementos estratégicos utilizados pelas vítimas e familiares, como relatado pelos peritos, reforçando o que Veena Das (1999) e Pollak (1989) nos mostraram, com a compreensão do tempo e da memória como elementos essenciais para enfrentamento e ressignificação de fatos traumáticos, no caso estudado, as violações corporais que tiveram desdobramentos socioemocionais nas vítimas e familiares.

O tempo pode garantir o afastamento de vivências traumáticas, como bem pontuou Veena Das (1999), no entanto, não é o tempo que irá romper o silêncio e sim a fala, a revelação da vítima sobre seu aprisionamento ao ciclo abusivo. Seja esta revelação colocada num tempo imediato ou mais distante da violação ocorrida.

Tais aportes teóricos nos ajudaram a identificar e confirmar a tese que serviu de fio condutor para o estudo: a compreensão de que o pacto do silêncio se constituía como dispositivo de poder, utilizado pelo abusador em sua investida. As revelações dos peritos e das vítimas corroboraram para percebermos que esse dispositivo é de uma eficácia impressionante e, quando rompido pela vítima, pelos familiares ou por terceiros, possibilita às vítimas condições de ressignificar o trauma vivenciado. A partir da interlocução da equipe com as vítimas, novos saberes poderão ser constituídos.

Trazer o abuso sexual à pauta das discussões, a partir de um ângulo de leitura que promova a compreensão do segredo, do poder, das relações de gênero, da violência, da família, como categorias sociológicas, vem, sobremaneira, colaborar com um repensar do processo formativo, na seara

acadêmica, de modo que favoreça a formação acadêmica de profissionais que adentrem o mercado de trabalho munidos de elementos para melhor operacionalizar sua prática profissional. Aos mesmo tempo, favorece o amadurecimento para que o contato com fenômenos sociais de tão alta carga emocional não gere adoecimento no profissional.

Conseguimos verificar com a presente pesquisa que alguns questionamentos realizados, ao longo de nosso estudo, foram paulatinamente respondidos. Dentre eles, elencamos que: não se pode afirmar que há um aumento no número de abusos sexuais, o que está comumente ocorrendo é uma elevação no número das denúncias, devida ao aparato legal e institucional que garante condições para a formulação da denúncia, como Conselhos Tutelares, delegacias especializadas, campanhas de divulgação dos órgãos de defesa, proteção e responsabilização. Quanto às condições de reprodução do abuso sexual, conseguimos constatar que a utilização do pacto do silêncio, como elemento de poder gerador de um segredo, apresenta-se como condição necessária à reprodução do ciclo abusivo nos espaços familiares. A pesquisa também revelou a vergonha como categoria no campo da sociologia da emoção, poder colaborar para que tal ato de violação caia no circuito de atos indizíveis. Quanto ao enfrentamento, identificamos a necessidade de melhor aparelhamento estatal e a relevância de maior fluidez da rede de proteção, no sentido de aumentar a eficiência das respostas às demandas por abuso sexual. Não menos importante, está a necessidade de um processo formativo (acadêmico e profissional), de modo a favorecer um atendimento qualificado e com menores danos, seja no sentido de garantir um atendimento às usuárias da rede de proteção social e de saúde, seja para o profissional que atua como testemunha indireta do ato abusivo.

Para tanto, as contribuições no campo teórico do segredo como categoria sociológica precisam ser exploradas, no processo formativo de profissionais que atuam com violências, cabendo, contudo, um redirecionamento das práticas de abordagem e de compreensão de que há uma intencionalidade na manutenção do ideário familiar que predomina, sem desmerecer os componentes de poder e gênero que são imprescindíveis para saber como esse poder/segredo se constitui e se molda na dinâmica das famílias. Tais leituras teóricas colaboraram para a compreensão deste

fenômeno no Estado da Paraíba, revelando a necessidade de revisitação das práticas de atuação, tanto no que diz respeito ao processo formativo, como no processo de constituição de redes mais efetivas, que levem a ver o fenômeno como um elemento social que, embora efetivado no espaço doméstico, não se restringe a um fenômeno particular e isolado, cuja resolutividade está circunscrita ao âmbito da família, mas perpassa por uma questão de saúde pública, jurídica e social.

Porém, como conseguimos identificar, durante todo o processo de entrevista, se o problema não tem um único recorte de explicação, a ação para o seu enfrentamento deverá partir de uma lógica de atuação em rede, saindo esta do campo virtual para uma ação concreta. Para tanto, necessita-se do fortalecimento das políticas públicas que atuam com a proteção social especial, no sentido de melhor aparelhar suas unidades e seu contingente técnico, investindo-se em formação continuada, como elemento de revisão do fenômeno, saindo de uma leitura simplista para algo que adentre mais a seara da compreensão das relações sociais. Percebe-se que, embora tal fenômeno ocorra nos espaços intramuros, se faz necessário tomá-lo como um problema social, que deve ter intervenção pública, diante de um cenário em que as políticas sociais são colocadas ao largo, diante de um modelo econômico em que o capital financeiro impera sobre o capital humano.

Esperamos que este trabalho consiga contribuir efetivamente no redirecionamento da política de formação acadêmica das equipes que compõem o quadro técnico de atendimento às vítimas de abuso sexual, assim como na ressignificação do abuso e das relações que tecem o segredo no espaço familiar.

Finalizamos, dizendo que as meninas de casa, assim como as meninas de rua “têm sexo, têm uma vagina, têm, portanto, alguma coisa de valor para ser comercializada, violentada, roubada”. Precisamos mudar seu destino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Kofes de. Et. al. **Colcha de retalhos**: estudo sobre a família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boi Tempo, 2011.

ALVIN, Patrick. Os adolescentes vítimas de abusos sexuais. In: GABEL, Marceline. (Org). **Crianças Vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus editorial, 1997.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: FELICIA, Reicher Madeira. **Quem mandou nascer mulher?** Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Ventos, 1997

AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência** – Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2ª ed Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de (Orgs.) **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____, **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Pele de Asno não é só história**: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

_____. **Crianças Vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989, 2007.

BELL, Vikki. Interrogating incest: Feminism, Foucault and the law. London and New York: Routledge, 1993. In: TAYLOR, Chloë . Foucault and Familial Power. **Hypatia**, vol 27, nº I., Winter, 2012.

BOLTANSKY, Luc. As dimensões antropológicas do aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 7, Brasília, janeiro-abril de 2012, pp 205-245.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 2002, 2007.

_____. **Espaço Social e Poder Simbólico**. In Coisas Ditas. Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.

_____. **O Poder Simbólico**, Coleção Memória e Sociedade, Tradução de Fernando Tomaz, Lisboa, 1989.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual**, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contr-crianca-e-adolescentes> Acesso em: 29/09/2016

_____. **Relatório Monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual**. Brasília, 2007.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRITTO, R. C. C., LAMARÃO, M. L. Criança, violência e cidadania. Belém: UNAMA/FCBIA/ASIPAG, 1994. In: AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência** – Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

BRODSKY, Jorge L. **Eros, família y câmbios sistémicos**: uma crítica a la negación de la crisis familiar. Buenos Aires: Biblos, 2011.

BUTLES, Sandra. **A conspiração do silêncio**: O trauma do incesto. Trad. Waltesir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A ação em Rede na implantação de política e programas sociais públicos. **Revista de Información de Tercer Sector**, abril, 2003. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14347-A-acao-em-rede-na-implementacao-de-politicas-e-programas-sociais-publicos.html>. Acesso 20/10/2015.

CASTELL, Manuel. **A sociedade em Rede**. Vol 1. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Cláudio, GOBBETTI, Gisele Joana. **O Incesto**: O abuso sexual intrafamiliar. Disponível em: <<http://www.dpca.cjb.net>>. Acessado em: 26/01/2015.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Suely Kofes de. Et. al. **Colcha de retalhos**: estudo sobre a família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil". In: CORRÊA, M. (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Helena Maffei. Segredos, silenciamento e apagamentos: família – mitos e conceitos. In: FUKUI, Lia. **Segredos de família**. São Paulo: Annablume: NEMGE/USP: Fapesp, 2002.

DAS, Veena. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. California: university of California Press, 2007.

DAS, Veena. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. California: university of California Press, 2007. In: VIEIRA, Suzane de Alencar. Life and words: violence and the descent into the ordinary. *Mana*[online]. 2010, vol.16, n.2, pp.517-520. ISSN 0104-9313. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132010000200015>. Acesso: 3/09/2016

_____. **O ato de testemunhar**. Dossiê: Violência e Outros Olhares. Caderno Pagú(37), julho-dezembro de 2011:9-41.

_____. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo**: alguns temas wittgensteinianos. RBCS Vol. 14 nº 40 junho/1999.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. Verso e reverso da proteção integral. Brasília: UnB, 200? Mimeo. In: FURINI, Luciano Antonio. **Redes sociais de proteção integral à criança e ao adolescente**: falácia ou eficácia. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. Violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores : A crítica do poder, da desigualdade e do imaginário in LEAL, M. F. P. & CÉSAR, M. A. (Org.). Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Brasília: CECRIA, Ministério da Justiça e CESE, 1998.

FALEIROS, Eva T. Silveira. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Coleção garantia de Direitos Séries Subsídios Tomo I. Ministérios da Justiça, 1998. In: AMARO, Sarita. Crianças vítimas de violência – Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2ª ed Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011

FEDER, Ellen K. Discipling the Family: The case of gender identity disorder. Philosophical Studies 85(2-3): 195-211, 1997. In: TAYLOR, Chloë. Foucault and Familial Power. **Hypatia**, vol 27, nº I. Winter, 2012.

FERRARI, Dalka C. A., VENCINA, Tereza C.C.(Orgs). **O fim do silêncio na violência familiar**. São Paulo: Ágora, 2002

FERREIRA, Kátia Maria. Violência Doméstica/Intrafamiliar contra crianças e adolescentes. In: SILVA, Lígia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Recife: Edupe, 2002.

FORWARD, S. BUCK, C. A traição da inocência: o incesto e sua devastação. In: RANGEL, Patrícia Calmon. **Abuso sexual intrafamiliar recorrente**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2011

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** - A vontade de saber. 2ª Edição, Editora Graal, Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Microfísica do Poder**. Editora Graal, 1992a. In: AMARO, Sarita. Crianças vítimas de violência – Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2ª ed Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FOUCAULT, Michel; SENNET, R. **Sexuality and Solitud**. London Review of book, 1981.

_____. Genealogía del racismo. Madrid: La Piqueta, 1992b. In: AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência** – Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

_____. **Microfísica do Poder**. Editora Graal, 1999.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** 24ª ed. Petrópoles: Vozes, 2001.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** 30ª ed. Petrópoles: Vozes, 2005.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Circulo do Livro, 1987.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização.** In: FREUD – Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro, Imago, 1980, v,21.

_____. **Totem e Tabu** - alguns pontos de concordância entre a vida mental dos selvagens e dos neuróticos. Rio de Janeiro: Imago ed, 1974.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança** – uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

_____. Abuso sexual da criança – uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. In: HOFFMEISTER, Marleci. **Entre Quatro Paredes:** a intervenção profissional do assistente social na tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual. Porto Alegre: Lumen Juris, 2013

FURINI, Luciano Antonio. **Redes sociais de proteção integral à criança e ao adolescente:** falácia ou eficácia. São Paulo: UNESP, 2011

GABEL, Marceline. (Org). **Crianças Vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus editorial, 1997.

GARCIA, Loreley. Era uma vez.... o uso da história oral nos estudos de gênero. MNEME – **Revista de humanidades.** V. 05. N 11, jul/set. de 2004. Disponível: www.cerescaico.ufrn/mneme. Acesso: 20/03/2016.

_____. et al. **Perfil da violência na Paraíba:** levantamento dos crimes entre 1998 e 2005. Revista Artemis, vol 2 Jul, 2005. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2343>>, Acesso em 20/03/2016.

GELLES, R. J. Violence toward children in the United States. In: BOURNE, R. E. newberger, E. H. Clinical perspectives on child abuse. Toronto, Lexington Book, 1979. In: GUERRA, V. N. de A. **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, D. G. Violence against children: physical abuse in the United State. 8ª ed USA: Harvard University, 1978. In: GUERRA, V. N. de A. **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GILBERTI, Eva. **Incesto paterno filial: uma visão desde el gênero**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2014.

GODELIER, Maurice. La production des grands hommes. Paris: Fayard, 1996. In: BOLTANSKY, Luc. As dimensões antropológicas do aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 7, Brasília, janeiro-abril de 2012, pp. 205-245.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo o mito da desestruturação. **Caderno Pagu**, n. 1993.

GUERRA, V. N. de A. **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, GUERRA, Amélia (Orgs.) **Infância e Violência Domestica: fronteiras do conhecimento**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GUIMARAES, Terezinha Carvalho. **II Capacitação ao atendimento a vítimas de violência doméstica sexual**. Modulo I Recife: Espaço Cultura Phênix, 2003. Mimeo.

HALBWACHS, M. La mémoire collective, Paris, PUF, 1969. In: POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p3-15.

HOFFMEISTER, Marleci. **Entre Quatro Paredes: a intervenção profissional do assistente social na tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual**. Porto Alegre: Lumen Juris, 2013

JARRY, A. et all. Sujet et la loi, Colloque des 13-14 juin 1987, à la Sorbone, Toulouse, éd. Erès, 1988. Apud RAZON, Laure. **Enigma do incesto: da fantasia à realidade**. Trad. Procópio Abreu, Revisão Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro, BARBOSA, Raoni Borges. A vergonha no Self e na Sociedade – a sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Sheff. Recife: Bagaço, 2016.

LAMOUR, Martine. Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. In: GABEL, Marceline. (Org). **Crianças Vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus editorial, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 7ª ed Petrópolis: Vozes, 2012

LUSTIG Y OTROS (1996). Incest a Family Group Survival Pattern, em Archives of General Psychiatry, nº14. In: GILBERTI, Eva. **Incesto paterno filial**: uma visión desde el gênero. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2014

KALOUSTIAN, Silvio M. Família brasileira, a base de tudo. (Org). 10 ed. São Paulo; Cortez, DF: UNICEF, 2000. In: RIBEIRO, Marisa Marques, MARTINS, Rosilda Baron. **Violência doméstica contra a criança e do adolescente**. Curitiba: Juruá, 2008.

MALDONADO, Simone C. **George Simmel**: sentidos, segredos. Curitiba: Honoris Causa, 2011

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003

MATIAS, Delane Pessoa. **Abuso sexual e sociometria**: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas. Psicologia em Estudo, Maringá, v 11, n 2, p 295-304, mai/ago, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. **Pedagogia da Violência**: as relações de poder entre mãe e filha. Recife: FAFIRE/PUCRS, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade**. 3ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento:** Pesquisa qualitativa em saúde. 3^a ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucite-ABRASCO, 2010.

MOZZATO, Anelise Rebelato, GRZYBOVSKI. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. RAC, Curitiba, v. 15, n 4, pp731-747, Jul/Ago, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4> > . Acesso em 20/03/2016.

NEWELL, P. Children are people too. Yhe case against physical punishment. Londres, Bedford Square Press, 1989. In: GUERRA, V. N. de A. **Violência de Pais contra Filhos:** a tragédia revisitada. 7^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PALMONARI, Augusto y ZANI, Bruna. Psicología social de la comunidade, Buenos Aires, Nueva Visión, 1990. In: VELÁZQUEZ, Susana. **Violencias y famílias.** Buenos Aires: Paidós, 2012

PARAÍBA. **Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado Da Paraíba.** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, Paraíba, 2012.

PEREIRA JUNIOR, A. Et all.(Orgs) Os impasses da cidadania: infância e adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: Base, 1992. In RIBEIRO, Marisa Marques, MARTINS, Rosilda Baron. **Violência doméstica contra a criança e do adolescente.** Curitiba: Juruá, 2008.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. *Cad. Pagu*[online]. 2010, n.35, pp.357-369. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000200012>.

PFOLH. S. The “Discovery” of child abuse. *Soc Prob*, 24(3): 310-323, 1977. In GUERRA, V. N. de A. **Violência de Pais contra Filhos:** a tragédia revisitada 7^a ed. São Paulo: Cortez, 2011

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. **Violência sexual doméstica contra meninos:** um estudo fenomenológico. São Paulo: Vetor, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p3-15.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – versão oficial. **Revista Social e Sociedade.** N 80, ano XXV, novembro 2004, São Paulo: Cortez.

POIRIER, Jean et all. História de vida: teoria e prática.trad.João Quintela. Portugal, Oeiras: Celta, 1995. In: AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência** – Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

QUEIROZ, José J.O mundo do menor infrator. São Paulo:Cortez/Autores associados, 1987a. In: AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência** – Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2ª ed Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

RANGEL, Patrícia Calmon. **Abuso sexual intrafamiliar recorrente**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2011

RAZON, Laure. **Enigma do incesto**: da fantasia à realidade. Trad. Procópio Abreu, Revisão Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Editora Atlas, São Paulo, 1985.

RIBEIRO, Marisa Marques, MARTINS, Rosilda Baron. **Violência doméstica contra a criança e do adolescente**. Curitiba:Juruá, 2008.

SABOURIN, P. Psychanalyste, à quoi pensez-vous?. In Perspectives psychiatriques, 27, 14, 1988, pp.263-5. In: GABEL, Marceline. (Org). **Crianças Vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus editorial, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. "O estatuto teórico da violência de gênero". In Santos, I.V.T. /**Violência na era da globalização**/. Hucitec, 1997.

_____. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In: REICHER, Elícia(Org). **Quem mandou nascer mulher**. São Paulo: Ágora LTDa, 1997.

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: **Violência em debate**. 1994

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro 1989. In: SOUSA, Tania Teixeira Laky de. **O Pacto de Segredo**: gênero e violência entre homens e mulheres – a palavra é de prata e o silêncio é de outro. Curitiba: Editora Prismas, 2014

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005

SILVA, Josenita Luiz da. **Violência sexual doméstica contra criança e adolescentes na imprensa**. Recife, 2007. 108 folhas Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social

SILVA, Maria Amélia de Sousa . Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. In: FERRARI, Dalka C. A., VENCINA, Tereza C.C.(Orgs). **O fim do silêncio na violência familiar**. São Paulo: Ágora, 2002

SIMMEL, George. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. Tradução Simone Maldonado. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, Volume 43, Número 1, p 219-242, Abril de 2009.

_____. **O segredo**. Disponível em: [http://docs10.minhateca.com.br/269699102,BR,0,0,O-Segredo-\(Georg-Simmel\).pdf](http://docs10.minhateca.com.br/269699102,BR,0,0,O-Segredo-(Georg-Simmel).pdf)>. Acesso em: 10/08/2016.

SOUSA, Tania Teixeira Laky de. **O Pacto de Segredo**: gênero e violência entre homens e mulheres – a palavra é de prata e o silêncio é de outro. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

STUBBE, Hannes. Suicídios e tentativas de suicídio de crianças. Psicologia Clínica, v. 7, p. 97-118, sd. In: AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência** – Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2ª ed Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

TAYLOR, Chloë . Foucault and Familial Power. **Hypatia**, vol 27, nº I., Winter, 2012.

VAZ, Marlene. **Abuso Sexual**. Disponível em: <<http://www.dpca.cjb.net>>. Acessado em: 26/01/2005.

VELÁZQUEZ, Susana. **Violencias y familias**. Buenos Aires: Paidós, 2012

_____. Hacia una maternidade participativa em M. Burin (comp), **Estudios sobre la subjetividad femenina. Mujeres y salud mental**. Buenos Aires: Gupo Editor Latinoamericano, 1987.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. *Mana* [online]. 2010, vol.16, n.2, pp.517-520. ISSN 0104 9313. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132010000200015>. Acesso: 3/09/2016

VUPRA, J. L. Réponse médico-judiciaire à 256 plaintes d'attentats sexuels, Thèse de médecine, Lyon I, 1981. Apud RAZON, Laure. **Enigma do incesto**: da fantasia à realidade. Trad. Procópio Abreu, Revisão Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

- a) Público entrevistado: Participantes Governamental (CREAS - assistência social)
- 1- Formação do profissional e sua atuação junto à temática.
 - 2- Como se apresenta a questão da violência doméstica e especificamente o abuso sexual no município/Estado da Paraíba?
 - 3- Existem programas governamentais de atendimento às vítimas de violência doméstica?
 - 4- Algum caso emblemático de violência sexual que o profissional tenha atendido.
 - 5- Qual a percepção acerca do agressor?
 - 6- A percepção acerca do Pacto do Silêncio como um dispositivo ou não de poder?
 - 7- A compreensão da casa como locus de violência.
 - 8- Relação de poder exercida entre o abusador e a vítima.
 - 9- Como são desenvolvidos esses programas e se são suficientes para atender à demanda?
 - 10- Como são articuladas as ações socioassistenciais de atendimento as vítimas de abuso sexual no município de João Pessoa?
 - 11- Na sua opinião qual a importância do trabalho em Rede e se as ações desenvolvidas estão atendendo a demanda de enfrentamento/assistência ao abuso sexual?

12-Como são monitoradas as ações desenvolvidas na instituição que você atua e qual a interface dessa ação com o planejamento da REDEXI-PB/Comitê?

b) Público entrevistado: Profissionais de atendimento as vítimas de abuso sexual no ICV (Instituto Cândida Vargas)

1- Como se apresenta a questão da violência doméstica e especificamente o abuso sexual no município/Estado da Paraíba?

2- Algum caso emblemático de violência sexual que o profissional tenha atendido.

3- Por que o espaço doméstico constitui-se com locus privilegiado do abuso sexual?

4- Qual a percepção acerca do agressor?

5- A percepção acerca do Pacto do Silêncio como um dispositivo ou não de poder?

6- Relação de poder exercida entre o abusador e a vítima.

7- Como ocorre os atendimentos no ICV e quanto aos encaminhamentos realizados há monitoramento e retorno das instituições de referência para encaminhamento?

8- O ICV/ Centro de Referência participa da REDEXI/ Comitê?

9- Como ocorreu a participação do ICV/Centro de Referência na elaboração do Plano Municipal/Estadual e no planejamento da REDEXI/Comitê para o enfrentamento/assistência ao abuso sexual ?

10-Como são articuladas as ações socioassistenciais de atendimento as vítimas de abuso sexual no município?

- 11-Na sua opinião qual a importância do trabalho em Rede e se as ações desenvolvidas estão atendendo a demanda de enfrentamento ao abuso sexual?
- 12-Como são monitoradas as ações desenvolvidas na instituição que você atua e qual a interface dessa ação com o planejamento da REDEXI-PB/Comitê?
- 13-Como a política de saúde municipal vem atendendo as questões relacionadas ao abuso sexual (atendimento, proteção e prevenção)?

c) Público entrevistado: vítimas e responsáveis

1-Quando, como e por que a violência sofrida por você teve início?

Compreensão da dinâmica familiar antes da violação.

2-Qual a sua primeira reação após ter sofrido a violência?

3-A quem você procurou contar sobre o ocorrido?

4-Qual a reação do responsável/familiar após sua revelação?

5-O agressor utilizava de coerção/agressão ou ameaça com você?

6- O que levou você a não fazer a denúncia de imediato?

7-O que te levou a não buscar ajuda/denunciar o fato?

8-Qual a imagem que você tinha do agressor antes do fato?

9-Qual a imagem que você tem do agressor no momento?

10) Quem promoveu a denúncia?

11) Se algum membro da família sabia do ocorrido?

ANEXOS

DISQUE 100 – BRASÍLIA 2014 – PERFIL DO SUSPEITO/SEXO

Disque 100 - Ano 2014 - Criança e Adolescente - Perfil do Suspeito - Sexo														
Sexo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	%
Feminino	341	246	323	324	303	416	423	283	240	271	193	212	3575	15,38%
Masculino	1354	1090	1240	1342	1641	1997	1961	1363	1114	1171	988	863	16124	69,38%
Não informado	265	228	306	295	331	508	431	288	242	261	198	188	3541	15,24%
Total	1960	1564	1869	1961	2275	2921	2815	1934	1596	1703	1379	1263	23240	100,00%

FONTE: Coord. Geral do Disque Direitos Humanos - Brasília